

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MARIA LUÍSA DA COSTA FOGARI

**TRANSITANDO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
IGUALDADE RACIAL:
produção e (re)produção da trama social dos negros**

FRANCA

2016

MARIA LUÍSA DA COSTA FOGARI

**TRANSITANDO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
IGUALDADE RACIAL:
produção e (re)produção da trama social dos negros**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

**Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas
Co-orientador: Prof. Dr. Dagoberto José
Fonseca**

FRANCA

2016

Fogari, Maria Luísa da Costa.

Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial :
produção e (re) produção da trama social dos negros / Maria Luísa da
Costa Fogari. – Franca : [s.n.], 2016.

326 f

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Walter Canôas

Co-orientador: Dagoberto José Fonseca

1. Assistência social. 2. Programas de ação afirmativa. 3. Negros
- Condições sociais. I. Título.

CDD – 305.896081

MARIA LUÍSA DA COSTA FOGARI

**TRANSITANDO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
IGUALDADE RACIAL:
produção e (re)produção da trama social dos negros**

BANCA EXAMINADORA

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Presidente: _____
Prof. Dr. José Walter Canoas
Co-orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

1º Examinador: _____
Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira – FCHS-Unesp

2º Examinador: _____
Profa. Dra. Jandira Almeida Ramos – Universidade de Franca

3º Examinador: _____
Profa. Dra. Elisangela de Jesus Santos – CEFET-RJ

4º Examinador: _____
Profa. Dra. Maria Cristina Piana – FCHS - Unesp

Franca, 30 de Março de 2016.

Dedico, a DEUS, meu Amor Maior... Princípio, Meio e, Fim... “*Aleluia! Deem graças ao Senhor porque ele é bom; o seu amor dura para sempre*”. Salmos 106:1.

À minha filha *Maria Carolina*, meu candelabro, a me iluminar todos os instantes, neste cotidiano imerso em tantas adversidades e preponderâncias. A que concluo que: Você é a luz que me guia e protege; redime-me e me faz/fez resiliente a tantas afrontas no dia a dia. Mesmo quando vemos o mundo “desmoronando” nos agarramos nas arestas que nos cercam para firmes e prontas, retornarmos para a nossa luta que parece interminável, mas que a tornamos tênue para enfim, podermos continuar nesta longa jornada... Amo-te!

A meus pais *João e Luzia (in memorian)*, e irmão *Antonio*, que também está na casa do pai, que: além da interminável saudade, deixaram-me a postura crítica, educacional e pessoal, que se concretizaram na incessante busca pelos direitos e oportunidades para aqueles que também se fizeram presentes em suas vidas.

Ao meu esposo José, que junto a nossa filha, mais uma vez foi paciente e companheiro, compreendendo os cotidianos distanciamentos, para dar conta de: ler/dissertar, receber orientações, coletar dados, a banca de defesa... E, chegamos! Dedicção especial aos meus queridos irmãos:

Antonio Carlos (in memorian). Aquele dotado de ética, princípios religiosos e determinismo presentes em cada palavra e/ou frase pronunciada, me e nos conduziram para a realidade em que vivemos. Muitas saudades...

João Batista. Quando penso em ti, penso na fortaleza, na luta cotidiana para que cada um de nós chegássemos a ser o que somos. Assim: se somos o que somos, devemos e somos um pouco de você!!!

Jorge Luiz. Ao me referenciar a ele, lembro da inteligência; e que inteligência que foi suprimida pelas condições socioeconômicas, mas que se fundiram a religiosidade, paciência e carinho.

José Luiz. Em você reluz um pouco da herança paterna... Contador de piadas/causos e das histórias herdadas de nosso amado João Luiz (João Thomaz, apelido carinhoso de nosso pai). Agora: mesmo a distância, o carinho emerge a cada momento, sendo lembrado e (re) lembrado!!!

Maria de Fátima. Quando nos reunimos, é um momento único, somente a tua presença para podermos recordar um pouquinho da nossa matriarca Luzia!!!

Este “bastão” foi passado a ti, quando precisávamos do acalento de alguém que preservasse e fizesse lembrar-se da nossa vida, do nosso contexto familiar.

Carlos Thomaz. Sua virilidade, luta, bondade, força de vida, carinho pelos seus, enfim amor a nossa caminhada é o que me faz forte e desejosa em continuar... Meu compadre e “quase gêmeo”, gratidão!!!

Márcia Maria, tua inteligência, dinâmica, esperteza nas expressões artísticas e corporais são as marcas imprimidas no meu inconsciente. Às vezes ao observá-la, penso na preservação de um espírito pueril, agora num corpo adulto, que encanta os irmãos, os sobrinhos e, agora também os sobrinhos-netos! Márcia, para sempre nossa Marcinha.

Andréia Maria, irmã guerreira, dotada de um espírito crítico, sábio, sensato, tornando a portadora de um cabedal de conhecimentos e de um amor imenso/incondicional aos seus. Nossa genética se entrelaça de uma forma tão forte, transcendendo em nossas subjetividades.

Adriano Donizetti, este último irmão traz e perpetua em seus traços e hereditariedade a força, dinâmica, agilidade, inteligência, inclusive a estatura baixa e a astúcia de nosso pai João Luiz. Tão menino, se fez adulto, quando adentrou ao mundo do comércio, tornando nosso orgulho, referência e primor.

Aos sobrinhos: *Camila, Elisandro, Melina, José Neto, Rafael Donizetti, Gustavo, Filipe, Eloisa, João Thomaz* e, especialmente ao meu afilhado *Antônio*. Deus os protejam e os iluminem hoje e sempre!!! A TODOS: Sabedoria... Carinho...

Aos meus amados sobrinhos-netos: *Mateus, Pedro Henrique, Maria Luiza, Manuela e Rafaela*, além de meus consanguíneos serão perpetuadores das nossas tramas familiares; da história das famílias “Rezende e da Costa”... Queridos!

Ao Fábio Martins, pelas trocas que muito me auxiliaram nas construções e desconstruções deste estudo, agora doutorando, sendo nosso orgulho!

Aos Exmos. Juízes: Dra. Nélia Aparecida Toledo Azevedo e, Dr. Raphael Augusto Cunha; Dr. André Gustavo Livonesi e Dra. Clarissa Rodrigues Alves que de forma ética e humana cruzaram minha carreira profissional, respectivamente nos fóruns das comarcas de Santa Rita do Passa Quatro e Porto Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Senhor obrigada por ter me proporcionado saúde, sabedoria, paz e entendimento para mais uma vez fechar um ciclo na minha vida;

Gratidão eterna ao meu orientador, *Dr. José W. Canoas*, que com seriedade e compromisso ético me conduziu para este momento tão único;

Agradecimentos infinitos ao Prof. *Dr. Dagoberto J. Fonseca*, estudioso e defensor da igualdade e reparação racial brasileira, que gentilmente me acolheu como co-orientanda, fato de extrema relevância para os usuários do Serviço Social;

Agradecimentos à Prof^a. Dr^a. Neide Lehfeld, orientadora de mestrado, que abriu as possibilidades para a formalização deste dia de defesa de doutorado;

A *Dr^a Martha M. dos Santos*, que sempre foi e para sempre fará parte da minha história. Nada foi e nem será em vão, nem será como antes! Com a alma de pesquisador, sempre procuramos desvendar o desconhecido e os porquês!;

Aos docentes deste curso: Dr^a. Cirlene Oliveira, Dr^a. Neide Lehfeld, Dr^a. Adriana Giaqueto, Dr^a. Rosalinda Chedian (UNESP), Dr^a. Jussara Bourguignon (UEPG), Dr. Ernel Mastrapa (Universidad de La Habana), e Dr^a. Yolanda Guerra (UFRJ) e Dr^a. Célia David, integrante da banca de qualificação;

Ao Governo Municipal de São Carlos, à Secretaria de Cidadania e Assistência Social, aos sujeitos entrevistados, obrigada pelas contribuições que foram primordiais para o desfecho deste estudo e, especialmente à Prof^a. Elisa Lucas Rodrigues do CPPNI, que além de atenção nos cedeu dados extremamente relevantes sobre a política de igualdade racial do Estado de São Paulo;

Aos companheiros de caminhada: Cristiane, Solange, Taís, Fabiana, André, Lívia, Gislaine, Gabriela, Angélica e aos funcionários da UNESP/Franca, principalmente aos da Seção de Pós-Graduação que sempre estiveram prontos para socorrer nas mais diversas situações (prazos, tempo, limites... Ufa!!!);

A Denise Faria e seus familiares, pessoas queridas e que admiro!!!;

Regina R. Tomazzi, Maria Teresa Lodi da Silva, Maria Ester Somera, minhas companheiras de trabalho no Tribunal de Justiça (SP) - Comarca de Santa Rita do Passa Quatro e também as duas profissionais da Comarca de Porto Ferreira, a psicóloga Priscila M. Gualberto e assistente social Carla Kelade Mezzina. Obrigada pelo carinho e estímulos, quando mais precisava de colo e ombro amigo.

Cabelo Duro

Letra: Itamar Assumpção

Eu tenho cabelo duro
Mas não o miolo mole
Sou afro-brasileiro puro
É mulata minha prole
Não vivo em cima do muro
Da canga meu som me abole
Desaforo eu não engulo
Comigo é o freguês que escolhe
Sushi com chuchu misturo
Quibebe com raviole
Chopp claro com escuro
Empada com rocambole
Tudo que é falso esconjuro
Seja flerte ou love story
Quanto a ter porto seguro
Tem sempre alguém que me acolhe
É com ervas que me curo
Caso algum tombo me esfole
Em se tratando de apuro
Meu pai Xangô me socorre

Foto 1 – Maria e o tihoso



Fonte: Foto de Sebastião Salgado (FRAZÃO, 2008).

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACONERUQ	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAED	Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEAS	Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAACP	Associação Nacional para a Emancipação das Pessoas de Cor
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPIR	Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades
CONCLADIN	Conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras

CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CPDCN	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade
CPPNI	Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena
CPPNI	Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros e Indígenas
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRM	Centro de Referência da Mulher
CUBM	Centro Universitário Barão de Mauá
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade de Quilombos
DRADS	Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EDUCAFRO	Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENJUVE	Encontro Nacional dos Jovens Negros
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ESS-UFF	Escola de Serviço Social Universidade Federal Fluminense
EUA	Estados Unidos da América
FADISC	Faculdades Integradas de São Carlos
FEAS	Fundo Estadual de Assistencial Social
FECONEZU	Festival Comunitário Negro Zumbi
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A.
FESC	Fundação Educacional São Carlos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIPIR	Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FONSEAS	Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social
FPM	Fundação Pró-Memória de São Carlos/SP

FUNABEM	Fundação de Bem-Estar do Menor
FUNDAÇÃO CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GPP-GER	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
GTPLUN	Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Negros
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Educação Superior
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS/SNAS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
MNU	Movimento Negro Unificado
MNU	Movimento Negro Universitário
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social Negra
NOB	Norma Operacional Básica

NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NUPE	Núcleo Negro da UNESP
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF	Programa Bolsa Família
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Programa de Estudantes Convênio
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Renda Mínima
PIBIC-AF	Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Proteção Social Especial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROEX	Programa de Extensão Universitária
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Programa de Transferência de Renda
REUNI	Programa de Reestruturação das Universidades Federais
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SGPR	Secretaria de Governo da Presidência da República
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEC	Tarifa Externa Comum
TEM	Teatro Experimental Negro
UENF	Universidade Estadual Fluminense
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIA	Associação Universal Para o Avanço Negro
UNIFEG	Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIP	Universidade Paulista
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP

ZOPACAS

Universidade de São Paulo

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico SUL

FOGARI, Maria Luísa da Costa. **Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial**: produção e (re)produção da trama social dos negros 2016. 326 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

A proposta deste estudo é apontar, utilizando-se de referenciais bibliográficos e pesquisa de campo, como ocorre a trama, a mobilidade dos negros urbanizados nas políticas de assistência social e a igualdade racial brasileira contemporânea. Estas inquietações foram justificadas pela intensificação e volume de casos em que muitos, em miséria extrema, são acometidos pelas injúrias e estigmas transmitidos no decorrer dos séculos, décadas e anos no Brasil. Destaca-se que nosso país não vislumbrou uma política que defrontasse com as condições precárias e vulneráveis em que os negros foram fadados. Neste contexto, naturalizou as fortes clemências e abstenções dos “recém-libertos”, que, além disso, passaram a ser considerados estorvos para esta nação, que não os colocou em cena. Assim, estes intérpretes da vida real, protagonizaram e protagonizam cenas num tecido social urbano em que os traços fenótipos ditam a regra do jogo. Nesse jogo de poder econômico, social, cultural e político, os afro-brasileiros são considerados apenas seres insignificantes, em que se promovem políticas públicas ineficazes e desrespeitosas. Para tal, iniciaram-se as seguintes interpelações: O que o Serviço Social tem a ver com isso? E a política de Assistência Social? E, especificamente, o assistente social, qual postura deverá assumir? Para tal, o objetivo geral, se definiu em: analisar a interface entre a política pública de Assistência Social e Igualdade Racial, avaliando como está estruturado o órgão responsável pela implementação/implantação destas ações em São Carlos (SP). A partir disso, definiu-se especificamente: identificar os projetos interventivos e ações socioeducativas existentes; verificar se os direitos sociais estão sendo efetivados; avaliar quais os órgãos públicos/privados e parcerias; analisar a perspectiva dos sujeitos da pesquisa quanto a importância da fusão das duas políticas públicas. Ora, o universo da pesquisa se constituiu pelos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da cidade de São Carlos (SP), tendo como amostra: servidores técnicos da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, quatro assistentes sociais e cinco usuários de ambas as políticas. A coleta de dados com caráter qualitativo se consolidou por, por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram analisadas. Ao finalizar, notamos que a coreografia da vida cotidiana dos negros urbanizados ainda é ausente de um olhar que realmente os “libertem”, principalmente pela esfera federal, que não detém de costuras sociais e econômicas efetivas, transferindo unicamente os compromissos e andanças aos municípios, signatários da política pública de assistência social, definida segundo o mito da democracia racial, sendo que o negro urbanizado está aquém.

Palavras-chave: assistente social. política de assistência social. política de igualdade racial. negros urbanizados. São Carlos.

FOGARI, Maria Luísa da Costa. **Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial**: produção e (re)produção da trama social dos negros 2016. 326 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

The purpose of this study is to point out, using bibliographic references and field research, how the plot, the mobility of urbanized black people and the Brazilian contemporary racial equality occur concerning the social service policies. These concerns were justified by the intensification and volume of cases of injuries and prejudice in which many black people, in extreme poverty, have been affected over the centuries, decades and years in Brazil. It is noteworthy that our country did not conceive a politic that could face the precarious and vulnerable conditions inherited by black people. In this context, the strong abstentions and mercies of the newly freed were naturalized; moreover, these people came to be considered hindrances to the nation, which did not put them in the scene. Thus, these interpreters of real-life acted and staged scenes in an urban social net in which phenotypic characteristics dictate the rules of the game. In this state of economic, social, cultural and political power, Afro-Brazilians are considered only insignificant beings, for whom, inefficacions and disrespectful public policies are created. To this purpose, the following questions aroused: What does social service has to do with it? And the Social Welfare Politic? And, respectively, which position should the social worker take? Having this in mind, the general goal was defined: analyze the interconnection between public politic Welfare and Racial Equality and evaluate how the responsible corporation for implementation / deployment of these actions was structured in São Carlos (SP). From this point on, it was defined specifically: identify interventional projects and existing social and educational activities; verify if social rights are being guaranteed; assess public/private departments and partnership; analyze the perspective of the research subjects in relation with the importance of merging the two public politics. Thus, the research universe was constituted of the professionals working actuate in the Municipal Citizenship and Social Assistance, Promotion Politic Division of Racial Equality of São Carlos (SP), with a sample: technical servers of the Department of Social Welfare and Citizenship and Promotion Politic Division of Racial Equality, four social workers and five users of both politics. The qualitative data collection was consolidated through semi-structured interviews that were analyzed. At the end, it was observed that the choreography of everyday life of the urbanized black people still lacks a look that really “free” them, especially the one of the federal area, which does not hold social and effective economic measures, only transferring the commitments to municipalities, signatories of social assistance public politics, based on the myth of racial democracy, in which urbanized black people are less.

Keywords: social worker. social service politic. racial equality politic. urbanized black people. São Carlos.

FOGARI, Maria Luísa da Costa. **Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial**: produção e (re)produção da trama social dos negros 2016. 326 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMEN

La propuesta de este estudio es señalar, haciendo uso de referenciales bibliográficos y de investigación de campo, cómo ocurre la trama, la movilidad de los negros urbanizados en las políticas de asistencia social y la igualdad racial brasileña contemporánea. Estas inquietudes fueron justificadas por la intensificación y el volumen de casos en los que muchos, en situación de miseria extrema, son afectados por las injurias y estigmas transmitidos durante el transcurso de los siglos, décadas y años en Brasil. Se destaca que nuestro país no vislumbró una política que se ocupase de las condiciones precarias y vulnerables a las que los negros fueron condenados. En este contexto, naturalizó las fuertes clemencias y abstenciones de los “recién liberados”, que, además, pasaron a ser considerados como obstáculos para esta nación, que no les dio un papel en la escena. De este modo, estos intérpretes de la vida real protagonizaron y protagonizan escenas en un tejido social urbano en el que los trazos fenotipos dictan las reglas del juego. En ese juego de poder económico, social, cultural y político, los afro brasileños son considerados apenas seres insignificantes, para los que se promueven políticas públicas ineficaces e irrespetuosas. A tal efecto, se iniciaron las siguientes interpelaciones: ¿Qué tiene que el Servicio Social a ver con todo eso? ¿Y la política de Asistencia Social? Y específicamente, el asistente social ¿qué postura deberá asumir? Para tal, el objetivo general quedó definido en: analizar la interface entre la política pública de Asistencia Social e Igualdad Racial, evaluando cómo está estructurado el órgano responsable de la implementación/implantación de estas acciones en São Carlos (SP). A partir de eso, se definió específicamente: identificar los proyectos de intervención y acciones socio educativas existentes; verificar si los derechos sociales están siendo aplicados; evaluar cuáles son los órganos públicos/privados y aparcerías; analizar la perspectiva de los sujetos de la investigación en lo que se refiere a la importancia de la fusión de las dos políticas públicas. Así, el universo de la investigación se constituyó por los profesionales que actúan en la ciudadanía Municipal y Asistencia Social, División de Políticas de Promoción de la Igualdad Racial de São Carlos (SP), con una muestra: servidores técnicos del Departamento de Bienestar Social y Ciudadanía y Políticas de Promoción de la Igualdad Racial, cuatro trabajadores sociales y cinco usuarios de ambas políticas. La recopilación de datos con carácter cualitativo se consolidó por medio de entrevistas previamente estructuradas que fueron analizadas. Al finalizar, notamos que la coreografía de la vida cotidiana de los negros urbanizados aún está ausente de una visión que realmente los “libere”, principalmente por parte de la esfera federal, que no tiene costuras sociales y económicas efectivas, transfiriendo únicamente los compromisos y andanzas a los municipios, representantes de la política pública de asistencia social, definida según el mito de la democracia racial, en la que el negro urbanizado está por debajo de lo esperado.

Palabras Clave: asistente social. política de asistencia social. política de igualdad racial. negros urbanizados. São Carlos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Apresentação dos capítulos.....	23
CAPÍTULO 1 POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL: SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA	28
1.1 A estrutura formativa de nossa população: o início	28
1.2 Direitos: lutas e movimentos sociais pela reparação racial.....	45
1.3 A África X Brasil contemporâneo e as conquistas da comunidade negra: e agora o que fazer?.....	70
CAPÍTULO 2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	87
2.1 Assistencialismo e bem-estar no Brasil: os primórdios.....	87
2.2 Caminhantes: a busca pela Política Pública de Assistência Social	110
2.3 Política Pública de Assistência Social e os desafios enfrentados na realidade brasileira contemporânea: efetivamos e/ou efetivaremos este direito?	137
CAPÍTULO 3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL: INTERFACE E DINAMIZAÇÃO DE DIREITOS	158
3.1 Para além do discurso: o papel do Assistente Social e a Política de Igualdade Racial.....	158
3.2 Perspectivas: a operacionalização da Política Pública de Assistência Social	182
3.3 Desafios: consolidação de direitos à Política de Igualdade Racial	200
CAPÍTULO 4 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL EM ÂMBITO MUNICIPAL: O CAMPO DE PESQUISA.....	220
4.1 Contextualização histórica do povo negro são-carlense	220

4.2 Metodologia da Pesquisa: o “olhar” aos sujeitos inseridos na política pública municipal	228
4.3 Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e a estrutura organizacional	233
4.4 Povo negro São-Carlense e a “Divisão de Políticas de promoção de Igualdade Racial”: a implementação e implantação da política no tecido social municipal	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
REFERÊNCIAS.....	295
APÊNDICES	
APÊNDICE A –Roteiro para pesquisa de campo	319
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	323
ANEXO	
ANEXO A – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA	325

INTRODUÇÃO

A proposta desta tese será apontar através de referenciais bibliográficos e da pesquisa de campo como ocorre a trama, a mobilidade dos negros urbanizados nas políticas de assistência social e igualdade racial brasileira contemporânea.

Todavia, este estudo a ser delimitado nas próximas laudas proferirá sobre as formulações e interpretações teóricas, com vistas à sistematização e construção do conhecimento científico, buscando delimitar a importância da prática investigativa do Serviço Social¹ para a comunidade negra no Brasil.

As referências indicadas pavimentam a compreensão dos fenômenos que movem a sociedade do capital e direcionam consciências, poder, relações, interesses, práticas macro e micro societárias. Incidem nas formulações teóricas no âmbito das ciências sociais, e contaminam modos de apreender o real e de produzir conhecimentos, pela via da pesquisa. (BATTINI, 2003, p.10).

De acordo com as leituras realizadas, compreende-se que as práticas emancipatórias dependem de uma luz teórica transparente que transcenda as reais condições da população afro-brasileira a partir da prática interventiva (do assistente social), sendo está de suma importância para a demonstração de nossas pretensões. Outrossim, os espaços institucionais em que atuamos, nos apontam através da expressão da questão social, o objeto a ser estudado, suas nuances históricas e justificativas.

Sabe-se que a perversidade resultante do sistema econômico em que estamos expostos, tanto gera miséria, quanto riqueza; vulnerabilidade que se acentua, quando o pigmento negro está presente na pele de uma parcela de brasileiros. Neste contexto, entende-se que é na realidade social que se constrói a ruptura com o pensamento conservador ou se amplia a condição de dependência, de enclausuramento das ações que servem aos interesses dos opressores, como nos ensinou Paulo Freire, na maioria de seus estudos.

Apreende-se que as estratégias oriundas do pensamento burguês brasileiro, construídas a partir do projeto econômico colonial empreendido no século

¹ “Remete a uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional [...]” (FRAGA, 2010, p. 52).

XVI pelos homens europeus, resultaram numa sociedade que luta para encontrar sua própria construção e história social, cultural e econômica.

A isso se agrega o questionamento: por que estudar, especificamente, as demandas negras atendidas pela política pública de igualdade racial e assistência social nas cidades? Porque os dados finais da Dissertação de Fogari (2010) revelaram que os afro-brasileiros ainda encontram segregados, diante de situações degradantes, contrárias aos direitos sociais/seguridade social, previstos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Deste modo, interpela-se: para que servem as bases legislativas específicas conquistadas pelo movimento negro brasileiro?

A referida coleta de dados (FOGARI, 2010) revelou que, em se tratando da política pública de assistência social municipal, não existem ações e projetos para dirimir as desproporções econômicas, sociais, culturais e políticas destinadas aos descendentes dos africanos no século XXI.

Desse modo, a análise e realidade contemporânea apontada em reportagens e estudos acadêmicos demonstraram a necessidade de se aprofundar a pesquisa em atenção às precariedades socioeconômicas apresentadas pelos afro-brasileiros, moradores das zonas urbanas. Como os dados foram preocupantes, buscamos outro local em que elencasse em sua estrutura organizacional a política de igualdade racial, por isso a Prefeitura Municipal de São Carlos (SP).

Adjunto a isso, se expressa que na cidade selecionada, tem-se a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, que é responsável pela implantação, implementação, execução e operacionalização da política pública de assistência social. Neste sentido, a pesquisa objetiva identificar como decorre o atendimento aos negros, através da Divisão de Política de Igualdade Racial.

Em linhas gerais, consideramos importante avaliarmos as crises e acontecimentos decorrentes no contexto histórico, segundo as mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas do nosso país, que trouxeram abnegações e mudanças. Todavia, o processo investigativo partiu da formulação e organização de conhecimentos, que fossem unidos com o espírito crítico que sistematizasse estes fenômenos acerca das condições dos afro-brasileiros.

A grande força premente nos contextos históricos atesta/afirma que as desigualdades sociais concentradas na sociedade contemporânea determinam o Estado como articulador da vida do negro brasileiro, via políticas públicas. Fato

este que não poderá ser fragmentado, desarticulado do processo histórico, mediante este fato, dever-se-á observar mais precisamente a construção e evolução dos acontecimentos, tomando como ponto de partida o minuto em que a regente Isabel, assinou a Lei Áurea, no final do século XIX.

Assim, como decorrem as ações em âmbito municipal para os descendentes dos africanos? Este questionamento visa observar os obstáculos que redundam à construção ou (des)construção da cidadania dos negros, sendo as preocupações que levaram a formulação dos objetivos específicos desta tese de doutoramento, sendo:

- Identificar quais são os projetos interventivos e ações socioeducativas apresentados pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Divisão de Políticas de Igualdade Racial de São Carlos;
- Verificar se os direitos sociais da comunidade negra estão sendo efetivados, através das políticas públicas desenvolvidas para a comunidade afro-brasileira e qual a participação destes sujeitos na construção e efetivação das políticas reparatórias;
- Avaliar quais são os órgãos públicos/privados e as parcerias existentes em atenção à questão social inerentes à comunidade negra;
- Analisar a perspectiva dos sujeitos da pesquisa: assistentes sociais, gestor municipal, chefe de divisão e usuários negros através da fusão das políticas públicas pela secretária em estudo.

Sob o prisma teórico deste estudo, mostramos que a problematização pautou-se nas divergências e adversidades vividas pela comunidade negra nas zonas urbanas contemporâneas. Compreende-se a partir disso, que as segregações raciais são provenientes da herança histórica escravista, ditada durante um longo período pela supremacia oligárquica brasileira.

Seguindo com nosso estudo, ao olharmos para o atual panorama brasileiro no século XXI, com base nas informações explicitadas questionamos qual a relação do período pós - “alforria” com a ausência de políticas públicas municipais, tão necessárias para o estabelecimento da seguridade social aos pesquisados?

Deste modo, como buscar a consolidação dos direitos sociais, se vivenciamos o cerceamento por parte do Estado, que introduz legislações que, enfim, os culpabilizam e responsabilizam pelas suas condições socioeconômicas?

Battini (2003) traz um sólido questionamento que fundamenta nossas indagações, sendo: Como avançar nesta construção? Ou melhor, na construção deste estudo? Em resposta, entre os tópicos listados pela autora, usaremos o item:

Denunciar as lógicas que reiteram as desigualdades, a discriminação, a exclusão social e que constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo, nas relações Estado/Sociedade. (YASBEK, 2001 apud BATTINI, 2003, p. 19).

Compreende-se que a discriminação, desigualdades e a exclusão social são resultantes da política econômica neoliberal, que contesta as relações e negligencia os direitos sociais. Contudo, o aumento da perda dos recursos governamentais destinados às políticas sociais públicas, faz emergir uma avalanche de desafortunados ao relento/ao léu, diante do patrocínio de ações voltadas ao econômico, que preterem o social, enfim, as relações e causas humanitárias.

A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e da educação. (BRAVO, 2000, p.112).

Com base nas informações, que demonstram uma realidade social, exposta nos balizamentos exploratórios propostos pelo capital, questionamos: Como a política de assistência social poderá voltar-se para as questões étnico-raciais das cidades? Para Yasbek (2003, p. 150) o “[...] assistente social, embora desenvolva sua prática nas diversas políticas sociais, ao lado de outros profissionais, encontra nas políticas específicas de assistência suas demandas mais expressivas [...].”

Complementando as informações, com a intenção de justificar a importância deste estudo, apontaremos os dados coletados no Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010, de organização de Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Fabiana Montovanele e Luiz M. Carvano (2010), que delimitou em relação aos programas de transferência de renda, em 2006, que:

[...] do ponto de vista da composição de cor ou raça das pessoas de referência dos domicílios que recebiam cada uma daquelas formas de rendimento, os pretos e pardos responderam por 69,4% dos que receberam PBF; por 59,9% dos que receberam Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-Loas); por 68,3% dos que receberam rendimentos através do PETI; e por 67,5% da totalidade dos

programas de transferências de rendimento. (BURLANDY; SALLES-COSTA; PAIXÃO, 2010, p.132).

Para dar vicissitude para esta estatística, no mesmo texto (BURLANDY; SALLES-COSTA; PAIXÃO, 2010) continua expressando outros dados importantes para a questão racial e Programas de Transferência de Renda (PTR's). Para os pesquisadores em 2009, num universo delimitado por 11 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 7,3 milhões possuíam titulares negros & pardos, ficando os brancos representados por apenas 2,9 milhões. "Assim, 66,4% dos titulares eram negros & pardos. Destes, 61,3% eram mulheres e 5,1% eram homens. Já os brancos responderam por 26,8% dos titulares, 25,0% mulheres e 1,7%, homens." (BURLANDY; SALLES-COSTA; PAIXÃO, 2010, p. 133).

Tais dados revelaram que as desigualdades econômicas, sociais e culturais para os negros são predominantemente exaltadas nos Programas de Transferência de Renda (PTR), portanto os recursos disponíveis para a política de assistência social precisam ser repensados, preestabelecendo delineamentos acerca do emprego de práticas sistemáticas que visem à formulação de ações democráticas para os protagonistas deste estudo.

Convém mencionar que o ponto de partida deste estudo foi verificar em referenciais teóricos dados que demonstrassem as condições dos negros urbanizados. Sobre isso, admitimos que nos preocupamos com o olhar do assistente social quanto às questões raciais nos municípios. Como acontecem? Ou, não acontecem? Iamamoto (2004b, p. 20) enuncia mediante as atribuições privativas do Assistente Social, que pensar o profissional na contemporaneidade requer:

[...] o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização de compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária.

Espera-se que o profissional em seu espaço institucional, junto a uma rede protetiva perene e integrado em equipes multidisciplinares, busque ações socioeducativas que minimizem ou eximam os reflexos da hegemonia burguesa que aniquilou com homens negros que foram alicerces na formação social, econômica, cultural e política desse país. De acordo com Munanga e Gomes (2006, p. 178), "É

por isso que dizemos que as diferenças, mais do que dados da natureza, são construções sociais, culturais e políticas.”

Com base nesta citação, questionarmos: quais foram as construções sociais, culturais e políticas sobre a questão dos descendentes dos povos africanos que nos foram passadas pelo Estado² de direito? Da democracia e respeito às diferenças? Enfim, vivemos o mito e/ou a sólida democracia racial? Eles mesmos respondem:

Por isso, refletir sobre a **questão do negro não é algo particular que só deve interessar às pessoas que pertencem a esse grupo étnico-racial ou aos militantes do Movimento Negro. É uma questão da sociedade brasileira e também da humanidade.** (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 178, grifo do autor).

Paralelamente a citação acima, se expressa que é função social, política e filosófica preocupar-se com a questão do negro, assim que seja em âmbito global, nacional e local, traçando-se simetrias com as responsabilidades de seus respectivos governos. Entre pertença e adesão, avante com essas reflexões, e/ou construção histórica, para que se oportunize o advento da justiça econômica, cultural, política e social aos negros.

Apresentação dos capítulos

Os capítulos que ora apresentamos buscará apontar o nosso caminhar pelas trilhas deixadas pelos antepassados escravizados dos negros que hoje dividem os espaços urbanos. Compartilha-se que a semelhança dos dados históricos de que os resquícios deste passado teimam em travar com a possibilidade do prodígio das políticas públicas para este segmento populacional, torna o assistente social um profissional de suma necessidade para a efetivação da seguridade social dos protagonistas destas nefastas cenas em que estão expostos.

² “A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semi públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil.” (GRAMSCI, 1980 p. 149 apud BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 92). Assim, Gramsci analisou o Estado a partir da relação hegemônica, em que a classe dominante é detentora, tendo autonomia para “gerenciar e privar” a vida da sociedade, através de formas de oferecimentos ideológicos, que imprimem o direcionamento da vida em si. “O Estado é sempre um Estado de classe. O Estado, ao constituir-se como forma de dominação e organização das classes, se equilibra entre a tarefa de ‘educar’ as massas, adaptando-as a determinado tipo de comportamento (conformismo) e, ao mesmo tempo, busca reprimir todo aquele comportamento inadequado às formas de viver e produzir socialmente dominantes.” (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 92).

Destarte, este estudo está formulado em quatro capítulos que foram premeditados num projeto de pesquisa, que agora está consolidado através de referenciais teóricos e coleta de dados. Assim, pudemos nas linhas escritas traçar um paralelo entre as condições atuais dos negros e a possibilidade de a inserção dos mesmos nos debates nacionais da política de assistência e de igualdade racial.

No primeiro capítulo deste estudo, intitulado: “Política de igualdade racial: segregação e resistência” - procuramos desvendar as condições em que os europeus chegaram e colonizaram o Brasil e a América como um todo. Com este ponto de partida, pautamos em como aconteceu a formação social brasileira e a contradição imperante entre a colonização dos Estados Unidos da América (EUA) e a do Brasil. Mediante isso, destaca-se que, contrariamente, os estadunidenses foram colonizados pela Inglaterra, adotando outros moldes de organização social, econômica, política e cultural.

Ainda neste capítulo primogênito, apontamos as condições sociais dos habitantes e as divisões sociais em que estavam expostos, onde o escravizado era considerado somente um instrumento de trabalho, sem direitos, mas com deveres bem definidos, comparando suas condições com as desferidas por Adolf Hitler aos judeus nos campos de concentração da II Guerra Mundial, no século passado.

Mais adiante se discutiu os movimentos sociais em nível nacional, fazendo um paralelo aos acontecimentos de São Carlos (SP) e ao finalizar procurou-se entender a África nas nuances contemporâneas, trazendo-a para a academia, mostrando os contatos formalizados através dos intercâmbios entre pesquisadores. Assim, buscaram-se demonstrar a necessidade de retirá-la da cozinha, dos terreiros brasileiros, para levá-la a academia, mostrando a riqueza cultural da África.

O segundo capítulo: “Política Pública de Assistência Social: possibilidades e desafios” - por conseguinte, trata-se de um retrospecto à gênese do assistencialismo, as condições das leis instituídas na Inglaterra no período antecedente ao capitalismo e as que foram instituídas para acalantar os operários durante a Revolução Industrial, onde a beneficência era necessária para o proliferação do capital. Após estas delimitações, passamos a expressar como aconteceu a implantação das ações benemerentes e irmandades religiosas no Brasil colonial, após os indígenas serem estrategicamente banidos de suas terras.

As primeiras ações assistencialistas foram trazidas pelas ordens religiosas e tinham um caráter de tutela e favor. Estas heranças ibéricas se

personificaram na introdução das Misericórdias, nas quais o escravizado era indigno de atendimento, que ficavam como obrigação dos seus proprietários. Assim, até nas ações assistenciais, enuncia-se e transparece a hegemonia de classe.

Mais avante, mostramos como essas benemerências caminharam para o Brasil Republicano, até que se criou em 1938 o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), definindo-o como um órgão que articulava práticas assistencialistas e clientelistas no Brasil Getulista. Deste modo, andaram par e passo com os objetivos da burguesia em ascensão. Para tal, na década de 1940, entra em cena a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que foi encabeçada pelas primeiras-damas, que se infiltraram neste órgão social em atenção à necessidade de se aproximar da classe oprimida, para irradiar ações clientelistas e solidárias.

Todavia, avança-se para as políticas de ação social no período ditatorial (1964-1985), momento em que a sociedade é convidada a retirar-se da cena não só na política, mas social, cultural e economicamente. Consecutivamente com a conquista da Constituição Federal de 1988, o povo é condecorado com a seguridade social, que prevê a universalidade dos direitos sociais aos brasileiros, contrapondo aos ideais neoliberais, que estavam confiscando o objetivo do *Welfare State*³ Europeu.

Com a nova Constituição Federal de 1988 (CF), a política de assistência social perde o caráter do favor, passando a ser declarada uma política pública, que fosse para todos, item formalizado no artigo 203 da normativa federal. Porém, houve um contrassenso, quando apesar da formalização deste direito, os governantes ainda resistiam, inclusive instituindo o assistencialista Programa Comunidade Solidária. Nesse óbice, a categoria dos assistentes sociais, junto a setores da sociedade civil foi importante para que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) fosse colocada em pauta.

Ainda destaca-se que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) propõe o atendimento aos territórios, retirando-os da menina dos olhos das primeiras-damas, que eram/são adeptas a práticas meritórias/assistencialistas, fundamentadas na política populista, que davam e/ou dão prosseguimento ao coronelismo contemporâneo. Posteriormente passou-se pelo SUAS, que

³ “O século XIX testemunhou, de fato, importantes mudanças na estrutura econômica e no sistema político das sociedades capitalistas centrais, as quais exigiram do Estado inéditas intervenções.” (PEREIRA, P. A. P., 2011, p. 30), em que as cobranças resultaram no Estado de Bem-Estar Social.

determinou a introdução na Proteção Social Básica e Especial nos municípios/territórios, que se formalizam consecutivamente nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Após o delineamento da normativa, elenca-se que a questão étnico-racial ainda é incorporada a outras demandas. Assim, observou-se que a política de assistência social não a credenciou a tais premências sociais.

Assim, os afro-brasileiros entram no rol da culpabilização e da estigmatização junto a suas famílias, porém enfatiza-se que não somente os remanescentes quilombolas; mas falamos daqueles que se ocultaram nas zonas periféricas, segregados dos municípios, no processo – pós-emancipatório, no final do século XIX e início do XX. Entretanto, estes erros históricos, encontram-se velados, jogados em baixo do tapete da arena política deste país.

O capítulo três: “Política Pública de Assistência Social e Política Pública de Igualdade Racial: interface e dinamização de direitos” - procurou discutir o papel do assistente social na política de igualdade racial, conforme as leituras que demonstraram a importância desse profissional para a questão racial, que tem como caráter primordial a intervenção junto aos usuários na perspectiva da transformação social. Para tal, demonstramos as normativas que regem a profissão, onde consta a preocupação com a diferença e a diversidade.

Neste propósito, como existem escassas publicações que envolvam o Serviço Social e a questão racial brasileira, utilizamos: textos, artigos/trabalhos acadêmicos e livros sobre o assunto, que trouxeram elementos para compreendermos tais premências. Deste modo, após discorrermos sobre a operacionalização da política de assistência social que demonstrou que além de itens organizacionais e estruturais para operacionalização, precisa-se de profissionais comprometidos com a efetividade dos direitos aos cidadãos, não se esquecendo da política pública de ação afirmativa.

Ao finalizarmos, descrevemos sobre o desafio da consolidação da política de igualdade racial, em que os negros conquistaram direitos que neste cenário contemporâneo de desconforto econômico, muitos foram perdidos, ou seja, antes mesmo de serem formalizados⁴.

O quarto e último deles foi reservado para revelarmos a pesquisa de campo realizada no município de São Carlos (SP), na Secretaria de Cidadania e Assistência Social especificamente na Divisão de Política de Igualdade Racial. Iniciamos este capítulo abrindo as cortinas da história para contarmos dados sobre a fundação de São Carlos (SP) e sobre sua formação social, em que demonstrou um número expressivo de escravizados que foram utilizados nas roças. Após, isso explicamos os passos, o percurso metodológico desse estudo e como conduzimos a pesquisa de campo. Consecutivamente apresentamos a coleta de dados, realizada com os sujeitos deste estudo: servidores técnicos da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, da Divisão da Política de Promoção da Igualdade Racial, profissionais assistentes sociais e usuários negros (da política de assistência social e da igualdade racial).

As considerações finais apontaram para a importância dos assistentes sociais, para a temática, para que lutem por este espaço, porém precisa-se que a política de assistência lhe dê suporte normativo.

Ao final declaramos que a produção e (re) produção da trama social dos negros urbanizados, ainda continuam a serem tramadas pela elite burguesa, que temem perder a hegemonia.

⁴ Referimo-nos a extinção da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no segundo semestre de 2015, segundo a necessidade de cortes, em decorrência da crise econômica que assola o país e foi agregada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH).

CAPÍTULO 1 POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL: SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA

1.1 A estrutura formativa de nossa população: o início

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra [...]. (HOLANDA, 1995, p.31).

“[...] uns desterrados em nossa terra [...]” (HOLANDA, 1995, p.31). Como assim! O que Sérgio Buarque de Holanda procurou demonstrar com esses dizeres? Esta frase nos levou a questionarmos como tudo aconteceu... E, por que aconteceu...

Riquezas! Encontrar tesouros e/ou formas e meios para tê-los ou contê-los, este foi o pensamento promovido pelos colonizadores europeus que aportaram no Continente Americano, formado pelo trio: América do Norte, América Central e América do Sul. O que queriam eles? Povoar, o despovoado? Encontrar riquezas ainda não exploradas? Enfim, instiga-se saber o que moveu estes homens recém-saídos do medievo a chegarem numa terra tão longínqua e desconhecida.

O português e o espanhol, como revisado pelo escritor Eduardo Galeano (2008) entraram nas embarcações marítimas impulsionados pela busca de: especiarias, alimentos, metais, minas de ouro e prata, pedras preciosas (pérolas, esmeraldas, diamantes), da ampliação do poder do reino português/de Castela e de fieis ao catolicismo. Enfim, estes intentos fizeram com que a Europa se tornasse autônoma e soberana. “A espada e a cruz marchavam juntas na conquista e na espoliação colonial [...]” (GALEANO, 2008, p. 38).

Durante a conquista, ao infiltrarem nestas terras, os exploradores encontraram várias civilizações, sendo: Incas, Astecas e Maias; e ainda uma diversidade de tribos indígenas que ladeavam territórios das Américas, pertencentes ao México, Paraguai, Equador, Colômbia, Guatemala, Peru, Chile, inclusive feriu-se e exterminou-se com aborígenes que habitavam o litoral brasileiro.

A civilização que se abateu sobre estas terras, vinda do além-mar, vivia a explosão criadora do Renascimento: a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna. O desnível do

desenvolvimento de ambos os mundos explica a relativa facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas [...]. (GALEANO, 2008, p.33).

O desnível do desenvolvimento dito pelo autor citado acima, estava agregado às maravilhas naturais das Américas e/ou que foram preservadas devido às condições culturais de seus povos. Deste modo, o cenário avistado pelo colonizador, no século XVI foi esculpido por muita terra, sol, mar, florestas, belezas naturais e nativos. Assim, desde os primeiros passos e léguas desferidas pelo europeu, a sensação de posse lhes tomou conta, mediante as formosuras e esplendores naturais apreendidos.

Outrossim tanto se ostentou e explorou a prata de Potosi, situada na Bolívia, quanto o ouro das Minas Gerais, aqui no Brasil. Os dois metais serviram como moeda e hipoteca pelos europeus, que instituíram e engrenaram o motor do capital. Quanto a esta adversidade Eduardo Galeano utilizou da explicação reluzida por Karl Marx expressa no livro “O capital”, rechaçando que:

[...] no primeiro tomo de O capital: ‘O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento das minas da população aborígene, o começo da conquista e o saqueio das Índias Ocidentais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros: são todos feitos que assinalam os alvores da era de produção capitalista. Esses processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais do movimento da acumulação original.’ (MARX apud GALEANO, 2008, p.46).

Daí, o escritor Galeano segue explicando segundo Ernest Mendel (1969) que as explorações da era colonial, serviram como investimento para a consolidação das manufaturas, abrindo precedentes para a Revolução Industrial, que tanto precisava dos bens de capitais, quanto de manufatura (GALEANO, 2008). “As colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo da expansão do capital comercial. A Europa estendia seus braços para alcançar o mundo inteiro [...]” (GALEANO, 2008, p. 47).

Coroa e religiosos alienados pela riqueza, exploração e práticas permeadas pela domesticação de pessoas, deram os passos e estenderam os braços nas terras americanas: infelizmente. O céu e o fel... Estes foram caminhos e sentimentos que se complementaram. Para se chegar ao céu, a vida dos receptores era tomada pela violência, extermínio e nostalgia. Nostalgia dos tempos remotos em que os ameríndios (as) viviam como meninos (as) grandes. Propor o novo e/ou outra

estrutura medieval, mas agora em terras colonizadas, noutras demarcações, do lado de cá do mundo, este foi o fato! Fato ou fel? Assim:

A prata e o ouro da América penetraram como um ácido corrosivo, no dizer de Engels, por todos os poros da sociedade feudal moribunda na Europa; a serviço do nascente mercantilismo capitalista os empresários mineiros converteram os índios e escravos negros em numerosíssimo 'proletariado externo' da economia europeia. A escravidão greco-romana ressuscitava de fato, num mundo distinto; ao infortúnio dos índios dos impérios aniquilados na América hispânica é preciso somar o terrível destino dos negros arrebatados às aldeias africanas para trabalhar nas Antilhas e no Brasil [...]. (GALEANO, 2008, p. 58).

Segundo os dizeres de Galeano (2008), concebe-se que para desbravar as terras tanto brasileiras, quanto das Antilhas, os exploradores precisaram criar recursos que previssem o resultado final desta artimanha mercantil: lucro. Para tal, importaram altas somas de negros, que iniciaram uma verdadeira saga em nome do exclusivo cultivo da cana. Deste modo, formalizaram-se os planos econômicos dos colonizadores europeus.

Em atenção a estes planos econômicos, apoiamos em Sérgio Buarque de Holanda (1995) que nos ensinou que na vida coletiva existem dois princípios: do aventureiro e do trabalhador. O aventureiro é aquele que não pensa nos limites de suas ações e de que forma serão alcançadas. Já o trabalhador é aquele que analisa, observa, visualizando primeiramente os obstáculos, que serão vencidos com ânimo e persistência.

De acordo com a exposição de Holanda, compreende-se que o movimento expansionista promovido nas terras americanas, através da ideologia mercantil-capitalista, engrenou a luta entre: latifundiários, os potentes exploradores e, os nativos/escravizados que estavam na condição ínfima de explorados/trabalhadores. Neste íterim, houve uma contradição entre os ideais do aventureiro e do trabalhador. O aventureiro chegou a este continente pensando unicamente na riqueza que ostentaria num futuro próximo, aquém as formas e meios que seriam lançados nesta proeza. Para acumular tesouros, o colonizador/aventureiro necessitou angariar alternativas para suprir a falta de pessoas para trabalhar nas lavouras.

A riqueza conquistada adornou e reluziram igrejas, casas-grandes, sobrados, salões destinados a eventos sociais (saraus, teatros, cinemas) etc. Neste contexto, onde a sociedade se formava sobressaíram-se costumes e ideologias

advindos da Europa (Paris/França que ditava intencionalmente a moda), que destarte era um disparate os “modelitos” utilizados nas terras tropicais e a importação de teorias e conhecimentos descabidos a nossa realidade sociocultural.

Com tais estratégias e imposições sociais, culturais e econômicas, formava-se um mercado e comércio, que precisava tanto de consumidores, quanto de matéria-prima. Partindo desta suma necessidade, colocaram uma mortalha nos povos americanos, especialmente brasileiros e latino-americanos, que estiveram/estão presos a uma camisa de força de difícil despojamento. Era/é como um veneno em que não encontrava/encontra-se antídoto, as explorações e extermínios continuaram formando uma ponte marítima entre: países colonizados (dominados/periféricos) e colonizadores (dominantes/cêntricos), enfatizando-se somente relações extremamente econômicas, incorporadas pelo aniquilamento e destruição destes.

Nessa premissa, enviavam-se matéria prima para os países cêntricos que as transformavam em capital e comércio. A manutenção de tal relação emoldurava fortemente estes ideais. Deste modo, não se deu asas aos países situados nas Américas Central e Latina, mas os podaram desumanamente, para que não fossem livres, caminhantes num território tão imenso e rico. Holanda no livro “Raízes do Brasil” (1995) enfatizou que:

Uma das consequências da escravidão e da hipertrofia da lavoura latifundiária na estrutura de nossa economia colonial foi a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação das demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países, inclusive nos da América Espanhola [...]. (HOLANDA, 1995, p. 57).

Diante disso, caminhamos a par e passo dos ideais econômicos, sociais, políticos e culturais de outras nações em especial dos EUA e de países capitalistas europeus. Estas amarras foram construídas como armadilhas pelos estadunidenses, que de forma contrária foram colonizados pela Inglaterra.

A colonização e enfrentamento às terras dos EUA ocorreram de forma díspar ao latino-americano que sofreu de forma cruel e letal a preponderância dos posseiros Ibéricos e hispânicos. Fomos obrigados a fazermos parte dos combinatórios existentes entre nossos colonizadores com o emergente mercado inglês. Mediante este fato, Portugal aniquilou a gestação da manufatura no Brasil. Utilizaram de meios e estratégias de sucção para como uma esponja embeber e

transportar nosso ouro, que significava: lucros e moeda de troca. Mediante este apontamento, a fuligem do ouro estava entranhada em todos os poros dos ávidos usurpadores. “Nada ficou, no solo brasileiro, do impulso dinâmico do ouro, salvo os templos de obra de arte [...]” (GALEANO, 2008, p.79).

Já segundo Galeano (2008), a guerra da Secessão nos EUA indicou o ápice deste povo, que se tornariam a maior potência capitalista do mundo, quando os industriais do norte venceram os agricultores do sul. (GALEANO 2008). As regiões norte e sul seguiam caminhos opostos. As terras situadas no sul foram tomadas pelos latifúndios de plantação de tabaco, que era realizada pelos escravizados e as do norte por não apresentar um clima propício ao plantio, recebeu uma massa considerável de colonos ingleses, sendo devotada à manufatura.

[...] os governos das colônias outorgavam subvenções e prêmios às manufaturas de todos os tipos. Promovia-se, com incentivos, o cultivo do linho e a produção da lã, matérias-primas para os tecidos de fio cru que, embora não fossem muito elegantes, eram resistentes e eram nacionais [...]. (GALEANO, 2008, p. 260).

Contudo, de forma consistente os ingleses instituíram um mercado nas terras estadunidenses, através do incentivo e implantação das zonas de produção de bens de consumo. Por aqui, existia uma simetria entre: colônia (Portugal) e colonizados (Brasil), sendo duas áreas subdesenvolvidas. De acordo com a frase anterior, herdamos a precariedade e a rudimentaridade do falido reino português. Assim, a Inglaterra se apossava do ouro das colônias através das transações comerciais, da exportação de seus produtos.

Mediante o pensamento burguês, sociedades contraditórias se formaram ao longo dos séculos. Enquanto os EUA se firmaram como grande produtor industrial, no Brasil e demais países latino-americanos usavam da vitalidade de seres humanos para abastecer o polo industrial inglês e seus dissidentes.

Enquanto morria o século XVIII, os Estados Unidos contavam com a segunda frota mercante do mundo, integralmente formada com barcos construídos nos estaleiros nacionais, e as fábricas têxteis e siderúrgicas estavam em pleno e pujante crescimento. (GALEANO, 2008, p.262).

Menos explorados que nós... Lá as plantações serviam principalmente a indústria em ascensão, diferentemente das nossas, que enchiam as burras dos velhos senhores de engenho, de minas e dos barões do café. E, ainda, dos homens

do outro lado do mundo, que exportavam destas terras tudo que fosse plausível para a obtenção de lucro.

Sobre este fato peculiar Holanda (1995), retratou no livro “Raízes do Brasil” que na Europa existia somente a agricultura de subsistência, por isso a necessidade de se extrair destas terras plantas típicas de clima tropical (HOLANDA, 1995). De outro modo, este intento foi inviável de se estabelecer na América do Norte, devido ao clima e a qualidade do solo.

Contudo, os aventureiros portugueses que vieram para este continente tiveram que nele adaptar-se, mediante as condições climáticas, culturais e sociais estabelecidas, vivendo e sobrevivendo das práticas herdadas e trasladadas.

Acresce-se a isso que precisaram adaptar a uma organização diferente, para que os resultados da ganância fossem formalizados. Mal-intencionados, não avaliando os resultados de seus atos, rudimentarmente e ciosamente implantou-se o ciclo agrário da cana-de-açúcar. Com um número reduzido de habitantes, a retaliação empreendida pelos nativos, que não aceitaram a condição de escravizado, abriu-se precedente para se buscar alternativas. “[...] a abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse aqui, a verdadeira unidade de produção [...]” (HOLANDA, 1995, p.48).

Nunca pensaram nas consequências, explorando e extorquindo tudo que podiam. E, assim sucedeu-se, arrancaram das entranhas da terra todo o *húmus* necessário a produção e reprodução de lucro. Deste modo, a partir do momento em que se tornava estéril partia-se para outro lugar e/ou meio extrativista diferente, geralmente numa área virgem/imaculada.

Na realidade o português não era dado ao trabalho, nem orgulhoso de sua raça (HOLANDA, 1995) tornando a necessidade de sugar a mais-valia das terras recém encontradas um entrave. Os solos tornaram-se uma opção lucrativa, mediante a inexpressividade aviltada em Portugal, que produzia somente para o consumo interno, numa relação ainda de manufatura inexperiente e simples.

Além de aproveitar-se do trabalho dos nativos, utilizou-se a experiência escravocrata já presente em Portugal, que usava a virilidade dos africanos para a realização de atividades laborativas. “[...] e, verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos.” (HOLANDA, 1995, p.48).

Desconsiderando e considerando as terras, despojados de planejamento, transferiram as formas e pensamentos sobre a escravização para cá, intencionados somente em suprir a lavoura e, respectivamente as relações comerciais com países também em ascensão. “[...] dificilmente se encontrava habitação onde não houvesse pelo menos uma negra. A gente mais rica tinha escravos de ambos os sexos, e não faltava quem tirasse bons lucros da venda dos filhos de escravos [...]” (HOLANDA, 1995, p.54).

Para tal, os cinturões de terra roxa nordestina foram cobiçados e desbravados para que ali se introduzisse a organização agrária, e dela obtivesse o ouro do período: o melado do açúcar.

Ergueram-se os canaviais no litoral úmido e quente do Nordeste do Brasil; posteriormente, também as ilhas do Caribe – Barbados, Jamaica, Haiti, Guadalupe, Cuba, Dominicana, Porto Rico -, Veracruz e a costa peruana foram sucessivos cenários propícios para a exploração, em grande escala, do ‘ouro branco’ [...]. (GALEANO, 2008, p. 83-84).

Ora, os dados expressos demonstraram que o cenário agrário aviltado no período colonizatório esparramou-se pelas Américas, não sendo fato isolado no Brasil. A cobiça pelo poder e o lucro alastrou-se como erva daninha, desconsiderando seus povos e condições de vida.

O doce melado tornou-se amargo como fel para aqueles vitimados pelos truculentos ibéricos, a começar pelos ameríndios e, subsequentemente pelos imigrantes escravizados que inumanamente foram conduzidos para estas terras, com ações ilícitas e fraudulentas.

[...] bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho. (FAUSTO, 1996, p. 30).

Deste modo, estes povos desembarcaram neste território estranho, tanto para mexer os tachos do doce melado, quanto para ordenar, zelar dos gados e/ou para infiltrar nos rios em busca do reluzente ouro amarelo, e das pedras preciosas. Ademais, com a formalização destas atividades laborativas edificaram as construções sociais, econômicas e culturais nas zonas urbanas e rurais brasileiras.

Além disso, foram a espora econômico, social e cultural desta nação, quando nas casas grandes, prestaram cuidados desde o período gestacional de suas sinhás, até a idade de os sinhozinhos embarcarem muitas vezes para a Europa em busca da erudição, da formação profissional. E, de lá voltavam doutores, bacharéis, evidenciando a divisão social entre ambos, como predito na canção popular: Morro Velho⁵, de autoria de Milton Nascimento (1967).

Filho do sinhô vai embora
 É tempo e estudo na cidade grande
 Parte, tem olhos tristes
 Deixando o companheiro na estação distante
 "Não me esqueça amigo, eu vou voltar"
 Some longe o trezinho ao deus-dará

Quando volta já é outro
 Trouxe até sinhá-mocinha para apresentar
 Linda como a luz da lua
 Que em lugar nenhum rebrilha como lá
 Já tem nome de doutor
 E agora na fazenda é quem vai mandar
 Seu velho camarada já não brinca, mas trabalha.

Numa breve descrição, nota-se que no contexto apreendido nas estrofes da música, vivia-se uma inflexão de valores, por parte dos latifundiários, sendo que a maioria morava nas zonas rurais. Assim, ali estavam para contemplar e não permitir que suas riquezas fossem suprimidas, e que desfalcassem os cofres de seus agregados, consanguíneos e, da coroa ibérica, pois no fundo eram seus súditos.

No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes aristocratas. Estes afluíam aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades religiosas. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral [...]. (HOLANDA, 1995, p. 90).

Em relação a este assunto, Gilberto Freyre nas obras literárias “Casa Grande & Senzala” e “Sobrados e Mucambos” descreveu a vida cotidiana das famílias nas zonas rurais e urbanas no Brasil colônia, que valem a pena ser retratada. Ora, a família patriarcal brasileira é formada nos latifúndios à sombra da relação de trabalho escravizado, que tanto decorriam nas fazendas quanto nas pequenas vilas.

⁵ Estas estrofes editadas acima pertencem à música de Milton Nascimento - Morro Velho, que vem denotar em palavras e versos as condições em que viviam os habitantes das zonas rurais no período colonial.

A nossa formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aí constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros. Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas [...]. (FREYRE, 2005, p.85).

Deste modo, a partir do século XVI são articuladas estratégias para que se engrenassem a economia agrária e seus respectivos poderes, sendo: social, cultural, político e econômico. Neste intento, à formação religiosa dos ibéricos permitiu que se formalizassem casamentos na colônia, que resumidamente não estariam abertos a promiscuidade, garantindo através da moral e dos bons costumes, a manutenção e concentração do poder dos colonizadores, que também tiveram filhos com indígenas e negras.

O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza da raça. Durante quase todo o século XVI esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica [...]. (FREYRE, 2005, p.91).

O catolicismo foi o selo e o elo que ligavam uns aos outros, impedindo a desarticulação e rebelião entre os colonos; abrigando e acobertando as mais variadas situações adversas, frutos das rupturas morais e religiosas do período, como por exemplo, a chegada de um filho não planejado, que era acolhido nas Rodas dos Expostos e, as mães, se de famílias abastadas, eram encaminhadas para as clausuras dos conventos.

Dos sujeitos históricos, resgata-se que a mulher foi a base e estrutura da propagação da riqueza; riqueza constituída sob uma condição subestimada, principalmente das esposas, que comandavam as casas-grandes, debaixo dos bigodes dos barões do café e senhores de engenho; seus senhores maridos e/ou donos (pois, a relação era de propriedade privada).

As mulheres eram, sem dúvida, os elementos mais importantes na estratégia familiar. A escolha da esposa certa podia dar início ao sucesso; providências convenientes quanto às filhas podiam assegurar a continuidade. As esposas dos senhores de engenho compartilhavam o status e o prestígio dos maridos, mas por seu papel na sociedade paternalista do Brasil colonial [...]. (SCHWARTZ, 1988, p. 242).

Neste modelo social, Schwartz (1988, p. 243) ressalta que “Enquanto as mulheres eram o principal elemento na formação da família, a propriedade era a base de sobrevivência da linhagem. Propriedade e família estavam intimamente vinculadas na concepção dos senhores de engenho [...]”

Entretanto, as habitações dos aristocratas e escravizados denotam também um pouco da formação social brasileira. As casas-grandes defrontaram com as mudanças culturais, econômicas, culturais e sociais deste país, revelando em seu cotidiano a dinâmica, as facetas, os padrões hierárquicos dos residentes. A partir delas, vagarosamente o contexto agrário escravocrata diluiu-se nas cidades, agora adornadas pelas culturas afluentes da Europa.

A casa-grande que abrigou os senhores de engenho, as sinhás, sinhazinhas e os capelães é convertida para os sobrados nas zonas urbanas, que procuraram manter o poder político e econômico, através da reversão em cargos representativos nas repartições públicas. A estrutura descrita significava a fortaleza para os latifundiários e seus respectivos herdeiros, sendo tão forte que abrigava ao seu entorno e/ou no porão, a senzala que com as transições: campo *versus* cidade e escravizados *versus* força de trabalho livre, também sofreu alterações. Neste episódio histórico “[...] as senzalas foram diminuindo; e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos: trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem amparo das casas-grandes.” (FREYRE, 1951, p. 345-346).

Sobre a realidade em que vivenciaram, o senhor Natal⁶ um ex-escravizado da região, que pertenceu à Fazenda do Conde do Pinhal, que na época em que foi entrevistado contava com 116 anos e morava em Rincão (SP), contou um pouco sobre a senzala, intitulando-a como curro⁷, explicando com memória e lucidez, que: “O curro era uma casa dos escravos, não tinha cobertura de sapé. Era um corredor.” (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p. 81).

Recordou-se ainda o ancião, com riqueza de detalhes que: “No curro, havia as esteiras, feitas de taboa (espécie de planta fibrosa). Não havia separação

⁶ As pesquisadoras Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e a historiadora Andréia Appolinário descreveram no artigo: “Memória Silenciada” (2005) dados sobre a entrevista oral realizada pela segunda delas, com dois descendentes de escravizados da Fazenda do Conde do Pinhal, sendo o Sr. Natal (116 anos) e Dona Leonora (95 anos de idade).

⁷ Citam as autoras em nota de rodapé do artigo evidenciado, que ao investigarem o significado da palavra “curro” no Dicionário Aurélio, esse se referiu que em São Paulo, ela decodifica o conjunto de senzalas (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p. 81).

entre as pessoas. Todos dormiam no chão, os escravos eram jogados ali, todos deitados naquele rancho comprido.” (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p.81).

O ex-escravizado informou também que com a “abolição” as moradias se modificaram, definindo que “[...] depois da escravidão não era mais o curro; era rancho de sapé [...]” (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p.81).

Consterna-se, após os relatos orais do Sr. Natal, que as condições insalubres perpetuaram-se neste novo modelo habitacional, que resguardava nestas moradias simples e precárias os reflexos de planos e estratégias, onde o negro continuava a ser considerado pelos ex-proprietários como: inumanos. Para Freyre:

Dissolvendo-se no proletariado de mucambo e do cortiço, seus padrões de vida e de alimentação muitas vezes baixaram. Seus meios de subsistência tornaram-se irregulares e precários. Os de habitação às vezes degradaram-se. Muito ex-escravo, assim degradado pela liberdade e pelas condições de vida no meio urbano, tornou-se malandro de cais, capoeira, ladrão, prostituta e até assassino. O terror da burguesia dos sobrados. (FREYRE, 1951, p. 387).

No entanto, é salutar apontar que os meios de vida não baixaram e/ou não foram insuficientes desde as senzalas pela opção dos negros, como afirmado por Freyre (1951), mas pela imposição dos ocidentais que instituíram uma ordem econômica, de cunho colonial. Ainda, adiciona-se que eles (os escravizados) não se tornaram malandros, ladrões, prostitutas e assassinos, mas o sistema econômico agrário os destinou isso e, quanto à frase: “[...] tornando-se o terror da burguesia” (FREYRE, 1951, p. 387), indaga-se: E, os terrores vividos nas senzalas em nome da elite agrária? Nas cafuas, choças, palhoças...? E, os castigos? O tronco? O Pelourinho? E, o distanciamento da África, enfim, o desenraizamento? Contudo, estes negros foram impulsionados ao mundo das violações e deflagrações de direitos, quando lhe mostraram somente deveres (ou seja, trabalhar, trabalhar...).

Os glossários históricos foram forjados. A população desta nação foi e continua sendo persuadida a crer que as pessoas portadoras da melanina, ou seja, do pigmento preto não pertencem aos grupos humanos, à sociedade de modo geral. Este fato vem sendo traçado há vários séculos, como será tratado por Boris Fausto (1996) nas próximas linhas, que descreve as divisões sociais que foram sendo formadas, impulsionadas pela herança fenotípica.

De acordo com Boris Fausto (1996) as primeiras divisões sociais, no nosso país, traziam distinções raciais, sociais, econômicas, políticas que subentendemos que eram geradas das contradições entre: colonizador *versus* colonizado (FAUSTO, 1996).

Conforme o enunciado, apresentar-se-á cada uma delas, a começar pela *pureza de sangue* que apartava os puros e impuros. Consideravam-se impuros “[...] os cristãos novos, os negros, mesmo quando livres, os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços [...]” (FAUSTO, 1996, p.38). Apreende-se que se delimitavam deveres, em detrimento aos direitos. Deste modo, deviam: trabalhar, obedecer, compreender, temer... Em contrapartida, eram proibidos de serem condecorados com títulos de nobreza, postos no governo, inserirem-se em irmandades renomadas, etc. (FAUSTO, 1996).

O segundo apontamento: “livres e escravos”. A própria cisão que definiam estas condições definia qual papel cada um representava dentro/fora da sociedade brasileira. “A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram, em primeiro lugar, negros, depois, índios e mestiços [...]” (FAUSTO, 1996, p. 38). Estes fatores apreendidos indicavam o papel de cada um, na ordem econômica, social, cultural e política. Assim, definia: quem era quem!

O autor define para o terceiro item: “Escravos x Escravos”. A função exercida entre os escravos os diferenciava, podendo ser: nas roças *versus* nas casas-grandes; na grande propriedade *versus* na cidade (de ganho) (FAUSTO, 1996).

Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. ‘Boçal’ era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; ‘ladino’, o que já estava relativamente ‘adaptado’, falando e entendendo português; ‘crioulo’ era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto, em um extremo, e o mulato claro, em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados. (FAUSTO, 1996, p. 40-41).

Diante das fortes predominâncias das diferenciações descritas, que muito interferiram e interferem na vida dos africanos e afro-brasileiros⁸ passamos para o quarto apontamento: “Livres x Libertos”. O autor ressalva, que a condição de liberdade não dava essa condição aos negros, pois no mundo dos brancos deviam obedecer às regras, sendo muitas vezes imputados a comungar da vida social. “A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar [...]” (FAUSTO, 1996, p. 41).

A quinta notória menção: “nobreza, clero e povo”. Estes representavam a sociedade brasileira, que era dividida hierarquicamente. A nobreza era representada basicamente pelas pessoas brancas. “A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos [...]” (FAUSTO, 1996 p. 41). A descoberta do ouro e a vinda da monarquia conotaram outra concepção social e distinção entre o campo e a cidade.

O sexto, descrito por Fausto (1996) é a: “Hierarquia das profissões”. Ele ressalva que a primeira grande profissão premente no Brasil, foi a de ser senhor de engenho. Já os comerciantes eram considerados de segunda categoria, por serem cristãos novos e descendentes de judeus e, devido ao fato de se desvalorizar as obras manufaturadas, os artesãos também eram desconsiderados.

A sétima distinção era conotada pelos: “Que mandam”. A sociedade brasileira era demarcada pelos poderosos, sendo os grandes proprietários agrários e os comerciantes que se dedicavam ao comércio externo (FAUSTO, 1996), que adquiriram ascensão social somente após o século XVII.

Entoa-se que o preceito número oito decodifica a: “Discriminação religiosa”. Ressalva-se que a pureza de sangue estava condicionada à religião, sendo a católica (FAUSTO, 1996). Para tal, havia os cristãos velados, que seriam os cristãos-novos e judeus que eram adeptos à religião judaica sob omissão.

O penúltimo foi a “discriminação sexual”. Fausto (1996) lembra-se da diferenciação entre gêneros. Assim, a presença masculina, nas famílias patriarcais extensas pertencentes à classe pobre, praticamente não existiu,

⁸ Quando se refere aos africanos e afro-brasileiros, compreende-se segundo as leituras realizadas em Fausto (1996), aqueles moradores da colônia, sendo os primeiros “trazidos” do Continente Africano e, em relação ao segundo trata-se daqueles descendentes dos africanos, ou seja, nascidos no Brasil.

emergindo maior independência às mulheres. Este fator dependia das regiões e condições impostas.

Para finalizar com tais disposições sociais, Fausto (1996) apresenta o de número dez, que representa a “Cidade e Campo”. Sobre este fato, descreve que a maioria do povo da colônia encontrava-se nas zonas rurais, pois as zonas urbanas foram crescendo e ganhando destaque gradativamente.

Após os estudos de Boris Fausto (1996), compreende-se que existia uma capa que encobria os desajustes, embustes e retaliações vividas pelos habitantes destas terras, porém seus reflexos são/estão evidenciados no século XXI.

A isso, argumenta-se: não estariam os africanos escravizados aglomerados num campo de concentração⁹, instituídos pela ortodoxia Ibérica? Analisando a vida abreviada e esgotada pelas inúmeras tarefas que lhes eram atribuídas, as negatórias cotidianas, afirmamos que os fatos aqui engendrados em nada diferiram dos acontecimentos sangrentos e desumanos da 2ª Guerra Mundial, na década de 1940, do século XX. Assim, os ascendentes e descendentes da aristocracia agrária, domados pelo positivismo e liberalismo, por aqui fizeram minar riquezas; riquezas formalizadas segundo preceitos ideológicos que dizimaram com etnias oriundas do continente africano. Assim, não seriam semelhantes a Adolf Hitler, e/ou os Hitlers encobertos, ocultados por máscaras?

Ao invés de trajes dos aprisionados no campo de concentração de Auschwitz, decoficadas pelas :“Figuras esfarrapadas, com o uniforme listrado dos prisioneiros, moviam-se no interior do campo [...]” (NYISZLI, 1974, p. 26), na tirania destas terras, usavam-se roupas diminutas, feitas de restolhos de seus senhores e panos grosseiros.

O cenário brasileiro dos séculos XVII, XVIII e XIX era permeado por cenas (a) pitorescas, pelos africanos e descendentes, que chegavam a ser alugados para trabalhar nas zonas rurais e/ou nas cidades, intitulados negros de ganho, laboravam,

⁹ Os campos de concentração significaram um lugar de horror e tormentos para os judeus, que foram “condenados” ao holocausto devido à origem étnica. “[...] A teoria da supremacia ariana foi mais que um simples pretexto para liquidar os judeus da Europa: muitos, mas muitos mesmo, foram seduzidos por essa infame propaganda e começaram a acreditar ardentemente nela. Assim, meter uma bala na nuca de milhares de homens, ou atirar centenas de homens, mulheres e crianças numa câmara de gás, não precisava de maiores justificativas. Como membros da Raça Superior, os oficiais nazistas estavam cumprindo sua tarefa sagrada.” (NYISZLI, 1974, p. 21).

[...] mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes. Assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos [...]. (HOLANDA, 1995, p. 59).

Ademais, ressalta-se que os “assassinatos” eram velados, cometidos cotidianamente em doses homeopáticas, sem se importar com as subjetividades e objetividades concretas dos escravizados, quando lhes subtraíam a oportunidade de ser e estar nas rodas sociais, culturais, econômicas e políticas do percurso.

E, por falar em violência e controle social, de acordo com Lara (1988), a Metrópole para manter a colônia sob domínio usou de dois mecanismos, a saber: defesa militar e dominação política, que se ocupariam em resguardar de possíveis intromissões aos Estados, sendo de ordem externa (de outras nações) e interna (conter as ações e movimentos dos próprios moradores).

Datam da segunda metade do século XVIII a organização e controle militar dos moradores e as proibições contra a entrada de ‘ideias jacobinas’ na Colônia, paralelamente à ampliação do poder dos governadores coloniais e interferência mais direta da Coroa nos negócios coloniais. (LARA, 1988, p. 31).

A implantação da defesa previa o impedimento e disseminação de ideais revolucionários, oriundos da Revolução Francesa, que impulsionassem principalmente a libertação dos colonizados, que viviam no maior abandono e descaso possível. Neste âmbito, o autor (LARA, 1988) cita que se formavam ações complementares e duais, em que a exploração continuaria numa dimensão mais ampla, que consecutivamente preservaria sua propriedade. Diante disso, “[...] à Metrópole interessava predominantemente o controle colonial, enquanto, ao senhorio, o controle escravista [...]” (LARA, 1988, p.36).

Contudo, Lara (1988) buscava-se unicamente manter o trabalho escravizado e, sua submissão à Coroa, que se beneficiava com a transação comercial clandestina. Como perder uma peça (ou seja, um escravizado) significava prejuízo, aumentaram-se os dispositivos legais e os instrumentos de controle destes. “Fonte de lucros enquanto objeto de comércio e mão-de-obra

produtiva, o escravo e a escravidão eram preservados de qualquer contestação.” (LARA, 1988, p.34).¹⁰

Na exposição feita no texto de Lara, autores da época, inclusive religiosos católicos, alertaram como os proprietários deveriam castigar seus escravizados, de maneira que não os perdessem para o suicídio, assassinato e fuga.¹¹ Resumindo, os instrumentos de suplício e suas formas de aplicação eram como um adestramento (onde animais são condicionados a obedecer a ordens/deveres). Segundo Lara (1988, p. 54):

Alimentado, vestido, doutrinado o escravo existia para trabalhar, para produzir. Mas isto não era uma decorrência natural. Era preciso incitá-lo ao trabalho: era preciso castigá-lo. Castigar era submeter, dominar, castigar era domar a rebeldia, manter o escravo na sua condição de escravo. Esta pedagogia se vinculava à própria ideia de ordenação e regulamentação da escravidão, que ia desde a obrigação do castigo minuciosamente analisado até a estipulação rígida de aspectos exteriores, das tarefas a serem desempenhadas na produção. Assim, como se ministravam os sacramentos para ordenar a consciência, ministravam-se castigos para ordenar e disciplinar o corpo dos escravos para o trabalho. A eficiência ganhava então seu verdadeiro sentido: ser eficiente, significava dominar e produzir de forma ordenada, disciplinada, lucrativa.

¹⁰ Para enriquecer a discussão sobre as condições insalubres e de poder em que os escravizados foram submetidos, utilizamos as informações de Lara (1988, p. 34), que também estão expressas no livro: A dimensão educativa no trabalho: exercícios de reflexão. (FOGARI, 2015, p. 142).

¹¹ Silva e Dias (2002) pronunciaram em sua pesquisa sobre crimes (homicídios e suicídios) em São Carlos do Pinhal, tendo como fonte documentos da época (arquivados no Pró-Memória de São Carlos), com o recorte temporal delimitado entre: 1869-1888, que demonstraram como ocorriam tais brutalidades entre os escravizados das fazendas locais. As autoras selecionaram casos, que exemplificaram como os negros se redimiam ao suicídio e/ou eram assassinados pelos dominadores, que estavam na condição de proprietários. Dentre eles, a escravizada Isabel, que utilizou uma caixa d'água para afogar-se no moinho da fazenda de seu dono. Daí, os outros foram por enforcamento, sendo: Clemente, Serafim e Adão. Apontaram que o poder judiciário se calava diante dos casos, em que os corpos de delitos “confirmavam” o suicídio de maneira sorradeira. Ora, no período escravista, muitas mortes de escravizados nem eram comunicadas a delegacia, sendo “abafadas” ali mesmo nas fazendas. Explicaram Silva; Dias (2002, p. 216-217) que os depoimentos de seus donos, eram sempre redundados por falas superficiais, com poucos questionamentos do delegado de polícia que pudessem esclarecer se o falecido havia sofrido castigos, abusos ou estava doente. Assim: “A não preocupação com as causas do suicídio por parte dos representantes da lei revela o pacto estabelecido com os senhores [...]” (SILVA; DIAS, 2002, p. 218). Ainda relataram sobre homicídios, em que Leocadio, o escravizado assassinou seu feitor, chamado Adão, que ceifou a vida de seu “igual e superior” por estar em situação de embriaguez, fato que o levou a negar um forçoso trabalho a ser realizado à noite (20h00min) (SILVA; DIAS, 2002, p.219). Por isso, recebeu como pena, o castigo de quinhentos açoites (dividido em vinte e cinco vezes) (SILVA; DIAS, 2002, p.221). Muitas vezes, como no caso de Elias e Marcelino, escravizados que cometeram assassinato ao Ricardo E. de T., devido as barbaridades vivenciadas nos chãos das fazendas, justificando o ato criminoso, pelo fato de passarem fome e serem castigados injustamente (SILVA; DIAS, 2002, p. 221). Deste modo, ressalta-se que a “violência, gerava violência”.

Nesse sentido, pequenas diferenças ou nenhuma são observadas entre o campo de concentração de Auschwitz e fazendas patriarcais, no período escravista brasileiro (que podem ser consideradas campos de extermínio de africanos e descendentes), que são justificadas pelos castigos proferidos por Lara (1988), que retratam as violências psicológicas, culturais e econômicas vividas pelos oprimidos deste país. Então, era no pelourinho e/ou no tronco que se formalizavam o controle e ordem social escravista.

Logo, não existiam leis trabalhistas, políticas sociais públicas, mas castigos que: “Não só mantinha os escravos na sua condição de escravos, mas também se constituía no meio de organizar o trabalho, de dividi-lo, regulá-lo.” (LARA, 1988, p.54).

O fato que restou de tanta barbárie, é que o Brasil é o que é graças a está série de acontecimentos, fatores, fatos e contextos. Observa-se que as redundantes problemáticas sociais, culturais, econômicas e políticas perpassaram pelas construções antagônicas oriundas do processo colonizatório, a começar pela Metrópole (Monarquia absolutista) representada pelos donatários. Estes passaram a condecoração de senhores de engenho e barões de café, que foram patenteados com o título de coronéis (que mandavam na vida e na alma do oprimido) no período Republicano e, consecutivamente em épocas sucessoras, através da emergência e ascensão destes nos pleitos políticos (presidentes, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores municipais), fato ainda presente no Brasil contemporâneo. A herança hegemônica da política partidária exprime-se nos nomes e sobrenomes que são portadores das mesmas ideologias, que se traduz em: segregação *versus* poder.

Ao encerrar-se este tópico de estudo, apreende-se que as disposições delimitadas resgataram um contexto histórico insurgente, em que os antepassados fizeram vista grossa para as cenas protagonizadas pelos povos de ascendência africana. Deste modo, conclui-se que estes ávidos capitalistas, representados pelos proprietários de terras e/ou oligárquicos, apoiados no cajado da hipocrisia e ganância, desconsideraram o outro, o africano, o humano...

1.2 Direitos: lutas e movimentos sociais pela reparação racial

É o que se observa no desenrolar das lutas sociais, na marcha do movimento social negro, lado a lado com os desenvolvimentos do pensamento brasileiro. As diversidades raciais tanto se recriam continuamente como sempre escondem desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. (IANNI, 2004a, p.126).

Os descendentes dos africanos ainda são tratados e considerados como filhos bastardos deste país. Notadamente, na vida cotidiana da comunidade negra existem tapumes que são impostos pela gestão pública atual nos três âmbitos do governo, deixando vidas e vidas aquém da garantia de seus direitos. Mediante esta assertiva, indaga-se: e a reparação racial?

Próximo a isto, neste subcapítulo abordar-se-á as condições do já comentado, escravizado diante à “abolição” e seus antecedentes, seu contexto histórico, político, social e econômico, mediante a possibilidade da obtenção de propostas de ações que visassem desconstruir e reconstruir o histórico de repressão e vulnerabilidades dos negros deste país. Para mostrar isso, faremos interlocuções com fatos decorridos em São Carlos (SP) na época dos principais acontecimentos referentes ao período escravista. Profere-se que os dados sobre as condições dos negros na contemporaneidade, serão elencados no último capítulo desta tese, por ter sido selecionado o município para a pesquisa de campo.

Num breve retrocesso ao final do século XIX, soube-se que o mundo ocidental era tomado por várias mudanças, dentre elas, a efervescente Revolução Industrial que se iniciara ao término do século XVIII, trazendo novos costumes, valores, enfim rumos para a sociedade. Obviamente, sobressai-se a nível mundial, uma cultura capitalizada, que visava ao consumismo. A isto, por pressões externas, oriundas da Inglaterra, que mudara as regras do jogo¹², em 1850, promulgou-se a Lei Eusébio de Queiroz, que previa o extermínio da comercialização dos filhos do continente africano. Comprovando que mesmo após a promulgação da lei internacional no século XIX, procedia-se a nível nacional (em São Carlos do Pinhal)

¹² A Inglaterra agora não precisava somente desentranhar o ouro e preciosidades de nossas terras e/ou das latinas, mas estava sedenta em agregar consumidores, para aquilo que produziam, pois viviam o aflorar da Revolução Industrial. Contudo, escravizar era incoerente com o este “novo” pensamento, que se deleitava ao capital. Deste modo, a escravização remodela-se, pois aos poucos se criou com o capitalismo, súditos/escravizados ao consumo, hoje, num tônus contemporâneo.

a compra e venda de gente, como se animal fosse, seguem os dados extraídos dos arquivos em que figura a família Arruda Botelho.¹³

[...] saibão quantos este público instrumento de compra e venda de tres escravos virem que sendo no Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e secenta e cinco, aos cinco dias do mez de fevereiro do dito anno nesta freguesia de São Carlos do Pinhal na casa de residencia do Tenente Coronel Antonio Carlos d' Arruda Botelho, onde me achava eu Tabellião e sendo ahi perante mim apareceu o Alferes Joaquim de Meira Botelho e o Tenente Coronel Antonio Carlos d'Arruda Botelho aquelle como outorgante vendedor e este como outorgado comprador [...] todos desta conhecidos de mim Tabellião pelos proprios de que tracto e dou fé e pelo outorgante vendedor me foi dito perante as testemunhas abaixo assignadas que he Senhor e legitimo possuidor de trez escravos criollos sendo hum de nome Benedicto de idade vinte e dois annos, e Benedicta mulher daquelle idade vinte e dois annos mais ou menos e Benedicto solteiro de idade dezeseis annos de cujos escravos nesta dacta fáz venda e o comprador Tenente Coronel; Antonio Carlos d'Arruda Botelho [...] pelo preço e quantia de seis contos de reis que ao fazer desta recebeo em moeda corrente, e por isso transpassa na pessoa d'elle comprador toda posse, jus, dominio e acção que nestes tinha [...] [Imposto de Meia Siza: 90\$000] [...] O Agente em São Carlos do Pinhal quatro de fevereiro de mil oitocentos e secenta e cinco. Emilio Leonardo de Campos e sendo lida esta acceitarão e assignão com as testemunhas o padre Joaquim Botelho da Fonseca e Emilio Leonardode Campos todos desta conhecidos de mim Andre Antonio de Lima Tabellião que escrevy [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.10-11).

Deste modo, o Brasil, no século XIX, modernizava-se à sombra do trabalho escravizado, surgindo assim questionamentos sobre os rumos, as diretivas a serem tomadas, ocorrendo a intervenção da política partidária, pois o país abria-se para o mundo capitalizado, instituindo-se indústrias e comércios, segundo a preponderância dos dogmas liberais e positivistas.

A introdução da emancipação dos escravizados no debate político trouxe momentos tensos e contraditórios na Câmara dos Deputados no século XIX, que em 1871 aprovou a Lei Rio Branco, que previa: “[...] a emancipação das crianças recém nascidas de mulheres escravas [...]” (NOVAIS, 1978, p.112). Com esta lei, conhecida como Lei do Ventre Livre, esperava-se que o regime escravista fosse eximindo-se vagarosamente até extinguir-se completamente após algumas décadas.

A lei era complexa, já que se esperava dela que alterasse o *status quo* de um modo satisfatório para os críticos da escravatura, embora defendendo, ao mesmo tempo, os direitos dos donos de escravos. Sua intenção era estabelecer um estágio de evolução para um sistema de trabalho livre sem

¹³ A família Arruda e Botelho são tradicionais no município, inclusive sendo atribuída a ela a fundação da vila de São Carlos do Pinhal no século XIX.

causar grande mudança imediata na agricultura ou nos interesses econômicos [...]. (NOVAIS, 1978, p.113).

A lei tinha como foco a libertação das crianças no ventre das mulheres escravizadas, porém, de acordo com Fonseca (2009b) estes recém-nascidos precisavam ser maternalmente zelados, todavia contrariamente muitos foram arrancados dos braços das mães, para serem enviados à roda dos expostos, ou abandonados ao relento das ruas.

Deste modo, Fonseca (2009b) acrescenta que estudos sociológicos sinalizaram que estas atitudes inaceitáveis foram responsáveis pelo surgimento de crianças em situação de rua, dentre eles um número significativo de meninos e meninas negras, que também engordavam os cofres dos aristocratas e da Igreja que exploravam seu pueril serviço. Advertia a Lei do Ventre Livre, segundo os arquivos da cúria são-carlense que: “[...] os párocos ficaram obrigados a registrar, sob pena de multa (100\$000) os nascituros [...]” (BRANDÃO, M. A. L., 2008, p. 26).

Segundo Novais (1978), a lei previa a criação de um fundo de emancipação¹⁴, uma concessão que autorizasse os escravizados a acumular recursos para compra da alforria, “libertar” também àqueles que estavam em posse do Estado, inclusive os que estavam a serviço da Monarquia; propor emancipação aos em situação de abandono pelos donos (e àqueles previstos em testamentos ou heranças); e, finalmente a obrigatoriedade de um registro nacional em que se arquivassem dados estatísticos sobre os escravizados, sendo que os proprietários que não o fizessem perderiam o direito de posse, tornando-os livres.

A região de Araraquara e São Carlos em si, sofreu com a escassez de braços para a lavoura de café, por isso a Lei passou a vigorar quatro anos após sua preconização. Ora, era interessante manter os escravizados longe de qualquer normativa e/ou possibilidade de redenção. Os barões do café do interior paulista não recuavam, observando exclusivamente a hegemonia desencadeada pela ascensão econômica. Atinava-se somente para o lucro que estes seres humanos ofereciam.

¹⁴ O historiador Brandão localizou em suas pesquisas relatos sobre o escravizado Narcizo, da cidade de São Carlos do Pinhal, que foi alforriado pelo Fundo de Emancipação. Assim: “Na 'Ação de Arbitramento de Liberdade Pelo Fundo de Emancipação' (1883) registrase: Narcizo, preto, 42 anos, casado com liberta, lavoura, aptidão boa, pessoas da família: 2, moralidade: boa, numero da matricula: 306.” (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p. 12).

A Junta de Classificação de Escravo, instituída pela mesma lei em 1871 e que deveria registrar e classificar todos os escravos do município, com o intuito de proporcionar-lhes a alforria, somente entraria em funcionamento em São Carlos quatro anos depois, em 1875, provavelmente por influência de fazendeiros que procuravam adiar ao máximo sua implementação. Implantada a Junta, os juizes, controlados pela oligarquia local, tanto atrasavam sistematicamente a classificação dos escravos a serem alforriados como retinham as cartas de libertação dos escravos cuja classificação fora aprovada [...]. (TRUZZI, 2007, p.55).

Como descrito acima, itens preconizados pela Lei Rio Branco geraram resistência; resistência fincada num modelo arcaico de sociedade, imbricada nas relações hegemônicas agrárias. Assim, a votação da Lei de 1871 gerou inúmeros debates e discussões entre políticos de várias áreas brasileiras. Entre discórdias e acordos, na eloquência dos discursos faziam-se somas e analogias, para que não perdessem o direito a propriedade dos filhos de escravizadas. Segundo Novais (1978, p.120), “[...] Barros Cobra, de Minas Gerais, afirmou que o direito adquirido que o proprietário tinha do fruto do ventre da escrava era tão completo quanto o direito ao fruto da árvore ou à cria de qualquer animal de sua propriedade [...].”

Neste cenário, esqueceram-se novamente de colocar o escravizado no centro do debate como um ser humano portador de direitos à educação, habitação, saúde e reparação socioeconômica. Colocou-se em pauta a lucratividade que o trabalhador livre representava, preterindo as condições futuras dos “emancipados”.

Os homens livres contribuíam mais do que os escravos para o bem-estar público. Os homens livres proporcionavam seu capital e inteligência, além de seu trabalho, enquanto os escravos, motivados apenas pelo medo, contribuíam somente com seu trabalho. Os trabalhadores livres criavam uma forma de mão-de-obra útil em tempo de guerra, enquanto os trabalhadores escravizados constituíam uma ameaça nacional permanente [...]. (NOVAIS, 1978, p.126).

Argutos, os políticos se apropriaram de falas tarjadas de preconceito e discriminação, desmerecendo as condições reais e potenciais que os alforriados tinham em disputar uma vaga no vindouro mercado de trabalho. Seria então, um abandono lento e gradual, que se iniciaria pelos recém-nascidos que para serem realmente “livres” precisariam receber conhecimentos e condições socioeconômicas.

Com a crise colonial estabelecida, os escravizados com mais de seis décadas e meia de idade são considerados “livres”, como preconizou em 1885, a Lei nº 3270, conhecida como Lei do Sexagenário e/ou a mais popular Lei Saraiva-

Cotegipe. Emenda-se a isso, que o capítulo histórico de São Carlos (SP)¹⁵, não diferiu em nada do restante do país, como segue:

[...] Illmo Snr Dor Juiz de Orphãos Junto a esta remeto a V.Sa a relação dos escravos de 65 annos hoje livres em virtude da lei de 28 de setembro do corrente anno; cuja relação foi extraída diretamente dos livros de matricula na minha repartição. Deus G[uarde] a V. Sa São Carlos do Pinhal 12 de junho de 1886 [...]. [...] Traslado edital. Libertação de escravos. O Doutor Leopoldino Martins de Andrade, Juiz de Orphãos n'esta cidade de São Carlos do Pinhal e seu Termo, por Decreto Imperial, etc. Faço saber aos que o presente edital virem que tenho designado o dia primeiro do mez proximo futuro pela onze horas da manhã para audiencia extraordinaria entregar as cartas de liberdade aos escravos Floriano [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2008, p.29).

O conteúdo exposto detalha os registros em que se guardavam matrículas dos escravizados com mais de sessenta e cinco anos das terras são-carlenses, que foram “emancipados” pela Lei de 1885, citando o horário em que lhes seriam entregue as cartas de “liberdade”. Fazendo um contraponto a esta lei, questiona-se: liberdade e/ou descarte? Ou seja, trata-se de pessoas senis, que tiveram sua virilidade ceifada cotidianamente pelos confinamentos agonizantes em que foram introduzidos e, no final da vida, como “marionetes” foram sucumbidos ao *nada*...

Mediante estes gestos ditados pela monarquia e seus dissidentes àqueles em opressão social, registrou-se que por mais de três séculos se negou a cidadania aos enclausurados através do mais torpe espírito e pensamento medieval, abdicando-se a real emancipação, não propondo direitos e condição de vida aos descendentes do continente africano, tanto a nível local, quanto nacional.

A questão da **educação não havia sido debatida**, mas a história brasileira revelara pouca inclinação **por parte da classe dominante para conceder oportunidades de educação aos trabalhadores agrícolas ou para preparar seus ex-escravos para a cidadania**. Realizar isso em 1871 teria sido realizar uma reforma muito mais radical do que qualquer coisa que existia na Lei Rio Branco, já que uma educação eficaz teria transformado o sistema social e econômico do Brasil ainda mais do que a abolição da escravatura. (NOVAIS, 1978, p.129 (Grifo do autor).

Espiando ainda o passado dos afro-brasileiros, que tomados pelo desejo em “libertar” os escravizados, membros do movimento abolicionista se reuniam em

¹⁵ Digo que podemos justificar esta afirmativa, através dos estudos do historiador Marco Antonio Leite Brandão (2010a), que pertenceu ao Núcleo de História da ONG-Ramudá, deixando registros de suas intensas pesquisas no livro: “Casa Grande & Senzala em São Carlos do Pinhal” e artigo: “A carta do ex-escravo Felício & História de São Carlos”.

busca de estratégias que contrapusessem o agregado econômico que se formava para mercantilizar inclusive os desejos dos que foram trazidos e estocados no mercado de negros, para tornarem-se produto para comercialização. Conta Aluisio Azevedo, que num dia normal, quando transeuntes iam e vinham, avistavam-se a mercantilização de carne humana, em que corretores de escravizados:

[...] examinavam a plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas; batiam-lhes com biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura como se estivessem a comprar cavalos [...]. (AZEVEDO, [2005?], p.18).

Em São Carlos do Pinhal¹⁶, havia um entreposto de escravizados, a que Brandão (2008) denominou “valongo carlopolitano”. O comércio de carne humana acontecia na “[...] “Fazenda Babilônia”, de Manoel Cândido de Oliveira Guimarães (1826-1881)¹⁷ que a dirigiu de 1876 a 1881 [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2008, p. 6).

Confirmando a existência do tráfico interprovincial de negros, oriundos de outros estados para as roças de café paulistas, peculiarmente para o “valongo carlopolitano”, que neste caso específico eram de Caetité, sertão baiano. “São Carlos, por exemplo, principal mercado de cativos caetiteenses, alcançou 121 % de aumento entre 1874 e 1882 [...]” (CONRAD, 1987, p. 356). Manoel Candido Guimarães é citado neste estudo como traficante, constando em 68 incidências das procurações analisadas (NEVES, 2000, p.127). Como predito por (NEVES, 2000, p.108):

Os mascates de escravos deslocavam-se com suas mercadorias do sertão da Bahia pelo interior, saindo de Caetité pelo distrito de Duas Barras, atual Urandi, transpondo a fronteira de Minas em território da jurisdição de Boa Vista do Tremedal, atual Monte Azul, passando por Montes Claros e Bocaiúva, ainda no norte mineiro, seguindo para Corinto, Curvelo. Daí possivelmente dirigiam-se para Divinópolis, Formiga, Guaxupé ou Poços de Caldas, alcançando o destino final através de Araras. Poderiam também, de Corinto ou Curvelo, contornar a serra da Mantiqueira, dirigindo-se para Araxá, onde atravessariam a serra da Canastra, chegando a Franca, no norte de São Paulo, deslocando-se para Batatais, Ribeirão Preto e finalmente São Carlos e adjacências.

¹⁶ São Carlos do Pinhal foi o primeiro nome recebido pelo município de São Carlos.

¹⁷ Segundo o escritor Marco Brandão (2008) Manoel Cândido de Oliveira Guimarães foi um importante mercador/comerciante de escravizados, encabeçando o “Valongo carlopolitano” (entre: 1876-1881), que se ramificava entre as cidades de Araraquara, Descalvado e outras.

Ainda conta os laudos históricos que se infiltrou na cidade, um abolicionista paulistano, o advogado e ex-vereador Eugenio de Andrade Egas¹⁸ (1863-1953), que se casou com Cândida de Arruda Botelho (1863-1956), filha de João Carlos de Arruda Botelho (1836-1892) (BRANDÃO, M. A. L., 2008). Ademais, não se encontraram ações subversivas com viés abolicionista, por parte deste cidadão.

Porém, de maneira a expiar as atrocidades “vale a pena se lembrar”, que os escravizados eram acometidos pelos mais atenuantes sadismos e crueldades, aponto de serem referenciados como qualquer animal da fazenda. Mediante a necessidade de expressar o poder e crueldade, conta Silva e Dias (2002) em seu estudo sobre os crimes em São Carlos do Pinhal, que num deles, que teve como protagonistas Elias e Marcelino, que vitimaram Ricardo E. de T., filho de José E. de T., proprietário dos réus. No interrogatório, Elias expôs que tanto o pai, quanto o filho eram malvados e os castigavam, por isso, Silva e Dias (2002) concluíram que a violência e maus tratos, propiciaram a fúria, e o crime em si.

Comprovando que em São Carlos ocorreram atos abolicionistas, mesmo que velados e estancados pelo temor, represado pelo poder que detinha a aristocracia, Silva e Dias (2002, p. 221-222) emitiram que em 1876, uma carta anônima foi enviada a Luiz Gama para denunciar as atrocidades vivenciadas¹⁹:

Se o chefe de policia tivesse sciencia dos actos deshumanos e horrorosos q' pratica certa classe de gente pr estes sertões, pr certo q' daria urgentes providencias, visto q' as victimas d'estas barbaridad', alem da desgraça q' os persegue pr se chamarem escravos, ain= sofrem castigos tão barbaros, a ponto de sucumbirem. Um fazendeiro de S. Carlos do Pinhal, de nome José Estevão de Torres, é um d'aquelles q' se pode chamar de hamtrophagos, visto que os infelizes q' cahem em seu poder tem diminuido a vigesima parte & menos do q' poderia viver, pm esse mmo curto espaço q' resta, pr certo elles darião de bôa vontae, pr q' ficarião livres da furia d'aquelle algoz. Fiz chegar estes factos ao conhecimento de V.S^a, qm esta muito no caso de socorrer aquelles desgraçados, chegando aos

¹⁸ Marco Brandão evidenciou em seu compêndio, que Emília Viotti da Costa no livro “Da Senzala à Colônia”, a presença do estudante de direito, agora pertencente à família são-carlense “Arruda Botelho”, sobrenome que exaltavam poder hegemônico no município. “[...] O chefe dos caifases [...] organizou um grupo heterogêneo que reunia advogados, jornalistas, tipógrafos, cocheiros, estudantes de direito e alguns negociantes. Ao seu lado, encontravam se nomes dos mais representativos como Julio de Castilhos, Alberto Correa, Luis Murat, Eugenio Egas, Enéias Galvão, Raul Pompéia, membros do Centro Abolicionista de São Paulo, fundado em 1882 [...]” (COSTA, 1998, p. 491).

¹⁹ Silva e Dias (2002, p. 221), escreveram que Luiz Gama era mulato, ex-escravo, e foi advogado e que: “[...] líder da facção abolicionista radical quem, ao responder a júri em Araraquara, sob a pecha de couteiro de escravos fugidos, foi ele quem afirmou que o escravo ofendido em seu direito, quando assassinava seu senhor praticava ato de legítima defesa.”

ouvidos do chefe de policia. Não pretendo assignar — me n'esta carta, não pr q' não possa provar o q' acima vai dicto, mas só e unicamente pr q' infelizmente moro entre estes perversos de forma humana.²⁰

Silva e Dias (2002, p.222) apontaram que Luiz Gama, respondeu numa carta de 26 de dezembro de 1876, endereçada ao Chefe de Polícia da Vila:

Recebi pelo correio a carta anexa. Naum desconheço a necessidade de rigores, q há, para manter-se huã monstruodidade legal, irremovivel de momento; mas sei que a conveniencia nam poderá jámais invadir as raias da licença, e attingir até o assassinato. Por isso tomo a liberdade de transmitti á V. Ex^a. a mencionada carta.

Além desse episódio mencionado, que reluz um ato de clemência aos acontecimentos nas fazendas de São Carlos do Pinhal, em outro artigo Marco Brandão (2010b, p. 2) enunciou outro fato relacionado à luta abolicionista na região, referindo-se que em Araraquara, e/ou São Bento de Araraquara, que:

Em 1883 decidiram os fazendeiros de Araraquara – registra Ana Correa em 'História Social de Araraquara' - expulsar da vila o advogado Antonio Henrique da Fonseca que, segundo eles, fora enviado pelos abolicionistas de São Paulo para fazer agitação entre seus escravos [...] Os fazendeiros contavam com o apoio do delegado José Antonio da Silva Medeiros e do Juiz Municipal, Dr Francisco de Toledo Malta, insurgiram-se também contra o Juiz de Direito e o promotor [Altino Rodrigues Pimenta] fazendo divulgar a notícia de que não permitiriam mais que se tratasse no fórum de questões de liberdade de escravos. Chegaram mesmo a dizer ao Juiz de Direito que ele deveria sair da comarca 'porque despachava em favor de escravos e protegia o abolicionista Fonseca'. Essa acusação no parecer baixado pelo Juiz de Direito em favor de dois escravos que pleiteavam a liberdade apresentando recurso contra Carlos Batista de Magalhães.

Incorre-se, segundo Marco Antonio Leite Brandão (2010b) que muitos adotaram a missão de redimir pessoas do cativo, que tinham a cobertura de membros da capital paulista. Neste contexto de coerção e violação, o abolicionista Antonio Paciência adentrava nas fazendas, arriscando-se para “libertá-los” do regime político agrário.

Por conta disso, muitos deles para retirar seus irmãos das clausuras coloniais, perderam a vida, porém não perderam a batalha, visto que estes atos, junto às rebeldias diárias e à dinâmica laboral, desarticularam o sistema.

²⁰ As pesquisadoras Silva e Dias (2002, p. 222) em nota de rodapé que as duas cartas (enviada e recebida pelo abolicionista Luiz Gama), estavam arquivadas no: “APESP, S. Manuscritos T.I., Policia, cx 135 ordem 2570, ano 1876.”

Outro companheiro preciosíssimo foi um preto de nome Antonico. Esse tinha na especialidade penetrar nos quadros das fazendas, durante a noite, para convidar os outros a fugirem. Missão arriscadíssima, que ele desempenhou com êxito muitas vezes, e tão perigosa que ele terminou a útil vida sendo assassinado, em pleno trabalho abolicionista, ao transpor a porteira de uma fazenda, em Belém do Descalvado [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2010b, p.3).

Todavia, o movimento abolicionista em nível nacional, procurou articular seus membros para propagar a ideologia política da abolição que tinha como pano de fundo, discutir e propor o término do comércio de carne humana, e consecutivamente dos cativeiros que eram verdadeiras “catacumbas patriarcais”.

A luta é obscurecida pelos conservadores, que se viam na condição de perdedores, tanto de trabalhadores para as lavouras quanto de lucros, por deixarem de possuir um bem (e/ou uma propriedade). A que Nabuco destaca a ausência de previdência política, que refletia na necessidade de se rever o futuro do país e de seu povo (NABUCO, 2000). O autor ainda expõe que o negro construiu uma pátria, que por direito deveria chamá-la de sua (NABUCO, 2000).

Outrossim, em relação a política o oeste paulista não se diferiu em nada do restante da nação, Antonio Carlos Arruda Botelho, O Conde do Pinhal, defendeu os interesses da burguesia agrária, classe a que pertencia, inclusive no final do século XIX, quando se aproximava da “abolição” e a falta de trabalhadores. Enfim:

Em 1886, ele ainda exibia confiança na viabilidade do sistema, propondo à Assembleia Legislativa, onde era deputado, a revogação do imposto sobre a introdução de escravos novos na província. Em fevereiro de 1888, porém, evidenciava certa ansiedade, aparentemente por causa do número de escravos que já haviam fugido, escrevendo da Fazenda Pinhal²¹: ‘Tudo se acha ainda em sossego em relação aos escravos porém a vista do sítio em que estou me parece que não poderei deixar de fazer alguma coisa mais em favor deles [...]’ (MONSMA, 2005, p.109).

Assim, sabe-se que o modelo extrativista trouxe riquezas para o reino português e retrocesso para a população das colônias, que se constituía de forma judiada e anacrônica. Era uma relação, que se conflitava rotineiramente entre: sanções/aristocracia e, obediência/escravizados que não queriam envergar, mas para livrar-se dos flagelos, obedeciam. Nestes entremeios, para Nabuco, ao

²¹ Segundo Monsma, em nota, expressou os dados, as fontes da carta enviada pelo Conde do Pinhal como sendo: 08/04/1886 e 01/02/1888 (BOTELHO, 2000, p. 46, 49 apud MONSMA, 2005, p. 109).

explorar os solos e os nativos, os ibéricos desconsideraram também as gerações futuras. Mediante isso:

O parcelamento feudal do solo que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial, e a extensão do comércio no interior. Em todos os sentidos foi ela, e é, um obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra sem atenção à localidade, sem reconhecer deveres para com o povo de fora das suas porteiras; queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes, nem melhorou rios, não canalizou a água nem fundou asilos, não fez estradas, não construiu casas, sequer para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fez benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquinas, não concorreu para progresso da zona circunvizinha [...]. (NABUCO, 2000, p.114-115).

Na exposição feita por Nabuco (2000) se observa que os representantes dos latifúndios não ofereceram benfeitorias às zonas urbanas e seus moradores, nem se valorizou e restituiu a riqueza consolidada para os escravizados, que viviam e sobreviviam dos restos e esmolas de seus proprietários.

Os solos, enfim, as fazendas patriarcais foram o palco da correnteza de sofrimentos, violências desferidas aos africanos e descendentes, porém também evidenciaram lutas, contestações e intolerâncias por parte daqueles que almejar uma autonomia. Para Karl Monsma (2005, p.105-106):

A literatura recente sobre as últimas décadas da escravidão no Oeste Paulista demonstra a rebeldia crescente dos escravos, manifesta, sobretudo em fugas e em agressões violentas contra senhores, administradores e feitores (cf. Azevedo, 1987; Costa, 1998, p. 357-386; Machado, 1987; Machado, 1994). Alguns cativos reivindicavam a liberdade abertamente; outros lutavam para amenizar o ritmo do trabalho ou para defender direitos costumeiros de morar em unidades familiares, de lavrar roças próprias e de vender uma parte de sua produção (cf. Alaniz, 1997; Slenes, 1999; Xavier, 1996) [...].

Ora, outros procuravam alternativas para se livrar dos açoites e ordens dos feitores/senhores, buscando um lugar, um solo, para nele formar uma família, já que confinados, eram impedidos de tê-las. Ademais, a opção encontrada foi empreender fugas; fugas que foram amparadas pelo calor dos quilombos.

Para Campos (2012, p.32) os quilombos chamados pelos seus habitantes de mucambos ou cerca e as atuais favelas “[...] foram e são estigmatizados ao longo da história socioespacial da cidade [...]”

Num universo permeado pela ausência de provisões socioeconômicas, os quilombos antecederam as favelas, pois ao serem alforriados, segundo Campos

(2012, p.42) “[...] deslocaram-se para as cidades ou para os quilombos periurbanos ou rurais. Na cidade, os negros ocuparam inicialmente os cortiços no caso do Rio de Janeiro, ou se tornaram quilombolas em áreas periurbanas.”

Ainda sobre o assunto, veiculou-se uma notícia²² que um grupo de militantes negros se dirigiu a Santa Eudóxia²³, para fins de se resgatar dados verídicos sobre o período escravocrata (PIRES, 2015). Agregando a isso, Marcos Brandão (2008) fez um breve comentário sobre este reduto de negros, descrevendo que “[...] informa a tradição – e acusam os topônimos Sesmaria e Rio do Quilombo, Ribeirão dos Negros – teria no último quarto do século XVIII homiziado um nicho quilombola de cerca de 120 almas [...]” (BRANDÃO, M. A. L., 2008, p. 2).

Alinhavando este assunto, para José Augusto Pereira ([2005]) o negro mudou sua condição de escravizado para quilombola, quando rebelaram e se aglomeraram para viverem sua própria história, longe dos grilhões de seus senhores.

Aparando as arretas... Conta José Augusto Pereira ([2005]) que o quilombo de Santa Eudóxia, se firmou entre os séculos: XVIII e XIX (1726-1888), às margens do Rio Mogi Guaçu, que serviu como espaço de agregação para que mais de dois mil escravizados reiniciassem suas vidas. Destaca-se que:

Numa área de mais de 40 km, a concentração de escravos surgiu inicialmente beirando o córrego Dos Negros (antiga Estação Ferroviária Babilônia), descia, o rio Quilombo até a Barroquinha (fazenda Figueira Branca), no encontro com as águas do rio Mogi Guaçu. Ali bem pertinho da aldeia indígena do Itararé, os quilombolas construíram mocambos (cerca), grupamentos de choupanas rústicas, feita de pau-a-pique, cobertas de folhas de indaiá ou sapé. Cada mocambo tinha seu chefe, sua própria organização e disciplina. Com medo de voltarem para o mau trato do cativo, os escravos foragidos possuíam um sistema de defesa que incluía posto de vigia no meio da mata, armadilhas e caminhos camuflados que interligavam todos os mocambos. Uma verdadeira fortaleza, onde ninguém arriscava a se aproximar. (PEREIRA, J. A., [2005]).

²² O Imparcial, jornal de Araraquara, divulgou no dia 1º/7/2015, notícia de uma visita, realizada por 32 pessoas integrantes do grupo Comissão da Verdade da Escravidão Negra OAB Araraquara, ao quilombo de Santa Eudóxia, Cachoeira de Itararé, Rio Mogi e Fazenda Santa Maria do Monjolinho. O objetivo desta proximidade foi conhecer e pesquisar a história de os antepassados, para intervir na atualidade através da proposição de ações afirmativas (PIRES, 2015).

²³ Santa Eudóxia é um distrito da cidade de São Carlos, possui uma população estimada em 3000 pessoas. O lugarejo vivenciou todas as fases mais exitosas relacionadas ao período áureo do café. Também abrigou indígenas, os quilombolas que fugiam da repressão de seus senhores, recebeu os imigrantes que vieram para trabalhar nos cafezais, encontrando-se nela duas áreas rurais, consideradas patrimônios históricos: Fazenda Grande (Santa Eudóxia) e a Figueira Branca (ACERVO SANTA EUDÓXIA, 2012).

Sem data certa de fundação, mas com a grandeza de quem sabe ter sido um dos maiores quilombos paulistas, José Augusto Pereira ([2005]) mencionou que o quilombo abrigou tanto negros, quanto pardos, indígenas e brancos, a exemplo do Sr. Pedro José Neto²⁴ (que foi proprietário da Sesmaria do Quilombo). Ali, procriaram, criaram, comercializaram e guerrearam para continuar na incessante luta pela liberdade, que hoje enfim, continue símbolo e fôlego para seus descendentes.

Vejamos de modo geral, que os territórios ocupados pelos escravizados, “alforriados” e, atualmente os descendentes, se formaram então conforme a seguinte transição: senzala, quilombos, cortiços, favelas e conjuntos habitacionais (as casas populares). Enfim, transmitiram como herança aos seus descendentes, os guetos que permeado por discriminações, segrega e aparta seus habitantes. Para Wacquant (2008) a palavra “gueto”, segundo as ciências sociais norte-americanas, sofreu alterações ao longo da história, sendo concebida a partir de três tópicos. Ou seja, entre (1830 e 1900) importada da Europa, era utilizada nos bairros, com um número expressivo de judeus da Europa oriental, onde a degradação social e física obstaculizava a mobilidade, sendo rotulados por *slums*, que significa favela. Posteriormente, o termo é empregado para definir o agrupamento das famílias chegadas da Europa do Sul e central, e, também dos afro-americanos, que fugiam do regime opressor do Sul, pois no Norte, resplandecia a industrialização, enfim: possibilidade de ascensão social e econômica. Todavia, foi somente após a 2ª Guerra Mundial (meados do século XX), que passou a definir quase que unicamente a segregação imposta aos negros norte-americanos em locais abruptamente apunhalados pelas múltiplas desigualdades. “Em cada uma de suas três encarnações norte-americanas passadas, a noção de gueto englobou e associou as ideias de homogeneidade e divisão étnico-racial às de confinamento espacial e enclausuramento social.” (WACQUANT, 2008, p.63).

Dado o significado da palavra “gueto”, que na realidade representa o conjunto de pessoas agregadas num *lócus*, subsistindo a segregação imposta pelo sistema, pelo conjunto de ações políticas, culturais, econômicas, sociais e educacionais que aniquilam e destroem estes aglomerados e/ou grupos sociais.

²⁴ Pedro José Neto, que na época estava na condição de foragido, é considerado o fundador de Araraquara, quando se apossou de pedaços de terras, sendo que Santa Eudóxia pertenceu ao sertão de Araraquara até 1857 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2015b).

De fato, ao expressar tais ensinamentos, apreende-se que é necessário mostrar que existem outras formas de emancipação lançadas no Brasil colonial e imperial. Assim, lutou-se contra a guetização, que formou nas periferias, principalmente das grandes metrópoles. Assim, insurreições, movimentos foram deflagrados não somente para libertar os oprimidos, mas as terras do domínio ideológico, político, social e econômico que era dinamizado pelos ibéricos. Não era somente os negros que queriam se “libertar” do sistema colonial opressor, da Metrópole, sendo esta ideia averbada também por outros moradores da colônia.

Para Gohn (2001) as lutas e movimentos sociais do século XVIII foram voltados para a Independência, através de líderes que se embasaram na Revolução Francesa e Norte-Americana e os referentes ao século XIX foram marcados pela ausência de um projeto político-social que visasse à cidadania.

Conforme demonstrado, estas lutas sociais previam a legitimação da igualdade, liberdade, enfim, da proeminente conquista da justiça social. Ademais, abolir as diferenças significava acessar formas e canais que lhes dessem possibilidades e direitos. Deste modo, estes levantes eram dotados dos ideais de autonomia dos quilombolas, mas comumente decorriam nos seios das zonas urbanas, conjuntamente com líderes de outras etnias e escalões, que defendiam os mesmos planos. Para Emília Costa (1999) grupos mestiços viam nos movimentos revolucionários, uma estratégia para se revogar as diferenças, a partir da oferta de oportunidades sem distinção de cor/etnia, ou seja: para brancos, pardos e pretos.

[...] para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano [...]. (COSTA, E. V., 1999, p.37).

Sobre essa “liberdade” tão esperada, Oliveira e Bortolucci (2013) exibiram que antes da formalização da abolição em si, os escravizados vivenciaram uma “liberdade camuflada”. Explica-se que para adquirir a autonomia os negros em opressão, deveriam comprar seus direitos a ser e compor a sociedade. Assim, este trâmite decorria através das cartas de alforria, que deveriam ser adquiridas, como preconizava a Lei de 1871, com pecúnias dos próprios escravizados.

Previa-se, de acordo com as estudiosas acima (OLIVEIRA; BORTOLUCCI, 2013), que estes documentos muitas vezes traziam cláusulas que previam uma liberdade condicionada ao senhor, devendo os alforriados prestar-lhes serviço até sua morte, forma encontrada para apaziguar a relação entre escravistas e escravizados (PAIVA, 1997; LIMA JÚNIOR, 2013 apud OLIVEIRA; BORTOLUCCI, 2013, p. 4-5).

Segundo Oliveira e Bortolucci (2013) ainda destacaram que na década em que precedeu a abolição, das trinta cartas de alforria registradas no Primeiro Cartório de Notas e Ofícios do município de São Carlos, dezenove foram registradas em 1887, demonstrando a aflição por parte de seus proprietários.

Para exemplificar o que expediam as cartas de alforria que precederam a “Abolição”, Oliveira e Bortolucci (2013) citaram outro proprietário, ou seja, Leopoldo de Almeida Prado que denota o afobamento dos latifundiários, que em face do movimento abolicionista, procuravam manter um pouco mais os absolvidos do sistema escravista, sob a dinastia da cafeicultura. Assim:

Por meio desta concedo liberdade a minha escrava de nome Amélia matriculada na coletoria de Rendas Geraes desta cidade sob o número 1753. Entrando desde já no gozo de sua liberdade como se livre nascesse, com a condição, porém de continuar a prestar seus serviços a mim e minha família até 31 de dezembro de 1889. Podendo cumprida esta clausula de sua liberdade, considerar-se livre e desembaraçado de qualquer ônus com o abaixo assignado. 10/07/1887. Leopoldo de Almeida Pardo (OLIVEIRA; BORTOLUCCI, 2013, p.13).²⁵

Este cenário real e local mereceu ênfase por elencar dados sobre os acontecimentos históricos que desencadearam o movimento negro são-carlense, que hoje se avilta na comunidade acadêmica contemporânea e na labuta diária de seus descendentes, sendo a grande maioria urbanizada. Todavia, prossegue-se com os acontecimentos a nível nacional.

Acrescenta-se que com a interdição do tráfico de escravos em 1850, e com a predominância do comércio de café, os negros passaram pelo processo de mercantilização e migração interna, que resultou na vinda destes homens principalmente do Nordeste para o Sudeste brasileiro, para os cafezais paulistas, que, segundo Truzzi (2007), com a escassez de mãos para laborar nos cafezais, a

²⁵ Citam as autoras Oliveira e Bortolucci (2013, p.13) que estes dizeres foram extraídos da Carta de liberdade registrada no livro de notas número 41. F. 68 v. 1º Tabelião de notas e Protestos de São Carlos, 1887.

região são-carlense importou escravizados de outros locais, inclusive da região Nordeste. Ainda muitos outros foram utilizados no extrativismo da borracha, na região amazônica (IANNI, 2004b).

Segundo José de Souza Martins (2010) no compêndio “O cativo da terra” o café foi responsável por consideráveis mudanças sociais e políticas no período referente de 1850 a 1930. Esse vegetal (o fruto/café) mudou a realidade brasileira como um todo, inclusive devido à importação de pessoas pobres do Velho Mundo, que vieram para laborar nas lavouras que estavam em ascensão. Dentre elas:

[...] a extinção do tráfico negreiro, em 1850, a libertação progressiva dos escravos negros e a abolição da escravatura, em 1888, a proclamação da República, em 1889, a industrialização, a partir dos anos 1880, e a Revolução de 1930, que pôs fim a hegemonia política dos grandes fazendeiros de café. (MARTINS, J. S., 2010, p. 116).

Para Ianni (2004b) é no século XIX, que a economia e a sociedade enfrentaram transformações, evidenciando-se a divisão do trabalho. Nesta conjuntura, emerge-se a capitalização que exigia o empresário, ou seja, o gerador de lucro. “Na cafeicultura, em especial no oeste paulista, a ‘fazenda’ se transforma em ‘empresa’.” (IANNI, 2004b, p.16), a versão dos fatos, isso decorreu tanto nas terras do Conde do Pinhal, como nas: Fazenda Palmital, Santa Eudóxia, Santa Cândida, Fazenda San’tana, Santa Maria do Monjolinho, da Horta e outros.

Contudo, o trabalho livre *versus* necessidades da empresa mercantil *versus* gênese da economia, estes foram os dilemas que redundaram o final do século XIX, início do XX, ainda nos tempos da República Velha. Muitas foram as prosas, discursos, análises e avaliações entre intelectuais, elite e políticos para que se chegasse ao denominador comum: imigração. Por isso, apreende-se que:

A libertação do escravo é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis a produção crescente de lucro. Somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E, como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção de lucro. Esse é o sentido essencial da abolição. As transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. É com a separação completa entre trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização. (IANNI, 2004b, p.30).

Ademais, ressalta-se que os grotescos impasses na vida do recém-“liberto” iniciaram-se com a Lei de Terras de 1850, que impediu o acesso as terras tanto aos escravizados quanto aos imigrantes. “Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre a terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.” (MARTINS, J. S., 2010, p.125). De acordo, com Monsma²⁶, no final do século XIX, 8% dos trabalhadores das zonas urbanas de São Carlos eram negros (MONSMA; FERREIRA; SILVA, 2004, p.53).

Na verdade, existem numerosos indícios de que o acesso à propriedade pelos imigrantes era extremamente limitado. Ao se observar, por exemplo, a lista dos 184 lavradores de São Carlos publicada pelo Almanach de 1894, é notável a raridade de sobrenomes estrangeiros na relação. Somados chegaríamos a contar no máximo dez entre o total. Segundo Camargo, em 1905, havia no município um total de 313 propriedades. Destas, apenas 61 pertenciam a estrangeiros. Nove anos depois, sobre um total de 312 propriedades, as 75 propriedades nas mãos dos estrangeiros (todos italianos) continham em seus limites menos de seis por cento do número de cafeeiros do município [...]. (TRUZZI, 2007, p.85 apud MAZUTTI, 2010, p.38).

Deste modo, Mazutti (2010) considerou que o governo brasileiro instituiu a Lei de Terras antes da imigração, justamente para que não faltassem braços para as lavouras, e, assim obrigavam os estrangeiros a acumular pecúlio para adquirirem suas terras. O intuito era evitar, que ao se tornarem proprietários, deixassem de cumprir com os contratos firmados com os fazendeiros.

Ora expomos que não houve nem indenização, nem terra, nem reforma agrária... Acentua-se a lógica engendrada pela Inglaterra, mãe da Revolução Industrial e, berço da ideologia e introdução do capitalismo.

1888. Este ano, em 13 de maio, formalizou-se a “abolição”²⁷ daqueles que ainda permaneciam sob o domínio e repressão do sistema escravista, pela Lei n. 3.353 (BRASIL, 1888), que foi assinada pela princesa Isabel, em nome do pai que se encontrava ausente em decorrência de uma convalescência (SKIDMORE, 1976). A normativa explicitada traz os seguintes dizeres:

²⁶ Segundo o autor, estes dados estatísticos foram coletados em 1899, pelo Clube da Lavoura de São Carlos.

²⁷ “No valongo carlopolitano verificam-se 19 alforrias entre junho e agosto; 84 entre setembro e outubro; 1.638 entre novembro e dezembro (1.510 sob cláusula de prestação de serviços até 31/12/1888); 269 em janeiro de 1888; 224 em fevereiro, 1 em março e 3 entre abril e maio.” (BRANDÃO, M. A. L., 2010b, p. 6).

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1888).

Segundo Thomaz Skidmore (1976) os ávidos fazendeiros apoiaram a formalização da Lei Áurea, visionando a perpetuação da elite no poder através do controle político. Em sua concepção, a abolição não trouxe mudança econômica e social como ensejavam os pertencentes ao partido abolicionista. Com a abolição:

Milhares de escravos deixaram às tontas, as fazendas e mergulharam como grileiros numa agricultura de subsistência onde quer que pudessem encontrar terras, muito embora muitos ficassem logo ansiosos para juntar-se de novo à massa trabalhadora rural e procurassem seus antigos senhores. [...]. (SKIDMORE, 1976, p.63).

Conta Truzzi (2007) que ao receberem a “liberdade”, muitos ficaram nas fazendas recebendo salários inferiores aos dos imigrantes e, outros como os ex-moradores da Fazenda do Pinhal se aglomeraram na periferia, na estrada que ligava São Carlos a dita propriedade rural, formando a Vila Isabel.

Ainda segundo Skidmore (1976) os alforriados encontraram poucas oportunidades de trabalho, demonstrando que os traços fenotípicos obstaculizaram a ascensão social e econômica destes. Outrossim, considera-se que a carga hereditária, a tez, era o fator de identificação do poder econômico, social e religioso destes habitantes. Entretanto, no começo do século XX, em São Carlos: “Os negros estão mais representados em profissões subalternas - cozinheiro (68%), lavadeira (46%) e criado (41%) - e ainda disputam com os italianos a profissão de camaradas (residentes em área urbana).” (TRUZZI; BASSANEZI, 2009, p. 13).

A submissão se consolidou nas esteiras da égide colonial, em que se orquestrou até como decorrente à política emancipatória e à política imigratória no Brasil, do século XIX. No início, a contratação foi de parceria, que no ato da colheita, dividia-se o produto entre: trabalhador e fazendeiro (IANNI, 2004b). Esse contrato é abandonado, substituído pelo assalariamento. Assim, o colono adquire a condição de liberdade, segundo os dogmas de Adam Smith, que redundam na lei da oferta e procura, ou seja, ser livre para buscar colocação no mercado de trabalho.

A maior parte da literatura afirma que, nas regiões cafeeiras mais novas e ricas do Oeste paulista, os imigrantes monopolizaram os contratos familiares do colonato, ao passo que os negros só trabalhavam nas fazendas como camaradas, empregados assalariados, ou trabalhadores especializados, como carreteiros, campeiros ou pedreiros. (BEIGUELMAN, 1978; DEAN, 1976; HOLLOWAY, 1980 apud MONSMA, 2010, p.515).

Neste contexto, considerou-se somente o aspecto econômico em razão da tez dos africanos, que advinha da herança genética/carga hereditária. Nesses meandros, a alternativa encontrada era a de hibridar, tornar branca a população, que até 13 de maio de 1888, encontrava-se presa a hegemonia política econômica brasileira. O discurso do período: miscigenar...

Em São Carlos a situação era análoga a outras regiões, que para a pesquisadora Datrino (2006) os jornais da vila, no final do século XIX e começo do XX, traziam reportagens que estereotipavam os negros, brancos pobres e imigrantes, inclusive referindo-se aos descendentes do continente africano pela cor da pele ao invés de seu nome. Esse período é condizente a pós-abolição e a entrada do regime Republicano (DATRINO, 2006). Cita um exemplo: “‘Pela Polícia’ Por promover desordens foi presa ante-hontem a preta Benedicta Patrocínia, e pelo mesmo motivo foram conduzidas à presença do delegado as pretas Leonarda, Joana e Maria.” (DATRINO, 2006, p. 56)²⁸.

Condicionada à publicação acima, apreende-se que a aparência demandou e mandou na vida dos negros, que a partir do momento em que se tornaram onerosos e desprezados aos olhos dos europeizados brasileiros, representaram-se um mero estorvo. Por quê? Porque o país precisava entrar e fazer parte do círculo capitalista, sendo necessário livrar-se da camada de pretos acorrentados às ideologias arcaicas, provenientes da burguesia agrária, originárias do colonialismo. Consta que São Carlos recebeu vários imigrantes, principalmente italianos, que ao partilhar dos preconceitos vivenciados pelos negros, em muitos casos também são autores das ofensivas raciais. Para Monsma, Ferreira e Silva (2004, p.50), as relações entre italianos, pretos e pardos era permeada pela hierarquia, em que procuravam delimitar, entre quem mandava e quem deveria obedecer.

²⁸ Segundo a estudiosa Datrino (2006, p. 56), este anúncio foi extraído do Jornal: “Correio de São Carlos, 7 de agosto de 1901”.

No final de 1906, por exemplo, durante uma festa na matriz de São Carlos, o mulato Heitor Rodrigues da Silva e o italiano Gaspar Sabino se esbarraram na porta da igreja. Heitor segurou Gaspar pelo braço, como que para ajudá-lo a recuperar o equilíbrio, e Gaspar se ofendeu. Iniciou-se uma discussão entre os dois, que levou ao esfaqueamento de Gaspar por Heitor.²⁹ (MONSMA; FERREIRA; SILVA, 2004, p.50).

Em complementação ao episódio exposto, segundo Skidmore (1976) entre a população brasileira, existiam os brancos pobres, negros e aqueles mais claros, que foram denominados por ele como mestiços, que neste contexto, ou seja: “Os limites sociais da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência (quanto mais ‘negróide’, menos móvel) e do grau de ‘brancura’ cultural (educação, maneiras, riquezas) que era capaz de atingir [...]” (SKIDMORE, 1976, p.56).

Cruzar pretos e brancos. Compreendia-se que com os cruzamentos das raças, certamente o Brasil chegaria a uma população ideal: branca, é óbvio! Em atenção a esta peculiaridade Skidmore (1976) discorreu que o ideal propagado pelo sistema social interferiu na subjetividade dos negros, inclusive as mulheres procuravam procriar com parceiros mais claros. Assim, as teorias racistas, sobrepunham-se às retrógradas condições sociais, econômicas e políticas destes.

Ademais, durante o período alto do pensamento racial – 1880 a 1920 – a ideologia do ‘branqueamento’ ganhou foros de legitimidade científica, de vez que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros, como confirmação das suas ideias de que a raça superior – a branca -, acabaria por prevalecer no processo de amalgamação. (SKIDMORE, 1976, p.63).

Entretanto, os descendentes dos africanos acabaram por serem acometidos pelos mais variados estudos, que se apoiaram no darwinismo social, que previa a superioridade em todos os sentidos da raça ariana. Para Ianni (2004a, p.123): “Mais do que qualquer outro grupo, no entanto, o negro desafia o pensamento e a prática de muitos dentre os que buscam compreender as condições de formação do povo, cidadão, sociedade civil, Estado nacional [...]”.

O imigrante (trabalhador livre) é introduzido neste país num momento em que não havia solucionado o problema racial. Os empresários rurais e urbanos de São Carlos também preteriram o escravizado pelo trabalhador europeu, recebendo um número acentuado de imigrantes sendo considerada “[...] por alguns anos, o maior receptor de imigrantes do interior paulista, recebendo diretamente da

²⁹ De acordo com os autores Monsma, Ferreira e Silva. (2004, p. 50), este relato foi extraído da Fundação Pró-Memória de São Carlos (SP) (FPM), Criminais, C. 194, n. 107, 1907.

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, entre 1893 e 1907, 26.918 imigrantes segundo as estatísticas da época.” (TRUZZI; BASSANEZI, 2009, p. 5).

Ianni (2004b) denota que após a Lei Áurea, as empresas, valorizavam a mão de obra imigrante. A isto, acrescentou que várias foram as nuances que imputaram a obtenção de um posto de trabalho pelo “recém-liberto”, alertando para a desvantagem existente entre ambos. “Em consequência, a estrutura do operariado incipiente constitui-se permeado pelo preconceito de cor e etnocentrismo.” (IANNI, 2004b, p. 44).

De acordo com Hasenbalg (2005) no período da abolição, as regiões se organizaram de formas diferenciadas, sendo que este fato se estendeu das roças de café para as zonas urbanas, que em franco desenvolvimento econômico e industrial, preteriram os negros.

[...] O fato crucial, no entanto, é que o deslocamento da força de trabalho não-branca não resultou da pressão organizada da classe trabalhadora branca – que politicamente não tinha voz dentro da moldura oligárquica da Primeira República – mas sim das iniciativas, preconceitos e preferências dos fazendeiros e empresários urbanos (HASENBALG, 2005, p.242).

Assim, as desigualdades oriundas da questão racial, são iniciadas pelos líderes da economia e política deste país. Por isto, trajetos nefastos adornados pelo preconceito racial atravessaram os séculos, ancorando-se nas periferias urbanas e quilombos contemporâneos. Este pensamento abriu precedentes para que se propusessem o ideal do branqueamento e da democracia racial³⁰, sendo a forma encontrada para encurtar o peso do período escravista, branqueando e “fingindo” a existência da harmonia e respeito racial. Simples!

Considerando este ensinamento, apreende-se que os trabalhadores ferroviários negros se juntaram na década de 1920 para fundar o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos (AGUIAR, 1998). Os estudos de Aguiar (1998) confirmam através de duas sócias, as Donas Leontina Lopes e Anésia Cunha, que contaram ao serem entrevistadas pelo pesquisador que os trabalhadores da Companhia Paulista (FEPASA) conseguiram angariar materiais para que se construísse o clube, que nasceu devido à necessidade de os negros

³⁰ Estes dois assuntos, que não podem ficar de fora do pensamento racial brasileiro, também foram expostos em (FOGARI, 2010, p. 87-89).

terem um espaço de encontro e lazer (AGUIAR, 1998). “O terreno foi doado por lei pela Câmara Municipal de São Carlos [...]” (AGUIAR, 1998, p. 50).

Assim, convertiam-se os sonhos e alegrias destas pessoas em acesso e respeito, a cultura, origens e condições como um todo. Para se associarem, os negros deveriam ter uma vida ilibada, que de acordo com as entrevistadas, cada um frequentava seu espaço, enfatizando que ali era quase que unicamente visitado por negros e os imigrantes italianos, iam ao Ítalo (AGUIAR, 1998).

Hasenbalg (2005) aponta, segundo Skidmore que na década 1950, do século XX, o ideal do branqueamento enfraqueceu-se, mantendo a aceitação popular, que passou a orquestrar o comportamento dos negros, por meio do branqueamento social e biológico. “O branqueamento social corresponde à noção popular de ‘que o dinheiro branqueia’.” (HASENBALG, 2005, p. 248).

Enfim, o branqueamento passou a ser incorporado pelos próprios negros, que enquanto membros da sociedade procuram incorporar uma identidade que lhes aproximasse do óbvio, do aceitável. Estes foram dispositivos lançados pela elite branca para que os negros ficassem acalentados e submissos à nova ordem repressora. Assim, exalava-se o preconceito racial, que precisava ser repreendido.

O preconceito racial é um processo social constituído por determinados componentes ideológicos das relações sociais entre grupos que são levados a definir-se como pertencentes a raças distintas. É um tipo de ordenação da convivência entre pessoas ou grupos que se concebem ideologicamente como diversos [...]. Assim, por um lado, o preconceito racial é engendrado e se manifesta em situações em que as pessoas ou os grupos se defrontam na competição por privilégios sociais (especialmente *status* em instituições econômicas ou políticas), ainda que se exprima em alterações ligadas à raça ou à cultura [...]. (IANNI, 2004b, p.334).

A reparação racial que visa contrapor os desajustes oriundos do preconceito racial para os afro-brasileiros, tornou-se paulatinamente um dilema incrustado em temas nacionais, da identidade nacional que foram disseminados após a “abolição”, arrolando para os tempos atuais. Como lidar com tal adversidade?

Tais premências deverão ser alteradas a partir da imersão e introdução de lutas e movimentos sociais, que se desencadeados pelos próprios negros (descendentes e ascendentes dos povos do continente Africano), tornariam mais nítida e contextualizada as reivindicações.

Em atenção à exposição dos negros em lugares em que era impedido de frequentar, Moura (1988 apud AGUIAR, 1998), citou que a alternativa encontrada foi inaugurar-se clubes e associações onde pudessem divertir; diversão que poderia ter um tônus de encontro e discussão sobre suas condições, explicando segundo Fernandes em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, que:

O movimento de fundação do clube se assemelha aos movimentos negros do início da década de 20 descritos por Florestan Fernandes. Tais movimentos tinham como objetivo ressocializar o negro e tentar eliminar as imagens do negro associadas à vadiagem e malandragem [...]. (AGUIAR, 1998, p.51).

Para Gomes e Cunha Júnior (2008) os movimentos negros³¹ surgiram no século XVIII, por meio de três ordens, sendo os quilombos, as rebeliões urbanas e as irmandades católicas. No princípio do século XX, surgiram diversos atos e movimentos, signatários dos ideais da Frente Negra Brasileira (1932-1937), como as Convenções Nacionais do Negro na década de 1940, nos anos 1960-1970 têm-se o “Grupo ‘Palmares’ de Porto Alegre, a ‘Associação Cultural do Negro de São Paulo’ e o ‘Centro de Cultura Negra’, também de São Paulo [...]” (GOMES; CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 39).

Nestes conformes, os movimentos sociais a nível local e/ou nacional resultaram em conquista de direitos que foram armazenados na rota histórica brasileira, por meio dos desafios dos destemidos negros, que buscaram frestas para discutir e conter os bloqueios a que eram expostos, cobrando punição aos atos gerados pelas discriminações. Todavia, o movimento pode ser compreendido como espaço de luta e construção de expressões garantidoras dos direitos sociais, políticos e civis dos negros brasileiros. Consuma-se que grandes foram os feitos e fatos providenciados pelos grupos que lutaram e lutam pela causa.

No século XX, nasce o interesse pela educação formal (a cultura da elite, procurando equiparar-se a superioridade que isso representava), porém, inquietos em romper com os paradigmas do preconceito, os grupos negros se aproveitaram das expressões culturais para difundirem a ideologia da igualdade racial.

³¹ Também fizemos algumas introduções sobre o movimento negro brasileiro, em Fogari (2010, p.71-72), pois é notório destacar que é impossível desagregá-lo do assunto que ora abordamos.

Em 1973³², o Clube Flor de Maio, propôs três temas para discussão entre os associados: “[...] 1) Transição de escravo a cidadão; 2) Marginalização do negro no mercado de trabalho; 3) A situação da mulher negra. Logo após a apresentação dos temas havia um debate entre os participantes.” (AGUIAR, 1998, p. 55).

Neste enredo, Aguiar (1998) ao estudar a organização negra em São Carlos, que junto aos propósitos do Movimento Negro expostos acima, e as falas dos entrevistados para a dissertação de mestrado, concluiu que:

A cultura, para muitos deles, pode ser uma linguagem eficaz para atrair pessoas. Se as pessoas fossem convidadas para discutir política ou racismo, certamente elas não iriam, dizem eles. Muitas dessas pessoas passam o dia todo trabalhando e no final do dia estão cansadas, não se dispondo a discutir tais assuntos. Neste sentido a cultura aparece como uma forma de atração ou como um recurso para discutir problemas enfrentados pelos negros no seu cotidiano. (AGUIAR, 1998, p. 46).

Aguiar (1998, p. 53) informa em seu estudo que um dos itens dos Estatutos do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, que este tinha como objetivo:

[...] criar um curso escolar noturno ou diurno se assim for possível para instruções dos sócios e seus filhos menores até a idade de 12 anos, e podendo continuar desta idade em diante, porém sendo socios, e finalmente criando fundo de beneficiencia, auxiliando os seus associados em caso de doenças, processos que não sejam legais, enterramentos o outros beneficios que a ocasião determinar.

Compreende-se com os dados anteriores, que o germinar do século antecessor propiciou várias iniciativas dos grupos negros, que se apoiaram em práticas educativas que objetivavam “libertá-los” da opressão e cobrar do Estado os débitos que eram portadores. Estes débitos deveriam ser revertidos em políticas públicas, que visassem à reparação racial aos filhos da “Mama África”.³³

Contudo, perante as condições preconceituosas e anacrônicas em que se encontravam os negros, são propostas ramificações que foram canalizadas para chegar ao objetivo definido: envolver e pertencer à sociedade de classes, a elitista. Informa-se que estes objetivos, impulsionavam o “alforriado” a se equiparar a ideologia sociocultural branca. Assim, reforçavam-se ainda mais o preconceito

³² Segundo exposto por Aguiar (1998, p. 55) os dados são do jornal A Folha - São Carlos, 11 de julho de 1973, p. 10.

³³ Os termos se referenciam a música Mama África de Chico César.

racial e, consecutivamente cultural, posicionamento revisto anos mais tarde. É salutar dizer, que clemente, a imprensa negra, que era um cabedal étnico, não politizado:

[...] procurava educar o negro para que não fosse discriminado, fazer com que adquirisse os padrões de comportamento dos brancos, ou seja, procurava embranquecer culturalmente o negro. As culturas negras, estigmatizadas por fortes preconceitos, eram renegadas pelos afrodescendentes. (LÉPINE, 2007, p.15).

Nesta teia de relações acrílicas, com o passar do tempo, contrariamente ao período antecessor, o negro passa a valorizar seus traços culturais e heranças históricas, consolidando-se numa luta que instituiu o fortalecimento dos aspectos culturais, enquanto identidade étnica³⁴ de seu povo.

Para exemplificar tal afirmativa, aproximando-a no nosso *lócus* de estudo, explicita que além de ter sido um espaço de construção das relações socioculturais dos negros são-carlenses, o Clube Recreativo Flor de Maio, propiciou disposições implícitas na subjetividade de cada descendente da África, que se tornaram parte do tecido social brasileiro, onde transitam e constroem suas histórias. Assim:

As famílias que compuseram o clube no início e o fundaram, em sua maioria eram de ferroviários que garantiam aos seus filhos patamares de sobrevivência. Dessa forma, se comparadas com a maioria de outras famílias negras, poderiam ser consideradas como componentes de uma elite negra da cidade. Muitos de seus filhos cresceram freqüentando o clube e muitos desses irão compor o Centro de Cultura Afro-Brasileira Congada e o Centro Cultural Negro Municipal. Portanto o Clube teve uma função de grande importância para formação e desenvolvimento do movimento negro na cidade. [...]. (AGUIAR, 1998, p.59).

Inaugurou-se em 1976 o Centro de Cultura Afro-Brasileira Congada, que se originou do Grupo Rebu, que buscava através de peças teatrais discutir o problema do negro no Brasil (AGUIAR, 1998). Deste grupo, surgiram iniciativas para que fossem dinamizadas e discutidas a questão racial em âmbito social em I Encontro de Entidades Afro-brasileiras (1976), criou-se uma biblioteca e o Congada

³⁴ Sobre identidade étnica Kreutz (1999, p. 3) descreve que: “Quanto à etnia, Stuart Hall [(1997)] define-a “[...] pelas características culturais - língua, religião, costumes, tradição, sentimento de 'lugar'— que são partilhadas por um povo.”. Alerta, porém, que a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo [...].”

promoveu-se a 1º Semana do Negro na arte e na cultura, que apresentou duas peças teatrais, Ganga Zumba e Carapuça (AGUIAR, 1998).

Ainda, realizou-se em 1980, o III Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) na cidade de São Carlos, inclusive teve como membro militante Henrique Cunha Jr. Segue-se que em 1983, enviou-se um ofício a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) solicitando a criação de um Espaço Cultural Afro-brasileiro, e, em 1984 se discutiu o convite para a cerimônia da criação do conselho de desenvolvimento da comunidade negra, emergindo ainda do Congada, duas outras associações: o Núcleo de Estudos Afro da UFSCar e o Grupo de Cultura Afro da UFSCar, criado em 1984, sendo em junho de 1997 vinculado ao Setor Cultural da instituição educacional (AGUIAR, 1998).

Em 1985, políticos negros pertencentes ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), criaram o Centro Cultural Negro Municipal, que defendiam os direitos dos negros são-carlenses, e a busca de meios que denunciasses os preconceitos e discriminações raciais vivenciados pela população local (AGUIAR, 1998).

Chega-se ao final deste tópico, evidenciando que os levantes e movimentos sociais caminharam por todos os conteúdos históricos, entre o empenho e desempenho que arrolou por segundos, minutos, horas, dias, meses, décadas e séculos, através da luta dos próprios negros, contra as violações dos direitos assegurados pelas legislações conquistadas no Brasil contemporâneo, que buscaram unicamente a: reparação racial.

1.3 A África X Brasil contemporâneo e as conquistas da comunidade negra: e agora o que fazer?

ÁFRICA MÃE³⁵

Autor: Tim Maia

Vimos de um mundo
 Distante além
 Do alto mar
 Nos trouxeram sem permissão
 Tivemos que ficar
 Vimos de um navio
 Sem a mínima condição
 E aqui nos forçaram
 A trabalhar, meu irmão
 Mas eu insisto
 Pois eu existo
 Quero respeito, não abro mão
 E sem nos dar a mínima
 Ou estudar
 Para que jamais ficássemos
 Em condições igual
 Humilhação, maus tratos
 Surras, torturas sem igual
 Quase total extermínio
 De uma raça tão legal
 Capaz, inteligente e sobretudo bonita
 E os anos se passaram
 E foram passando
 E pouca coisa mudou
 Mas eu insisto
 Porque existo
 Quero respeito, não abro mão [...]
 (MAIA, 1998)

Principia-se este terceiro subcapítulo, analisando as relações antecedentes e contemporâneas entre o nosso país e o continente africano, enfatizando as conquistas adjacentes ao intercâmbio científico. Mediante esta assertiva, propõem-se informar que as terras sul-americanas, especificamente brasileiras, formaram-se pela presença marcante de três etnias, sendo o “[...] índio de origem mongolóide, português de origem caucasóide e africano negróide [...].” (IANNI, 2004a, p.116).

Cada qual teve sua presença determinante nas nuances sociais, culturais, econômicas, políticas e sociais, seja através da imposição e manutenção, quanto da condição de arrimo e esteio na construção deste país, chamado Brasil. Trata-se de um constructo histórico que fez e (re)refez uma sociedade anômala, emergida sob o

³⁵ Esta melodia, intitulada: “África Mãe” é de autoria de Tim Maia (1998), que apresentou em sua letra um pouco dos suplícios, impregnados no passado dos escravizados, alertando para a necessidade do respeito aos seus descendentes na realidade social, cultural e política contemporânea.

amálgama de parcelas oprimidas da população responsável pela formação social deste país, a que este estudo propõe-se demonstrar as condições específicas do negro. Destaca-se em Ianni (2004a, p.124) que “[...] o pensamento brasileiro revela um compromisso contínuo, às vezes desesperado, com o modo pelo qual o negro se insere na fisionomia do povo, na formação da sociedade civil, na história da nação.”

Sim, são inúmeros os estudos que se ocupam em investigar como o povo negro insere-se no contexto histórico do Brasil. Em suma, com o arrolar dos tempos, estes se inserem em instâncias sociais, culturais, econômicas e políticas. Apressamos em dizer, que “ele” (o africano) “chega” a este país, enquanto um produto importado para atender inicialmente aos canaviais, engenhos e, afins; ou seja, tudo que estava relacionado às zonas rurais.

Com estes acordos econômico-mercantis abrem-se brechas sagazes entre os comerciantes de carne humana pertencentes aos dois continentes. Consterna-se que a cultura da África é incorporada aos meandros nacionais por volta das íntimas relações existentes entre o colonizador e traficantes, que seriam estes os exploradores de subjetividades pertencentes aos povos da diáspora. Ora, a cultura africana é desconsiderada e profanada, classificada como de segunda categoria nos meandros de um Brasil que crescia à sombra das modas europeias.

África e Brasil tornaram-se elementares e complementares ao mesmo tempo. Por quê? Por termos construído uma história farta da presença dos negros; história que a priori foi forjada, desoladora e iníqua. Estes adjetivos se devem aos acontecimentos que antecederam a contemporaneidade e/ou pós-modernidade.

Antes, a serviço da burguesia em ascensão, estudos apontavam que a África e sua gente não trouxeram representatividade ao nosso país, classificando-a como elementares. Com o avançar dos anos, pesquisas científicas começaram a descrever a plenitude deste continente para a formação sociocultural brasileira, mesmo que de forma drástica. Sobre isso se conclui que foram complementares para decodificar o que somos: uma sociedade heterogênea e plural.

Diante disso, o trajeto teórico-metodológico erigido ao longo das últimas décadas entre pesquisadores brasileiros e dos países africanos, subsidiado por agências de fomento ligadas as principais universidades públicas do Brasil, foram de primaz importância, emplacando um novo limiar para a consolidação de bibliografias e estudos que trazem em seus corpos estruturais e teóricos a questão étnico-racial.

Numa breve descrição, apresenta-se um exemplo de intercâmbio entre estudiosos, que se formalizou no artigo: II Concladin³⁶ – 2009: ousadia, inovação e compromisso com o ensino, a pesquisa e extensão de (FONSECA et al., 2009a).

O evento: “ÁFRICAS: Saberes, Desenvolvimento e Nações Republicanas no século XXI” teve como objetivo estudar as condições e realidades sociais dos países do continente africano e pertencentes à América Latina (FONSECA et al., 2009a). Para sua realização, contou-se com parcerias de empresas, instituições privadas e públicas, além dos colaboradores pertencentes à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Campus de Araraquara. O repertório de assuntos discutidos no:

[...] II CONCLADIN consolidou e ampliou novos contatos e intercâmbios com pesquisadores, intelectuais e agentes sociais que trabalham em diversas partes do mundo e que refletem sobre o sentido das Repúblicas, das lutas por mais cidadania e desenvolvimento. Principalmente tendo em vista que as repúblicas constituídas continuam a manter, em diversos aspectos, a mentalidade escravista e a estrutura de mando e obediência do período colonial e neocolonial dos séculos anteriores ao século XX e até mesmo nesse período. (FONSECA et al., 2009a, p.111).

A troca de experiências através da proposição de minicursos, palestras, apresentações de trabalhos científicos de discentes da pós-graduação e graduação de renomadas universidades brasileiras, representou a condecoração de espaços acadêmicos específicos para discutir-se a importância do viés delimitado nos questionários do evento anterior, realizado em 2007 (FONSECA et al., 2009a). As exposições das pesquisas foram salutares tanto para pensar as condições do negro brasileiro, quanto daqueles de outros países, especialmente do continente africano.

Apetece-se que vários palestrantes estrangeiros tiveram notória participação no evento, expressando a importância e enaltecimento em discutir-se, propor-se com vistas à implementação do fortalecimento do contato entre ambos continentes, porém ficou latente a necessidade de se angariar mais fundos para a realização dos encontros futuros. Os pesquisadores concluíram que:

³⁶ “A II Conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (II CONCLADIN-2009) foi um evento acadêmico científico e cultural realizado nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2009, nas dependências da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Araraquara (FCL-UNESP- Ar) e do SESC-Araraquara [...]” (FONSECA et al., 2009a, p. 110).

[...] só conseguiremos ampliar o debate público sobre as questões ligadas ao negro e atingir as nossas metas e aprofundarmos o tripé – ensino, pesquisa e extensão de qualidade com o rigor acadêmico-científico que nutre a universidade pública, com o auxílio de todos os nossos parceiros [...]. (FONSECA et al., 2009a, p.118).

Repara-se que outros eventos foram e são realizados pelas universidades públicas e privadas brasileiras, porém interessa-se neste momento acrescentar que é notório o aumento de alunos de países africanos assentando-se nos bancos de nossas instituições. Segundo Cabral (2012) o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) iniciou-se na década 1960, com alunos da América Latina, seguindo-se com Asiáticos e, em 1973 chegaram os Africanos (CABRAL, 2012, p.1), e

[...] atualmente 94 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas brasileiras recebem estudantes africanos, oriundos de 20 países do continente africano (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo) [...].

Estes intercâmbios representam a aproximação e (re)aproximação não somente dos alunos em si, mas dos valores históricos, culturais, políticos e sociais africanos. Estes (alunos africanos) não chegam intimidados e repudiados pelo sistema colonizador opressor; em outras condições, veem para expor e resgatar conhecimentos dos quais temos incorporados no âmago enfim, na realidade brasileira, que é farta de objetos de estudos relacionados aos ascendentes africanos. “Sobretudo a partir do século XIX, diversas produções culturais foram elaboradas tendo como foco o continente-pai e os diferentes povos que o habitam desde a aurora dos tempos.” (FONSECA, 2007, p. 3).

Acaso para desvendar um bocado da África e sua predominância no Brasil, descrever-se-á um pouco da gênese do Núcleo Negro da UNESP (NUPE) para pesquisa e extensão, consoante a entrevista com o professor Dr. Cláudio França (2006). Consta que um grupo de docentes e funcionários da UNESP, chegou à conclusão (final de 1999), que seria rico formar um núcleo que: “[...] fosse capaz de equilibrar as dimensões da pesquisa e extensão nas temáticas envolvidas com os debates étnico-raciais, particularmente dos negros.” (FRANÇA, 2006, p.7).

Do sonho à realidade: a concretização... O sonho foi acatado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária, que também sonhava com um projeto de

extensão sólido; que acreditou que a junção de vários sonhadores, qualificaria o projeto (o sonho) a ser implantado. Sentiu-se a necessidade de articularem-se os grupos que estudavam a temática em outras unidades da UNESP.

Já que não tem sentido de não somente desenvolver estudos sobre o negro, mas para intervir na realidade, e atuar diretamente na resolução de alguns problemas como o preconceito racial, as relações trabalhistas e uma rede de outras questões. (FRANÇA, 2006, p.8).

O sonho concretizou-se! Houve uma união entre os envolvidos e estudiosos da questão racial que resultou em reuniões acaloradas e ávidas pelo conhecimento, recebendo apoio da pró-reitoria, que discutia, trocava informações com os líderes do grupo, inclusive os professores: Dr. Dagoberto, Dr^a. Gislene e Dr^a. Irene (FRANÇA, 2006, p.8-9). Assim, “[...] os primeiros anos do grupo NUPE foram dedicados às questões legais e a definição dentro dos diversos grupos de trabalho das linhas de atuação e pesquisa de cada um deles.” (FRANÇA, 2006, p.9).

Já a Revista EthnosBrasil também nasceu do grupo NUPE, que tinha como pretensão publicar os resultados de estudos, fortalecer as pesquisas e ser conhecida e reconhecida pela sociedade, universalizando e criando-se possibilidades de debates sobre a questão racial (FRANÇA, 2006). O objetivo era estudar o assunto de forma ampla e frequente, não somente em datas específicas.

Para que uma atividade dessa ganhe dimensão acadêmica, ela tem que gerar conhecimentos e do outro lado criar novas condições formadoras para os alunos, que extrapolem as salas de aula e os laboratórios, e influenciem as políticas públicas, cheguem as escolas, enfim, atinjam à sociedade como um todo. (FRANÇA, 2006, p.9-10).

Desde então, observa-se que grupos de estudos notórios como o NUPE demandou numa outra conotação a questão racial, que se fortaleceu principalmente pelos estudos acadêmicos e as publicações dos resultados destes. Por estes feitos, pode-se propiciar de iniciativas nas políticas públicas, objetivando contrapor o preconceito racial e seus reflexos para a sociedade. Assim, nasceu um laboratório de pesquisas científicas que tanto buscaram quanto buscam desvendar a África, e as adversidades prementes nos guetos da miséria e exclusão social, em que a maioria dos homens negros brasileiros fez e faz parte.

Neste lampejo, para valorizar a ancestralidade do nosso povo, precisava-se conhecer a África de maneira que a colocasse no centro das discussões

acadêmicas, enquanto continente exportador de valores sociais, econômicos e culturais a ser considerados e apreciados pela população. Fonseca (2006a) ao analisar o livro de Chaves, Secco e Macêdo (2006) “Brasil/África: como se o mar fosse mentira” contempla que o compêndio apresenta a existência de uma:

África que não está distante, ela existe no cotidiano brasileiro, desde a colônia até o império, e se encontra em nossas ruas, como nas ruas de Luanda, de Maputo, nas poesias e nas prosas, nos contos e romances. O Atlântico não nos distancia mais como no passado, ele nos encanta, nos inspira e nos chama a torná-lo apenas uma breve pinguela, ou seja, façamos uma outra história entre brasileiros e africanos, agora de aproximação, de cooperação e de cumplicidade. (FONSECA, 2006a, p. 89).

A razão de tudo isso é que África e Brasil se compreendem e se consolidam através da cultura que se produz e reproduz cotidianamente entre seus grupos sociais. Em todos os cantos deste país existe uma parcela considerável das raízes africanas. Assim, apreende-se que a breve pinguela descrita por Fonseca (2006a), se consolida no momento em que se buscou abreviar estes inebriantes contatos, que se autossustentaram no âmago das academias: brasileira e africana.

A África e o Brasil ao terem um conjunto de necessidades, de carências sociais e econômicas devem maximizar suas energias e esforços para mudarem a realidade em que estão mergulhados. As lideranças africanas e brasileiras e as populações destes países precisam empenhar-se na busca da estabilidade e melhoria sociais, mas tendo como projeto de longo prazo, sem com isso negligenciar os frutos imediatos e os de curto e médio prazos. Consideramos que as prioridades em África são muitas e diversas, dentre elas a infraestrutura, a educação e a saúde são as pioneiras no trabalho de recuperação social e política [...]. (FONSECA, 2006a, p.29).

A necessidade de se reeditar outro olhar para a África e seus habitantes tornou-se evidente, devido às concepções científicas e empíricas que se arrolaram durante séculos entre os estudiosos e mandatários brasileiros, que analisaram o continente como extasiante que irradiava a imbecilidade, boçalidade e infantilidade de seu povo. Contrariamente Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 31) ensinaram que:

Skinner contesta a visão convencional de uma África pré-colonial povoada por pequenos grupos hostis caracterizados por uma intensa lealdade tribal. Os grupos étnicos, afirma ele, formavam-se e transformavam-se sob o efeito das migrações, do comércio, da conquista, e as identidades de grupo eram relativas e mutantes. Mesmo em um mundo primitivo, nota Schwartz, os grupos provavelmente não eram entidades culturais isoladas, mas situavam-se em um mosaico de grupos que manifestavam similaridades e diferenças.

A identidade étnica dos indivíduos era ali tão problemática e dinâmica quanto nas sociedades modernas [...].

A contestação de Schwartz exposta pelos estudiosos presente que na África vivem grupos com identidades próprias que se mantêm dadas as singularidades e pluralidades culturais das sociedades modernas. No momento em que se entendeu que os povos africanos não diferem de outros povos, inclusive dos brasileiros, que traz em sua realidade social a pertença sociocultural deste povo, convence-se que seria ideal que acordos fossem firmados, visando à aproximação e intercâmbios entre seus pesquisadores. Era trazer a África mais uma vez para nossas convencionalidades sociais, culturais, econômicas e políticas. Sim... Tirá-la da cozinha das casas-grandes, da clandestinidade, dissociando-a do tráfico, para a erudição acadêmica contemporânea.

Para André Silva (2007) o Brasil estabelece relações com o Continente Africano desde o contexto colonial, desdenhando-o na segunda metade do século XIX, quando se proibiu a comercialização de seus filhos. Segundo o pesquisador, este fato se deve a necessidade de se construir a identidade nacional, “retirando-os” do enredo da história brasileira (SILVA, A., L. R., 2007). Assim, em 1930, recomeça-se um relacionamento, em especial com a União Sul-Africana, a atual África do Sul, que foi avaliado como sendo inexpressivo entre as décadas de 1930 e na primeira metade dos anos de 1940, por dois motivos segundo Saraiva (1998: 117 apud SILVA, A., L. R., 2007, p. 2), sendo:

[...] um, de ordem ideológica, está ligado à omissão em relação à contribuição dos afro-descendentes na formação da nacionalidade brasileira. O segundo motivo relaciona-se com o colonialismo dos países europeus, que impedia uma maior aproximação do Brasil ao continente. A elite brasileira empenhava-se em construir uma nação segundo o modelo das nações brancas ocidentais, para o que forjou uma memória anti-africana.

O descaso com os afro-brasileiros e com a África segue-se, porém (SILVA, A., L. R., 2007) descreve que é justamente no Estado Novo, na Era Vargas, que o Brasil busca construir a identidade nacional. Nesse âmbito, com a questão da ascensão econômica, a África é colocada na agenda das relações internacionais brasileiras (SILVA, A., L. R., 2007).

Segundo Visentini e Pereira (2008), apesar das independências africanas terem se iniciado no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, elas foram

“desprezadas”, fortalecendo-se na gestão presidencial de Jânio da Silva Quadros, através da Política Externa Independente, que lançou em 1961 uma política africana, por Afonso Arinos.

Para Visentini e Pereira (2008) acordos firmados, propiciou a concessão de bolsas de estudo a africanos, gerando o Programa de Estudantes Convênio (PEC). Ora, no governo do general Ernesto Geisel, concomitante a crise do petróleo, firmou-se uma relação mais intrínseca com estes países, abrindo seis embaixadas, e sendo precursor em reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em 1975 (VISENTINI; PEREIRA, 2008). Formalizou-se uma relação comercial de importação e exportação com o continente, que recebeu a visita do também militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo em: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Além das visitas a Cabo Verde, Angola e Moçambique, o presidente José Sarney manteve as relações diplomáticas, articulando em 1988, a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, que contou com a vinda de 19 países africanos (VISENTINI; PEREIRA, 2008). Já, o governante Fernando Collor de Mello manteve-se distante, sob o conceito do Mercosul³⁷ e dos ares do neoliberalismo, passando a relação com os países africanos a ser considerada de segunda categoria. Ora, o presidente da República Itamar Franco: “[...]”³⁸reativou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e, no ano seguinte, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília [...]” (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.3).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) recebeu a visita do presidente Nelson Mandela, nascendo a parceria entre o Brasil e África do Sul, que resultou na assinatura em 2000 do “Acordo Quadro com o Mercosul” e Luís Inácio Lula da Silva fez quatro viagens ao continente no primeiro ano de seu mandato, implantou dez

³⁷ “Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes” (MERCOSUL, 2015).

³⁸ “Estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembléia Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. No futuro, todos os países ribeirinhos do Atlântico na América do Sul e na África poderão associar-se.” (PATRIOTA, [2013]).

embaixadas e aumentou o número de diplomatas (VISENTINI; PEREIRA, 2008). “Uma das iniciativas, já de março de 2003, foi o fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos, através de bolsas para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco.” (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 4).

Por outro lado, nas relações de cunho educacional, instituiu:

[...] o Programa PEC foi ampliado e estendido à área de pós-graduação, com bolsas brasileiras, e fomentada a cooperação no campo da pesquisa científica e intercâmbio de professores. Cursos estão sendo realizados na África e inúmeros seminários para conhecimento recíproco foram realizados nos dois lados do Atlântico. Dentre eles, cabe destacar a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizado em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Assim, a África tornou-se o mais importante laboratório da cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.5).

Além do fortalecimento entre os pesquisadores, Lula nos anos seguintes, estreitou os laços econômicos, sociais, políticos e culturais com estes países, propondo e superando as barreiras que vagueiam pela miséria e preconceito intercontinental. Considerou-se que: “Além de receber estudantes africanos, o Brasil deveria enviar estudantes e turistas para a África, o que contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa identidade [...]” (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 9-10).

A essa elucidação, descreve-se que a identidade do povo brasileiro está agregada ao africano, demonstrando que é notório viabilizar espaços de discussões que tenham um tónus político. Por quê? Para que se desvendem os mistérios da África, revelando suas riquezas naturais e culturais, enaltecendo e descrevendo humanamente os descendentes dos filhos da diáspora africana.

A África é construída a partir de um imaginário e de uma identidade que se estabelece nas disputas entre grupos de interesse, isto, também em função das dinâmicas sociais, ou seja, dos conflitos, da globalização cultural e modernidade econômica, além do conjunto de ideias sistematizadas pelas amplas e diversificadas entidades e organizações do movimento negro local, nacional, regional e internacional, sejam as motivadas pelo pan-africanismo³⁹, pelo afrocentrismo, pelo afro-pessimismo, pelo afro-oportunismo mais vinculado ao subsolo africano, com as riquezas materiais e naturais do que com a implementação das reais ações afirmativas para aqueles que estão no solo, sob o sol africano. (FONSECA, 2007, p.5-6).

³⁹ “Pan-Africanismo foi um ideal político e ideológico do movimento negro internacional, que atravessou quase todo o século XX. Tratou-se de um projeto teórico de unidade do mundo africano, de construção de identidade coletiva do povo africano e afro-descendente.” (DOMINGUES, 2003, p. 111).

Em se tratando da importância de que a discussão étnico-racial fosse a nível mundial, Domingues (2003) ensina que o norte-americano Du Bois, foi o pai do Pan-Africanismo, defendendo a possibilidade dos direitos civis dos negros serem a nível mundial, deste modo foi o organizador dos primeiros congressos pan-africanos.

Marcus Garvey, natural da Jamaica, foi outro defensor do Pan-Africanismo, destacou-se nos Estados Unidos, quando se infiltrou nos movimentos de massas, porém criticava arduamente a elite negra estadunidense e Du Bois; também fundou a *Universal Negro Improvement Association* (UNIA), que previa lutar junto aos negros pertencentes as classes populares (DOMINGUES, 2003). “Em 1920, a Associação Universal para o Avanço Negro (UNIA) organizou, em Nova York, a Primeira Convenção dos Povos Africanos do Mundo [...]” que ao final apresentou: “[...] “Declaração dos Povos Negros do Mundo [...] (DOMINGUES, 2003, p. 107). Considera-se que:

Um dos maiores legados de Garvey foi ter desenvolvido no negro um orgulho racial e senso de dignidade sem precedentes, apontando, permanentemente, que o negro tinha que ser dono de seu próprio destino. Através do movimento de massa que dirigiu, demonstrou que o povo negro era uma força política, cuja potencialidade podia ser canalizada para a obtenção de conquistas e superação do racismo. (DOMINGUES, 2003, p.108).

Destaca-se que vários congressos internacionais discutiram o Pan-Africanismo, a começar em 1900, com a primeira conferência realizada em Londres, e: Congresso Pan-Africano de Paris (1919), Pan-Africano de Londres-Bruxelas (1921), Congresso Pan-Africano de Londres-Lisboa (1923), Congresso Pan-Africano de Nova Iorque (1927), Congresso Pan-Africano de Manchester (1945), Congresso Pan-Africano de Dar-es-Salaam (1974). (DOMINGUES, 2003). Para o autor, “[...] os congressos pan-africanos cumpriram um importante papel educativo, contribuindo para os negros de todo o mundo adquirirem consciência da opressão racial e da exploração colonialista.” (DOMINGUES, 2003, p. 112).

E, por falar no Brasil, as preocupações com a África e seus filhos que para cá foram transportados enquanto mola propulsora da economia agrária se arrolou durante anos, existindo discussões que os colocavam como vitimizados, esquecendo-se de suas origens étnicas, históricas e culturais. Para Ortiz (1994) indagações sobre nossa identidade começam a tornar-se uma prerrogativa. Assim, ao pensar-se a questão da identidade, precisa-se pensar o Brasil, em relação às

peculiaridades também do Continente Africano. Assim, “[...] não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos [...]” (ORTIZ, 1994, p. 8).

Para entender as posturas conformadoras e monitoradas pela academia europeia, pertencentes ao final do século XIX e início do XX, expõe-se a seguir dados que se consideram salutares para entender-se o tema em voga.

Segundo Ortiz (1994) desvendar a questão da identidade nacional tornou-se o objetivo de alguns estudiosos, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, podendo considerá-los precursores das Ciências Sociais no Brasil. O autor destacou que estes pensadores se apoiaram no positivismo de Comte, no darwinismo social, no evolucionismo de Spencer.

[...] o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o ‘simples’ (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais ‘complexo’ (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político, tem-se que o evolucionismo vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo [...]. (ORTIZ, 1994, p.14).

Estas teorias deram embasamento ao europeu no momento em que explodia o capitalismo, enfatizando a subjugação dos negros, empoderando a branquitude ocidental. O evolucionismo traduzia-se em hegemonia, denotando que a raça superior era a europeia. Assim, povos europeus (superiores/evoluídos) x povos brasileiros (inferiores/atrasados). O atraso já estava posto, impregnado, detinha-se uma interpretação formulada. “O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça.” (ORTIZ, 1994, p.15).

O meio e a raça são considerados responsáveis pelo atraso nacional. Diante disso, o meio estudava a terra (mata) e a raça, a criminalidade. O meio foi considerado o principal cúmplice da introdução da escravaria no Brasil (ORTIZ, 1994). Neste enfoque, o clima e a raça determinavam a avaliação dos habitantes, pelos intelectuais brasileiros.

A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato. (ORTIZ, 1994, p.16).

Acresce-se que Ortiz (1994) ensina segundo Buckle, que o atraso nacional esteve atrelado às condições climáticas, fato que emperrava o desenvolvimento, demonstrando a condição de barbárie vivida pelos brasileiros, ou seja, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, foram adeptos a estes estudos.

Renato Ortiz (1994) expõe que Manuel Bonfim fez uma analogia entre o biológico e o social, chamando-a metaforicamente como parasitismo social, destacando que o animal parasita tem uma fase predadora; no período predatório vive da seiva fabricada pelo parasitado e por viver um período ampliado de parasitismo, ocasiona um definhamento dos órgãos do parasita. “Analisar o Brasil dentro de uma visão do parasitismo social significa considerá-lo na sua inter-relação com a metrópole portuguesa [...]” (ORTIZ, 1994, p. 25).

Resumidamente, éramos vítimas dos parasitas europeus, que buscavam como sanguessugas, aniquilar com tudo que era produzido pelos oprimidos, tramando o extermínio e esterilidade social, econômica, política e cultural destes excluídos. No entanto, a identidade nacional é notoriamente acometida por tais incoerências, que ensejavam desmerecer aquele que se encontrava entre os escombros desta relação, resultante da propagação da teoria do evolucionismo.

Condenando a imitação ao estrangeiro, os críticos da alienação cultural, através da propositura da Semana da Arte Moderna (1922) entendiam que: “[...] o Brasil seria um entreposto de produtos culturais provindos do exterior [...]” (ORTIZ, 1994, p.27). Estes entreveros exteriorizavam a ausência de estreiteza entre teorias que dessem conta de analisar criticamente o cenário social, cultural, econômico e político brasileiro. Tem-se em suma, uma teoria também importada.

As teorias racistas surgiram no final do século XIX, quando a antropologia se guiava pelos estudos da anatomia e craniologia (ORTIZ, 1994), sendo que autores como Gobineau e Agassiz⁴⁰ serão referência para nossos estudiosos. Porém, o antropólogo Franz Boas, orientará Gilberto Freyre em suas pesquisas no início do século XX, quando a raça é preterida pela cultura (ORTIZ, 1994).

⁴⁰ Estes dois estudiosos viveram por um período no Brasil e retrataram a questão da miscigenação racial, fazendo um apanhado racista e pessimista sobre o nosso povo, considerando-o um país habitado por “macaquinhos”, que não conseguiriam dar conta de suas próprias vidas, considerando o cruzamento entre as raças, como um fator traria a degeneração. (BOCAYUVA, 2001, p.52-53).

Deste modo, como construir uma identidade nacional? Para chamá-la de nossa!⁴¹ Compreende-se que a identidade nacional é demarcada pela heterogeneidade étnica de um povo, na qual é mister que as diferenças deixem de ser diferenças. Assim, para a construção de um Estado nacional que considere as raças presentes no âmago social, reconhece e valoriza seus antecedentes culturais.

Para construir uma identidade nacional, deveria levar-se em consideração seu povo, seu contexto histórico social e cultural. Neste propósito, no final do século XIX, era impossível abster-se do negro, que era o ator principal deste drástico repertório real. Até a “abolição” o homem negro era inexistente, pois os pensadores buscaram interpretar a realidade em estudos incoerentes com a sociedade brasileira. Ele era considerado somente uma máquina, uma engrenagem que precisava funcionar para manter o sistema econômico colonial-imperial. A literatura era altamente elitista, tomada pelos ideais positivistas. O Brasil procurava se desenvolver, buscando a independência econômica, incorrendo a formação das cidades, florescendo a industrialização, atrelada ao desfecho da introdução do capitalismo:

O que se propõem os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é. As modificações realizadas na esfera socioeconômica (fim de uma economia escravagista, emergência de uma classe média) ainda não tinham se consolidado no interior de uma nova ordem social. Vivía-se um momento de transição, e neste sentido as teorizações sobre a realidade brasileira refletiam necessariamente o impasse vivenciado. (ORTIZ, 1994, p.34).

A transição da nova ordem social se conflitava com a presença da “velha” hegemônica estrutura agrária. No entanto, a reminiscência seria explicada através da construção de uma ideologia e de bibliografias condizentes com a realidade social que se encontrava em situação contrária a outras (a europeia). Deveria buscar-se o sentido para o homem brasileiro, enquanto um ser pensante e, não ausente. Assim, seria superar a condição de dominação, com a descolonização dos estudos subjacentes. Em suma, superar é sinônimo de Estado Nacional, doravante construía-se um trajeto para que o povo entrasse realmente em cena.

⁴¹ Está exclamação é uma alusão a música: “Um homem pra chamar de seu” de Erasmo Carlos, que nos levou a pensar em consonância com os propósitos dos estudiosos que encabeçaram o Movimento Modernista, liderado por Mário de Andrade, que buscou em sua essência a identidade, a cara do Brasil, e/ou em como dar-lhe um referencial de sociedade/nação.

Octavio Ianni (2004a, p.125-126) descreve com precisão no compêndio “A ideia do Brasil moderno” que nossa história é permeada pelo interesse em desvendar a problemática racial, as tentativas foram arroladas nas pesquisas antropológicas que se preocuparam com as metamorfoses do povo. “Há de tudo: determinismo geográfico, racismo, darwinismo social, positivismo e outras correntes de pensamento. Mas há a perspectiva social, histórica.” (IANNI, 2004a, p.116-117).

Assim, olhou-se para as condições antecedentes e precedentes relacionadas ao continente africano através de teorias de origem europeia, consideradas inadequadas à verídica realidade brasileira, desprovidas de críticas a miséria humana que se formava à custa das algemas capitalistas, vindas do outro lado do mundo. Neste ínterim, os negros e a África foram subjugados, através de estudos de cunho acrítico, sem fundo analítico.

A busca da autenticidade, de uma consciência crítica e independente atestam, como já tínhamos destacado, a necessidade de se elaborar uma identidade que se contraponha ao pólo dominador. A teoria, é, neste caso, uma linhagem que procura dar conta dessa realidade. (ORTIZ, 1994, p.66).

Com fundamento nos estudos de Ortiz (1994) percebe-se que não se compreendia o negro enquanto gente, pertencente à nação. Nesta perspectiva, a África foi compreendida enquanto exportadora de carne humana somente. Oportuno ressaltar que para entender o contexto histórico brasileiro, pelo viés cultural, social e político, devemos desagregar os preconceitos atribuídos a etnia de seu povo. A isso, Ianni (2004a, p.120) congratula que:

As raças se constituem, mudam, dissolvem ou recriam historicamente. É óbvio que têm algo a ver com categorias biológicas. Mas têm muito mais com as relações sociais que as constituem e modificam. As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama das relações sociais [...].

Apreendem-se a partir da compreensão destacada por Ianni (2004a), que as raças são categorias históricas que se concebem na repercussão dessa história, através de ações e propósitos que instituem o pensar e (re)pensar as condições sociais, econômicas, políticas e culturais do homem negro brasileiro. O fato

determinante é que os reflexos do preconceito racial os impulsionaram e impulsionam a lutar pela igualdade e reparação racial.

Entre injustiças sociais e a busca inebriante pelas justiças sociais, decorre a revolução social no Brasil, que para Holanda (1995) que tem seu marco em 1888, quando abriu-se as chancelas ao domínio urbano. Neste advento, a estratificação social transita conforme o predomínio econômico, mudando somente a categorização profissional. “O camponês, o operário rural, operário urbano, empregado, funcionário e outras categorias de trabalhadores continuam a defrontar-se com as diferenças raciais, além das de classes.” (IANNI, 2004a, p.137).

Ora expõe-se, que se evidenciam adversidades e clemências, oriundas da problemática racial, que tanto para Octavio Ianni (2004a) quanto para Florestan Fernandes (2007) não foram resolvidas no ato da emancipação dos negros (que discriminados, se juntaram a classe proletária, porém com a prerrogativa dos estigmas e preconceitos). “Transformou negro, índio e imigrante em trabalhadores; mas não os transformou em cidadãos [...]” (IANNI, 2004a, p.137).

A revolução burguesa resolveu muito bem o problema da transformação das raças em população, compreendendo-se esta como uma coletividade de trabalhadores. Desde a abolição do regime de trabalho escravo, o imigrante, negro e índio foram reeducados para o trabalho livre. Houve uma vasta reeducação de uns e outros para que se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho. Agora todos são iguais e livres, enquanto proprietários de força de trabalho. Como os outros proprietários de mercadorias. Mas aí terminam a liberdade e a igualdade. (IANNI, 2004a, p.137).

Trabalhadores livres, igualdade e questão racial: serem cidadãos. Nesse cenário, estes três itens favoreceram a ascensão de debates, estudos e análises, que desembocaram nos movimentos sociais, que detinham palavras de ordem. Todavia, ecoava-se o grito popular pela dinamização de ações que dessem qualidade de vida e bem-estar aos afro-brasileiros. Para Fernandes (2007) existia uma contradição que tornava um obstáculo aos militantes, que ao lutar pela democracia racial, não deveriam desconsiderar a necessidade de se consolidar a cidadania como um todo. “[...] quanto ao mais, não é só a democracia racial que está por constituir-se no Brasil. É toda a democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política [...]” (FERNANDES, 2007, p.40).

Com estas versões, em que os recém-libertos continuavam enclausurados às estratégias e ideologias que não faziam parte, lutaram e lutam

para creditar direitos dos quais são portadores. Além do mais, deveriam ter que combater arduamente numa sociedade permeada pelas mais variadas desigualdades e injustiças. Assim, petrificados pelas durezas da vida, ao incluírem nos movimentos e lutas sociais focalizaram a sistematização de ações políticas que vislumbrassem contrapor os impactos que a desigualdade racial arbitrava no país. Dentre as funcionalidades, destes intentos, Fernandes (2007, p. 58) nos ensina, que:

[...] as condições concretas da competição do negro com o branco, que não são de molde a criar dificuldades insuperáveis para este, dadas as oportunidades crescentes oferecidas pelo sistema ocupacional; a inexistência de alvos definidos de oposição racial, por parte do negro, que não pretende desalojar o branco das posições sociais em que se encontra, mas compartilhar com ele dos direitos e garantias sociais as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial; o fortalecimento do regime democrático, que ampara politicamente aquelas tendências [...].

Cerzindo as informações declaradas por Florestan Fernandes (2007) sobre as conquistas contemporâneas dos negros brasileiros de que estes não lutam contra os brancos, mas buscam a equidade de direitos e garantias, Gohn (2013), na obra: “Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo”, reservou um tópico em seu livro específico para discutir a questão estudada.

O movimento negro deixou de ser especificamente de manifestações culturais para ser um espaço de luta para a edificação de identidade e igualdade racial que se formalizou através da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), Movimento Brasil Afirmativo e o Troféu Raça Negra (GOHN, 2013).

Outras hegemônicas conquistas, imersas num contexto social, cultural, político e econômico permeado pela exclusão das massas populares sobressaem-se. Contudo, outros veículos para a consumação dos direitos são apreciados no seio social, em que a proposição do Movimento Negro Unificado (MNU), “abriu alas” para que, em 2003, o governo criasse o Dia Nacional da Consciência Negra, a Lei nº.10.639, “[...] a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR).” (SILVA; CARDOSO; SILVA, 2014, p.14) e, em 2010 o Estatuto da Igualdade Racial. Também se compartilha das “[...] Comunidades Negras Quilombolas, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades de Quilombos (CONAQ) e Associação das

Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) [...]” (GOHN, 2013, p.110).

Na contemporaneidade, desenvolvem-se a nível federal ações nas áreas quilombolas, como cursos de capacitação escolar, que é integrado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e, em São Paulo, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a Rede de Pré–Vestibulares Comunitários e o Educação e Cidadania de Afrodescendentes (EDUCAFRO) e Carentes. (GOHN, 2013).

Encerra-se este subcapítulo, antevendo que a existência da correlação de forças entre o processo democrático e a ampliação das lutas encabeçadas pelo movimento negro impressionou-se e pressionou-se para a legitimidade coerente de homônimos direitos. Feitas estas exposições neste capítulo, conclui-se que:

Não se trata apenas de apagar os crimes cometidos no passado escravocrata, trata-se também de fazer da igualdade um direito de fato e não virtual ou nas letras. O direito de não ser discriminado, de não ser humilhado ou de ter de passar vergonha. O preconceito já é legislado como crime hediondo. A política se faz tanto como a reivindicação de direitos como pela afirmação de identidades [...]. (GOHN, 2013, p.112).

Assim, interpretando a vida real dos afro-brasileiros, adverte-se que os crimes cometidos não serão apagados, pois o peso do preconceito, a agonia é ceifada a cada ato subversivo declarado. Contrapondo tais adversidades, evidencia-se que os fragmentos sociais brasileiros e africanos deverão ser cada vez mais cimentados, prevendo-se que as uniões de forças que empunham a mesma luta são ímpares para a desconstrução dos estilhaços do preconceito racial esparramados nos séculos, décadas e anos precedentes de seus povos.

Todavia, contra a guetização e a segregação racial: avante África e Brasil!

CAPÍTULO 2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

2.1 Assistencialismo e bem-estar no Brasil: os primórdios

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos [...]. (GALEANO, 2008, p.18-19).

Neste capítulo ampliaremos nosso foco de estudo para os primórdios das ações assistenciais, pelo fato de relacionar profissionalmente no cotidiano de trabalho com uma ampla camada de cidadãos brasileiros a quem deveria oficializar-se a garantia de direitos sociais. Ademais, predispomo-nos a pesquisar sobre os precedentes históricos e a forma de como se entendeu e propôs-se a formalização da assistência social, especificamente no Brasil.

Para compreender-se como decorreram as primeiras ações assistencialistas nestas terras, far-se-á um passeio em estudos que demonstrem as condições que antecederam as práticas que se autodenominam assistência social na órbita global. Deste modo, ajuda, apoio, necessitados, solidariedade, beneficência e filantropia são palavras impregnadas ao modo retrógrado de entender a assistência social. Este modelo adverso atravessou o contexto histórico permeando um pensar ligado às questões religiosas. Assim, a filantropia impregna-se às filosofias religiosas, através das ordens lideradas pelo pensamento cristão.

Caminhando pela história em busca de precedentes que possam embasar e meditar as condições assistencialistas, é Balbina O. Vieira (1980) quem nos conta que na Antiguidade, a pobreza era aflitiva somente para aqueles que estivessem impedidos de buscar a subsistência através do trabalho na pecuária e agricultura devido à situação peculiar de viuvez, doença, orfandade ou abandono.

A assistência aos pobres, aos velhos, aos abandonados constituía então, responsabilidade da família, clã ou tribo; cada um tomava conta dos seus e a maneira de assisti-los variava de uma tribo para outra, segundo os usos, os costumes, as crenças, etc... É interessante notar que estes usos, costumes, preconceitos e tradições influenciaram sempre de maneira decisiva não somente sobre o modo de tratar os assistidos, como também na maneira de considerar as causas e os males sociais. (VIEIRA, 1980, p.28).

Era hábito moral e religioso das tribos atribuírem às famílias os cuidados com os seus membros, sendo acolhidos somente aqueles em situação de precariedade e abandono, por falta de agregados que pudessem dispensar-lhes cuidados cotidianos. Neste intento, as tragédias e sucessos eram delegados aos homens, como castigo/reconhecimento de Deus.

Sendo as misérias e provações manifestações da justiça divina, não cabia ao homem intervir; aos sacerdotes como delegados da divindade, pertencia o encargo de curar os males físicos e aliviar os outros. Os templos eram, portanto, ao mesmo tempo ambulatórios, hospitais e dispensários de esmolas. (VIEIRA, 1980 p.28).

Apreende-se que na Idade Média, com a ascensão do cristianismo, a caridade passa a ser concebida como questão de generosidade, de distribuir, repartir com o outro. Contudo, neste contexto, denominado teocêntrico, o homem medieval relacionava-se com o outro, diante da obediência à lei divina, na constante busca pela eternidade, decorrente da conduta moral e cristã, que se fundamentava na caridade. “Desde a Idade Média abrem-se instituições de caridade, tanto pelas companhias religiosas como pela caridade leiga.” (SPOSATI, et al., 2007, p.40).

Na linhagem histórica encontram-se passagens relacionadas às práticas assistenciais e filantrópicas, realizadas pelos grupos sociais. Ora, faz-se caridade para ganhar o céu, ora como apelo moral e, ainda para conquistar a confiança das pessoas, esperando-se algo em troca (hoje: voto/política partidária). Ao pensarmos no âmbito mundial, especificamente no Ocidente, informa-se que:

Na Idade Moderna, como consequência da secularização da sociedade, as organizações de caridade deixaram de ser privativas da Igreja, passando cada vez mais para entidades particulares. A caridade refletia, então valores burgueses que inspiravam uma ‘boa ação’ para tranquilizar consciências e manter o sistema. (BAYON; FARIA; TENDERINI, 1983, p.33).

Compreendendo que tais acepções são importantes para entender-se as ações caritativas, que nos dizeres de Bayon, Faria e Tenderini (1983), são consideradas formas para estar bem com a consciência e ao mesmo tempo, dar bases para a continuidade e manutenção do sistema capitalista, apoiamos em Behring e Boschetti (2007) que expressaram que as formas antecedentes as primeiras iniciativas da propositura das políticas sociais na Europa. Entende-se que as políticas sociais vêm ao encontro dos ideais capitalistas, em detrimento ao triunfo

das classes minoritárias, que se ofuscam aos ideais burgueses que ensejam somente o poder e supremacia de classe, nas instâncias políticas, culturais, econômicas e sociais.

Como se verificou, as pesquisadoras Behring e Boschetti (2007, p. 47) dissertam que as sociedades pré-capitalistas, ou seja, anteriores à introdução dos ideais capitalistas, por volta da Revolução Industrial, “[...] não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem [...].”

Destacando-se as leis inglesas, que se caracterizavam por ações imediatistas e marcadamente moralizadoras e punitivas, os autores: Polanyi, 2000; Castel (1998 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.48)⁴², apontam os nomes de tais legislações, sendo:

- Estatuto dos Trabalhadores, de 1349.
- Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563.
- Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601.
- Lei de Domicílio (*Settlement Act*), de 1662.
- *Speenhamland*, de 1795.
- Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (*Poor LawAmendment Act*), de 1834.

Para as autoras, Polanyi compreende que “[...] o princípio estruturador dessas leis era obrigar o exercício do trabalho a todos que apresentassem condições de trabalhar, e as ações assistenciais previstas tinham o objetivo de induzir o trabalhador a se manter por meio de seu trabalho [...].” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 48).

⁴² Esta citação encontra-se incorporada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “As políticas sociais e a prática do Assistente Social no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social” (FOGARI, 2011a, p. 15), entregue para a pós-graduação *lato sensu* em: Gestão das Políticas Sociais, da UNIP – Universidade Paulista.

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres 'merecedores' (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres 'não merecedores' (todos que possuíam capacidade ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa).⁴³ Aos primeiros, merecedores de 'auxílio', era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretense dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.49).

Entre pobres merecedores e não merecedores, essas leis entalharam um novo limiar de sociedade e/ou de realidade social, após a expropriação destes trabalhadores de suas terras, por volta da transição do período medieval para a introdução do capitalismo e seus objetivos, que previa subordinação, ordenação e acima de tudo: lucro. As fortes retrações e imposições aos miseráveis foram estrategicamente ordenadas, como pano de fundo, para atender ao florescer do capitalismo atrelado ao ruído incessante das engenhocas que predominavam a entrada do modelo de acumulação capitalista europeu.

Estas insubordinações nos obrigam a expressar que a “[...] Lei dos Pobres, de 1597, declarava indigentes e retirava o direito de cidadania econômica daqueles que fossem atendidos pelo sistema de assistência pública [...]. (MARTINELLI, 1993, p.33).

Da Lei dos Pobres, no período antecedente à Revolução Industrial, em que os pobres eram destituídos da cidadania, para serem inseridos nos atendimentos assistenciais, observam-se condições degradantes. Diante disso, percebe-se que para avançar com este assunto sobre ações assistenciais, dever-se-á aprofundar e conhecer o que é pobreza e/ou ser pobre?

A pobreza é uma condição imposta às pessoas através dos modelos econômicos que hegemonicamente as inferiorizam, desferindo ações que as tornam seres imersos em misérias escaldantes. Assim, surgem análises que os apontam, como: desmotivadas, desajustadas, ou inadaptada, inapta à sociedade. Estes homônimos descaracterizam as verídicas problemáticas enfrentadas pelos excluídos, determinados pelos contextos e dinâmicas estruturais de seu tempo.

⁴³Esta citação encontra-se incorporada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “As políticas sociais e a prática do Assistente Social no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social” (FOGARI, 2011a, p.15), entregue para a pós-graduação *lato sensu* em: Gestão das Políticas Sociais, da UNIP – Universidade Paulista.

Malthus via os pobres como algo a ser repensado, pois manter este ciclo de pobreza, por meio de ações assistenciais geraria malefício para o restante da sociedade (ENGELS, 2010). Segundo esta teoria, manter a pobreza e, enfim, os carentes seria uma concorrência desleal com os trabalhadores inseridos nas indústrias. Na realidade, os considerava um fardo, muito pesado para a burguesia carregar. A pobreza era condicionada a ser considerada imoral e ilegal, para a legitimação dos propósitos capitalistas.

Não se trataria mais, portanto, de empregar produtivamente a 'população excedente', de transformá-la em população utilizável; tratar-se-ia de matá-la de fome, da maneira mais suave possível, e ao mesmo tempo de impedir que ponha no mundo muitas crianças – o que não era difícil, se a população excedente se reconhecesse como tal e aceitasse decentemente a morte pela fome [...]. (ENGELS, 2010, p.315-316).

Ao retratar, que “[...] a pobreza existiu e existe [...]”, Norberto Alayón (1992, p.13) argumenta que: “[...] poderíamos concordar em que os estilos societários e as características que os definem são produtos da decisão dos homens, isto é, constituem uma construção social.”

Neste propósito, constrói-se o quê? Para quê? Para quem? Compreende-se que ser pobre é um indicativo para o não ser; não ser possuidor de sonhos e desejos que não se formalizavam pela falta de objetividades; objetividades a serem alcançadas e/ou concretizadas? Contudo, insucessos foram fortes fatores para as acusações, que os transformaram em “meros transeuntes” (pedintes, mendigos, vagabundos) ausentes da vida, justiça social, humana e política.

Deste modo, a pobreza está muito relacionada às formas e, encadeamento do capitalismo, decorrente da entrada da tecnologia, que preteriu o trabalho manufaturado. Diante deste fato, com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, as cidades tornam-se palco dos apelos e clemências, despendidos por aqueles que anteriormente podiam laborar nos feudos, extraíndo das terras, a subsistência dos seus agregados. Nesta nova concepção de vida, o capitalismo torna-se o poder hegemônico, dispersando e demolindo com a organização rural feudal, passando estas pessoas a serem explorados nas zonas fabris. Paralelo a isto, Engels (2010) transcreve pormenorizando como era vista a fome e as ações assistenciais pela burguesia inglesa, segundo uma carta de autoria de uma senhora inglesa.

Investindo em instituições beneficentes, cumpro com o direito de não ser importunada e tratem vocês de permanecer em suas tocas escuras para não ferir meus nervos delicados com o espetáculo de sua miséria! Continuem desesperados, mas desesperem-se discretamente – esse é o nosso contrato, que me custa às vinte libras que ofereço para o asilo⁴⁴. Ah, a infame filantropia de um burguês cristão! E quem escreve a carta é ‘uma senhora’, isso mesmo, uma senhora que faz bem em já não se apresentar como mulher [...]. (ENGLES, 2010, p.310).

O resgate desta analogia feita por esta senhora inglesa, figurante do período em que as fábricas estavam em pleno funcionamento, absorvendo braços fortes para o trabalho nas máquinas a vapor, nos propiciou refletir como a pessoa miserável em decorrência de todas as mudanças do período eram identificadas pela burguesia, que as tinham como algo descartável. A senhora fala da beneficência como uma forma de manter o pobre mais “dominado e desacreditado” no seu meio social. Contudo, o homem inserido nas fábricas inglesas, é domesticado sendo considerado e entendido como uma mera máquina. Na realidade esta seria uma estratégia encontrada para não abaterem o sossego de suas confortáveis moradias.

Assim, beneficência nos remete a raciocinar em beneficiar⁴⁵, tornar o outro atendido nas suas necessidades cotidianas, por meio da ajuda e esmolas. Partindo dos dizeres da carta apresentada por Engels (2010), a beneficência é uma forma de tornar o sujeito miserável um desvalido, imprestável que precisa da esmola de almas generosas para manterem-se nos seus casebres, em rotinas miseráveis. Sobre relação entre as ações beneficentes e a burguesia, para Engels:

Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa a explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência [...]. (ENGELS, 2010, p.309).

Beneficência e filantropia tornaram-se prementes no auge do capitalismo, imerso nos espaços das fábricas. Estas foram as formas encontradas para que os operários fossem explorados cotidianamente, incapazes de buscar outros espaços de trabalho, ou rebelar-se contra os exploradores. Neste óbice, o patrão torna-se um

⁴⁴ Em nota de rodapé, o tradutor do livro ora citado, alude que “[...] Engels não citou a edição do jornal em que foi divulgada essa carta; as pesquisas feitas na coleção do periódico não a localizaram, mas encontraram uma subscrita por Uma mulher que sofre, vazada em termos muito semelhantes e publicada na edição de 20 de dezembro de 1843.” (ENGELS, 2010, p. 310).

⁴⁵ É a pesquisadora Dra. Adailza Sposati quem traz abordagens construtivas para entendermos a questão do beneficiar e/ou assistir aos usuários da política pública de assistência social.

ser transcendental para o operariado, formado por: homens, mulheres e crianças miseráveis, formando a sociedade de classes (proletária x burguesa).

Pelo fato de retratarmos nesta tese as condições do negro, desfazendo e/ou desconstruindo o torpor e as insônias emergidas pelos colonizadores, passaremos a proferir como decorreram as práticas assistenciais no Brasil.

A história revela os percalços encontrados pelos brasileiros em situação de exclusão social, devido à política elitista. Quando se pensa nos moldes adotados nestes chãos, e/ou em como se concebeu as ações assistenciais encontram-se dramas gritantes, revelando o resultado da hegemonia ocidental na América Latina.

A presença dos colonizadores nestas terras desencadeou a eminente carência dos nativos da terra, diante aos ideais e estratégias particularizadas pelos europeus. Porém, sabe-se que para a reprodução, produção e, enfim para a vindoura acumulação capitalista, eram necessários os confinamentos e extinções da população indígena, que no entendimento de Darcy Ribeiro (1995), foi incorporada à realidade social colonial para ser explorada como animais de carga, até a morte. Segundo Darcy Ribeiro (1995, p.101), as aldeias missionárias eram consideradas “[...] fonte de provimento de gêneros a uma população famélica, porque se ocupava fundamentalmente da produção de gêneros alimentícios [...]”

Os objetivos da colonização “[...] foi fazer surgir como entidade étnica e configuração cultural um povo novo, destribalizando índios, desafricanizando negros, deseuropeizando brancos.” (RIBEIRO, D., 1995, p.179). Os dizeres do estudioso, nos alerta a pensarmos na questão assistencial prestada no Brasil colonial, impetrados pelo outro, que vieram desumanizar com a vida dos nativos, que tiveram sua cultura impiedosamente ameaçada, mas não perdida e, sim preservada.

Neste tocante, Renato Cordeiro (1986) no livro: “Gênesis do Assistencialismo”⁴⁶ traz recortes interessantes, tão necessários para entender-se como e, de que forma, foram desencadeadas as práticas assistenciais neste país.

Demonstrou em seus estudos que a ação assistencialista visava atender o outro, em que a união fraterna de pessoas solidárias, infundidas pelas subjetividades, ao auxílio mútuo, fincou no Brasil as primeiras ações assistenciais. A

⁴⁶ Este livro, de autoria do deputado estadual, médico e, advogado Renato Cordeiro, subsidiou conhecimentos sobre as primeiras práticas assistenciais no Brasil. Porém, clarifica-se que muitos dados não foram apresentados por não atenderem aos objetivos deste estudo, que buscou somente apreender as datas e principais ações assistenciais empreendidas pelo colonizador nas terras brasileiras.

nosso ver, não foram ações beneficentes e solidárias, mas necessárias, devido aos reflexos do processo colonizatório que desencadeou doenças, fome, etc. Assim, foi o bem realizado, para amenizar as agruras cometidas pelas ações maléficas infundidas aos nativos. Entretanto, enfatiza-se que os ameríndios foram vítimas e não tutelados, como exposto pelo autor Cordeiro (1986).

Os panoramas históricos demonstram que estas atitudes beneméritas sempre foram praticadas pelas ordens religiosas, autoridades civis, subjugadas à Coroa Portuguesa. Percebe-se nos estudos de Cordeiro, uma visão cristalizada nas ações emergenciais, que expressam a dualidade: poder *versus* submissão. Atesta-se que este fato permeava o pensamento feudal dispensado pelos europeus às terras colonizadas. Esta visão reducionista embasou as realidades sociais, políticas e culturais dos séculos precedentes ao momento atual, que dizem ser “pós-moderno”.

Contrapondo a esta versão acrítica, embrenhada no positivismo sobre o encontro das terras latinas Galeano (2008, p. 30) incorre que a cobiça ardia plenamente na visão desta gente, pois:

Uma única bolsa de pimenta valia, na Idade Média, mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do Paraíso no céu e do mercantilismo capitalista na Terra [...].

Deste modo, contempla-se que a exploração às Américas representou: poder e glória econômica para os europeus. Fulgura-se que no período ora declarado, benemerência e cobiça caminharam juntas. Porém, questiona-se: Como tudo começou? Por onde começou? Quando e, como começaram as obras assistenciais? Para (nós), eis, a questão! A aproximação aos indígenas visava à catequização e posse das terras, e este fato, desencadeou cenas emblemáticas, que protagonizaram: doenças, pobreza e apartação entre seus grupos.

Pelo fato de retratarmos ações empreendidas pelos ibéricos, apontaremos dados sobre como clamaram ou pensaram nas ações assistenciais. De acordo com Cordeiro (1986, p. 99), em meados do século XV, no ano de 1498, em Portugal:

[...] a regente do Reino, a Rainha D. Leonor, fundou a primeira Santa Casa em Portugal, ordenando que '[...] onde chegassem os portugueses deveriam criar santas casas com os mesmos objetivos: remir cativos, visitar os

presos, dar de beber aos que têm sede, dar pousada aos peregrinos e pobres, enterrar os mortos' [...].

Por certo, as práticas assistenciais brasileiras tiveram sua gênese com a chegada das companhias jesuíticas que de uma forma articulada pela Igreja e os lusitanos, introduziram a religião e suas práticas solidárias. As ações humanitárias se voltavam para a ligação entre o céu e a terra. Nos tempos remotos brasileiros, a pobreza se fundiu ao projeto colonizatório, ao que Siqueira (2009) e Cordeiro (1986) relatam que os portugueses trouxeram para o Brasil a Irmandade de Misericórdia. Para Mesgravis (1976 apud SIQUEIRA, 2009, p. 7) é:

Criada com o objetivo de prover assistência aos necessitados, a 'Misericórdia', instituição tipicamente portuguesa de assistência e caridade, atendia os pobres, os doentes, os presos, os alienados, os órfãos desamparados, os inválidos, as viúvas pobres e os mortos sem caixão, predominando a prática de recolher contribuições dos mais afortunados para dar assistência aos pobres e desvalidos, exceto os escravos. A esses, cabia o cuidado dos seus donos.

Esta filosofia está relacionada às ordens católicas, que geralmente encabeçavam as administrações destes dispensários, que absorviam os excomungados pela Monarquia de terem uma vida digna. Assim, impulsionados pelos ordenamentos do monarca os planos assistenciais atravessaram o Atlântico, fundando-se em 1543, a primeira ação assistencial da América, a Santa Casa de Misericórdia de Santos (CORDEIRO, 1986). Em seguida, fundou-se o Colégio de São Vicente e, em 1554 o Colégio Piratininga, “[...] que serviu ao mesmo tempo de igreja, pousada, hospital, escola, farmácia e enfermaria [...]” (CORDEIRO, 1986, p.99).

Segundo, as descrições apresentadas pelo escritor, foram estas instituições filantrópicas que transitaram entre os séculos, sendo as obras-mãe, a matriz de todas as demais. Esta célula *mater* se dividiu dando vida, estrutura e forma a outras instituições assistenciais no Brasil Colonial, Imperial e, conseqüentes. Porém, compreendeu-se o ajustamento dos indígenas através da domesticação, liderada pela Companhia de Jesus, que previa civilizar os nativos através da religião.

Cordeiro descreve que a Casa de São Vicente, depois da Santa Casa de Santos pode ser considerada outro grande marco do assistencialismo no Estado de São Paulo. Para ele, tudo começou nos pátios do Colégio de São Paulo, ressaltando que a cidade nasceu no terreiro do Colégio de Piratininga, fundado no século XVI. O

colégio não parava, decorrendo nele acontecimentos importantes na esfera política, cultural e social, sendo o reduto que acolhia e abrigava os necessitados. “E eram os serviços de enfermagem, de medicina, de cirurgia; e eram palavras de conselho, de orientação, de informação [...]” (CORDEIRO, 1986, p.116).

Destaca-se também, que “[...] as primeiras casas assistenciais fundadas na cidade de São Paulo, bem como no Brasil, foram os conventos das Ordens Religiosas que aqui chegaram [...]” (CORDEIRO, 1986, p.121). Estes centros de cunho caritativo atendiam as misérias provocadas pela nefasta colonização, acolhendo os infortúnios causados pela cobiça da coroa portuguesa. A Igreja representou o cerne das obras assistenciais, legitimadas nos conventos, pelas ordens religiosas, sendo a Companhia de Jesus também responsável pelos cuidados aos doentes.

Diante disto, em atenção à implantação do projeto econômico português, tanto cuidavam do corpo físico, quanto da alma, para que se multiplicassem o número de habitantes no país. A ganância fez com que fossem efetivadas transações comerciais, que se propuseram através do tráfico de gente para o Brasil, sendo os negros inseridos neste contexto social, de forma obscura e bárbara.

Neste obséquio, os direitos dos afro-brasileiros se fundiram à religião e suas ações assistenciais. De acordo com Freyre (2005, p.271) a igreja no Brasil foi substituída pela Casa-Grande, abrigando nos arredores das terras “[...] a capela de engenho [...]”, que representava muitas vezes, a aproximação dos senhores de engenho dos frades e jesuítas, que retratavam tanto a Igreja, quanto o poderio político impetrado pela Monarquia.

E, por falar na realidade diária dos escravizados, compartilha-se que além de trabalharem desumanamente, numa aflição que perpassava por vários âmbitos, apresenta-se uma de suas desolações, a alimentação. Expõe-se que, segundo a fala do Sr. Natal⁴⁷, que:

Antigamente colocava aquele cocho, para a criação comer, antigamente era assim, colocava a polenta, nós comíamos tudo ali, tinham aqueles que governavam, que faziam a comida, chamavam os escravos. Tinha mais de quinhentas, duzentas pessoas escravas, e saíam todos com as enxadas, eu me lembro de tudo isso, eu era criança, era criança... (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p.81).

⁴⁷ Trata-se do ex-escravizado entrevistado pela historiadora Apolinário, como apontado no primeiro capítulo desta tese.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) descrevem que geralmente por duas vezes ao ano, os escravizados recebiam roupas, chapéus, as moradias se diversificavam, de acordo com o trabalho (minas, engenho ou cafezais), podendo morar em senzalas e/ou casebres. Os alimentos eram poucos, em algumas situações o negro se via obrigado a caçar e cultivar roças, se o senhor estivesse de acordo. Em contrapartida, os escravizados urbanos, trabalhavam em pequenas e grandes labutas, podendo morar com seus senhores, e/ou em cortiços. Eram vigiados pela polícia e vizinhos, sendo que para trabalhar as mães escravizadas levavam seus filhos, que permaneciam o tempo todo em sua companhia.

Sobre solidariedade, Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 89-90) descreveram que existiam “[...] as ‘juntas’, que eram associações criadas com o fim de formar uma poupança para empréstimo aos que se encontravam em dificuldade financeira ou precisassem comprar carta de alforria [...]” Eles se reuniam, para formar irmandades negras que previam eventos religiosos, que apelavam para a solidariedade e mutualidade, na intenção de “[...] reforçar os laços de solidariedade e de reunir fundos para a assistência dos irmãos necessitados [...]” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 108).

As irmandades eram veiculadas ao catolicismo, através das ordens religiosas, por isso recebiam nomes de santos. Regidas por normas, que eram regimentadas em estatuto, porém as reuniões tinham como pretexto relembrar a cultura africana, além de “[...] proteger, socorrer e prestar auxílio a seus membros nos momentos de dificuldades ou de doença.” (QUINTÃO, 2002, p.33).

Além do culto católico, o objetivo principal da irmandade⁴⁸ era promover a ajuda mútua e socorrer os irmãos em dificuldades, principalmente os escravos e escravas incapacitados e abandonados pelos senhores. Entre as razões mais importantes para participar das irmandades estava a de garantir um funeral decente e enterro em local consagrado para si e para seus familiares [...]. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 110).

Destaca-se que as obras assistenciais voltadas para a saúde, estão atreladas a realidade empreendida aos nativos, ibéricos e africanos, que foram tensionadas pela (lepra, malária, varíola, tuberculose, sífilis) sendo estas doenças trazidas pelos europeus, proliferadas através dos forçosos acasalamentos.

⁴⁸ A questão assistencial, representada pelas irmandades, fator tão importante para entender-se que os negros foram tolhidos desta ação pelo Estado, sendo prestada pelos próprios negros aos seus, também está expressa em (FOGARI, 2010, p. 82-83).

Para Rodrigues (2000) devido ao cenário rural brasileiro que permeou o período colonial, a maioria dos atendimentos assistenciais realizados aos necessitados era de cunho privativo, nas fazendas.

Nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas pela assistência social, do ensino e da saúde têm a Igreja Católica como pano de fundo. Com o objetivo claro de converter os povos para o Cristianismo, a igreja desempenhou um papel social fundamental [...]. Os índios não eram considerados pobres, uma vez que eles se organizam de forma a possibilitar uma economia de subsistência. (RODRIGUES, 2000, p. 11-12).

Pelo exposto, afirma-se que o processo civilizatório provocou fraturas na alma dos indígenas que aos poucos foram escravizados, numa relação subsidiada pelo labor coagido. A arquitetura e maestria destes moldes decorreram através do enraizamento das ordens religiosas nas zonas litorâneas brasileiras.

Sumariamente compreende-se que as primeiras obras sociais brasileiras e/ou ações caritativas nascem timidamente neste período, pelos jesuítas, que objetivavam *a priori* a domesticação e catequização dos indígenas através das Missões. A lógica das catequese primava pela prática pedagógica que pretendiam usar a criança como elemento transmissor da mudança aos outros indígenas.

Todavia, com o tempo os religiosos foram observando as reais condições dos nativos, por isso passaram a defendê-los, propondo auxílio, cuidados e reclusão em recintos religiosos. Por este enunciado, a Companhia de Jesus é expulsa no século XVII, deixando como rastro, ações assistenciais e benemerentes.

Pelo exposto, constam-se que as relações impostas no início da colonização, representaram a contradição entre ambas as partes: escravizados x colonizadores. Nestas prerrogativas, legitima-se o poder, a hegemonia contemplada pelos Ibéricos, aos muitos nativos e africanos habitantes destes solos.

Doravante, a pobreza de forma imediata infligia os modos de pensar, ser e viver dos povos colonizados. E, urgia assim nada mais que uma população destronada e desempoderada, pois o trono e o poder ibérico pertencente aos ocidentais perpetuou-se por mais de três séculos, fato em que ausentou o olhar para os povos desta nação. “O poder estava concentrado em poucas mãos, que enviaram à Europa metais e alimentos, e da Europa recebiam artigos de luxo, a cujo desfrute consagravam suas fortunas crescentes [...]” (GALEANO, 2008, p.49).

Corroendo com a vida mendiga da população colonial e imperial, que vivia às expensas, à custa do rigoroso poder impetrado nas principais relações sociais, econômicas e políticas. Nestas relações, prevê-se a contradição imperante, entre: colonizadores x colonizados. Deste modo:

As classes dominantes não tinham o menor interesse em diversificar as economias internas, nem elevar os níveis técnicos e culturais da população: era outra a sua função dentro da engrenagem internacional para a qual atuavam; e a imensa miséria popular, tão lucrativa do ponto de vista dos interesses reinantes, impedia o desenvolvimento de um mercado interno de consumo. (GALEANO, 2008, p.49).

Diante de um quadro representado pelo aumento avassalador da miséria e exclusão social, demarcado pelos traços colonizadores, onde os ameríndios e africanos foram aterrorizados pelas maiores violências. No período colonial, as ações assistenciais eram destinadas somente aos não escravizados e a população pobre de acordo com as condições de saúde, econômicas e sociais. Estas práticas estavam atreladas a questão religiosa, inclusive convocando os afortunados para subsidiarem esta transação meramente política e de ordem moral.

Implica-nos apontar a condição dos escravizados, que tiveram suas vidas tolhidas, abrindo margem para a gênese de estereótipos e preconceitos, imagem impregnada no mundo colonial e séculos seguintes. Neste óbice aniquila-se a condição de ser humano, quando o escravizado não é portador do direito de ser atendido pelas ações assistenciais demandadas pela “Misericórdia”, que segundo (RODRIGUES, 2000, p. 12) os cuidados aos negros eram de obrigação daqueles que lhes exploravam, a ponto de lhe tratarem como um ser inumano. Assim:

Os negros tinham uma proteção assegurada, embora extremamente precária, que era senzala. Lá, eles obtinham um mínimo de abrigo, comida, roupa, que lhes garantiam a subsistência. A condição social do escravo não era vista como pobreza, como pessoas que não tinham forma alguma de subsistência.

Figueiredo (2006) aponta que em relação à saúde, entre os séculos XVIII e XIX, os escravizados representavam uma fonte lucrativa, por isso havia certa preocupação em tratá-los, pois o doente representava prejuízo. “O valor do escravo, como mercadoria, está diretamente relacionado à saúde [...]” (FIGUEIREDO, 2006, p. 254).

Existe uma dualidade de informações, viajantes descreviam que algumas fazendas detinham o médico e o capelão; e que outros morriam por falta de atendimento. “São as preces, as promessas, os ex-votos, as missas e fé nos poderes transcendentais. Neste conjunto, incluem-se simpatias e as palavras mágicas [...]” (FIGUEIREDO, 2006, p.255). Em contrapartida, os europeus e miseráveis eram atendidos pelas Irmandades.

As Irmandades, por sua vez, eram uma reunião de leigos em torno do culto de um santo determinado, à beneficência e à ajuda mútua. A mais famosa é, sem dúvida, a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, que contava com hospital, asilo, orfanato etc. para a realização de suas obras de caridade, um conjunto que forma a Santa Casa da Misericórdia. Ao lado da Santa Casa, outras irmandades mantinham suas obras de caridade, incluindo a manutenção de hospitais. Em um passeio pelas ruas do Rio antigo, sobretudo o Rio oitocentista, não é difícil encontrar hospitais mantidos pelas diversas irmandades que existiam na cidade. (SANGLARD, 2003, p.2).

Ainda, de acordo com Heliana Marinho da Silva (1996, p.18):

[...] No Brasil do século XVIII, a assistência médica aos enfermos sem recursos era prestada em instituições filantrópicas criadas por iniciativas particulares, como Santas Casas de Misericórdia, ou pela atuação voluntária dos padres jesuítas [...].

No século XIX, os fundos para a manutenção do atendimento e a construção de novos espaços filantrópicos decorriam através do auxílio mútuo entre a população. Segundo Bruno (apud CORDEIRO, 1986, p.209): “Em 1824, com a passagem do hospital da Santa Casa para a chamada Chácara dos Ingleses, na Glória, iniciou-se no mesmo local uma nova forma de assistência à população, instalando-se ali a Roda dos Enjeitados⁴⁹ [...]”

Quando a roda era acionada, um enjeitado era deixado... Consta-se que para serem criadas e educadas, ordens religiosas estavam sempre disponíveis para acolhê-las, sendo considerada a única esperança para os abandonados pela: situação socioeconômica, moral, costumes e valores presentes na sociedade brasileira. Segundo o médico Toledo (apud CORDEIRO, 1986, p. 231) recebia:

⁴⁹ “De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido.” (MARCILIO, 1998, p.56).

[...] órfãos de mães solteiras, órfãos de pais vivos, órfãos de pais bêbados e órfãos de afeto e carinho. A Santa Casa acumulava as funções de hospital, dispensário, asilo, albergue, creche e tudo o mais que hoje em dia tem nome certo, sigla, e que desempenha funções e ajuda ao próximo [...].

Adiciona-se, que também neste contexto histórico, a educação era inexistente para a maioria das pessoas, sendo que as crianças pertencentes à etnia negra, o jugo do preconceito era mais atenuante, sendo-lhes negado (escravos ou livres) o direito a frequentarem as escolas. Todavia, enfatiza-se que os bancos escolares não foram entalhados para serem usados, sentados e/ou ocupados pelos alunos negros. Para Moysés (1994, p. 200 apud VEIGA, 2008, p.2): “[...] a Constituição de 1824 ‘proibia o acesso à Educação aos pretos, negros e crioulos’.”

Segundo Azevedo (1996, p. 563 apud CAPELO, 2007, p. 10) existia “[...] uma minoria de letrados e eruditos e uma enorme massa de analfabetos”. Diante destes fatos moralizantes e negligentes, pressente-se uma educação oportunista, coerente aos propósitos da Corte Portuguesa, que visava à sustentação da ordem estabelecida, mantendo-se no pedestal da hipocrisia, uma casta consagrada pela coragem em atravessar as bravuras do mar, para empreender a estrutura econômica, social e cultural, arquitetada por seus superiores.

Que espécie de cultura poderia se desenvolver em condições materiais tão adversas? Sem dúvida, uma que fosse marcada pelo autoritarismo típico da religião institucionalizada, pelo elitismo de uma estrutura social brutalmente dividida em extremos intocáveis e pelo caráter contemplativo adequado às existências ociosas dos que vivem da produção primária de produtores compulsórios. Quem constituía a população colonial? Aproximadamente 2/3 de escravos, conforme registros da época da Independência, uma parcela inexpressiva de trabalhadores livres, rurais e urbanos, uma pequena e poderosa camada de proprietários e uns poucos e ricos comerciantes de importados ou de escravos, para quem a cultura escolar era um luxo dispensável (XAVIER, 1994 apud SAMPAIO, 2002, p. 130).

As práticas educacionais dos negros e descendentes neste país nos períodos coloniais e imperiais não abriram um leque de discussão para entendê-las como filantrópicas e/ou assistenciais, pois ao menos existiam! Diante do exposto, vê-se que o tempo passou, mas as raízes desta história continuam a impetrar a vida social, política, cultural, econômica e educacional dos afro-brasileiros.

Como vimos, todas as práticas assistenciais no Brasil se ultrajaram para comprazerem dos desvios do erário público, que servem e, sempre serviram à elite promissora, que para gerar lucro e riqueza corroborou com a dilaceração e derrota

econômica, social, cultural e política de nossa gente. Porém, atenta-se que em cada pedaço deste chão, existe a edificação do ranço das práticas assistencialistas.

Para clarificar o emaranhado de negligências impetradas que perversamente serviram de fundamento para a formalização das práticas solidárias, beneficentes e filantrópicas, faremos apontamentos, segundo o livro: O Estado entre a filantropia e a Assistência Social de Mestriner (2001). A começar, relata que:

Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país. (MESTRINER, 2001, p.14).

Após estes ensinamentos, direcionados a olhar a prática do assistente social, questiona-se: Como separar a assistência, das gêmeas: filantropia e benemerência? Observa-se que estes três itens estão fundidos a outras questões, que perpassam principalmente pelo contexto histórico, formalizado, de acordo com a dizimação das etnias ameríndias e negras. Deste modo, atesta-se que é com os resquícios desta ferrugem histórica que intervimos (nós, os assistentes sociais).

Neste ínterim, nos bastidores dos acontecimentos precedentes, encontram-se incisões econômicas, sociais, políticas e culturais complexas, de difícil manejo, onde as suturas se efetivarão a partir de outra conotação, especificamente dos direitos. Assim, na arena da construção de políticas de atendimento na esfera social, deve-se construir e desconstruir ações que visam atender as problemáticas, oriundas de conflitos incrustados no cotidiano brasileiro.

Diante das regulares lutas pelas mudanças na esfera social, por parte da sociedade civil, programas e ações assistencialistas são criadas, sendo que tais estratégias não imputaram a reprodução do círculo de marginalidade no Brasil.

A nobreza criou o 'esmoler' para recolher o benefício e os 'vinteneiros' para verificar a necessidade; a Igreja criou os diáconos, que visitavam e mediam suas necessidades; as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos e se constituíram na primeira forma organizada de assistência no Brasil; os 'bodos' foram também uma forma de acesso dos pobres a alimentos distribuídos pela Igreja. O favor foi outra forma consolidada de relação social no Brasil, dando-se de forma verticalizada entre o senhor e o apadrinhamento. (MESTRINER, 2001, p.15).

Tudo começou, não começando... Deste modo: Como começou e/ou recomeçou? Ou, como começar, o que já existia? Quando os europeus colonizaram as terras sul-americanas, encontraram várias etnias indígenas aglomeradas em tribos, defendendo suas culturas e expressões. A partir desta apropriação indevida, iniciaram-se o esmorecimento, adoecimento e a fome entre os nativos. Estes fatos desencadearam a necessidade das esmolas, da ajuda e, quem sabe do favor, daqueles a quem os indígenas não deviam nada, muito menos “favor”, mas desaforo por terem sido abruptamente escravizados. É segundo este modelo nada convencional de pensar o outro e sua cultura, que o Brasil é empreendido e compreendido enquanto nação/”civilização”.

Pobreza, assistencialismo e benemerência foram/são parceiras. Diante da recusa por parte dos governantes em demandar zelo e cuidado ao povo, panoramas de ações clementes foram previstas.

Durante a Primeira República, o Estado não intervinha. Era um Estado fraco. O que existia na área da assistência era desenvolvido pela Igreja católica, com quem o Estado republicano não se relacionava, por considerar que o social não era função pública [...]. (MESTRINER, 2001, p.67).

A segunda metade do século XIX representou mudanças nas questões de ordem econômica, cultural, política e social. “[...] em suma, durante a referida época houve um importante surto de desenvolvimento econômico [...]” (IANNI, 2004b, p.15).

Contudo, não “libertou-se” os escravizados, mas aqueles que os escravizaram. A relação entre dominantes e dominados finalizou-se, devido aos interesses da burguesia, que estavam se adequando aos versáteis polos industriais e as cafeiculturas que alastravam pelo país. Neste jogo de forças entre escravizados *versus* escravizadores, decantaram-se com a vida socioeconômica dos negros, resumindo-se, segundo o provérbio: “A ocasião faz o ladrão”.⁵⁰

Contudo, no período Republicano, os coronéis eram as raposas políticas que assuntavam em benefício próprio, que era propiciar o enriquecimento à custa da peregrinação de miseráveis, pedintes e internos nas Santas Casas de Misericórdia, dispensários, hospícios entre outros. Por quê? Porque muitos daqueles que estavam em situação deplorável, eram/foram partícipes desta política guarnecida pela ganância/poder econômico e político. “Isto irá refletir na própria constituição dos

⁵⁰ A frase ilustrativa foi utilizada para expressar a relação de desumanidade exercida aos negros, enfim, trata-se de um provérbio bem conhecido no senso comum da população brasileira.

organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social [...]” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK, 2007, p.42).

O país vive uma problemática concreta, formada por grandes massas empobrecidas ainda em consequência da libertação dos escravos e agravada pelo intenso êxodo rural, pela forte imigração da virada do século, pela desqualificação e despreparo dos trabalhadores e pelo trabalho precário, limitado e explorado da época. O Estado se vê na contingência de admitir sua responsabilidade social para com os mais pobres, o que não estava na agenda liberal que dominava o pensamento até então. (MESTRINER, 2001, p.68).

De agora em diante, nos predispomos a apresentar as proposições de um atendimento na órbita assistencial legalista. Antes disso, propuseram-se atendimentos mútuos, que decorriam das organizações de trabalhadores.

Segundo Sposati et al. (2007) até 1930, a pobreza era vista como “caso de polícia”, sendo atendida pelo Estado por meio de seus aparelhos repressores, condenando os indivíduos miseráveis. “Os modelos de atendimento assistencial decorrentes da percepção da pobreza como disfunção pessoal encaminhavam-se, em geral, para o asilamento ou internação dos indivíduos portadores dessa condição.” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK, 2007, p.41).

Por outro lado, temos aglomerações de trabalhadores nos centros urbanos, que não possuíam estrutura para comportar as massas humanas empobrecidas. De acordo, com Iamamoto e Carvalho (2001) os salários eram irrisórios, divergindo do valor da força de trabalho. Ainda, descreveram que se enfrentou a disputa com a mão de obra barata e explorada das crianças e mulheres, mediante extenuantes horas de trabalho. Diante do fardo laboral e da minguada renda, desencadeadas pelas oscilações das indústrias “[...] suas necessidades de ensino e cultura, ficarão, basicamente na dependência de iniciativas próprias ou da caridade e filantropia [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.130).

Estes fatos desembocaram em manifestações sociais, que se formalizaram em greves e boicotes por parte do operariado, que visavam discordar das explorações ocorridas nos seios das fábricas. As contestações fizeram com que os patrões, oferecessem meios que pudessem amenizar ou sanar com estas negatórias. Como medidas preventivas, as grandes empresas, ofereciam “[...] vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas etc.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.139).

Tem-se a necessidade de articular-se o trabalho social e a propagação da fé católica para os operários e seus entes, ou seja, suas respectivas famílias. Como manobra política, cria-se em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo⁵¹ (CEAS), prevendo dar qualidade aos atendimentos filantrópicos, promovidos pela Igreja, que atendia as problemáticas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001). Estas ações pretendiam domesticar e/ou adestrar o proletariado para que não se opusessem ao sistema opressor, imposto pelo liberalismo. A partir do CEAS, surgiram seus embriões, os Centros Operários que tinham como norte aproximar-se da classe operária para educá-los, para o lar/família e, enfim, o trabalho.

Conseqüentemente, a responsabilidade com a miséria passa a ser parte da agenda política. Antes, cabia ao indivíduo os cuidados, sendo que os direitos estavam restritos a setores indispensáveis para a “evolução e progresso” do país.

Para Iamamoto e Carvalho (2001, p.174), em 1935⁵², criou-se o Departamento de Assistência Social do Estado, configurando-se na primeira iniciativa na esfera social, que se deteve em:

[...] a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento [...].

Objetivavam ainda: “[...] a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.174-175)⁵³.

A gênese do Serviço Social brasileiro se deu precisamente em 1936, em plena Era Vargas, período em que se fundiam várias problemáticas sociais oriundas do positivismo e do pensamento conservador liberal, que desencadeavam e escancaravam uma miséria que deixou rastros e cicatrizes no cenário social

⁵¹ Os CEAS eram um aparelho ideológico do Estado, que previa a agregação da sociedade brasileira do período ora estudado, através de ações assistenciais e clientelistas, mantendo os operários e seus membros familiares acalentados e oprimidos.

⁵² Estes itens também estão citados no artigo avaliativo: “A família no contexto da política de Assistência Social”, pós-graduação em Famílias e Políticas Públicas – Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé (UNIFEG) (FOGARI, 2013, p. 8).

⁵³ Ibid.

brasileiro. Estas cicatrizes refletiram e refletem no cotidiano desses seres sociais, endossando a justificativa da ação interventiva dos profissionais contemporâneos.

Destaca-se que a velha política se ultrajou de novos modelos e alicerces, que desconsideraram a formação social brasileira. Assim, os negros, mestiços, ameríndios e brancos pobres foram escaldados a própria sorte.

Neste período, em que se introduziu o Serviço Social no Brasil, consta que os descendentes dos africanos haviam obtido a condição de “libertos” há somente quarenta e oito anos, contexto este, segundo (SKIDMORE, 1976), marcado pela predominância das relações paternalistas, de cunho agrário rural, indo ao encontro das zonas urbanas. “Era o sistema de estratificação social, que dava aos proprietários de terras brancos ou, ocasionalmente, mulatos (claros) virtual monopólio do poder – econômico, social e político [...]” (SKIDMORE, 1976, p. 54-55).

Mediante estes dados, pensarmos em como decorre o atendimento assistencial nos períodos posteriores à formalização do processo emancipatório do homem negro. Este será o eixo que fundamentará nossas indagações.

Revedo o governo varguista, prescreve-se que se buscou um novo modelo de administração do Estado liberal. Ao “olhar” para a sociedade civil, seduzindo-a a acreditar nas ações estabelecidas, Getúlio Vargas, aproxima-se corporificando e regimentando as obras assistenciais existentes no Brasil. O Decreto-lei nº 525, de 1º/7/1938, criou o Conselho de Serviço Social (CNSS), que objetivou regulamentar a assistência social brasileira. (MESTRINER, 2001).

Porém, está ponte a ser executada estava esvaziada, vulnerável a ponto de reconhecerem a assistência social, como prática clientelista, e não como uma ação que deveria ser (re)pensada e (re)definida. Impõe-se informar, segundo a pesquisadora destacada anteriormente (MESTRINER, 2001) que o órgão público gestou-se consignado ao Ministério da Educação e Saúde, porém vislumbrando o atendimento assistencialista e filantrópico. Os convidados para integrarem este modelo de atendimento, deviam ter uma vivência na área social, cultural e filantrópica. “Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia.” (MESTRINER, 2001, p.58).

Previu-se a inserção de senhoras católicas, políticos (elite), membros do governo de Getúlio Vargas e outros mais que se atinavam para os objetivos do CNSS. As instituições privadas solicitavam subvenções que eram analisadas pelos

conselheiros, e posteriormente encaminhadas ao gestor executivo federal para discorrer sobre a quantia a ser oferecida (MESTRINER, 2001). Deste modo, assentam-se ações meritórias/clientelistas altamente centralizadas no poder do presidente da república, que decide, manda e (des)manda.

Informa-se que ao ligar o CNSS ao Ministério de Educação e Saúde, via-se a questão social relacionada às práticas educativas, numa perspectiva, meramente disciplinar, repreensiva e de saúde, merecedora de tratamento.

A maioria das solicitações era de Santas Casas de Misericórdia (243), hospitais (171), dispensários contra lepra (32) e tuberculose (22), escolas (profissionais, ginásios, faculdades e liceus de artes e ofícios – 368), asilos de menores, orfanatos, patronatos (158), asilos para velhos (64), asilos de mendicidade (39), sociedades São Vicente de Paula (71), Associações de Damas de Caridade (94) e ainda prelações, círculos operários, sindicatos, cooperativas, caixas escolares, sodalícios e outras. (MESTRINER, 2001, p.64).

Os trabalhos, articulados e formalizados em moldes assistenciais, eram desenvolvidos com seriedade, sendo acompanhado pelo líder gaúcho. Acompanhado sim, por ser de interesse político, social e econômico manter-se, cortejar-se os destinos e objeções da área social, que ao seu modo tutelava a classe trabalhadora, para encher os cofres do empresariado através da acumulação do capital, auferidos pela produção e, enfim venda dos bens de consumo.

Incorre-se que o CNSS serviu apenas como espelho que refletia as benemerências, consideradas importantes para a política do período. Era um conselho desarticulador, que previa o desaconselhamento da maioria populacional, massa acrítica, distantes do entendimento sobre direitos e justiça social.

Evidencia-se um Estado autoritário, que oportuniza um modelo de práticas sociais, segundo a ótica populista varguista, que compartilha de ações subvencionadas por instituições privadas, na órbita filantrópica. O CNSS foi o esteio deste governo, que se sustentou em bases religiosas e conformistas, que objetivava dismantelar a luta de classes, através do oferecimento de atendimento emergencial, com uma retórica voltada para a classe trabalhadora. Vargas era dono de um discurso político-ideológico apelativo, pois geralmente, iniciava suas falas com a frase: “Trabalhadores do meu Brasil⁵⁴.” (SOUZA, D. S. C., 2005, p.40).

⁵⁴ A frase populista: “Trabalhadores do meu Brasil” foi extraída da monografia de conclusão de curso de Desia Senhorinha Cabral de Souza, realizada no ano de 2005.

Na realidade, o então governante dispôs de legislações trabalhistas em atenção ao empresariado, pois muitos operários nem se enquadravam nestes direitos, principalmente os alocados nas zonas rurais. As leis trabalhistas tentaram estancar as greves e oprimir os movimentos sociais. O lema era manter o oprimido, mais oprimido para servir ao sistema político e econômico em voga.

A pobreza era vista como problema de educação e moral. Para tal, as estratégias utilizadas vislumbravam controlar e vigiar a pobreza. O pobre, não tinha significado, sendo considerado “um nada” para a sociedade. Deste modo, deveriam adequar-se aos objetivos do Estado. Era preciso cuidar da vida, família e da história do trabalhador. Estes zelos refletiriam na reprodução capitalista, pois o país estava em franco desenvolvimento, por isso a proletarização do ensino, em que passam a oferecer cursos profissionalizantes para atender as necessidades das indústrias.

Partindo dessa premissa, criou-se: “[...] também o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), destinado a fornecer alimentação ‘adequada e barata aos operários’, e ainda desenvolveu diversas campanhas de sindicalização sob o patrocínio do Ministério do Trabalho.” (MESTRINER, 2001, p. 89).

A década de 1940, do século passado, foi marcada pela segunda Guerra Mundial, que desencadeou grandes estragos nas finanças mundiais, causando miséria e pungências sociais. Diante destes fatos, funda-se em 1942, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA)⁵⁵, para subsidiar com ações assistenciais às famílias dos combatentes da II Guerra Mundial.

Posteriormente, a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.108).

Por certo, este modelo de articular e programar a assistência social no Brasil, é que colocará as esposas das lideranças das três esferas executivas no comando das obras filantrópicas. Deste modo, passa-se a estreitar os laços entre população vulnerável e primeiras-damas. Os ideais solidários das damas de caridade e/ou primeiras-damas brasileiras assemelham-se, pois consecutivamente as primeiras ensejavam o céu e educar o operariado para o labor explorado das

⁵⁵ Este importante órgão de assistência social, que por várias décadas encabeçou as ações assistenciais no Brasil, não poderia ser deixado de lado, mesmo que considerado de tónus benemerente, portanto citado em (FOGARI, 2010, p.132).

fábricas, as últimas através do assistencialismo, aliená-los ao sistema político, gerando através da tutela, angariar os votos. “Desloca-se o papel direto do Estado, que vai assumir dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante.” (MESTRINER, 2001, p.108).

As damas de caridade que pretendiam ganhar o céu minorando as agruras alheias acreditavam seriamente que os pobres eram a causa de sua própria situação e bastavam a ajuda inicial e alguns conselhos bem dirigidos para que se lhes abrissem as portas das benesses que o capitalismo oferecia a todos indistintamente [...]. (ESTEVÃO, 1999, p.16-17).

Esta maneira insólita para com a população em vulnerabilidade, atravessou séculos e séculos no Brasil, são ranços e heranças históricas. Já as “ilustres” esposas do presidente da República, governantes e prefeitos, ainda se fazem presentes através das práticas beneméritas oferecidas nos Fundos Sociais de Solidariedade no Brasil contemporâneo.

Por outro lado, as instituições benemerentes herdadas do reino português ainda estão articuladas à realidade das cidades brasileiras, através dos nomes que ainda se fazem presentes em: Santas Casas de Misericórdia e outros.

Percebe-se, de acordo com os dados apontados, que se mudou somente o contexto, pois os enredos da história continuam sendo encenados similarmente na pós-modernidade. Com esta afirmativa, segue-se para discutirmos como decorreram os caminhos para a legitimação da política pública de assistência social brasileira.

2.2 Caminhantes: a busca pela Política Pública de Assistência Social

POBREZA POR POBREZA⁵⁶

Letra: Gonzaguinha

Meu sertão vai se acabando
 Nessa vida que o devora
 Pelas trilhas só se vê gente boa indo embora
 Mas a estrada não terá o meu pé pra castigar
 Meu agreste vai secando
 E com ele vou secar
 Pra que me largar no mundo se nem sei se vou chegar
 A virar em cruz de estrada
 Prefiro ser cruz por cá
 Ao menos o chão que é meu
 Meu corpo vai adubar
 Ao menos o chão que é meu
 Meu corpo vai adubar
 Se doente sem remédio, remediado está [...]

Considera-se de profunda importância para o tema em discussão, apontar-se as condições apreendidas pela sociedade, no que tange à incorporação da assistência social, enquanto política pública de direito.

Este fato é bem recente, florescendo a partir do final da década de 1980, com a preconização da Constituição Federal de 1988 que estipulou pelos seus dispositivos os novos rumos para as políticas sociais públicas em âmbito nacional.

Diante de tais contextos, quando se buscou a autonomia do povo brasileiro, observa-se que ficaram aquém ações que vislumbrassem a ascensão dos negros, principalmente aqueles moradores das zonas urbanas atendidos pela política pública de Assistência Social.

Nosso Estado é resultado de vários acordos, sobrepondo cotidianamente os reflexos do colonialismo, que impôs durante os séculos precedentes o definhamento e/ou extinção de ações que visassem celebrar direitos sociais, econômicos, culturais e políticos. Entre idas e vindas, nossos governantes, empreenderam uma política que atendeu somente à burguesia.

A assistência social no Brasil foi/continua sendo negligenciada. Há no contexto histórico, passagens que evidenciam a construção de uma sociedade ditada aos pobres e aos miseráveis, de acordo com os ideais elitistas, que foram

⁵⁶ Os trechos da música “Pobreza por Pobreza”, de autoria de Gonzaguinha, interpretada por Luiz Gonzaga, retratam um pouco das condições do povo nordestino, que vivencia condições miseráveis e subumanas, reflexos da seca, resultado das explorações da terra no período colonial. Assim, hoje, busca-se a dignidade, a vida, a cidadania.

impregnados pela força da colonização. Diante disto, formou-se um grande contingente de miseráveis, dependentes das ações assistenciais, que estrategicamente foram também renegados por ela. Como decorreu?

A vida social, econômica, política e cultural dos brasileiros foram marcadas por várias “invasões”, minando as possibilidades de concretizar-se a cidadania destes. Na década de 1930, os brasileiros são “adotados” por Getúlio Vargas, que de maneira persuasiva conclama estes trabalhadores utilizarem as máquinas em nome do progresso das indústrias brasileiras. Para tal, adotou o modelo de governo liberal, que: “[...] contêm a centralidade do individualismo e da não-intervenção do Estado perante situações adversas enfrentadas pelos homens [...]” (COUTO, 2006, p.44).

Numa economia em ascensão, e uma política que é introduzida gradualmente nos meandros destas terras, inaugura-se o CNSS, sendo considerado o “cartão postal” deste governo sedutor.

Segue-se com atendimentos que circundavam na órbita do Estado, da Igreja e elite, através das instituições caritativas, privatizando a solidariedade, herança patrimonialista, até que se coloque em cena, já no Estado Novo, a primeira-dama da República do Brasil, que até a contemporaneidade não conseguimos desfazer tal abominação. “O voluntariado será amplamente estimulado por meio das comissões municipais da LBA, que se espalharão por todo o país.” (MESTRINER, 2001, p.121). As práticas benemerentes dissiparam com a classe proletária, que:

[...] se desenvolverá por ações assistencialistas, esparsas, fragmentadas, paliativas e emergenciais, longe de se constituir uma política de assistência social, o que somente alcançará cinquenta anos depois, pela Constituição federal de 1988, quando passa a ser considerada política integrante do sistema de seguridade social. (MESTRINER, 2001, p.100).

Parece redundante, mas é uma assistência assistencialista com o social... Cada governo entendeu a área de uma forma. Para Couto (2006, p.100):

A legitimação do Estado Novo foi sustentada pela criação de um projeto social de recorte autoritário, com sua ação voltada para a arena dos direitos sociais, entendidos como necessários ao processo de industrialização em curso no país [...].

Se finda a ditadura Vargas, para entrar-se no processo de redemocratização em meados da década de 1940. Em 1951, Getúlio volta ao poder,

através das urnas travestindo a antecessora política trabalhista, porém depara-se com uma população que crescia estrondosamente devido às fortes migrações rurais, que queriam emprego. Deste modo, é vilipendiado pelos trabalhadores, Getúlio torna-se o presidente de órfãos, que já não queriam a tutela, mas serem filhos legítimos, portadores de direitos. Não encontrando apoio de seus “filhos”; os trabalhadores, Getúlio Dorneles Vargas suicida-se em 1954, devido à:

[...] crise econômica, interna, os embaraços do investimento estrangeiro e principalmente a pressão dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira – frontalmente contrários ao nacionalismo econômico e à participação das massas populares no jogo político. (MESTRINER, 2001, p.125).

Subseqüentemente, após rápidos governos, os anos de 1950 seguem com governos que continuaram com a política voltada ao desenvolvimento nacional, resultando nas seguintes dualidades: de um lado, o crescimento da economia interna/externa e, do outro, o aceleração desordenado das expressões da questão social, escrachando a miséria aviltada pelos brasileiros.

As próximas décadas foram marcadas pelo forte teor para o social, porém tivemos uma renúncia presidencial e a tomada de poder por parte das forças armadas brasileiras, que exilaram aqueles que ideologicamente eram adeptos aos governos socialistas. O mundo estava vivenciando a Guerra Fria, ou seja, o antagonismo enfático entre as duas potências: EUA (capitalista) e a União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS) (socialista). Em meio a estas turbulências políticas e econômicas, oriundas das relações internacionais entre os países pertencentes ao continente americano, sendo: dominantes e dominados, éramos apenas latino-americanos.

O último presidente⁵⁷ antes do levante militar, pressentia a necessidade de reformas que alterassem a realidade social, arena das desigualdades subjacentes, tornando possível ecoarem as lutas sociais. Ora, seus ideais foram “ocultados” na solidão do exílio. “O golpe de 1964 instaurou uma ditadura que durou 21 anos e impulsionou um novo momento de modernização conservadora no Brasil,

⁵⁷ O último presente antes da imposição da Ditadura Militar no Brasil trata-se de João Goulart, sendo este um governante que atinava fortemente para as causas sociais, e possibilidade de participação da sociedade civil. Devido a necessidade de se contextualizar o período em que se gestava a assistência social brasileira, este governo está expresso em (FOGARI, 2010, p.135-136).

com importantes consequências para a política social [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.111).

Articulada às trincheiras ideológicas conservadoras formalizadas pelo governo militar, a sociedade civil é acometida pelas ruínas e impossibilidade de participar do governo ditatorial. As duas próximas décadas foram marcadas pela posição dominadora e arbitrária, que tinham como conduta de governo as normas, mesmo que fossem através de atos que castrassem a possibilidade da volta da democracia. Para Pereira (2007), este modelo governamental, enfatizou a mudança do Estado que deixa de ser populista, para ser tecnocrático e centralizado.

A sociedade civil é “conclamada” cotidianamente a se retirar de cena...

Nos governos militares, a utilização da força e da repressão foram as estratégias mais utilizadas como forma de garantir o projeto que pretendia transformar o Brasil em grande potência econômica e realocar as condições necessárias à manutenção de sua relação com o capitalismo internacional. (COUTO, 2006, p.120).

É um mundo sub-humano, inoperante para o social e edificante para a economia. Uma das principais justificativas está relacionada à proposição de atos institucionais, que arbitraram e coibiram os rumos das políticas econômicas, culturais e sociais. Neste contexto, o CNSS deu continuidade às convicções anteriores, sendo acoplado tempos depois ao Ministério de Educação e Cultura.

Além destes órgãos ligados à esfera social, Mestriner (2001) reforça-se que a LBA, será fortalecida e mantida na esfera central do governo federal, sendo transformada em 1969, em Fundação de Assistência a Maternidade, à Infância e à Adolescência, coesa ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, que terá em seu corpo “[...] uma Secretaria de Assistência Social.” (MESTRINER, 2001, p.168).

Mestriner (2001) explica que na ditadura se ediciona o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que trata também de assuntos relacionadas a assistência social no Brasil, ou seja, da miséria, sendo que em decorrência, estabeleceu-se o Conselho de Desenvolvimento Social junto à Presidência da República e gesta-se o Ministério da Previdência e Assistência (MPAS), que elaborará políticas que pelejem contra a pobreza.

Estes órgãos criaram um leque de programas e projetos, através de atendimentos segmentados, mudando a lógica da filantropia para a participação de

Estado, enquanto repassador de ínfimos recursos por meio de convênios perpassados à assistência (MESTRINER, 2001).

Este período é lembrado pelo “Milagre econômico” que previa o crescimento econômico em âmbito nacional/internacional, à custa da inflação, aumento da desigualdade e injustiça social. A partir disso, enfatiza-se que os militares não se preocuparam em propor o “Milagre social”, em que se prevenissem e previssem ações que solucionassem as emblemáticas expressões da questão social, que se avolumavam em consequência do regime, e de suas especificidades.

Desde então até 1985, as políticas sociais funcionaram como uma espécie de ‘cortina de fumaça’ para encobrir as verdadeiras intenções de um regime que relutava em sair de cena, tornando mais fugaz a pretensão de ao menos criar aquele mínimo de bem-estar alcançado pelas democracias liberais – burguesas. (PEREIRA, P. A. P., 2007, p.138).

O roteiro deste drástico filme real confirmou-se com a presença de generais, que reprimiram em nome da elite brasileira. Por isso:

Vários movimentos sociais revigoraram-se em torno dos pleitos por democracia. Fechados os tradicionais canais de participação política da população (partidos políticos, sindicatos), abriram-se alternativas: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação de Imprensa (ABI), Igreja Católica Progressista, com as suas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outros. Acrescente-se a isso a ativação de novas categorias sociais (feministas, donas de casa, funcionários públicos, frações do empresariado, etc) e de uma combativa classe operária – a do ABC paulista -, todos mobilizados em torno da democracia. (PEREIRA, P. A. P., 2007, p.144).

Tais organizações desencadearam estratégias de abertura política, que anistiarão os exilados, que começaram a regredir para estes chãos, onde suas ações políticas precisavam ser desmilitarizadas. Este contexto histórico é enfatizado pelas inúmeras mudanças, sendo de ordem: econômica, cultural, social e política. Neste ínterim, emplacava-se a globalização e a entrada dos ideais neoliberais.

Em 1985, coloca-se um ponto final no governo ditatorial através do voto indireto. O povo precisava entrar em cena. Como? Considera-se que o regresso à democracia, formalizou-se a partir de arbitrariedades e contradições, instituindo-se a seguinte dualidade: de um lado, a massa popular lutava pela promulgação de uma nova constituição, de outro, os generais preparam-se para saírem de cena, mas que seus resquícios continuassem atrás dos bastidores do Congresso Nacional, Câmara

dos Deputados Federais, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais. De que forma? Por meio da manutenção do poder nas mãos da elite brasileira, através destes espaços ocupados pela política partidária, que se personificaram durante o regime, com os chamados cargos biônicos.

A partir de então, a seguridade social passa a ser vislumbrada, pois a ditadura militar ao desencadear a crise econômica, colocou nos espaços públicos e privados as expressões da questão social. Para garantir os mínimos sociais necessitou-se da elaboração de uma nova edição constitucional, que se emparelhasse aos ideais democráticos.

Queremos demonstrar que este período, conhecido como Nova República foi demarcado por tensionamentos, que nasceram e foram provocados pela sociedade civil que sedenta, queria participar democraticamente das discussões dos recursos públicos que envolviam os três âmbitos executivos de governo. Para redemocratizar, precisava-se do intento e tino político.

No primeiro governo pós-Ditadura Militar, apreendeu-se as graves crises e as estagnações econômicas, abrindo precedentes para a introdução de planos, na esperança de reverter tal contexto, que foi definido como “Década Perdida”.

A grandeza destes fatos fez com que apresentássemos os dados que antecederam ao triunfo da assistência social, que foi condecorada com o título de política pública, junto à previdência social e saúde. Aponta-se que os órgãos tornaram terreno fértil para a implantação de um “novo limiar” de assistência social.

Ao certo, a nova Constituição teve como pressuposto agregar três políticas complementares, que precisavam ser compreendidas separadamente (saúde, assistência social e previdência social). A partir da compreensão de que a assistência social não é medicalizar, previdencializar e/ou tratar; ou contribuir/poupar para assegurar, (ela) é designada como política pública formando-se o tripé da seguridade social: assistência social, saúde e previdência social.

Até parecia um desgoverno, fundir três itens que para entender-se deveriam estar desarticulados, demonstrando que a assistência social, deverá ser pensada contrariamente, não como meio assistencial/filantrópico/paliativo, e, sim na perspectiva do direito, aderindo à condição de política pública de seguridade social. Para Sposati, Bonetti e Yazbek (2007, p. 36) “[...] o assistencial, como forma concreta de acesso a bens e serviços, se constitui num espaço político de luta.”

É em meio aos ideais neoliberais que a Constituição Federal, ganha força sendo compilada mediante a um turbilhão de pensamentos, mudanças e contextos, sendo sua redação aprovada na primavera de outubro de 1988.

A compreensão sobre o paradigma neoliberal é que a assistência social deverá adotar medidas “mornas”, desconexas com as reais necessidades do vulnerável, e/ou daqueles excluídos do sistema social, econômico, cultural e político. Todavia, pode se considerar a CF (1988) uma expressão máxima em nosso país para a construção e consolidação da política pública de assistência social, sendo responsável por formar o alicerce da formulação e garantia dos direitos sociais.

Foi, contudo, no terreno da Assistência Social que a Constituição Federal de 1988 mais se diferenciou das Constituições passadas, ao encampar um projeto – que se tornou revolucionário – de transformar em direito o que sempre fora tratado como favor e de reconhecer os ‘desamparados’ como titulares ou sujeitos de direitos. (PEREIRA, 1998, p. 127 apud PEREIRA, P. A. P., 2007, p.155-156).

Após a ocorrência de manifestações e lutas sociais, que visava contrapor a concepção preconceituosa da assistência social, é coerente contarmos um pouco desta história. Tudo começou no governo José Sarney (1985-1990) que encabeçou, segundo Potyara Pereira (2007, p. 150), o lema “tudo pelo social”.

Porém, sabe-se que este presidente adotou medidas para minorar com a pobreza, fome e desigualdades sociais geradas nos anos referentes ao militarismo. O Congresso brasileiro inovou ao discutir, propor e promulgar a CF (1988); renovou com o que na Europa era considerado ultrapassado. “Nesta Constituição, a reformulação formal do sistema de proteção social incorporou valores que, não obstante antigos no estrangeiro, soaram, no Brasil como inovação semântica, conceitual e política.” (PEREIRA, P. A. P., 2007, p. 152).

A incoerência do modelo de seguridade social é latente, diante dos ditames neoliberais, que contrapõe, ditando as regras em razão e valorização ao econômico. Nesta concepção “o homem é pelo homem”, sendo este responsável e norteador de sua vida econômica, social, cultural e educacional.

Nesta composição transcrita, distribui-se, garantem-se direitos sociais, porém na esfera executiva, afunila-se, reduz-se e esfacela-se com as garantias ao povo brasileiro. Deste modo, “ditam-se e propõem-se” ações que parecem

impossíveis de serem garantidas, mesmo já estipuladas e legitimadas no documento federal, preconizado no final da década de 1980.

Para a área da assistência social, a CF (1988), reservou os artigos: 203 e 204, que são o “corpo estrutural” da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que anos mais tarde, se formalizaria com a aprovação desta, que seria a base matricial para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

Art.203- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei [...] (BRASIL, 1993).

Art.204- As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
 - II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. [...]
- Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Acrescentado pela EC-000.042-2003)
- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
 - II - serviço da dívida;
 - III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 1993).

Com a justiça social assumida para a sociedade civil brasileira, a Carta Magna, reservou o artigo 6º, no Capítulo II, dos Direitos Sociais, que determina que se tenha como proposta garantir serviços públicos que contraponham o círculo de pobreza, gerado nos meandros históricos precedentes, apresentados até então.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

O Estado interventivo, preconizado na Carta Magna, que primava e prima pela perspectiva da seguridade social destoa da concepção neoliberal que avançava ligeiramente, trazendo como lema, o “Estado mínimo”. Estado intervencionista *versus* modelo neoliberal é algo que se contrapõe, divergindo nas ações e concepções.

O novo modelo demanda um ajuste estrutural preconizado pela fórmula do FMI e do Banco Mundial, cuja orientação central é a estabilização econômica, a realização de reformas estruturais e o incremento do desenvolvimento, via investimentos estrangeiro. (SILVA, M. O. S., 2006, p.54).

Segundo o viés, voltado ao econômico, segue-se com os governos adeptos ao ritual neoliberal. Cada qual impôs obstáculos, em relação à legalização da seguridade social no Brasil, que se encorpou com a aprovação, legitimação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Outro presidente⁵⁸adentra ao palácio, mantendo o primeiro damismo, prática conservadora oriunda do órgão conservador LBA, que se transformou em cabide de emprego, regalias e canalizações de desvios de verbas públicas em nome de familiares da primeira-dama (MESTRINER, 2001). Este governo teve “[...] o caráter populista, clientelista e assistencialista dos programas sociais [...]” (COUTO, 2006, p.145).

Diante destes fatos, formou-se um “nó contraditório”. As práticas assistencialistas, filantrópicas, continuavam em pauta com a LBA e, de outro a LOAS precisava ser aprovada e sancionada, sendo alicerce do direito a “nova” política pública. Diante disso, o embate, continuava entre: resistência e resiliência. Enfim, resistia-se em não mudar, pois temia-se a entrada da sociedade civil resiliente nos espaços decisórios deste país. É em seu governo, segundo Fiori (1991, p. 124 apud PEREIRA, P. A. P., 2007, p. 162) que:

[...] o novo Ministério da Ação Social concentrou a política de saneamento, habitação popular e promoção social, mas sem o controle das fontes de financiamento, que ficou em mãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e a Caixa Econômica Federal, pertencente ao Ministério da Economia.

⁵⁸ Referenciamos ao presidente Fernando Affonso Collor de Mello, que administrou nosso país de 1990 a 1992, quando sofreu um *impeachment* (MESTRINER, 2001).

Contudo, aprovou-se nesta década, importantes legislações, sendo: em 13/07/1990, o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei n. 8.069; e, em 19/9/1990, a Lei Orgânica da Saúde, Lei n. 8.080 (MESTRINER, 2001).

Maria Ozanira Silva e Silva (2006) descreve o governo Collor como autoritário, que subjugou a participação popular, criando-se uma barreira entre o Estado e a sociedade, que se ampliou consideravelmente. Elencava-se o trabalho como fonte de renda-alternativa para a população sair da condição de exclusão social. Deste modo, a saída, o segredo para driblar sua condição socioeconômica “[...] usurpando o espaço da participação popular com a tentativa de impedir a construção de uma identidade das classes populares, que são transformadas em meros produtores e consumidores.” (SILVA, M. O. S., 2006, p.55).

Collor é cassado após um curto mandato marcado pela corrupção, clientelismo e nepotismo, deixando para trás o desinteresse pela área: questão social, dando continuidade às práticas clientelistas da LBA, resistiu em aprovar-se a LOAS/1993. Após escândalos, pela primeira vez temos um presidente deposto pela pressão popular, assumindo seu vice-presidente, que incorpora as questões de ordem social na sua administração, buscando dar prioridade aos programas sociais, diante de um cenário econômico recessivo, devido à inflação que assolava o país.

Tem-se, então, uma assistência social federal centralizada principalmente no Ministério do Bem-Estar Social, através de duas grandes agências: Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). (SILVA, M. O. S., 2006, p. 57).

O vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) encontra na área social os ranços clientelistas e assistencialistas mantidos pelos seus antecessores que usavam disto como “alavanca eleitoral”. Sua contribuição para o social foi efêmera, diante de cortes, controles de programas e ações ligadas à assistência social. Por falar em programas sociais, Couto (2006) cita que em 1993, gesta-se o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida⁵⁹ e cria-se “[...] o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).” (COUTO, 2006, p.177). “Dos feitos sociais, merecem menção as ingerências oficiais na Seguridade Social, destacando-se a aprovação, em

⁵⁹ Couto (2006, p.148) relata que o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, segundo Potyara Pereira (2007, p. 166), é considerado “[...] a solidariedade privada, a pareceria entre Estado, mercado e sociedade e a descentralização da provisão social [...]”, destaca-se também que esta ação social está expressa em (FOGARI, 2010, p.138).

dezembro de 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), protelada por cinco anos [...]” (PEREIRA, P. A. P., 2007, p. 165).

Sobre este fato, Mestriner (2001) explica que com o sancionamento da LOAS, que assegura a garantia dos direitos sociais, excluí-se o CNSS, que é preterido pelo Conselho Nacional de Assistência Social(CNAS).

O artigo 203 da CF(1988), onde pauta-se a LOAS, declara que: “[...] a assistência social será assegurada a quem dela necessitar.” (BRASIL, 1988). Compreende-se que é para todos, sem exceção de condições etárias, raciais, sexuais, econômicas e culturais. Diante de fortes arbitrariedades a assistência social passa a ser declarada uma política pública. Este período foi ladeado pelas discussões sobre os objetivos, princípios e diretrizes da LOAS (1993), que se primam na universalidade e equidade.

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, é alterada pela Lei nº. 12.435, de 6 de julho de 2011, que incorporou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em sua redação.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (NR) (BRASIL, 2011a).

Ao prosseguir, a LOAS sofreu alteração no ano de 2011, incorporando em seus artigos, o SUAS, que especificam as condutas, diretivas e normativas a serem tomadas pela esfera pública, entidades filantrópicas e pelos profissionais que atuam

na esfera social. Para o assistente social, a base legislativa representa o estatuto que regulamenta e legitima a garantia da seguridade social aos brasileiros.

Retrocedendo ao conteúdo histórico, as leituras sobre este período, demonstraram que a aprovação desta lei não foi suficiente para que os governantes a levassem a sério, ou seja, a assistência social fosse compreendida como política pública de direito. Este fato fez com que os assistentes sociais, junto a órgãos públicos e sociedade civil cobrassem a aprovação deste importante documento. Ora, é a partir do governo FHC que se iniciaram as discussões para se implantar a lei.

O governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Maria Ozanira Silva (2006), foi acometido pelo autodenominado ajuste estrutural, organizado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), que eram orquestrados pelo Consenso de Washington, que prevê o adestramento dos países da América Latina e periféricos, por meio da:

[...] estabilização econômica (combate à inflação); realização das reformas estruturais (privatização, desregulamentação de mercados, liberação financeira e comercial); retomada dos investimentos estrangeiros para incrementar o desenvolvimento. (SILVA, M. O. S., 2006, p.59).

Ainda sobre as ações governamentais, a autora Maria Ozanira Silva (2006) discorre que, além de se preocupar com a introdução e imersão do Brasil nos meandros da economia neoliberal diante da questão social crônica, ao ser condecorado presidente deste país, imediatamente baixa uma medida provisória que visava extinguir dois Ministérios, o da Integração Social, que passa a ser a Secretaria Especial de Políticas Regionais, ligando-a ao Ministério do Planejamento; e, o de Bem-Estar Social, que se exime junto da LBA e CBIA. Deste modo:

Os programas de assistência, assumidos, pela LBA, passam a integrar a estrutura do Ministério da Previdência, agora Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A assistência à infância e à adolescência, assumida anteriormente pela CBIA, ficou situada no âmbito do Ministério da Justiça, que passa a incorporar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A assistência ao portador de deficiência, por sua vez, passa a ser atribuição da Secretaria dos Direitos da Cidadania. (SILVA, M. O. S., 2006, p. 61).

Pode-se perceber que houve uma reestruturação dos ministérios, e/ou troca dos tronos, passando a esfera social a ser sucintamente fragmentada,

irradiando o que fingiam desconhecer, por tratar basicamente de uma política pública de atendimento. As práticas e as visões assistenciais continuam impregnadas em suas ações. Em nome da submissão e do interesse à ordem internacional, este presidente se rende à questão econômica, dando continuidade à política omissa e reducionista herdada de governos anteriores. Em meio à resistência em efetivar a LOAS, concebe-se, em 1995, o Programa Comunidade Solidária.⁶⁰

Observa-se nos relatos realizados, que a política pública de assistência social caminhou por muito tempo ao lado do favoritismo, da solidariedade e do voluntariado, emanada pela proposta do programa social, destacado acima.

Resumindo o atendimento na esfera social do governo FHC. Conforme Couto (2006), o primeiro mandato foi sublinhado pela não efetivação da assistência social, segundo os artigos da LOAS, observando-se a redução dos atendimentos na esfera apreendida. Neste ínterim, disparam-se discussões sobre a necessidade da introdução e implementação da política pública de assistência social.

Além disso, congrega-se que após a aprovação da LOAS (1993), documentos extremamente relevantes foram discutidos e formalizados, porém pouco disseminados entre os executores da política. Além de toda prepotência e arrogância do governo ao preterir o social, algumas ações dispersas são apresentadas para serem discutidas e analisadas. Itens extraídos da NOB/SUAS 2005, dizem que:

As definições legais atinentes à regulamentação da Política Pública da Assistência Social, no período entre 1993 e 2003, estão estabelecidas em três instrumentos principais, a saber: a LOAS, Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993; o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 1998, e as Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98. (BRASIL, 2005, p. 10).

Ilustra-se, de acordo com o processo histórico, que as primeiras conquistas no âmago da assistência social comparam-se ao trabalho de formiguinhas, pois os envolvidos (intelectuais/ativistas, políticos, sociedade civil e assistentes sociais) tiveram que enfrentar os gigantes neoliberais e a ampliação da globalização da vida econômica, política, social, cultural, a nível mundial. Deste

⁶⁰ A questão da manutenção do Programa Comunidade Solidária, fato contraditório ao que preconizava a CF (1988) fato tão relevante para o período e para os estudos relacionados à política pública de assistência social, encontra-se em (FOGARI, 2010, p.139).

modo, ao sancionar a LOAS em 1993, passam-se quatro anos para propor-se a NOB/97, sequencialmente cinco para a PNAS e NOB/98.

Sobre estes embrionários documentos, a pesquisadora Neuza M. dos Santos Nunes (2012), em sua dissertação intitulada: “Inserção produtiva e Assistência Social: caminhos para a inclusão? destacou que as NOBs: 97 e 98 formalizaram os objetivos e finalidades da LOAS (1993), sendo que:

A NOB/97 conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência, explicitando uma concepção norteadora da descentralização da Assistência Social. Ademais, ampliou o âmbito das competências dos níveis de governo com a gestão da política, sem, entretanto, delimitá-las. Propôs a criação de uma Comissão Tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política. Dessa forma, o modelo de gestão foi fundado nas relações intergovernamentais, como estratégia capaz de revisar o papel do Estado no campo da Assistência Social. (NUNES, 2012, p.31).

A NOB/98 ampliou as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e propôs a criação das Comissões de negociação e pactuação, de caráter permanente, para a discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. As comissões são divididas em: Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que passaram a ter caráter deliberativo no âmbito operacional na gestão da política. A CIT foi constituída pelas três instâncias gestoras do sistema: a União, representada pela então Secretaria de Assistência Social (SAS), os Estados, representados pelo FONSEAS, e os Municípios, representados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS). (NUNES, 2012, p.32).

Além das duas NOBs (1997/1998) explicitadas por Nunes (2012), que introduziram de maneira elementar as formas de abrangência e de gestão da política, ampliando seguidamente no próximo ano as prerrogativas dos conselhos de Assistência Social, e a criação de comissões com caráter deliberativo, ou seja, onde fossem discutidos e determinados os assuntos ligados à política pública de assistência social. Já no ano de 1998, houve a preconização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), após reuniões e discussões, firmadas pela Resolução n. 207, de 16 de dezembro de 1998, realizadas pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Decorrendo ainda: “[...] a regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) [...]” (STUCHI, 2012, p.175-176).

A primeira política nasceu apática, registrando dados que orientaram prerrogativas para o encaminhamento da implementação da LOAS (1993).

A PNAS buscou dinamizar seus objetivos e a importância da universalização da política de assistência social, através da disseminação das informações entre órgãos do governo e imprensa. Prevendo legitimar os direitos, capacitar os conselheiros e gestores de assistência social, atualizando dados da PNAS, com PNAD (1997) e o novo Plano Plurianual (1999)⁶¹, que previam adequar as normativas à realidade atual, distribuindo de maneira heterogênea o conteúdo da PNAS e da Norma Operacional Básica de Assistência para as regiões brasileiras.

O maior desafio encontrado foi o de sacramentar os preceitos legais elencados na Constituição Federal de 1988, que confiou a seguridade social aos cidadãos deste país. Oportuno destacar que este importante documento, amparado pela CF (1988), promoveu a descentralização irradiando os poderes aos municípios. Em favor, destaca-se que os cidadãos superaram a condição titular de “cúmplice”, para assumirem o *status* de coparceiros e copartícipes, através do controle social, visando à plenitude de direitos a condução das discussões relacionadas aos três poderes (Federal, Estadual e Municipal). Resume-se, que se previu o atendimento articulado a áreas específicas para: fortalecer, ampliar e incentivar a participação popular, consolidando a real titularidade e concepção cidadã.

A PNAS (1998) subdivide-se em: apresentação, introdução e marco situacional.

O marco situacional prioriza cinco eixos de análise: os desafios sociais; os desafios demográficos; os contingentes populacionais mais vulnerabilizados; o enfrentamento dos desafios - o *locus* e intervenções da assistência social e os desafios futuros. (BRASIL, 1998, p.4).

Explicitando melhor tais dados, compartilha-se que a PNAS (1998), dentre os seus cinco eixos de análise, especificam no primeiro - “os Desafios sociais”; empreendeu a partir de dados estatísticos que o Brasil sofre com as desigualdades regionais, destacando-se que a pobreza concentra-se na região nordeste, ao que se acrescenta que estes dados estão atrelados a fortes predominâncias históricas.

Este item também apresenta a preeminência da mulher no contexto das famílias, que de mãe de família, passam também a serem provedoras de seus

⁶¹ PNAD: “Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de quatro anos. As equipes setoriais, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), formulam os programas definindo os seus atributos (objetivos, público-alvo, indicadores, metas, etc). É o conjunto desses programas que constitui o Plano.” (CAVALCANTE, 2007, p.130).

membros, assumindo muitas vezes o papel de chefia destes lares, apreendendo as transições do seu papel no mercado de trabalho contemporâneo.

Sobre a empregabilidade, destaca as mudanças em nível macroeconômico, que foram impostas pela entrada da globalização, trazendo fortes reflexos para o mundo do trabalho. Deste modo, ampliou-se os empregos informais, que se traduzem em miséria, reforçando a necessidade de capacitação a população. Os efeitos negativos destes trâmites atingiram principalmente os mais pobres.

Visualiza-se que o nível educacional é insatisfatório, sendo a região Nordeste a mais afetada. Este fator está relacionado às mudanças em nível global, que exigem capacitação, formação, enfim adequação aos padrões exigidos.

A mortalidade infantil é outro índice destacado na PNAS (1998), apontando que teve uma redução significativa dos óbitos maternos e neonatais.

No eixo dois – “Os Desafios Demográficos”, encontram-se dados que se fazem pertinentes: “[...] heterogeneidade demográfica; progressivo envelhecimento da população; crescimento da população em idade para ingressar no mercado de trabalho; e, concentração nas áreas urbanas.” (BRASIL, 1998, p.7).

Nele demonstram-se as transições decorridas na realidade social, devido ao controle de natalidade e mudanças nas famílias, representando um novo limiar para a política social, que devido às diversidades da população e estratos sociais refletem em expectativas e planejamento das constituições e dinâmicas das famílias.

Envelhecer torna-se um item relevante, expresso nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Censos Demográficos de 1980/1991 (BRASIL, 1998, p. 7), prevendo-se para as próximas décadas, o aumento da expectativa de vida da população, denotando a premência do repensar as políticas públicas, principalmente de previdência social e do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Este fato está atrelado às regiões distribuídas no território nacional, que se distinguem uma das outras, com a redução dos nascimentos, prevê-se que as políticas para crianças e adolescentes devam ser qualitativas.

A população necessita entrar no mercado, mediante a criação de campos de trabalho devido às mudanças societárias, que prevê o crescimento de setores específicos, como aos idosos e mulheres, sendo muitas chefes de seus lares.

Outro item preponderante, a concentração da população das zonas urbanas, principalmente nas metrópoles, em atenção às crescentes migrações.

O terceiro eixo –“Contingentes Populacionais mais Vulnerabilizados” (BRASIL, 1998, p. 9-12) se referem à população negra, sujeitos deste estudo. Contudo, a PNAS (1998) ao tratar dos vulneráveis, atenta para o apontamento das demandas e particularidades/segmentos sociais mais precarizados. Deste modo, ações integradoras deverão ser para todos e, focais para grupos particularizados. Os atendimentos são oferecidos, segundo alguns critérios, como: idade, situação e/ou estado de vulnerabilidade, de acordo com o recorte de renda *per capita*.

A família é descrita como primaz, por ser o grupo social, onde se constrói suas histórias e vivências. O documento demonstra que as famílias não deveriam ser descuidadas pela política de assistência social, mas que se acompanhassem seus membros em suas emergencialidades, considerando-se assim os filhos, ascendentes, as políticas sociais constantes em sua região e entorno.

As situações conjunturais estão relacionadas às pessoas em situação de rua, vítimas de maus-tratos, no mundo das drogas, considerando-se as crianças e os adolescentes. Ora, o trabalho infantil está atrelado às condições precárias das famílias pertencentes às regiões mais vulneráveis, devido à pobreza, ausência de práticas educativas e culturais, devido às tradições (ênfatisando-se as rurais).

Outros fatores: violência, abuso e exploração sexual, enfatizando-se as condições das crianças e dos adolescentes, podendo decorrer: na família, prostíbulos, em situação de rua, turismo sexual e pornografia (BRASIL, 1998, p. 11).

Também em atenção à proposição de ações para o segmento, foram realizados estudos sobre as pessoas portadoras de “deficiência”, considerando-se as condições financeiras, de acordo com estado e município (região).

A PNAS apresenta que mesmo o Estado e a União terem realizado tentativas de se implementar atendimentos aos brasileiros, estes não foram suficientes, apresentando situações desfavoráveis: escolaridade insatisfatória, má distribuição de renda, níveis elevados de subempregos e desempregos, crianças afastadas da escola (trabalho infantil), famílias desnutridas, altos níveis de mortalidade infantil, disparidades inter e intrarregionais, ocupação desordenada do solo urbano, violência e insegurança nas zonas urbanas e rurais (BRASIL, 1998).

O antepenúltimo eixo da PNAS (BRASIL, 1998, p.12-15): “Enfrentamento dos Desafios - O *lócus* e Intervenções da Assistência Social” apresentam à família e à comunidade, prevendo projetos de atenção ao grupo familiar, em detrimento ao individual. A família é pensada a partir da articulação da rede de atendimento, tendo

como base o microterritório. Considera-se importante a proposição de programas de complementação de renda, para a manutenção e agregação do grupo familiar.

As ações de atendimento às crianças, e aos adolescentes destinam-se àqueles em situações de risco pessoal e social, segundo o que preconiza a CF (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê a articulação de ações públicas e/ou privadas, que dependem da política de assistência social.

Às crianças de zero a seis anos deveriam receber o atendimento integral, por meio da descentralização da esfera de governo, através das entidades e organizações de assistência social.

Em relação às crianças e adolescentes de sete a quatorze anos, preocupou-se principalmente com o trabalho infantil, que demonstrou a ausência da desarticulação de políticas de atendimento, propondo ações que os devolvessem à escola: Programa Brasil Criança Cidadã (proteção às crianças e adolescentes em risco pessoal); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (combate ao trabalho infantil e inclusão escolar), Programa de Educação Profissional do Adolescente (desenvolvimento de estágios em empresas ou empreendimentos produtivos).

Sobre as ações de Apoio à Pessoa Idosa teve como meta a garantia dos seus direitos sociais, previstas na LOAS e Política Nacional do Idoso, prevendo o atendimento como um todo em: “[...] casas-lares, centros de convivência, abrigos, centros de cuidados diurnos, atendimento domiciliar, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros.” (BRASIL, 1998, p.14).

Em relação às ações de apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, ofertadas pela Secretaria de Assistência Social, previa-se a inserção deste segmento em todos os programas de assistência social oferecidos, com vistas a atendê-lo por meio da articulação das políticas sociais e parcerias.

A ênfase se dava para àquelas que visassem socorrê-las em suas necessidades cotidianas, que resguardassem sua condição peculiar, sendo: renda (oferta do BPC), políticas sociais, atendimento/aconselhamentos e a proposição de legislações e diretrizes a este segmento em situação de miséria e exclusão social.

Outro apontamento é o Programa de Renda Mínima (PGRM), “[...] PGRM destina-se às famílias que tiverem renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, com filhos ou dependentes menores de 14 anos, residentes em municípios com receita tributária inferior à média estadual [...]” (BRASIL, 1998, p.15). Este programa prevê o “acolhimento” financeiro através do repasse federal do Fundo Nacional de

Assistência Social (FNAS) para o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), com o intuito de impedir a presença de crianças e de adolescentes no mercado de trabalho, em evasão escolar. A condicionalidade exigida era que estes estivessem inseridos em instituições educacionais (BRASIL, 1998, p.15).

E, os projetos de enfrentamento à pobreza, que seriam os atendimentos básicos à população, levando-se em consideração as três esferas executivas, sociedade civil e organismos governamentais, prevendo dois itens: ações geração de renda (destinada à autonomia do usuário) e ações sociais e comunitárias (adequar/melhorar os aparelhos prestadores de serviço de assistência social).

E, finalmente, o de número cinco – “Os Desafios Futuros”. O documento reserva este último tópico para demonstrar a responsabilidade que os entes federados, ONGs, entidades filantrópicas, sociedade civil enfim, que a construção de uma sociedade democrática depende de todos. (BRASIL, 1998, p.15).

Neste sentido será a formulação de ações que enfrentem a globalização, a reforma tributária, fiscal e do Estado, elevando-o a condição de oferecedor de meios para a conquista da democracia e, se aumente o impacto redistributivo.

Pressente-se a superação dos entraves que impedem a implantação da política de assistência social, devido: a limitada sustentabilidade dos serviços sociais oferecidos, ausência da rede, limitada capacidade de controle do Estado e agenda estatal a curto e médio prazos para enfrentar a inclusão (BRASIL, 1998, p.15).

A Assistência Social, como política pública, tem papel de destaque na reversão desse quadro, por meio da construção de uma rede de proteção social, que privilegie a articulação entre as ações desenvolvidas pelo Estado e pela Sociedade; a intersetorialidade entre as políticas públicas e a complementaridade entre as áreas sociais e econômicas, visando a inclusão dos destinatários desta Política Nacional de Assistência Social. (BRASIL, 1998, p.16).

A PNAS (1998) segue apresentando os: Princípios, Destinatários, Funções, Objetivos, Diretrizes, Estratégias, Gestão, Financiamento e Considerações Gerais que denotam a estrutura do oferecimento das ações da política de assistência social no território, mediante as particularidades culturais e regionais.

Relacionou-se também em seus artigos para quem, de que forma seriam destinados, quais usuários e segmentos contemplar-se-iam da política de assistência social. Em suma, expressou por meio de dados estatísticos, o caminho para chegar-se aos brasileiros demandatários desta seguridade social pública.

Enfim, a PNAS demonstrou fortes reflexos das desigualdades sociais, a concentração de renda para uma minoria, e a representação do Estado que até a chegada da CF (1988) não legitimava a equidade ao povo desta nação. Ela vislumbrou a heterogeneidade regional e suas peculiaridades econômicas, denotando que a pobreza está concentrada principalmente no Nordeste brasileiro.

Para Couto (2006, p. 180), que existem três problemáticas centrais apresentadas pela assistência social, no governo FHC:

a) do ponto de vista da cidadania, fere de morte o princípio da equidade ou da justiça social; b) do ponto de vista racional, aumenta a pobreza ao invés de diminuí-la, porque deixa ao desamparo consideráveis parcelas da população e, c) do ponto de vista ético, submete os demandantes da assistência social a constrangedores testes e a avaliações suspeitosas de pobreza, geradoras de estigmas. (PEREIRA, P. A. P., 2002, p. 68).

Os dados apontaram que o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) injustiçou a condição cidadã dos usuários da política de assistência social, os tornando meras presas do sistema político, econômico e cultural, quando são olhados segundo a classificação socioeconômica, propondo-lhes programas sociais pontuais, que os subjugava a condição de merecedores e não merecedores, semelhantes à Lei dos Pobres.

No prefácio no livro “Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos”, Lena Lavinias (2010), contextualiza como decorreu os programas de transferência de renda no Brasil, que a seu ver, se dividiram em cinco momentos. O primeiro, de 1991, através do Programa de Garantia de Renda Mínima para os maiores de 25 anos de idade, de autoria do senador petista Eduardo Suplicy; o segundo momento, de 1991 a 1993, sendo o repasse de renda a famílias com crianças estudantes de escolas públicas de idades entre 5 a 16 anos, exigindo como contrapartida a obrigatoriedade da frequência escolar; o terceiro momento inicia-se em 1995, quando se implantaram experiências de transferência de renda em Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF); e o quarto momento é gestado em 2001, que ampliou o oferecimento dos programas federais iniciados em 1996, sendo: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e a proposição de outros, como (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros), surgindo discussões sobre a Renda de Cidadania para todos os brasileiros. A autora Lavinias

finaliza estes apontamentos apresentando o quinto momento, iniciado em 2003, já no governo Lula, com o Fome Zero, e em 2003, implanta-se o Bolsa Família com a proposta de unificação de todos os programas (LAVINAS, 2010).

Partindo dos ensinamentos explicitados, (re) afirma-se a condição de dominados, num mundo presidido pelos ecos dos ventos neoliberais.

Apresentando tal postura, quando esperávamos um direcionamento efetivo para o social, em 2002 o povo brasileiro, elege Luiz Inácio Lula da Silva, que teve uma trajetória política voltada para as lutas sindicais e movimentos sociais. Contudo, para adentrar a esfera governamental, fundou-se em 1980, o PT, sendo considerado o primeiro partido formado por trabalhadores brasileiros.

Este governo é assegurado pela proposição/continuação de programas de transferência de renda (a exemplo do Bolsa-Família), para aqueles em pobreza extrema, e/ou com rendas insatisfatórias. Estes pretextos serviram para acalantar e trazê-los (o povo brasileiro) para revalidar as ações governamentais, sendo que estes (os governantes) preferiram pedir licença ao capital, representado pelos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ora, discorre que o petista, optou por dar continuidade aos programas assistencialistas. Ademais, segue-se com o continuísmo, travestindo-os diferentemente, é claro! Com o alibi de acabar e/ou eximir com a fome, Lula lança o “Programa Fome Zero”, que de acordo com Marques e Mendes (2006, p.67): “[...] previa, entre outros aspectos, a transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza, mas que somente poderia ser utilizada na compra de produtos alimentícios definidos pelo governo [...]”.

Segundo os autores acima, o programa não se mostrou eficiente, diante disto em 2004,

[...] o governo Lula criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, ao promover uma reforma ministerial, e nele centralizou o conjunto de programas sociais de caráter assistencial. A partir dessa decisão, os programas de transferência de renda então em vigor, tal como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, foram unificados em um único, o Bolsa Família (Lei n. 10.836 de 9 de janeiro de 2004). (MARQUES; MENDES, 2006, p. 67).

A partir de então, o Programa Federal Bolsa–Família passa a resplandecer o Lulismo, que aparta: política pública *versus* assistencialismo. Diante

destas informações, estranha-se devido ao fato de que em 2004 detínhamos a LOAS, que propôs o CNAS, e consecutivamente a Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS). É também neste mesmo ano que se cria “[...] o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em substituição ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome [...]” (LAVINAS, 2010, p. 21).

As bases legislativas descritas estão atreladas às deliberações apresentadas pela IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003 no Distrito Federal, que demonstrou o interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS/SNAS) e do CNAS de legitimar as proposituras e preconização da LOAS. (BRASIL, 2005, p.11).

Neste óbice, indagamos: para que servem as leis, diretrizes, enfim, a consolidação da política pública de assistência social, se as mesmas não são aplicadas?

Mesmo diante dos embates cotidianos externados em 2004, outra PNAS é organizada, estruturada e normatizada, numa perspectiva democrática onde a população pudesse “participar, intervir, propor e discutir” a versão que melhor representasse o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FONSEAS, do Colegiado de Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não-Governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos. (BRASIL, 2005, p.11).

O caráter universal e democrático executado pela CF (1988), quando pauta o direito da população a participar dos assuntos ligados aos Municípios, Estados, Federação e Distrito Federal através das configurações pressentidas nos conselhos e conferências, nas três órbitas gestoras fulgura um novo limiar para a sociedade civil brasileira, elevando-os a condição de controle social. Deste modo, elege-se e reelege-se, manda e desmanda, edita-se e reedita-se, inova-se e renova-

se, diante de aprovações sintetizadas por vários segmentos profissionais, representantes políticos, comunitários e a sociedade civil.

A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissão Intergestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política de Assistência Social. (BRASIL, 2005, p.13).

A PNAS preconiza em seu conteúdo as maneiras legais de como os serviços socioassistenciais serão oferecidos pelas instituições públicas e/ou privadas, determinando o papel dos conselhos, conferências e das comissões de gestão compartilhada, que de forma democrática e heterogênea proverão a seguridade social aos usuários da política pública de assistência social no Brasil.

A partir da compreensão de que esta política deverá ser oferecida unanimemente aos brasileiros, expressando as concepções de cidadania, a lei é subdividida em: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade).

A proposta central da PNAS e NOB/SUAS foi içar os usuários a partir de seu processo identitário e de enraizamento, sendo os usuários compreendidos, como:

[...] cidadãos e grupos que se encontraram e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; **identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual**; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p.33, grifo nosso).

O fato é que nos dados acima, o texto previu o atendimento aos grupos étnicos discriminados, neles enfatizam-se os negros brasileiros, por isso sublinhamos tais dizeres do conceito de usuário da PNAS. Daí, é mister observar como formatam-se os atendimentos às famílias de afro-brasileiros no contexto desta política pública.

Neste lampejo, outro dado relevante observado na PNAS, é a centralidade dos atendimentos a partir do “olhar” à família e seus entes, fortalecendo-a, mediante “[...] a convivência, socialização e o acolhimento.” (BRASIL, 2005, p.37). Deste modo, apreende-se que estes modelos familiares apontados, ainda mantêm os vínculos familiares e comunitários. Fortalecer é preciso... Como?

O Estado democrático de direito torna-se elemento central para a concessão de política de assistência social aos sujeitos que esporadicamente, temporariamente e/ou cotidianamente fazem uso deste serviço público e/ou privado (entidades filantrópicas). Partindo destes dados, aprecia-se que os entes gestores se pactuem à política de atendimento com o intuito de encontrar “formas e condições” que façam com que o usuário da política de assistência social entre pelas portas dos CRAS e CREAS e, nestes, encontrem uma rede de serviços socioassistenciais que os façam sair também pela porta da frente e, não pela dos fundos.

Ao colocarmos pelas portas da frente, aludimos com a proposição desta metáfora, sobre sair após ter passado pelo acolhimento e encaminhamento para a rede protetiva de serviços, através da consolidação dos direitos sociais. Em contrapartida, pelas portas dos fundos, referimos ao atendimento que “induz a mesmice”, ao paliativo, ao assistencialismo, não analisando as condições social, econômica, racial e de gênero do usuário do Serviço Social. Diante disso, o sujeito não é considerado parte/ator principal de sua história, com potencialidades de mudar seus dramas pessoais, por meio de políticas públicas efetivas e, sim: meritórias.

Visando contrapor a exclusão social e suas retrações e/ou violações de direitos, o documento prevê que as famílias em situação de risco sejam atendidas em seus problemas específicos e/ou abrangentes (BRASIL, 2005).

A matricialidade sociofamiliar é outro aspecto a ser destacado na Política de Assistência Social, pois se desloca a abordagem do indivíduo isolado para o núcleo familiar, entendendo-o como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade [...]. (COUTO et al., 2010, p.44).

Este item tem sido bastante questionado e analisado em estudos específicos, principalmente pelos assistentes sociais, que apontam que as famílias estão sendo negligenciadas, sendo lhes confiadas os cuidados aos seus membros.

Deste modo, a partir da matricialidade sociofamiliar, (COUTO et al., 2010) ainda sequenciam outras cinco dimensões apresentadas pela PNAS, sendo:

usuários, intersetorialidade, abordagem territorial, Proteção Social Básica/Proteção Social Especial (alta e média complexidade), o financiamento e a informação.

Esmiuçando tais itens, apontamos que o usuário já recebeu o conceito anteriormente, segundo (COUTO et al., 2010) a intersetorialidade prevê a dinâmica e o entrosamento entre as políticas públicas que enalteçam e elevem o sujeito à condição de pertencimento, que indique a condição de cidadão, portador de direitos.

Ademais, segue-se que com a abordagem sobre os territórios, em que se propõem atendimentos que considerem o entorno habitado pelos usuários da política de assistência social.

Entretanto, a Proteção Social está condicionada aos atendimentos específicos que se destinaram segundo suas nuances e agressividades sociais, culturais e econômicas que serão destinados, para a Proteção Social Básica (CRAS) e/ou Proteção Social Especial (alta e média complexidade), nos (CREAS).

O financiamento é o vetor determinante que primará pela “[...] lógica convencional e a instalação do cofinanciamento pautado em pisos de proteção social básica e especial e em respostas fundo a fundo, a partir de planos de ação.” (COUTO et al., 2010, p. 44-45).

Para a efetivação das propostas da PNAS (2004), institui-se a inauguração dos CRAS, nos municípios brasileiros, porém enfatizamos que continuaremos com este assunto no próximo subcapítulo que desenvolverá um pouco mais sobre as condições dessa política.

Conforme demonstrado, os pilares do sistema de proteção social brasileiro tornavam-se um desafio para tamanha “inovação”. De fato, governar para o assistencial e a tutela era menos dispendioso e bem mais compensatório aos políticos brasileiros. Assim, questiona-se: Como formar uma rede sócio assistencial? Para quem e/ou para quê? As ações vislumbradas para a implantação da política de assistência social em alguns momentos poderiam/podem estrategicamente ser consideradas “arqueadas/fora do prumo”, onde a tendência é ruir com o passar dos anos. Na convicção da política partidária, existe uma visão disforme, não edificante, sendo que seu refil não seriam as reformas das tão inusitadas obras faraônicas (que geraram, geram visibilidade e votos), mas dinamizar e equalizar as políticas sociais (legitimando direitos sociais) a serem oferecidos.

Para não ruir as prerrogativas da PNAS (2004) previam a informatização da área assistencial e a contratação de técnicos/profissionais qualificados para

atender/compreender a operacionalização dos programas aos mandatários da esfera social, indignando-se com a pobreza extrema ainda exaltada nestes solos.

Informa-se para fins de consolidação da PNAS e dos objetivos do SUAS, a partir da estruturação de um sistema integrado, que vise monitorar, otimizar e avaliar as políticas destinadas aos usuários do serviço, que vislumbrem em:

[...] gerar uma nova, criativa e transformadora utilização da tecnologia da informação para aperfeiçoar a política de assistência social no País, que resulte em uma produção de informações e conhecimento para os gestores, conselheiros, usuários, trabalhadores e entidades, que garanta novos espaços e patamares para a realização do controle social, níveis de eficiência e qualidade mensuráveis, através de indicadores, e que incida em um real avanço da política de assistência social para a população usuária é o produto esperado com o novo ideário a ser inaugurado neste campo específico. (BRASIL, 2005, p. 57-58).

A PNAS (2004) apresenta em seu conteúdo normativo, o item relacionado aos recursos humanos, demonstrando a preocupação com a inexistência de um perfil para o trabalhador da área social. Os dizeres conduzem para a outra faceta adquirida pela política, considerando premente que os recursos humanos reconheçam o trabalhador e o seu potencial intersetorial de atuação. O modelo anterior de atendimento não condizia aos direitos assegurados pela área na CF (1988), LOAS (1993), que na atualidade se pauta na lógica da descentralização político administrativo, participação e controle social. “Deve integrar a política de recursos humanos, uma política de capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática e continuada.” (BRASIL, 2005, p.55).

Em enfrentamento à premência da exclusão, ao estranhamento dos estigmas que associam assistência social a filantropia e benemerência, tendo como desafio instituir um “novo” trabalhador, dotado de uma prática democrática que (re)ordene o serviço oferecido, é lançada a NOB-RH (BRASIL, 2006) que:

[...] define mecanismos de profissionalização e publicização da assistência social, orientando procedimentos para composição de equipes básicas de referência para Cras e Creas, definindo diretrizes para a qualificação de recursos humanos e ampliação da capacidade de gestão de seus operadores. (COUTO et al., 2010, p.62).

Diante do arsenal de informações explicitadas, apreende-se que o calibre de tais ações está acertado no corpo estrutural da PNAS (BRASIL, 2005, p.15, grifo nosso), que prima por:

Uma **visão social inovadora**, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 [...]. **Uma visão social de proteção**, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível [...]. **Uma visão social** capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo [...]. **Uma visão social** capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades [...]. **Uma visão social capaz de** identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possua.

É nos dois primeiros governos petistas que se anunciou a aprovação de outras ações ligadas ao social, à seguridade e proteção social. Depois da aprovação da PNAS, em 2004, consecutivamente em 2005, o SUAS é legitimado pela Norma Operacional Básica NOB/SUAS, posteriormente a NOB/SUAS RH (BRASIL, 2006).

Acusa-se que diante das normativas, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela organização dos serviços a serem oferecidos, dando sustento e fortalecimento aos documentos referentes à área, principalmente a PNAS. Também prevê a descentralização e a execução da política pelos três entes federativos.

Hoje, aponta-se que o governo da presidenta Dilma Rousseff (eleita em 2010 e, reeleita em 2014), continua evidenciando os propósitos do gestor executivo federal anterior, do Partido dos Trabalhadores (PT), com a manutenção de MDS, tendo como “comissão de frente” os PTRs, e como líder o célebre PBF⁶², que prevê critérios de elegibilidade e condicionalidade.

A então chefe de Estado prioriza em seus discursos a defesa daqueles que se encontram atordoados pelos indesejáveis reflexos do neoliberalismo, que condenam uma parcela de brasileiros a condições de pobreza e miséria extrema.

Este governo petista é fomentado pelos repasses de renda mínima a população usuária da política de assistência social, deste modo, a ênfase em tais ações permeia a eminência de um conteúdo mais abrangente, que deverá ser discutido no último subcapítulo deste capítulo.

⁶² “Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.” (BRASIL, 2015).

Finalizando e avançando com este assunto, expressamos que diante de tanta barbárie social, somente as ações benemerentes, filantrópicas e assistenciais não darão conta das expressões da questão social, que nos finais do século XX e início do XXI está imersa num contexto de crise econômica global, que nada mais é que o “velho” liberalismo emancipado pelo “novo”.

2.3 Política Pública de Assistência Social e os desafios enfrentados na realidade brasileira contemporânea: efetivamos e/ou efetivaremos este direito?

Já o sentido de assistência social agrega uma nova condição à assistência que é genérica, isto é, direcionada a múltiplas situações, supondo a transferência de algo ao interessado que não pode resolver por si por falta de conhecimento, de razão, de condição financeira, de condição física etc. (MESTRINER, 2012, p.44).

Retrocedemos e avançamos, vimos e revimos, formulamos e reformulamos e, nós assistentes sociais, lutamos bravamente para que através do compromisso ético-profissional, a política pública de assistência social avançasse/avance primando pelos direitos da população brasileira à seguridade social.

Diante de um histórico permeado por ações controladas e acertadas pelos dirigentes deste país, conseguiu – se através da construção cotidiana de ações interventivas, de pesquisas e da valorização teórico-metodológico e ético-político, efetivarmos um projeto de ação pública para o social.

Neste mote, atestam-se os estudos defendidos pelos profissionais assistentes sociais que em nada foi fácil, mas foram resultados de: lutas, movimentos e resiliências. Superamos?

Ainda não se chegou ao ímpeto desejado pelos adeptos da teoria social crítica, que querem rever, reescrever, nortear o cenário social, permeado por lutas cotidianas despendidas por uma população aflita e desnordeada com tantas intempéries e injustiças sociais. Neste ínterim, subentende-se que o profissional, portador de uma prática que se estende do social para a conotação política, muitas vezes bode expiatório nos espaços sócio-ocupacionais, desvenda suas atribuições

no cotidiano de trabalho, quando não hesita em sistematizar ações que gerem a legitimação dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais aos cidadãos.

Discorre-se, ainda que o povo brasileiro e/ou a sociedade civil conjugada na contemporaneidade resulta de vários “desacordos” divagados pelos opressores aos países colonizados, sob os preceitos hegemônicos do imperialismo, que se formalizam na correlação de forças entre: países centrais e periféricos.

Diante destas adversidades, espera-se que este cenário social seja revisto, segundo os moldes democráticos pressentidos na CF (1988). Por quê? Porque, os artigos existem? E, se existem, a política pública de assistência social deverá ser expressa, efetivada, colocada em prática, lembrando os dizeres expressos na Carta Magna no:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. (BRASIL, 1988).

A prova disso está nos conteúdos históricos que expressam as incoerências e investidas contra a população brasileira; quando já possuidora de direitos à política pública de assistência social é “obrigada” a “digerir” a deflagração de programas sociais altamente segregacionistas e clientelistas, sendo: Programa Fome Zero, Programa Comunidade Solidária e, atualmente os pacotes (ou seja, as bolsas esvaziadas de direitos) de PTR que somente: rotulam e concedem.

Em contraposição a tais propostas com a população em pobreza extrema, cobrou-se um posicionamento político daqueles que partidariamente decidiam os rumos dos que, desfalecidos, já não tinham mais forças para lutar.

Nesse contexto, mensura-se que os profissionais passaram anos e anos atendendo ao sistema opressor que inviabilizava a inserção daqueles que foram pervertidos pelo capitalismo, iniciado pelos colonizadores. Ademais, para Iamamoto e Carvalho (2001), as pioneiras embrenharam-se em ações que divergiam da realidade histórica, na qual os cidadãos eram coagidos pelo sistema, através de ações policialescas, inclusive sendo uma prática usual dos primeiros técnicos.

Enquanto pesquisadoras sociais, se dedicarão através de inquéritos familiares a diversos levantamentos nos bairros operários, pesquisando as condições de moradia, situação sanitária, econômica e moral (situação civil, promiscuidade, alcoolismo, desocupação etc.) do proletariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.192).

Para mudarmos tais instrumentais, lutamos e lutaremos sempre. Diante disso, deixamos de ser formados para avaliar o desviado, desocupado, desajustado, o descompromissado com o sistema político, econômico e cultural, para os considerarem: vítimas. Vítimas, de um sistema altamente sensacionalista, possuidor de um radar que exclui aquele que não compete e insere na lógica mercantil. Como? Os cúmplices, que passam à condição de vítimas. Em nome destas vítimas, os militantes e atuantes na área social “penetraram” nos reiterados órgãos que discutiam e reviam as formas de implantar a política pública de assistência social brasileira. Fomos (os assistentes sociais) importantes, porém em alguns momentos estivemos “fora” das formulações e/ou de reuniões que grotescamente discutiram os destinos das subvenções sociais a serem destinadas às entidades filantrópicas.

A rejeição e o preconceito direcionados à assistência social, a partir do antagonismo que se estabeleceu com a criação do Serviço Social, impediu que os profissionais e as universidades se apropriassem do CNSS ou sequer se articulassem com ele no sentido de tentar redimensioná-lo e instrumentalizá-lo para construir um novo tipo de regulação com a filantropia. A atitude doutrinária e idealista com que se instalou o Serviço Social no Brasil levou ao distanciamento e ao ‘desconhecimento’ desse organismo, terminando por facilitar que ele fosse dominado pela burocracia e pelos interesses políticos dos parlamentares. (MESTRINER, 2001, p.305-306).

Em outros, controversamente pesquisadores renomados passaram a fazer parte, principalmente dos primórdios do CNAS, comprovada em Mestriner (2001) que introduz dados coletados com Marlova Jovchelovitch e, mais adiante a presença de Maria Carmelita Yasbek, que assume a vice-presidência do conselho, demonstrando que os assistentes sociais fizeram parte da construção do CNAS. Os conselhos ainda eram contemplados por três: “[...] segmentos: representantes dos usuários dos serviços assistenciais, representantes dos trabalhadores da assistência social e representantes de entidades prestadoras de serviços assistenciais e de assessoria.” (RAICHELIS, 2005, p.134).

Relembrando a trajetória do Serviço Social brasileiro, não é demasiado contar que recorreremos e vivenciamos vários compêndios históricos, demarcados prioritariamente por uma atuação que “concordou” com propostas articuladas aos governos, que sempre atinaram para o econômico.

Deste modo, submetemos ao “desuso e uso” de antagônicas políticas, que se pautavam em ações clientelistas, assistencialistas e fundamentalistas que previam: descartar, ocultar e omitir com as severas expressões da questão social.

A começar pela atuação profissional centralizada nas causas doutrinárias que estavam intrinsecamente ligadas às entidades benemerentes e empresariais, que segundo Iamamoto e Carvalho (2001, p.175) “Em 1938, será organizada a Seção de Assistência Social, que, tendo por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida” [...]”

Sposati, Bonetti e Yazbek (2007) e Maria Ozanira Silva (2006) consternam-se que mais tarde, propõe-se o Serviço Social que infiltrava nas comunidades para compreender a relação entre: sociedade *versus* Estado e, enfim, introduz-se práticas educativas, que atendessem aos anseios do capitalismo. Dentre as principais características, os profissionais atendiam segundo o pensamento funcionalista, empreendido pelo liberalismo, adepto à óptica da promoção social, procurando estancar a entrada dos ideais comunistas no Brasil, que para isso tivemos a intromissão das Organizações das Nações Unidas (ONU), que em nome da propagação do Desenvolvimento de Comunidade (DC), usou de programas internacionais (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK, 2007). Assim, como promover o social? Promovê-los a quem e/ou a quem?

É no final da década de 1970 que se destacam as primeiras ações dos assistentes sociais no intento de buscar no atendimento aos “necessitados”, numa conotação política e sistemática, em detrimento à concepção caritativa enrustida na prática dos primeiros profissionais radicados nesta terra. Romper com os velhos estigmas passou a ser uma das mais valorosas causas dos profissionais, para que se quebrassem paradigmas e conceitos.

Para romper com o arcaico confiamos e aderimos em outras adequadas análises dos conteúdos sociais, econômicas, políticos e culturais aos setores societários excluídos e marginalizados. Reconceituamos, o “retrogrado” modo de intervir e/ou analisar, que se via pautado em bases teóricas conservadoras e positivistas. Reconceituar passa a ser o lema...

Desse modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constituiu-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista. (SILVA, M. O. S., 2006, p.72).

Os modos de reprodução passam a ser compreendidos enquanto inerentes ao modelo capitalista de produção da economia. Compreendendo as incoerências históricas, com o avançar das metamorfoses da realidade política, social e econômica brasileira, os profissionais passaram a buscar condições acadêmicas oportunas de se graduarem, segundo bibliografias condizentes, pautadas nas explorações ocorridas no Brasil e América Latina.

Por meio de sua renovação, o Serviço Social buscava assegurar sua própria contemporaneidade, afigurando-se aquela como o caminho possível para a sua reprodução e expansão: para a sua reconciliação como o tempo presente. (IAMAMOTO, 2004b, p.202).

O reclamo e clamor popular prementes nos movimentos sociais nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foram intensificados pela presença da sociedade civil, de ativistas e de assistentes sociais. A partir das leituras em Maria Ozanira Silva (2006), Iamamoto (2000, 2004b), compreende que categoria profissional lutou para que se propusessem:

- uma política pública de assistência social, arrematadas pela universalidade/democratização dos direitos sociais no Brasil;
- bibliografias que oferecessem respostas as mais aviltantes exclusões existentes entre os povos latino-americanos;
- a correlação entre teoria e prática, condizente às convulsionadas expressões da questão social;
- uma base teórica, formação profissional e normas (leis, decretos, normas, etc.) que norteassem o atendimento para a garantia à proteção social dos brasileiros.

A este fato acrescenta-se, de que adiantava a propositura de políticas públicas, se não estivessem seduzidas pelos profissionais formados para intervirem

e atuarem com tais instrumentais? “O compromisso social é um componente fundamental da profissão, embora sua compreensão varie a partir das circunstâncias históricas e da leitura da sociedade de classes.” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK, 2007, p.44).

Pressentiu-se a consolidação de um projeto profissional que abarcasse os interesses individuais e coletivos da população. Como? Corroborando com o contexto sociopolítico vivenciado, rondado por um mundo imerso em mudanças, devido a Guerra Fria, que segregou os povos dependentes.

Diante destes fortes extremismos, o Serviço Social adere aos ensinamentos de Karl Marx, que passa a ser o fundamento teórico da prática profissional, formação profissional, pesquisas acadêmicas, das bibliografias e bases legislativas, que vagarosamente vão adotando este paradigma crítico.

Caminhando para os estudos contemporâneos, a professora Aldaíza Sposati, Bonetti e Yazbek (2007), atenta que é notório destacar, que diante das miscelâneas propositais apresentadas, quando se confundem política pública de assistência social e práticas assistencialistas vale à pena lembrar que o próprio profissional não deverá ter uma postura técnica assistencialista/imediatista.

Nessa compreensão os profissionais terminam por desenvolver sua prática de modo paternalista e burocrático. Ao tratar a população de modo paternalista permanecem reproduzindo a dominação e repassando os serviços como ‘benefícios’ que o Estado ‘concede’. Cria-se a dependência e reproduz-se mecanicamente as ações. (SPOSATI, BONETTI; YAZKEB, 2007, p.67).

Compreende-se, que as políticas sociais, poderão ser classificadas como: áridas ou versáteis, porém prepondera-se a dinamicidade da leitura realizada pelos profissionais, se crítica e/ou consensual. Estas especificidades decorrerão a partir da compreensão e condução do atendimento aos usuários do serviço de assistência social pública.

Entende-se, pois, que os serviços produzidos pela assistência pública e em particular pela assistência social pública contêm sempre as duas dimensões: o serviço em si e seu componente educativo e ideológico. O serviço em si é o atendimento concreto a uma necessidade, e assim essa prática presente é um mecanismo de acesso aos segmentos mais espoliados da população. Resta indagar como o componente educativo (e ideológico) se articula na produção dos serviços assistenciais. (SPOSATI, BONETTI; YAZBEK, 2007, p.58-59).

Sposati (2012) discorreu no artigo “Desafios do sistema de proteção social”, que numa sociedade regida pelo mercado, a proteção social é alicerçada em bases econômico-financeiras, ocultando a questão mercantil (compra e venda) e individual (correlação de forças). Nas transições no modelo de proteção social, em que se pese a responsabilidade para empregadores, na ocorrência de acidentes de trabalho (século XIX), o pacto entre empregado e patrão (de Otto Von Bismarck) provedor de aposentadoria e afastamentos em situações emergenciais de saúde e, em meados do século XX, à população é garantido direitos às necessidades sociais, segundo o modelo do *welfare state*. Este novo patamar de proteção social movimenta-se da perspectiva do individual para o foro coletivo.

No Brasil e nas nações latino-americanas, não se concretizou a universalidade dos direitos sociais, sendo prevista somente para alguns países centrais, restando-nos um cenário permeado pelas lutas e movimentos sociais, para que buscássemos a universalidade e equidade dos direitos.

Para tal, a autora credita não somente as fontes de acesso ao mercado, mas notam-se quais cuidados são oferecidos, compondo a rede de proteção social destinada aos demandatários da seguridade social.

O grande imbróglio é mudar a premente visão da ajuda, agudizada pelos interesses do capital, para a incorporação da proteção social, ao SUAS enquanto coisa pública. “Trava-se uma luta para que o SUAS seja incorporado à gestão pública fora das malhas nepotistas das primeiras-damas.” (SPOSATI, 2012, p.25).

São pontos cruciais e fundamentais, para entender-se a importância deste estudo, o “olhar” para o território, do micro a macro realidade social, como apregoa a Política Nacional de Assistência Social, a PNAS (2004), longe das primeiras-damas e das ações assistencialistas presentes nos PTRs. Este ímpar documento expressa a centralidade nas famílias e, é com elas, e para elas que o SUAS é implementado, trazendo em seu desenho os atendimentos, que devem ser expressos nos CRAS e do CREAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Proteção Social Básica, Proteção Especial e Proteção Especial de média complexidade/alta complexidade, são definidas segundo a PNAS (2004), deste modo:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005, p. 37).

Proteção Social Especial de Média Complexidade: são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado [...]. (BRASIL, 2005, p. 38).

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade: são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar, e ou, comunitário. (BRASIL, 2005, p. 38).

Mediante os conceitos apreciados em que demonstraram as especificidades de cada atendimento, evidencia-se que nosso território está distribuído em cinco regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), que se subdividem em 27 estados, um Distrito Federal (Brasília) e 5.570 municípios (IBGE,2014). Os dados foram apontados para demonstrar o número de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado (CREAS) espalhados pelo Brasil. “Principais equipamentos públicos de atendimento à população de baixa renda, os Cras e Creas [...]. Atualmente, existem 7.669 Cras e 2.155 Creas em todo o País.” (PORTAL BRASIL, 2014b).

Sendo estes espaços responsáveis pela realização, ampliação e legitimação da garantia à proteção social, eles devem garantir as seguintes seguranças: “[...] segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.” (BRASIL, 2005, p.31).

Em um breve resumo, compartilha-se que a grande missão dos órgãos CRAS/CREAS é oferecer em sua esfera organizacional ações e programas de acordo com seus objetivos, que são formalizados em suas estruturas física e organizacional. Trata-se de um espaço que contempla uma equipe multidisciplinar

que visa a oferecer a acolhida e o acompanhamento técnico/subjetivo aos usuários da política pública de assistência social. Para melhor compreensão, seguem os conceitos de PAIF e PAEFI, que são destinados especificamente às famílias.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), referenciado nos CRAS do território nacional:

[...] é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Dentre os objetivos do Paif, destacam-se o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2015a).

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI, que é oferecido nos CREAS, tem por objetivo apresentar:

[...] oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (BRASIL, [2015b]).

Outro aspecto destacado é a valorização do real, do concreto. Para tal, a política de assistência social sela, através das equipes multidisciplinares, estratégias que vislumbrem as dinâmicas das famílias nas cidades, sendo estes espaços considerados zonas de conforto e/ou de desconforto de seus membros. Assim, prima-se pela importância do compromisso ético da equipe multidisciplinar e do investimento financeiro na proposição de ações socioeducativas para os usuários.

Quanto a Proteção Social básica, a PNAS, apreende-se que esta é responsável em prestar atendimento às famílias nos territórios de abrangência, articulando-se com a rede socioassistencial de proteção básica, através de encaminhamentos a outros órgãos de políticas públicas, objetivando que seus membros tenham os direitos efetivados (PORTAL BRASIL, 2014b).

Mediante isso, vislumbra-se oferecer serviços, que “[...] visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e

comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2005, p.37), sendo:

Programa de Atenção Integral às Famílias; Programa de Inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centro de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 e 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (BRASIL, 2005, p.36).

Já a Proteção Social Especial deverá ser oferecida no âmbito do CREAS, por meio de equipes multidisciplinares, regidas pelas normativas do NOB/SUAS-RH, para aquelas famílias em situação de risco social e pessoal.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (BRASIL, 2005, p.37).

A proteção especial de média complexidade deverá ser ofertada as famílias em risco, mas com seus vínculos preservados. Este espaço sócio-ocupacional público, deverá oferecer nos CREAS atendimentos direcionados àqueles em situação de violação de direitos. Cita-se:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e PSC e Liberdade Assistida – LA). (BRASIL, 2005, p. 38).

Considerando a preponderância destes dados para entendermos as especificidades e os atendimentos oferecidos na lógica da PNAS (2004), discorre-se que os serviços de proteção social especial de alta complexidade, são aqueles destinados aos cidadãos que precisam ser retirados do seio familiar e/ou àqueles já “expulsos” deles, pelas mais variadas situações de ameaças e negligências. Diante disso, destacam-se:

Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e Trabalho protegido. (BRASIL, 2005, p.38).

Mediante os importantes documentos/legislações que foram legitimados a nossa gente, serão expressos no corpo deste texto, clarificando o entendimento e a primazia destes, por isso vejam-se: 1988 a Constituição Federal; 1993 – a aprovação da LOAS; 1994 - CNAS; 1997/1998 – NOB/SUAS; 1998 – PNAS; no ano de 2004 – PNAS; 2005 – SUAS; 2006 – NOB/SUAS RH; e, em 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Destes é notório exibir a operacionalização da política pública de assistência social, com base nos dados consagrados na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) que manifesta os objetivos e destinos da PNAS, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seus princípios norteiam e se encaminham, em: Como? (ações sociais/projetos/programas), Qual número de famílias/usuários? De que forma? (onde/quais órgãos/atendimentos), Para quem? Apontando os órgãos setoriais, a conduta, qualidade do atendimento, as diretivas, os orçamentos a serem utilizadas, gestão e as articulações necessárias nos âmbitos (controle social, sistema de gestão de pessoas, interinstitucional, intersetorial/SUS, intersetorial/Previdência Social, intersetorial/Sistema Nacional e Estadual de Justiça, e intersetorial/Sistema educacional). (BRASIL, 2005, p.87-88).

A Proteção Social sob o prisma da NOB/SUAS (BRASIL, 2005, p.90) prevê o desenvolvimento do ser humano como um todo, sendo: social, humano e de cidadania, tendo como princípios: “[...] a matricialidade sócio familiar; territorialização; a proteção pró-ativa; a integração à seguridade social e integração às políticas sociais e econômicas.” (BRASIL, 2005, p. 90). Ainda prevê em seu documento: a defesa social e institucional, vigilância socioassistencial e a gestão compartilhada.

Destrinchando as informações elencadas, a começar pela “Defesa social e institucional” contempla a articulação da assistência social, a saúde e previdência social, que se traduzem em garantia de direitos aos brasileiros (BRASIL, 2005, p.90).

A “Vigilância socioassistencial” volta-se:

[...] no desenvolvimento da capacidade e dos meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. (BRASIL, 2005, p.91).

Para dar sustentabilidade a estas explicitações apontar-se-á a “Gestão compartilhada de serviços” que incorpora e que se objetiva compartilhar a política de Assistência Social nas três esferas da federação. Deste modo, a cooperação entre os órgãos gestores deverá vislumbrar pela primazia de cada instância.

Além destes dados, a NOB/SUAS (2005), contempla o funcionamento de quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, sendo que a gestão dos municípios define-se em três níveis, sendo: inicial, básica e plena. (BRASIL, 2005). Cada qual especificará seus requisitos, responsabilidades e incentivos. Logo a seguir, descreveremos na íntegra somente o significado de cada tópico (gestão), para que se compreenda o objetivo de cada um.

I - Gestão Inicial dos municípios:

Os municípios que não se habilitarem à gestão plena ou à básica receberão recursos da União, conforme série histórica, transformados em Piso Básico Transição e Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, conforme estabelecido no item ‘Critério de transferência’ desta Norma, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social. (BRASIL, 2005, p.99).

II- Gestão Básica:

Nível em que o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços sócio assistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território. (BRASIL, 2005, p. 99-100).

III- Gestão Plena:

Nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS. (BRASIL, 2005, p.101).

Prender-nos-emos somente ao município uma vez que este estudo está voltado para as condições do oferecimento da política de assistência social nas cidades. Diante desta informação assunta-se que a NOB/SUAS apresenta todas as informações necessárias sobre as condicionalidades impostas aos entes federativos para a plena habilitação, que se surgirem dúvidas poderão ser consultadas no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Porém, enfatizamos que no caso de descumprimento de suas responsabilidades, os municípios poderão correr o risco de serem desabilitados. Outro tópico destacado vislumbra decodificar os instrumentos que sustentam a operacionalização da política de assistência social.

Os instrumentos de gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento técnico e financeiro da Política e do SUAS, nas três esferas de governo, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles: Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação; e Relatório Anual de Gestão. (BRASIL, 2005, p.119).

O plano de Assistência Social organiza, regula e executa a PNAS, segundo o SUAS; o orçamento da assistência social é reservado para os assuntos ligados ao financiamento, que deve ser esmiuçado no orçamento plurianual e anual dos gastos das ações sociais; a gestão de informação, monitoramento e avaliação prevê oferecer a organização dos dados referentes ao SUAS e, o relatório anual de gestão (Nacional, Estadual, Municipal e do Distrito Federal) tem como dever avaliar os resultados dos objetivos constantes no plano de assistência social, visando informar ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e à sociedade, sendo oferecido no sistema on-line. (BRASIL, 2005).

É notório, após a exposição acima apresentar três elementos do orçamento da política de assistência social a curto, médio e longo prazo, sendo expressos no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

PPA – expressa o planejamento das ações governamentais de médio prazo e envolve quatro exercícios financeiros, tendo vigência do segundo ano de um mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

LDO – define as prioridades, metas e estabelece estimativas de receita e limites de despesa a cada ano, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

LOA – explicita as prioridades e as possibilidades de gasto em rubricas de receita e despesa para o ano respectivo, identificando os benefícios tributários, financeiros e creditícios. É composta pelo Orçamento Fiscal, que compreende os fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e as fundações públicas; pelo Orçamento de Investimentos das Estatais, nas empresas em que o poder público detenha maioria do capital social com direito a voto; e pelo Orçamento da Seguridade Social, que congrega as Políticas de Saúde, de Previdência e de Assistência Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, seja da administração direta ou indireta, os fundos e fundações públicas. (BRASIL, 2005, p.119-120).

Sequencialmente a NOB/SUAS (BRASIL, 2005) apresenta o item “instâncias de pactuação e deliberação”, ou seja, pactuar com o outro que também delibera, se trata do ato de apreender e refletir sobre as ações sociais nas três esferas executivas de forma descentralizada. Estes princípios estão atrelados a três fontes: articulação, pactuação e deliberação.

Partindo dessa premissa, a articulação tem por atributo a função de juntar as instâncias onde decorrerá a participação aberta de organizações governamentais e não governamentais, sendo o espaço de discussão e de luta pela efetivação da política de assistência social (BRASIL, 2005).

Compreende-se a pactuação como sendo o espaço reservado para a gestão descentralizada da assistência social, que decorrerá de acordo com o deferimento de outras esferas do governo, torná-las públicas e enviadas para deliberação. Estes princípios estão consentidos nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB), de âmbito estadual e de decoro federal, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT). (BRASIL, 2005).

As CIB se constituem como espaços de interlocução de gestores, sendo um requisito central em sua constituição a representatividade do Estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional. Isto porque os seus membros devem representar os interesses e as necessidades coletivos referentes à Política de Assistência Social de um conjunto de municípios ou de todos os municípios, dependendo de a representação ser do gestor estadual ou municipal. (BRASIL, 2005, p.123).

A CIT é um espaço de articulação entre os gestores (federal, estaduais e municipais), objetivando viabilizar a Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. (BRASIL, 2005, p.125).

Após a leitura de tais conceitos, compreende-se que a coesão destas duas comissões tem como propósito central qualificar o espaço de interlocução e a

operacionalização da política de assistência social, em face à proposta do Estado e dos gestores, representantes dos municípios.

E, findando os três tópicos, a deliberação é representada pelos Conselhos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal) que:

[...] são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004, na forma do SUAS. O CNAS, instituído pela LOAS, e os Conselhos das demais esferas, tratados na referida Lei e instituídos por legislação específica, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil (BRASIL, 2005, p.126).

Cada esfera deliberativa possui regimentos e cumprimentos, que se pautam na conduta e objetivos específicos, ficando o municipal intitulado por Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que prevê: elaborar e aprovar seu regimento, aprovar a Política Municipal de Assistência; acompanhar e controlar a execução da política; zelar pela efetivação do SUAS, regular a prestação de serviços na área pública e privada da política; aprovar o orçamento, aprovar a aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); propor o cancelamento de entidades e organizações em descumprimento com a política; acompanhar os impactos dos serviços desta política; aprovar o relatório anual de Gestão e inscrever e fiscalizar as entidades municipais (BRASIL, 2005).

Além dos conselhos, a NOB/SUAS (BRASIL, 2005, p.128) propõe a realização de conferências, que significam: “[...] instâncias deliberativas com atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social.” O objetivo das conferências é levar as discussões que resultam em proposições formalizadas pelo controle social das três esferas executivas, que desembocam para o âmbito nacional.

Com toda a estrutura organizacional já mostrada nestes últimos parágrafos, é notório declarar que a política de assistência social formalizará através da Gestão Financeira, item também descrito na NOB/SUAS (BRASIL, 2005).

A gestão financeira está ligada aos fundos de Assistência Social que são os responsáveis pelo repasse dos recursos as três esferas de governo, através da partilha dos recursos que democraticamente é decidida pelos conselhos de assistência social. A responsabilidade pela gestão e fundo, fica sob controle do

coordenador da política de Assistência Social e, o conselho de caráter deliberativo, orienta, controla e fiscaliza as ações do gestor (BRASIL, 2005).

O Fundo Nacional de Assistência Social é a instância, no âmbito da União, na qual são alocados os recursos destinados ao financiamento das ações dessa política, destacadas na Lei Orgânica de Assistência Social como benefícios, serviços, programas e projetos, devendo as demais esferas de governo instituir tais fundos em seus âmbitos como unidades orçamentárias, com alocação de recursos próprios para subsídio às ações programáticas e co-financiamento da política, garantida a diretriz do comando único e da primazia da responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2005, p.129).

O Sistema como referência que é signatário do SUAS, apreende o processo descentralizado e participativo, sendo o repasse dos recursos deverão pautar-se em diagnósticos e indicadores sócio territoriais locais e regionais, mediante a diversidade e complexidade das regiões brasileiras, devendo minimizar e/ou propor estratégias que mudem as desigualdades territoriais.

São considerados o porte dos municípios, a complexidade e a hierarquização dos serviços, com a efetivação do co-financiamento de maneira sistemática, superando a relação convencional tradicional e incorporando o financiamento dos serviços de caráter continuado. (BRASIL, 2005, p.129).

Em se tratando dos recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, estes se formalizarão pelo: pagamento do BPC; apoio técnico e financeiro aos serviços e programas de Assistência Social aprovados pelo CNAS; atender em conjunto as três esferas executivas, com ações emergenciais; capacitar os recursos humanos e desenvolver estudos e pesquisas relacionados à área e, em projetos que visem dirimir com a pobreza (BRASIL, 2005).

A transferência dos recursos federais é feita através dos critérios de condicionalidade, que ocorre da seguinte forma: das observâncias nos níveis de gestão (para os municípios); constituição de unidade orçamentária para cada Fundo de Assistência Social em cada esfera de governo; comprovar a execução orçamentária e financeira dos recursos aprovados pelos conselhos; obedecer aos critérios de partilha; comprovar o controle da gestão pelos respectivos conselhos de

acordo com a aprovação do Relatório Anual de Gestão; Cumprir o art. 30⁶³ da LOAS e alimentar o banco de dados do SUAS-Web⁶⁴ (BRASIL, 2005).

Diante das prementes significações e apreensões desta normativa, considera-se que os mecanismos de transferência é um novo modelo de repasse fundo a fundo, que objetiva atender as três esferas do poder executivo as ações de Assistência Social, sendo: proteção social básica e/ou especial prestadas tanto no nível público, quanto privado, que decorrerão através de liberação mensal de repasse ao FNAS, ao FEAS e o FMAS, segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e legislação complementar (BRASIL, 2005).

Os critérios de partilha e transferência dos recursos está expresso no artigo 18 da LOAS, inciso IX, se efetivando através de indicadores regionais e disciplinamento de repasse de recursos as entidades e organizações de Assistência Social. O órgão da Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da PNAS, está incumbido de apresentar os critérios a serem avaliados pelo CNAS (BRASIL, 2005). “A combinação de critérios considera o porte populacional dos municípios, a proporção de população vulnerável e o cruzamento de indicadores socioterritoriais e de cobertura.” (BRASIL, 2005, p.134).

Os critérios estão elencados na Norma Operacional Básica/SUAS (BRASIL, 2005, p.135-136), que demonstra indicadores extraídos de diversas fontes, como: IBGE, MDS/SUAS Web, Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, Atlas do desenvolvimento humano, Ministério da Saúde, etc. O objetivo é cruzar os dados, mediante os critérios estabelecidos pela PNAS, distribuindo os recursos para todos os estados, de acordo com os níveis de proteção social definidos pelo SUAS, visando ampliar e consolidar o processo descentralizado e participativo.

⁶³ Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social. Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998) [...]. (BRASIL, 1993).

⁶⁴ “O Suasweb é o sistema de funcionalidades específico para a gestão do SUAS, e compreende informações sobre: Plano de Ação (planejamento das ações co-financiadas); Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira (prestação de contas); Consulta a dados financeiros (contas correntes, saldos e repasses) e Consulta a base cadastral dos beneficiários do BPC (benefício de prestação continuada).” (BRASIL, [2015c]).

Existe outro dispositivo decodificado como “Critérios de transferência: pisos de proteção do SUAS”. Mediante as exigências estabelecidas no momento de adesão ao SUAS, a transferência levará em consideração os níveis de gestão. Em atenção a operacionalização dos recursos para o cofinanciamento federal, adota-se os Pisos de Proteção, sendo utilizado como critério de transferência dos recursos: Piso básico fixo, Piso básico de transição, Piso básico variável, Piso de transição de Média Complexidade, Piso Fixo da Média Complexidade, Pisos de Proteção Social Especial de alta Complexidade I e II. (BRASIL, 2005).

Encerra-se este arsenal de prerrogativas/condicionalidades, discorrendo sobre o cofinanciamento no SUAS que:

[...] deve ser definido com base na divisão de competências entre as esferas de governo, ou seja, com base na gestão da política de Assistência Social em todo país, operada em co-responsabilidade e levando em consideração o porte dos municípios e a complexidade dos serviços [...]. (BRASIL, 2005, p.149).

Estabelecendo um nexos e/ou um elo de significância com este estudo, observou-se no desenho desta normativa, que o recorte étnico-racial não é evidenciado na política de Assistência Social, oferecida nas zonas urbanas deste país. Porém, o item: “Situações específicas” relatou que nestes casos considera-se relevante observar outros critérios de partilha e transferência de recursos federais.

É o caso, por exemplo, das realidades de seca, fronteira, ribeirinha, portuária, quilombola, indígena, de floresta, bem como realidades em que são altos os índices de mortalidade juvenil, entre outras, em que o custo dos serviços será calculado a partir da complexidade da situação e das demandas que apresentam, objetivando chegar a pisos variáveis, mais específicos dentro de cada nível de proteção [...]. (BRASIL, 2005, p.152).

Ao contexto que ora expomos, com o passar dos anos agrega-se outros documentos que se julgaram exímios para a condução das formas e direcionamentos das ações assistenciais. Exemplificando aponta-se a proposição da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, publicada no ano de 2009. Aprovar este documento significou especificar os serviços. A tipificação vem assentar as condutas, normativas, regulamentos que são bases para a implementação e, enfim a fase executiva da política pública de assistência social. As reuniões do CNAS que resultaram na proposição desta ação desdenharam a eminência da qualidade das políticas de assistência social em âmbito nacional,

visando apropriar-se da adequação dos objetivos da PNAS. Deste modo, emite-se qual é a particular função dos órgãos prementes nos artigos da referida lei.

Mediante estes documentos, pertencente à política de assistência social, acrescenta-se que o projeto ético do profissional deverá estar atento a contemporaneidade e suas proeminências, que para lamamoto (2007, p.230):

[...] a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto. Como já afirmado, as forças políticas incidentes nas condições e relações de trabalho que circunscrevem o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social.

O fato, ao qual queremos declarar, é que o Estado brasileiro precisa reiterar da dívida que tem com os negros, garantindo e/ou propondo ações, projetos sociais e políticas públicas os proclamando portadores destes direitos.

De fato, não se enuncia a premência da questão racial na política de assistência social, quando se refere que as situações se agravam devido à renda e ao desemprego (PNAS, 2004). Será? E, os altos índices de violências psicológicas, sexuais e físicas, apresentados pelos afro-brasileiros? Decorre de quê?

Sim, de um processo histórico, que jogou embaixo do tapete, não somente as perseguições e violações desferidas a esta gente, mas seus triunfos, as aguerridas lutas pela justiça e igualdade racial.

Deste modo, como retirar toda está “sujeira” ocultada, velada pelas ações políticas, sociais e econômicas que favoreceram durante séculos a elite que ocupa os poderes hegemônicos deste país? Colocando-os nos contextos dos atendimentos da política pública de assistência social, de maneira que possam contemplar os direitos que lhes foram renegados/suplantados.

Todavia, existe uma correlação de forças, que precisa ser enfrentada, inclusive pelos afro-brasileiros, pois a interdição da sociedade brasileira torna-se constante nas concepções e implementações da assistência social, percebe-se que os ranços assistenciais são sentidos na contemporaneidade. As instituições filantrópicas, subvencionadas pelo CNSS, continuam a prestar serviços para a rede de proteção social conveniadas ao CNAS, numa perspectiva filantrópica/privada.

No modelo brasileiro, as entidades beneficentes podem receber aportes de recursos públicos por meio de financiamento direto e indireto. O financiamento direto, operado na forma de subvenções ou convênios, tem como fonte maior os Fundos Municipais de Assistência Social, cuja alocação está sujeita aos mecanismos de controle e fiscalização/típicos do orçamento público. Por sua vez, o financiamento indireto, composto pelas exonerações tributárias, tem como principal fonte o orçamento da União, que abdica de parcelas expressivas de impostos e contribuições sociais em favor das entidades beneficentes. (JACCOUD, 2012, p.76).

Após tais leituras, compreende-se que não deverá existir uma política pública segregacionista, que aparte, mas que agregue a todos, independente das condições econômicas, sociais, culturais e políticas. Para Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 53) “[...] é preciso considerar que algumas reforçam a perspectiva da responsabilização individual para enfrentar riscos que são societários, e fortalecem políticas de proteção social focalizadas nos mais pobres ao invés de políticas universais.”

Mediante os dados alertados por Couto, Yazbek e Raichelis (2010) deduz-se que uma leitura acrítica sobre a familiarização (a matricialidade sociofamiliar) no atendimento cotidiano às famílias brasileiras, poderá trazer reflexos desajustados e desumanos com a verídica realidade social, econômica, política e cultural de seus coadjuvantes. Assim:

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, migrantes, idosos abandonados de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos. (BRASIL, 2004, p.36).

Diante destes fatos apresentados pelos pesquisadores assistentes sociais, afirma-se que a LOAS envelheceu, estando premeditada a negação e embargos por parte dos estadistas que não proveem estratégias que deem a real autonomia aos brasileiros.

A LOAS deixou de ser “menina⁶⁵”, passou pela adolescência, completou a maioridade, vinte e dois anos de idade, ora nas aplicações e efetividade da normativa, observa-se que se encontra “engatinhando”. Desta forma, é uma política

⁶⁵ A discussão sobre a Lei Orgânica da Assistência Social foi embasada no título do livro da Prof^a. Dr^a. Aldaiza de Oliveira Sposati “A menina Loas - um processo de construção da Assistência Social, que conta a trajetória da implementação da LOAS no Brasil”.

que nasce eficiente, mas com as tantas contradições e contraposições partidárias torna-se deficiente, diante de um modelo econômico que exclui e deserdá aqueles nascidos nos países periféricos.

Atenta-se que a questão étnico-racial é pouco explorada pela política de assistência social nas áreas urbanas, onde se decodifica um acirrado número de afro-brasileiros em exclusão social. Deste modo, não se grita, nem se agrega as conquistas dos negros brasileiros. Como? O conteúdo histórico comprova o que queremos dizer. Este estranhamento acaba ocultando e camuflando a redundante problemática social, ou seja, racial, ora estudada.

Para encerrar este capítulo e prosseguirmos com este estudo, afirmamos que além dos dados elencados para a comunidade negra, compreende-se que a política de assistência social parece um trem descarrilado, precisando ser conduzida e (re) conduzida para as reais necessidades dos brasileiros radicados nestas terras.

CAPÍTULO 3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL: INTERFACE E DINAMIZAÇÃO DE DIREITOS

3.1 Para além do discurso: o papel do assistente social e a política de igualdade racial

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão 'de dentro' do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos [...]. (IAMAMOTO, 2004b, p.20).

Como discutir o papel do assistente social para a Política de Igualdade Racial, sem ao menos falarmos um pouco do fazer, da conduta interventiva, da prática deste profissional; de uma prática que por muito tempo se alicerçou em teorias contrárias à realidade socioeconômica infundida pelos cidadãos brasileiros e, que sedenta em responder a tantas barbáries sociais, adotou como conduta o marxismo nos finais dos anos 1960, início de 1970.

A profissão do assistente social lida no cotidiano de trabalho com anacrônicos paradigmas, sendo estes de origem social, econômica, política, cultural e étnica. Partindo dessa premissa, têm como foco de atuação as expressões da questão social, apresentando como pano de fundo, os resquícios da política populista encabeçada pelo Estado neoliberal, que aniquila, descarta e corrói com toda possibilidade de ascensão dos oprimidos. Neste âmago,

[...] a 'questão social' deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados para constituir-se essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p.126-127).

Por ser uma profissão de caráter interventivo, o assistente social é o profissional que se envolve, busca e insere-se na realidade social premente. Ele observa, escuta, avalia/analisa e identifica as reais necessidades e direitos do usuário da política pública de Assistência Social, a partir de concepções teóricas generalistas que se construíram no processo formativo e, posteriormente em cursos de capacitação e nas pós-graduações. Ademais, o seu legado de conhecimentos teóricos oportuniza a proposição de uma prática amparada em legislações e mediações, que recortam e dignificam o fazer profissional:

É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. (IAMAMOTO, 2004b, p.20).

O assistente social precisa desvendar situações e contextos para decifrar os pertencimentos e convertê-los em ações que vislumbrem as proteções e garantias sociais. Destaca-se que para não bloquear e interditar os direitos que os usuários são portadores, precisa-se olhar para a construção histórica, social, econômica, política e cultural desta nação. Infelizmente, como já descrito no primeiro capítulo, trata-se de uma conjuntura perversa, intensificada pela autodestruição, oriunda de nações europeias entorpecidas pelo domínio econômico, (ou seja, que se autossustentaram por muito tempo nos ideais colonizatórios). Diante disso, tem-se o desafio de descolonizar o olhar do outro, da classe dominante e, enfim das bases teóricas infligidas no cotidiano de atuação profissional.

O profissional deverá ter em mente que não possui nem bola de cristal, nem varinha de condão, mas que seu projeto ético político guarda as possibilidades de transformar e construir outra história ao cidadão acometido pela miserabilidade. Oportuniza demonstrar que existem direitos que podem ser acionados, inclusive mediante o projeto pedagógico das lutas e movimentos sociais, que são canais de contraposição e negação as omissões do Estado de direito aos brasileiros. É coerente o profissional se ajuntar às equipes multidisciplinares, concluindo que a união faz a força. Sim! Juntos, somos e ficamos mais fortes (tanto teórica, quanto retórica e argumentativamente).

Em suma, Iamamoto (2004) define que não se deve ter uma prática e visão determinista e a-histórica, desmembrada da realidade, que poderá levá-lo ao conformismo e acomodação, devendo também abster-se do messianismo profissional, do “salvadorismo”, do heroísmo do Serviço Social. “Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos.” (IAMAMOTO, 2004b, p.22).

Não somos heróis, nem devemos ser conformados (as). A inquietação com as negligências socioeconômicas e socioculturais fazem parte do projeto ético-político dos bacharéis em Serviço Social, que se caracteriza como base interventiva, o acolhimento àqueles em situação de violação e ruptura dos direitos sociais.

O que nos interessa neste estudo, é encontrar estratégias que reduzam ou eximam com as desigualdades oriundas dos traços fenotípicos, em que aqueles que se encontrem em subalternidade, em decorrência da hereditariedade étnica, sejam visualizados e integrados prevendo o rompimento dos estigmas e omissões por parte da sociedade e do Estado capitalista que omitem e oprimem as verídicas condições sociais, econômicas e culturais dos afro-brasileiros. O profissional não deverá perjurar tal circunstância, visto que o Código de Ética do/a Assistente Social, aprovado pela Lei n. 8.662/1993, prevê no item princípios fundamentais:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (BRASIL, 2012, p. 23).

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (BRASIL, 2012, p. 24).

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 2012, p.24).

No capítulo II - Das relações com as instituições empregadoras e outras, determina no Art. 8 do referido documento, que são deveres do/a assistente social:

[...] d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais (BRASIL, 2012, p.31);

No Capítulo IV das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, o Código de Ética Profissional apresentou no Art.12 que constituem direitos do/a assistente social:

[...] b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. (BRASIL, 2012, p.34).

Cabe discorrer que o Art. 13, descreve que são deveres do profissional:

[...] b - denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus-tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma

de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã. (BRASIL, 2012, p.34-35);

[...] c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras. (BRASIL, 2012, p.35).

Os artigos que foram citados nos levaram a compreender que é de fundamental importância, articular tais incisos à prática interventiva dos assistentes sociais, estando eles em qualquer uma das cinco regiões que formam os territórios deste país (ou seja: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste).

Demonstra-se ainda que as responsabilidades assumidas se iniciam no ato do juramento de colação de grau, destacando-se que a prática profissional voltada para o princípio democrático, também deverá ser favorecida em leis que unam as especificidades do Serviço Social àquelas que trazem em seu corpo textual as referentes aos afro-brasileiros.

Deste modo, prevendo o atendimento que valoriza os direitos sociais e as causas humanitárias, que desencadeiem a possibilidade da transformação social e política mensuram-se as palavras enunciadas pelo profissional formado, que repetiu em voz alta com o orador de turma:

Juro no exercício da minha profissão ter compromisso ético e profissional com a sociedade para ampliação e fortalecimento da cidadania. Contribuir para a defesa e garantia dos direitos sociais. Buscar a emancipação dos cidadãos, a eliminação de todas as formas de preconceito e incentivar a discussão ampliada das diferenças e da diversidade. Lutar pela construção de uma nova ordem societária, mais justa e igualitária. Assim eu juro. (UNITINS, 2015).

Assim, apreende-se que a frase infundida pelos graduados em Serviço Social, sendo: “[...] a eliminação de todas as formas de preconceito e incentivar a discussão das diferenças e da diversidade [...]” (UNITINS, 2015) prevê o papel de cada assistente social na articulação de estratégias e formas que minimizem ou eliminem o preconceito e desigualdades raciais. Através de ações, programas e projetos sociais que se traduzam em políticas públicas voltadas e adeptas à igualdade racial, consecutivamente que sejam “acolhidos” no seio social, político, cultural e econômico. Como? Vejamos os valores e a afirmação do compromisso ético-político da categoria profissional, imprimidos na possibilidade da concretização de uma intervenção adequada aos princípios sociais, políticos e emancipatórios dos homens negros.

Deste modo, a categoria dos profissionais assistentes sociais precisam primeiramente adotar estudos sobre a temática e coletivamente encontrar meios para discutir e refletir sobre as questões étnico-raciais em seu âmbito de trabalho. Dentre as funcionalidades do atendimento, Mota (2014) pontuou em seu artigo: Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social que as mudanças na realidade social, têm imprimido a mudanças nos espaços ocupacionais, onde os assistentes sociais estão inseridos. Contudo,

[...] vale acrescentar no rol dos espaços ocupacionais as mudanças ocorridas na relação entre o Serviço Social e os tradicionais 'movimentos sociais' e com os sindicatos rurais e urbanos: menos executivas e mais no campo da assessoria e formulação político-intelectual. Além disso, amplia-se o espaço de inserção do Serviço Social com os 'novos movimentos', por meio das suas organizações ou mediante programas de governo no campo da discriminação sexual, racial, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos. (MOTA, 2014, p.698, grifo do autor).

Ao pensar a questão da "diferença", especificamente a discriminação racial expressa no tecido social, contempla-se que os protagonistas deste estudo estão sendo pensados e oportunamente citados no quesito notícias do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Assim, em 2010, o 39 Encontro Nacional CFESS-CRESS (FOGARI, 2012), em Florianópolis (SC), organizou uma mesa-redonda, intitulada: "Limites da igualdade e do respeito à diversidade humana no capitalismo: a relação entre as políticas de ações afirmativas e o Projeto Ético-político profissional", que teve como palestrante, a assistente social Dra. Roseli da Fonseca Rocha, que trouxe dados exímios sobre as condições do afro-brasileiro, informando que:

Os índices são alarmantes: vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no acesso à educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como o segmento social mais discriminado. Para uma apreensão crítica acerca das múltiplas determinações dessa realidade, somos impelidos a uma reflexão mais profunda dos processos sociais que configuram historicamente a dinâmica de opressão e exploração dessa população. (CFESS, 2010).

A pesquisadora consternou em sua explanação que a população negra é a mais acometida pelas discriminações, sendo estas minadas dos contextos históricos precedentes, que atualmente se perpetuam e se reproduzem nos referenciais da vida social destes. Ela concluiu sua fala, aduzindo que:

[...] a discussão acerca das políticas de ação afirmativa deve ser inserida na agenda política de lutas do Serviço Social.

O fortalecimento das lutas populares e o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, bem como a defesa intransigente dos Direitos Humanos, são princípios que revelam a relevância da defesa dessas políticas. É em busca desse horizonte que as Ações Afirmativas devem ser apreendidas pelo conjunto da categoria profissional, pois há uma estreita relação entre os princípios do nosso Código de Ética Profissional, das Diretrizes Curriculares e as lutas antirracistas nesse país [...]. (CFESS, 2010).

Ao ler-se a exposição retratada pela palestrante, enfatiza-se que a abordagem étnico-racial, deve ser apreendida, acertada e acolhida pelos profissionais nos espaços institucionais, traduzindo-os em espaços de consolidação da cidadania, que se norteiem pelas expressões democráticas. Porém, existe uma grande interferência/divergência. Compreende-se que ao tratar-se de um assunto sobre o qual existem pulverizadas publicações e bibliografias específicas que o discutam, será necessário subsidiar-se em escassos estudos científicos e reportagens que produziram e reproduziram conhecimentos que nortearam o olhar do assistente social para as condições de vida destes grupos sociais.

A razão de tudo isto para Fogari (2012), acrescentar-se-á outras reportagens que acertadamente mostrará a compreensão, valorização e contundentes manifestações do CFESS pelo tema em destaque. Para validar o prescrito sucede-se com outros apontamentos também do ano de 2010, sendo: “CFESS Manifesta Dia da Consciência Negra – Gestão Atitude Crítica para avançar na luta”. Na reportagem, a assistente social Magali da Silva Almeida, discorreu:

[...] sobre a saúde da população negra, da importância da participação da comunidade negra, enquanto controle social, e a exigência feita para que a SEPIR cumpra seu papel, enquanto monitora, fiscalizadora e subsídio informativo de dados para a implantação nos estados e municípios. (CFESS, 2010 apud FOGARI, 2012, p. 4).

Seguindo com a atenção voltada para a questão racial brasileira, sob os princípios éticos do Serviço Social, o CFESS publicou em 2011 a reportagem: “CFESS Manifesta Dia da Consciência Negra: Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial”, que relatou que a ONU lançou em 2010, o “Ano Internacional dos Afrodescendentes” que propôs ações que visassem assegurar os direitos e a valorização da cultura dos negros (CFESS MANIFESTA, 2011).

No Brasil, ações governamentais foram implementadas, mas não têm sido suficientes para enfrentar, de um lado, a histórica e estrutural desigualdade econômica, e de outro, a cultura patrimonialista, racista, patriarcal, sexista e homofóbica, enraizada na sociedade brasileira. Legado da escravidão, mas também de uma república capitalista e seletiva na garantia da cidadania, homens e mulheres negros/as têm experimentado um viver totalmente desassistido, longe de um sistema de seguridade social e demais políticas públicas que contemplem suas necessidades como seres humanos. Em síntese, negros/as vivenciam uma permanente violação de direitos, marcadamente orientada pelo preconceito racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, que os/as têm impedido, secularmente, do acesso aos direitos, devido às desvantagens históricas, fruto do racismo e da discriminação racial em escala planetária. (CFESS MANIFESTA, 2011).

A notícia descrita compartilha das atinentes situações em que se consubstanciou o preconceito racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero que acirrou as desigualdades, que deságuam na realidade social, processando assim o pauperismo em que principalmente homens e mulheres negros estão acometidos. Ora, os negros encontram-se subestimados pela seguridade social e políticas públicas brasileiras.

Entretanto, o bloqueio aos direitos sociais que é imposto às camadas discriminadas, figurantes desta trama cotidiana, traz como resultado a ampliação de sucessivas cenas onde os protagonistas são acometidos pelos mais vis entraves. Compartilha-se que neste emaranhado social marcado pelas fortes marginalizações, advém-se a conveniência do fomento de discussões e arrolados diálogos, em busca de teorias que desvendem tais contextos.

Jessé Souza, no livro: “A construção social da subcidadania para uma sociologia política da modernidade periférica” (2003), ao analisar a condição do negro, contrapõe às concepções de Florestan Fernandes que atribuía à marginalidade dos africanos e descendentes as precondições sociais, considerando a sua inadaptação a sociedade de classes não decorria somente por causa da cor da pele, mas ao preconceito atribuído a um tipo de “personalidade”. (SOUZA, J., 2003, p.158-159). Para o autor, Florestan Fernandes, no livro: “A integração do negro na sociedade de classes” expõe:

[...] supõe como causa primeira da mesma, tanto a ‘escravidão interna’ dentro do homem, que o impede de pensar e agir segundo os imperativos da nova ordem social, quanto ao preconceito de cor, visto como uma realidade ‘inercial’ representando ‘resíduos’ do passado, que penetram na sociedade competitiva e que ele supõe, a partir do avanço e desenvolvimento desta, estejam destinados a desaparecer. (FERNANDES, 1978 apud SOUZA, J., 2003, p. 159).

O autor explica que ao receber a “liberdade”, o ex-escravizado teria que se libertar do pensamento interno, introspectivo, segundo a reclusão vivenciada nas fazendas escravagistas. Adotar um pensamento “autônomo”, os empoderariam para enfrentar a “nova realidade”, e, finalmente o preconceito que é a personificação dos ranços, das abnegações de um passado perverso e avassalador.

Para Jessé Souza (2003) os dois aspectos elencados são considerados duas realidades bem diferentes, pois na órbita escravista, a cor estava atrelada a condição servil; já na sociedade competitiva assumia um referencial de primitividade, em relação com o padrão do racionalismo ocidental, que era considerado útil e produtivo. Para o autor, a marginalização foi causada pelo:

[...] abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a ‘causa’ óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um ‘habitus precário’, que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída. (SOUZA, J.,2003, p.160).

Afiançando as iniquidades e marginalidades explicitadas pelo estudioso (2003) ao texto do CFESS, destaca-se que o negro brasileiro encontra-se em desvantagem socioeconômica, revelando o artigo que o Brasil perde somente para a Nigéria em número populacional de negros, que demonstrou em dados estatísticos as evidentes fragilidades e desfalecimentos evidenciados pelos afro-brasileiros.

Por exemplo, na justiça, predomina-se a injustiça social, que é predeterminada pela cor da pele e omissão de acesso aos direitos sociais. Os negros já condenados pelas ínfimas condições socioeconômicas em que foram expostos por volta da pós-abolição são julgados a condenação/flagelação oriunda indevidamente das heranças genéticas, destacando-se que um:

Estudo realizado pelo Ministério da Justiça sobre a população carcerária brasileira constatou que esta é constituída por 95% de pessoas pobres. Destas, 65% são negras. Destarte, 27% dos brancos respondem em processo de liberdade, enquanto apenas 15% dos/as negros/as têm esse direito. Em relação ao índice de condenados que são absolvidos, os/as negros/as detêm uma porcentagem de 27% e os brancos chegam a 60% de absolvidos. (CFESS MANIFESTA, 2011).

Seguidamente, apresentam-se outros dados que se julgam alarmantes, reforçando que são de interesse do Serviço Social, por fazerem parte da atribuição do assistente social lotado na saúde, tanto privada quanto pública. As estatísticas

expostas abaixo destacam a asfixia social em que negros são aviltados cotidianamente. À margem da sociedade, muitas mulheres negras perdem a vida, e/ou são “impedidas” de procriarem, reproduzirem. Deste modo, questiona-se, não seriam (elas, as afro-brasileiras) acometidas e/ou vítimas da eugenia⁶⁶? Assim:

A taxa de mortalidade materna é três vezes maior entre as mulheres negras em relação às mulheres brancas. Assim, 43,2% das mulheres negras morrem de eclampsia, enquanto entre as mulheres brancas o percentual é de 13,14%. Em relação ao abortamento inseguro, 25,23% de mulheres negras morrem em decorrência deste, contra 7,62% das mulheres brancas. E as desigualdades permanecem em relação à hemorragia pós-parto, infecção puerperal, deslocamento prematuro de placenta e aborto. Mortes perfeitamente evitáveis. (CFESS MANIFESTA, 2011).

Preocupados com a situação social dos homens pretos, os redatores do artigo informam dados gritantes, em que afro-brasileiros estão expostos diariamente, devido ao ambiente perverso, em que se confirma que os jovens negros são as maiores vítimas de homicídios⁶⁷. “O Índice de Vitimização Negra apresentado no Mapa da Violência de 2011 calcula que cada morte de um jovem branco equivale à morte de mais de 100 jovens negros/as.” (CFESS, 2014, p. 59).

Assim, crianças negras deixam de ser crianças; para serem vítimas do crime organizado, das guerrilhas urbanas que se alastram principalmente nas zonas periféricas das grandes metrópoles. Mediante tais aversões, muitos deles não chegam à juventude, pois são alvejados no curto percurso de vida, outros até chegam, mas também são ceifados pelas condições em que se estabelecem na sociedade contemporânea. É preocupante! Diante disto, o quê fazer?

Todavia, entre entediadas preocupações, diante deste contingente nocaute cotidiano, as políticas públicas precisam tornar-se viris e incisivas, motivadas pelo encadeamento da prática interventiva do assistente social adjunto a outras áreas de atendimento, (ou seja, educação, lazer, cultura, saúde, moradia, alimentação, etc.). Estes desafios estão arraigados a outras áreas de conhecimento e atuação profissional, que devem desentranhar visões errôneas por parte da

⁶⁶ “A eugenia pode ser definida como a ciência que trata daquelas agências sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das futuras gerações.” (GALTON, 1906, p. 3 apud DEL CONT, 2008, p. 208).

⁶⁷ Em 2015, apresentamos oralmente o trabalho: “Para além da aparência: famílias, adolescentes em conflito com a lei e o olhar sobre a questão étnico-racial no Poder Judiciário”, no VI Fórum Sociojurídico: Famílias e Direitos na Contemporaneidade/II Encontro Nacional de Pesquisas sobre Famílias (UNESP/Franca), momento em que se discutiu a questão racial e suas intercorrências para os adolescentes e jovens na criminalidade, principalmente os que estão no mundo das drogas.

sociedade elitista/classista que espolia a comunidade negra a cada ato, apontamento e reflexões formuladas e reformuladas.

Já no ano de 2012, a mensagem apresentada pelo CFESS intitulada: “Com racismo não há liberdade” discorreu em poucas linhas as condições ambíguas entre negros e brancos, sendo reforçado pela coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS, Marylucia Mesquita, que concluiu que moramos: “[...] em um país em que não existe democracia racial. Temos algumas conquistas no âmbito jurídico formal, mas insuficientes para experiência cotidiana de racismo social e institucional que vivemos como população negra [...]” (CFESS, 2012, p. 2).

Em prosseguimento ao assunto, demonstrando que a questão étnica continua sendo uma preocupação sistemática do Serviço Social, em 2013 o encarte do CFESS – Manifesta denominou-se: “A violência tem classe e cor”. A publicação resgatou o histórico de lutas dos movimentos sociais, destacando-se a premência de se ter um dia específico e/ou feriado nacional para discutir-se a condição do afro-brasileiro, ressaltando um pouco do histórico do escravizado ante a economia agrária. Ainda evidenciou, ou seja, traçou um paralelo entre as condições do negro em várias instâncias de atendimento demonstrando a inexistência da democracia racial no Brasil (CFESS MANIFESTA, 2013).

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, as manifestações de racismo estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes; ora é silencioso, como as vidas silenciadas pelo extermínio policial que põe constantemente os negros e as negras sob suspeita, além de serem discriminados/ as em outras esferas da vida social, como no acesso à justiça, ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, dentre outras. Criando-se a justiça de brancos/ as e de negros/as, as escolas de brancos/as e de negros/as em um *apartheid* constante e velado. (CFESS MANIFESTA, 2013).

No trecho destaca-se também a questão da criminalização da pobreza, em que as vítimas do tráfico e do uso de entorpecentes passam a ser consideradas criminosas. Outro fator relevante imposto pela mídia é o debate sobre a redução da maioria penal, só: que critica os efeitos/resultados da violência, “esquecendo-se” de relatar suas causas, deixando o Estado fora da mira de discussão (CFESS MANIFESTA, 2013).

A ação de criminalizar a juventude negra, ao tempo em que inverte a posição de vítimas para culpadas, mascara a responsabilidade do Estado brasileiro em investir e promover políticas concretas para esta população, o que significa promover uma vida livre de racismo, de violência e de criminalidade – pelo exercício pleno de sua cidadania. (CFESS MANIFESTA, 2013).

Após as crônicas negatórias, profanaram-se com a vida destes seres sociais, emergindo a miséria humana, o sofrimento social/humano em que foram atolados, sendo mensurados e evidenciados pelo ideal capitalista burguês. Ademais: Os homens negros estão no controle? Ou, estão sendo, monitorados? A isso, se afirma que não existe fórmula/solução mágica, pois o humano (o negro) foi, é, e sempre será humano... Complementarmente, os dados citados abaixo são dignos de contestações e clamores por parte dos ativistas afro-brasileiros, que poderão sinalizar para a proposição de ações e projetos governamentais que contraponham tais obstáculos sociais. A partir destas inquietudes, relata-se que:

Segundo dados do Mapa da Violência no Brasil de 2012 (BRASIL, 2012), o número de homicídios brancos caiu de 18.867 em 2002 para 14.047 em 2010, o que representa uma queda de 25,5% nesses oito anos. Já os homicídios negros tiveram um forte incremento: passaram de 26.952 para 34.983: aumento de 29,8%. Destacam-se pelos expressivos aumentos de vítimas negras: Pará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, trazendo números alarmantes de homicídios de jovens negros/as. (CFESS MANIFESTA, 2013).

Estes dados estatísticos, permeados pelo reflexo da acanhada proteção social, inerente à lógica dos direitos sociais, demonstra que estes não foram deliberados no cotidiano dos brasileiros em condições vulneráveis, reforçando e esforçando para pensar-se nesta questão, que retrogradada se faz contemporânea. O fato em questão é segundo a pesquisadora Teresa Martins (2013, p.11-12) que:

A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da 'democracia racial', construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, o racismo brasileiro foi uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal [...].

Mediante as tribulações, punições e omissões empreendidas, em que emergiu o racismo camuflado pela ideologia da igualdade formal, o Estado deixou esta discussão e seus sujeitos à margem deste pretexto secular, compreende-se que o assistente social, por meio da trajetória ético-política, assume que:

Nossa responsabilidade histórica é responder aos desafios que estão colocados, através de organizações políticas que representem os anseios do povo negro desse país. Este é um desafio político fundamental para a militância negra e de todos os movimentos sociais que lutam pela emancipação humana. O serviço social está nessa luta! (CFESS MANIFESTA, 2013).

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), São Paulo/9ª região - especificamente a Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos (CAED), através dos integrantes do CFESS, da gestão “Ampliações das lutas coletivas a emancipação” - lançou uma carta enaltecendo a trajetória de luta empreendida pelos negros brasileiros, que se disseminou num feriado nacional⁶⁸ para comemorar-se e propor ações educativas que formem e informem os sujeitos em opressão social e a sociedade como um todo. Ou seja, somos parte do contexto social, assim: a diferença não deverá ser omitida, mas ressarcida e compreendida em suas determinantes e peculiaridades. E, nesta concepção e apreensão para a categoria profissional, a carta descreve que:

O nosso marco ético-político, o Código de Ética Profissional, preconiza no mínimo três princípios alinhados à luta histórica da população negra. Tais princípios referem-se à liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos. (CRESS-SP-9ª REGIÃO, [2013], p.1).

Ao final, a comissão (os membros) do CAED convidou os assistentes sociais: “[...] para compor os espaços de fortalecimento e luta contra hegemônica, na defesa da vida e da equidade racial, combater o racismo não está desvinculado do combate ao capitalismo!” (CRESS-SP-9ª REGIÃO, [2013], p.1).

E assim, observa-se que a questão étnico-racial faz parte do conjunto de assuntos a serem estudados, pesquisados e levados em consideração nos espaços sócio ocupacionais, preeditando que os assistentes sociais estão a serviço da justiça, direitos humanos e equidade social, opondo a toda ação, repressão e opressão social, oriunda dos traços fenotípicos.

Paralelamente, em 2014, lançou-se o CFESS Manifesta do Dia da Consciência Negra: “O longo caminho da desigualdade” que através de uma escrita crítica e adversa às vulnerabilidades e miserabilidades apresentadas pelos afro-

⁶⁸ A Lei n. 12.519, preconizada em 2011, garante que em 20 de novembro se comemore o Dia da Consciência Negra, sendo que 101 cidades do Estado de São Paulo aderiram – a através de lei municipal (BRASIL, 2011b).

brasileiros, resumiu-se em repúdio e pudor aos acontecimentos, enfatizando o extermínio aos negros, representados pelos: Amarildos, Cláudias e Douglas.

Contemplou a história de três brasileiros, vítimas da violência cotidiana desencadeada nas favelas (e/ou comunidades). A primeira é a saga de Cláudia⁶⁹, que após ser baleada, ao ser socorrida durante o trajeto ao hospital o porta-malas da viatura policial se abriu, arrastando-a por 350 metros (CFESS MANIFESTA, 2014). “[...] Cláudia teve parte de seu corpo dilacerado. ‘E se acabou no chão feito um pacote flácido’ (*). Cláudia, agora morta, era negra e pobre!” (CFESS MANIFESTA, 2014)⁷⁰.

O outro caso é o do pedreiro Amarildo que instantaneamente desapareceu, desencadeando seguidamente várias campanhas visando encontrá-lo, intituladas: “Cadê o Amarildo?” Ele foi levado para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, Rio de Janeiro, onde:

A sessão de tortura a que foi submetido acabou de vez com o sonho de sua pobre família. Amarildo nunca mais voltou. Jamais teria um enterro digno. Seu corpo, inerte e sem vida, jamais foi achado. *Beijou sua mulher como se fosse à única!* (*). Amarildo, agora morto, *era negro e pobre!* (CFESS MANIFESTA, 2014, grifo do autor).

O terceiro assassinato retratado no artigo foi o de Douglas Rafael da Silva Pereira, dançarino profissional de um programa semanal de televisão, que morreu vitimado mais uma vez pelos traços fenotípicos. Ora, era da periferia, que fica ao relento de ações criminosas. Assim, seus moradores estão expostos cotidianamente a facções criminosas que agem em nome do poder e comando pelo tráfico.

Em investigação, foi comprovado que a posição de seu corpo foi alterada na perícia. Jovem da periferia, sonhava romper o ciclo de miséria a que a maioria de seus/suas colegas acabavam incorrendo. Dançou e gargalhou como se fosse o próximo. *E tropeçou no céu como se ouvisse música!* (*). Douglas, agora morto, *era negro e pobre!* (CFESS MANIFESTA, 2014, grifo do autor).

O que eles (os três) têm em comum? A cor de pele, os fios de cabelo e, enfim os traços negroides que não se dissiparam, nem se miscigenaram com o

⁶⁹ Cabe ressaltar que também fizemos uma analogia do caso Claudia em (FOGARI, 2014a).

⁷⁰ A reportagem do CFESS MANIFESTA (2014), informou que o (*) se trata de um: “trecho da música ‘Construção’ de Chico Buarque”, que complementou as reportagens delimitadas, demonstrando as controvérsias ainda aviltadas pelos homens e mulheres negras deste país. Assim: são muitas Cláudias, Amarildos e Douglas.

branqueamento, política reparatória sugerida no final do século XIX e início do XX, que pretendia igualar/alvejar os pigmentos dos brasileiros. Deste modo, a “abolição” não emancipou, nem os livrou dos tormentos, dos suplícios que em tempos pregressos seus antepassados eram acometidos.

Entretanto ser negro no modelo neoliberal significa estar suscetível, ou seja, redefinido como um entulho humano que precisa ser eliminado, desentranhado das cenas grotescas das cidades do século XXI. Contudo, é nestas trôpegas tramas sociais embrutecidas que se deflagram a premência da introdução dos assistentes sociais, que em sua prática interventiva se sustentam num arsenal de leis que asseguram os direitos sociais dos afro-brasileiros.

O grande “tabu”. Carente de produção teórica que intercedam e interpelem sobre as questões raciais e Serviço Social, é coerente apoiar-se em estudos desenvolvidos por assistentes sociais que procuraram desvendar a correlação existente entre conjuntura social contemporânea, diante das condições de estrutura social, educacional, cultural, econômica dos negros/as deste país.

As próximas linhas revelaram trechos do estudo de Márcia Campos Eurico (2011), autora da dissertação: “Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social” que levaram a compreender que o profissional é signatário da defesa das intransigentes ações e reações racistas e preconceituosas proferidas aos negros deste país, podendo no cotidiano de trabalho, contribuir infiltrando-se nos espaços reservados para as lutas sociais. Neste quesito:

Obviamente entendemos que a superação do racismo e da discriminação racial não se restringe a uma atitude isolada ou à consciência do indivíduo singular. É no campo das lutas sociais que a transformação das relações étnico-raciais pode ocorrer. Portanto trata-se de um debate coletivo, com o qual o Serviço Social pode e deve contribuir enquanto uma profissão que valoriza o componente ético-político no desempenho de seu trabalho cotidiano. (EURICO, 2011, p. 96).

Como já havíamos predito, Eurico (2011) reforça também a inexistência de formas de acesso que norteiem os assistentes sociais a ter uma intervenção que afiance o quesito étnico-racial, desentranhando muitos dos sujeitos ceifados pelos abismos expostos nas zonas periféricas, que se traduzem em obstrução e contenções de direitos, apartados pelos guetos que se formam e formaram em tempos precedentes. Deste modo, a estudiosa discorreu que:

Na análise de algumas produções acerca da gênese e das transformações teórico-metodológicas do Serviço Social no Brasil observamos que pouca atenção tem sido dispensada a questão racial no país e a íntima relação entre origem racial e acesso precário às políticas públicas e aos bens e serviços. (EURICO, 2011, p.98).

É neste âmbito, ou seja, a premente ausência de políticas públicas atreladas ao quesito racial, que advêm os grandes estragos provenientes da estratégica colonização, que a partir de 1850, “eliminou” gradativamente as minorias étnicas, que foram tomadas e mascaradas por pretextos, que celebravam o branqueamento, afastando-os de seus reais direitos.

Numa visão inquietante, diante da precariedade de estudos e publicações do Serviço Social, Eurico (2011) aponta dados interessantes que merecem ser descritos. Ela dissertou que a pesquisa realizada por Silva e Carvalho (2005) revelou que, até 2004, não havia áreas de concentração, nem linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação brasileiros específicos para estudar-se: questão racial e o Serviço Social. (SILVA; CARVALHO, 2005 apud EURICO, 2011, p.99). Expõe-se, que:

Quando a pesquisa se desloca para os dados coletados nos Eixos Temáticos em que se inserem 760 teses e dissertações defendidas no período de 1998 a 2002, junto aos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social observa-se que o eixo 'Etnia, Gênero e Orientação Sexual' abrange 35 produções, o que representa 4,6% da produção total do Serviço Social no período estudado, mas não é possível identificar quantas fazem referência à questão racial, uma vez que esta informação não consta no estudo. (EURICO, 2011, p.99).

Este resgate quantitativo e qualitativo de estudos acadêmicos sobre eixos temáticos sobre Raça/Etnia alertou para os limitados e precários dados em que o assunto está imerso. Para Silva e Carvalho (2005 apud EURICO, 2011) no período entre 2001 a 2003 dos 222 livros e coletâneas produzidos pelo Serviço Social, somente cinco foram voltados para a questão étnico-racial.

Márcia Eurico (2011) descreveu de acordo com Silva Filho (2006) que os periódicos mais importantes da área publicaram efêmeros artigos, a começar pela “Revista Serviço Social”, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que não trouxe em nenhum dos 44 exemplares a questão do negro. Já na revista “Temporalis” o pesquisador encontrou somente um artigo publicado em 2002 na edição n. 5 que discutiu as cotas dos negros na educação e no trabalho (SILVA FILHO, 2006, p. 5

apud EURICO, 2011). Sequencialmente, a autora Silva (2009 apud EURICO, 2011, p. 100-102) informa que a revista “Serviço Social & Sociedade”, editada desde 1979, em trinta anos, das 925 matérias publicou somente três trabalhos sobre o estudo em voga (que foram analisados até o ano de 2009), sendo na n. 81 (2005), de Sarita Amaro⁷¹, n. 78 (2004) de Matilde Ribeiro⁷²e, a última no ano de 2009, a n. 99 com um texto de Roseli da Fonseca Rocha.⁷³

Todavia, Eurico (2011) destacou, segundo Joilson Santos Marques Júnior, que o VI CBAS de 1991 elencou duas teses sobre raça/etnia; o VII CBAS (1992) não trouxe publicações sobre o assunto entre as 90 teses apresentadas; e, no VIII CBAS (1995) dos 205 trabalhos, somente três se referenciaram ao tema; o IX CBAS (1998) teve 91 apresentações orais, destas somente dois avaliaram a questão racial; e, dos 106 pôsteres, um foi destinado a este estudo. De outro modo, constatou-se, que no X CBAS (2001) das 559 apresentações orais somente três debateram sobre esta problemática, sendo que nenhuma foi exposta na sessão pôsteres e, no XI houve somente nove estudos aprovados como apresentações orais e em painel (MARQUES JÚNIOR, 2007 apud EURICO, 2011).

Para a assistente social Silvana Bonin (2014, p.41):

[...] o CBAS se apresenta como um espaço para os debates teóricos e políticos, e ainda é o espaço de divulgação da produção técnica e científica da categoria, pois trazem em suas publicações os resultados de pesquisas, investigações, sistematizações de diversos profissionais sobre as temáticas que envolvem o exercício do Serviço Social. Afirmado assim, seu compromisso ético-político e possibilitando mais um canal de conhecimentos e estudos a profissionais e estudantes.

Compartilhando da importância da propagação das pesquisas científicas pela categoria profissional, agregar-se-á a este estudo informações que demonstrem dados quantitativos veiculados as relações étnicas brasileiras em eventos de Serviço Social, referentes às publicações dos XIII – 2010 e o XIV Congresso Brasileiro de

⁷¹ O item citado por Silva (2009 apud EURICO, 2011) refere-se a três publicações sobre a questão racial na revista “Serviço Social & Sociedade”, Sarita Amaro, de 2005, o artigo: “A questão racial na Assistência Social: um debate emergente”.

⁷² O segundo artigo citado pelo autor acima, de autoria de Matilde Ribeiro (2004 apud EURICO, 2011) que recebeu como título: “As abordagens étnico-raciais no Serviço Social”.

⁷³ Já o terceiro e, último também descrito pelo pesquisador (SILVA, 2009 apud EURICO, 2011), pertence à Roseli da Fonseca Rocha (2009 apud EURICO, 2011) chama-se: “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”.

Assistentes Sociais (CBAS–2013), realizados respectivamente em Brasília (DF) e, em Águas de Lindoia (SP).

Ao elencar dados estatísticos sobre os trabalhos acadêmicos aprovados, apresentados e publicados nos anais do XIII CBAS, em 2010, Bonin (2014) cita que o eixo temático: “Raça, Etnia, Gênero e Orientação Sexual”, razão específica deste estudo, no subitem “Raça e Etnia” teve 19 artigos ao todo (BONIN, 2014). Seguidamente a bacharelada em Serviço Social apontou no trabalho de conclusão de curso que o XIV CBAS, 2013, explicitou na área temática: Raça, Etnia, Gênero e Sexualidades, no quesito “Raça e Etnia” 17 estudos aceitos (BONIN, 2014, p.44).

A versão apresentada por Bonin (2014), compartilhada em expressões numéricas, se comparada aos dados expostos por Eurico (2011), embasada nos estudos de Marques Júnior (2007 apud EURICO, 2011), reporta-se que mesmo aumentando o número de pesquisas na área, elas ainda são efêmeras.

Informou Eurico (2011) que em junho de 2009, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) criou um grupo temático específico para estudar-se a questão racial, intitulado: “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social”.

Ademais, lendo os dados estatísticos explicitados, oportuno dizer que é uma situação preocupante, visto que se nos apropriarmos das informações elencadas no primeiro capítulo deste estudo, vemos que é impossível romper com a onda de exclusão e manifestações vivenciadas pelos escravizados e seus descendentes nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, que se disseminaram na miséria humana em que esta população encontrava-se. Deste modo, pergunta-se: Como apartar a questão étnico–racial do projeto-ético político do Serviço Social?

Não existe nenhuma possibilidade de desagregar tais vertentes, pois nos apropriamos da chegada de canais e orifícios que são as leis que legitimam o atendimento aos afro-brasileiros, sendo: Estatuto da Igualdade Racial, a Lei n. 10.639/2003, a SEPPIR, o Conselho da Comunidade Negra⁷⁴, o Programa de Ações Afirmativas, as cotas em concursos públicos, etc. Todavia, o profissional faz-se necessário, enquanto agregador, socializador, fiscalizador e impulsionador da implantação e execução das políticas públicas peculiares à questão étnico-racial.

⁷⁴ Estes espaços de socialização do conhecimento e democracia/efetivação dos direitos dos negros, também foram discutidos em (FOGARI, 2010). É impossível dissociá-lo de discussões sobre o tema.

O assunto não deve se esgotar por falta de produções científicas, grifando que a população de baixa renda, ratificadas pelas pendências dos direitos sociais, encontra-se num perrengue cotidiano que de forma exitosa, visando superar a condição de miséria terá o atendimento do assistente social, que poderá ir ao encontro às concisas vozes desses afro-brasileiros. Afiançados por tal afirmativa, evidencia-se os receptíveis referenciais bibliográficos de: Elisabete Aparecida Pinto (2003), José Barbosa da Silva Filho (2006), e de Renata Maria da Conceição (2014), que consagraram os intentos e virtudes dos profissionais, arriscando propor as contribuições daqueles que foram formados para trabalhar como assistentes sociais, enfim com as mazelas sociais, econômicas. E, por que não raciais?

De acordo com as leituras realizadas nos compêndios citados, destaca-se que existem convergências entre os pesquisadores, quando se evidenciou nos três estudos a travessia entre a construção histórico-social do negro durante o período de graduação, ou seja, no processo formativo do bacharel em Serviço Social.

O ponto de vista dos estudiosos contrapõe a ideologia da “democracia racial”, que não passa de uma visão predatória da realidade social que circunscreve a vida dos grupos étnicos raciais brasileiros, especificamente os negros. Contou-se uma história recheada por frequentes eminências, que desprezou os escravizados e, posteriormente os pretos pobres, expondo-os à condição de litigantes segregações.

A começar por Elisabete A. Pinto (2003), autora da obra inédita “O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros)”, desenvolvida no ano de 1986, como trabalho de conclusão de curso para Faculdade de Serviço Social de Santos encontrou resistências e inércias por parte dos docentes que não viam a desigualdade como resultante dos traços fenotípicos. Assim, aos questionamentos e inquietações da então discente, diziam: “Isso não existe, não podemos assumir a sua ansiedade.” (PINTO, 2003, p.58). Ao omitir a ausência de condições que legitimassem decifrar as reais condições de vida destes brasileiros, as falas eram tomadas pelos estigmas (e/ou comodismo?), como: “[...] o Serviço Social não tem nada a ver com esta questão.” (PINTO, 2003, p.58).

Ela relata no livro, que precisou romper barreiras para conseguir inserir-se como estagiária na Delegacia Regional de Campinas, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN) (PINTO, 2003), e formalizar o estudo proveniente de vários questionamentos e observações no período de estágio

entre 1982 e 1985, que revelou um número acentuado de negros e favelados que procuravam a assistência social (PINTO, 2003).

Ao tentar introduzir tal assunto nos meandros da área, Pinto (2003), dedicou-se a conhecer e aprofundar em estudos a questão racial, amadurecendo os objetivos de sua pesquisa, que ora encontra-se publicada em livro. Ao aplicar a pesquisa, obteve dados preciosos sobre a concepção do assistente social sobre o negro. Deste modo, redigiu que as falas de alguns entrevistados redundaram para a igualdade social e oportunidades sociais (PINTO, 2003), de outro modo, atribuíram o problema ao próprio sujeito oprimido, considerado desestimulado e as assistentes sociais negras ao analisarem a questão não levaram em consideração o contexto histórico, demonstrando uma avaliação segundo a ideologia racista burguesa.

Ao se reportarem sobre o negro, falaram sobre seu próprio preconceito, que em algumas exposições se fundiram às piadas populares, misturados a comentários negativos e positivos e, em outro, os profissionais mostraram-se omissos ou preconceituosos (PINTO, 2003).

Já sobre a indagação: “Você percebe diferença no relacionamento entre os (as) usuários (as) negros (as) e brancas (as)?”, a autora declarou que 56,7%, das respostas foram negativas. Quanto ao complexo originário da cor, 50% responderam positivamente, informaram que os usuários negros se sentem inferiores/tímidos e com dificuldade de socializar e interar-se aos grupos sociais (PINTO, 2003, p.155).

Ainda no tocante a este assunto, ao potencializarem o mito da igualdade racial, refere que em alguns:

[...] depoimentos fornecidos pelos assistentes sociais percebe-se um esforço em culpabilizar as pessoas negras ao afirmarem que as queixas trazidas por elas são conseqüências do complexo de inferioridade ‘próprio’ dessa população, pois, segundo esses profissionais, o atendimento prestado é igual para todos os usuários. (PINTO, 2003, p.151).

No momento, defronta-se com uma visão permeada por cenas decorrentes da divergência entre os níveis macro e micro, que são alvos de ações predatórias, perturbadas pelas rupturas e controvérsias expiações à comunidade afro-brasileira. Deste modo, imputam e erradicam a condecoração de políticas públicas que potencializariam oportunidade e acesso dos sujeitos deste estudo.

Ainda quanto à relação entre o usuário negro nos movimentos sociais e a participação deles, enfatiza-se que é neste “[...] espaço ‘privado de lutas

coletivas' que o indivíduo negro pode ser (re)socializado e adquirir uma identidade étnica positiva com um viés político.” (PINTO, 2003, p.173). A tonalidade da pele tornou-se com o tempo fator determinante da identidade da organização social dos indivíduos brasileiros. Ela indicou e indica o papel e lugar do homem negro na sociedade brasileira. Contrapondo e/ou alertando para a expressão “de cor”, (PINTO, 2003) ensina que pode ser considerado um termo utilizado para mascarar uma situação preconceituosa e discriminatória.

A autora utilizou da teoria Gramsciana para analisar a relação entre usuários negros *versus* movimentos sociais. Segundo ela, para Gramsci a educação não decorre somente nas camadas sociais mais abastadas, classificadas como instrutora de intelectuais, mas: “[...] todo indivíduo que exerce funções de organização, seja no domínio da produção, da cultura e/ou da administração pública. Gramsci afirma ser impossível a luta hegemônica sem a atuação intelectual.” (PINTO, 2003, p.183). Compreende-se segundo o exposto, que para Gramsci todos são formadores e construtores do saber, assim são intelectuais, podendo fortalecer-se através da luta hegemônica de classe. Por que não o negro?

Os intelectuais orgânicos estabelecem o nexo entre infraestrutura e a superestrutura. Dessa maneira, a configuração de um determinado bloco histórico, num dado momento, guarda estreita relação com a ação dos intelectuais, que repercute diretamente no movimento da infraestrutura e da superestrutura, havendo, portanto, uma interferência do intelectual orgânico no mundo da produção, por meio das consequências políticas do seu trabalho. (PINTO, 2003, p.184).

A apresentação destes dados norteou e demonstrou que a preocupação da autora na década de 1980, foi primordial para que se popularizassem tais dados, levando-se em consideração a gravidade e urgência do assunto.

Em contrapartida, José Barbosa da Silva Filho (2006) no livro: “O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira” analisou a questão profissional, sob prisma da educação, através da pesquisa com as discentes e docentes da ESS-UFF, que revelou que tanto os estudos quanto as publicações da instituição e de outras (já explícitos acima, em Eurico, 2011) são reduzidas e/ou quase inexistentes.

As alunas do 9º período da ESS-UFF, a exemplo do estudo de Pinto (2003), demonstraram total desconhecimento sobre assuntos envolvendo o Serviço Social e a questão étnico-racial. Ao questioná-las se já sofreram ou presenciaram ações discriminatórias e/ou preconceituosas contra negros, Silva Filho (2006, p.77),

informou que entre elas, a opção não foi selecionada por 15, sendo 35,9% das discentes, emitindo que 22,2% eram pretas, 10 ou 43,4% brancas e 3, ou seja 20% pardas; e, em relação a positiva: SIM foram 32, expressando 68%, e que destas 7 ou 77,7% eram pretas, 13 ou 56, 5% brancas e 12 ou 80% eram pardas.

Ao questioná-las se achavam interessante a introdução de matérias sobre a História e Cultura Negra na graduação, “[...] 38 (80,85) das/os graduandas/os responderam SIM, compartilhado por 9 ou 100% das/os formandas/os pretas, 18 ou 78,26% das/os brancas/os e 11 ou 73,3% das pardas/os.” (SILVA FILHO, 2006, p.78).

Quanto ao grau de conhecimentos sobre a questão do negro na sociedade brasileira, através de temas ligados a: História da África, Teorias Raciais, Democracia Racial, Teoria do Branqueamento, Cultura Negra, Religião Afro-brasileira e Racismo/Preconceito/Discriminação (SILVA FILHO, 2006, p.80-81), concluiu que:

[...] o desconhecimento dos conteúdos que dizem respeito a questão do negro na sociedade brasileira pelas/os graduandas/os em Serviço Social é muito alto. Apenas 14,89% das/os formandas/os disseram dominar os conteúdos considerados básicos para dotar os/as Assistentes Sociais de uma autonomia, que os auxilie na intervenção junto aos seus usuários e que também venha a preencher o vácuo deixado pela escola na transmissão de conhecimentos que faça os alunos aceitarem a alteridade como norma no processo de interação social entre os seres humanos, independente da cor da pele. Mas para que isto aconteça é necessário que esses conhecimentos sejam integrados na grade curricular e/ou, pelos Professores, entre os conteúdos programáticos do curso de graduação em Serviço Social. (SILVA FILHO, 2006, p.81-82).

Em virtude dos dados compactuados, admite-se que existe uma situação de conforto e desconforto entre os adeptos e não adeptos das ações afirmativas. Observa-se que tais concepções críticas e céticas sobre a situação do negro na sociedade estão consignadas à estrutura formativa em todos os níveis educacional, inclusive superior. Logicamente, que se lançaram as sementes, devendo os frutos ser colhidos tempos depois. Assim, é semear (difundir conhecimentos) nos cursos de graduação, visando enriquecer a bagagem teórico/prática dos alunos, para atuarem com as demandas, especificidades e prevenções.

Neste ponto, as pesquisas convergem-se entre si, apontando que não será um “atuar por atuar”, mas uma prática interventiva que esgote todas as

possibilidades para inseri-los nas políticas de atendimento, visando à aplicabilidade, garantia dos direitos e justiça sociais aos negros urbanizados, razão deste estudo.

Preocupado com o desinteresse pelo assunto, o estudioso agora passou a questionar os docentes da ESS-UFF, assim a contraposição entre o aluno em formação *versus* docentes formados (ou seja, que passaram pelos “bancos” das universidades). As perguntas objetivaram saber a opinião dos docentes sobre as políticas sociais que visem dar autonomia de trabalho aos assistentes sociais para intervir contra ações preconceituosas contra afro-brasileiros (SILVA FILHO, 2006).

Os professores revelaram sobre a importância do conhecimento das teorias raciais pelos profissionais, sendo estes estimuladores e/ou desestimuladores das ações discriminatórias. Dentre as respostas, apontar um deles que “[...] a falta de reconhecimento do negro como portador de cultura implica no reforço do preconceito. Sempre foi uma história de branco, sempre num olhar estrangeiro e um olhar estrangeiro preconceituoso.” (SILVA FILHO, 2006, p.83). Este docente foi muito feliz em suas colocações, ao dizer que é uma história de branco, contada pelos brancos. Então, foram estes brancos formadores de opiniões que introjetaram uma histórica eurocêntrica “branqueada/híbrida”, que agora pode ser contada/entoada por homens negros, sob o prisma do Continente Africano, como exposto no primeiro capítulo deste estudo.

Outro entrevistado declarou que mesmo tendo trabalhado com mendigos negros e brancos, nunca havia pensado no problema, somente na pós-graduação, no curso de Mestrado mergulhou em estudos que o levaram a repensar o Brasil e as questões étnicas (SILVA FILHO, 2006).

De acordo com Silva Filho (2006), outro professor descreveu que é papel do Serviço Social lidar com várias questões, entendendo que não devemos desagregar o negro deste contexto. O docente entrevistado respondeu que:

As/os Assistentes Sociais tem uma dimensão política muito grande na sua atuação. É que ele lida no campo dos valores, no campo da cultura, ele trabalha com a linguagem então eu acho que realmente é uma lacuna que precisa ser preenchida. (SILVA FILHO, 2006, p.84).

Neste episódio defendido por Silva Filho (2006) em que acredita no posicionamento político do Assistente Social, ele pode ser considerado uma alavanca panorâmica para o aviltamento do atendimento à população descendente

dos povos advindos da África. Neste âmbito, prosseguiremos com este debate e descrições consoante estudo recente Conceição (2014), em que figura uma teia de compreensões e apreensões que proclama o assistente social, através de suas atribuições privativas, a adotar esta causa, tão justa, humana e, enfim: brasileira. Ora, muitos dos nossos usuários do Serviço Social são um cadinho africanos, e um bocadinho brasileiros...

Renata Maria da Conceição (2014) formada pelo Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) contou em: “A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o Serviço Social” que a faculdade segundo os objetivos do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) passou a ofertar em 2010, o curso de Serviço Social noturno, que demandou mudanças que objetivavam dar qualidade a graduação.

Alertou para o fato de que em 2009 ocorreu uma revisão do currículo, na expectativa de atender as demandas que são impostas no cotidiano, através da formação generalista e crítica (CONCEIÇÃO, 2014).

Agora, pôde-se rever e prever outros conteúdos que abarcam as reais necessidades dos usuários em risco pessoal e social, concentrando as disciplinas e atividades extracurriculares num eixo central, segundo as bases teórico-metodológica e ético-política, passou a oferecer no 8º semestre da graduação a matéria optativa “Gênero, Raça/etnia e Política Social” (CONCEIÇÃO, 2014), porém com a não obrigatoriedade da disciplina ocorre a fragilização da “[...] formação profissional do assistente social, posto que para entender a realidade social brasileira, é necessário compreender a formação da questão racial no país.” (CONCEIÇÃO, 2014, p.100).

Todavia, a exemplo dos autores apresentados nas linhas acima, a autora da obra Conceição (2014) também se preocupou em estudar o contexto histórico, as teorias raciais, acrescentando dados sobre as políticas públicas atuais, se firmando enfim, em delimitar o mesmo caminho: a qualidade da formação do assistente social e a necessidade que esta abarque a questão racial/étnica.

Neste contexto, destaca-se que os negros estão na fronteira dos direitos, sendo contidos e abatidos a cada perseguição e/ou violência configurada nos cenários sociais desse país. Entretanto, para entender as estreitezas destes caminhos que os separam das vias de acesso aos direitos, que se reforçam através

do Estado neoliberal, prevê-se a introdução de ações que produzam e reproduzam diretivas para a formalização das lutas e movimentos sociais pelos afro-brasileiros.

Similar a Silva Filho (2006), ela também se deteve na visão dos estudantes sobre a questão étnico-racial como expressão da questão social. Obteve os dados de que maioria estuda no período noturno, sendo que “[...] 52% (12) alunos se declaram pardos, 31% (7) se consideraram brancos, 17% (4) afirmaram serem pretos e nenhum se declarou amarelo [...]” (CONCEIÇÃO, 2014, p.103).

Em atenção à compreensão sobre discriminação, dois alunos conseguiram aproximar-se do conceito de racismo e discriminação. (CONCEIÇÃO, 2014). Quanto às formas de ingresso no curso: “[...] 74% (17) disseram não ser cotistas, enquanto que 26% (6) afirmaram que ingressaram na UNB por meio de cotas raciais.” [...] (CONCEIÇÃO, 2014, p.105).

A maioria disse que se formaram no Ensino Médio na rede pública de educação. Quanto a Lei n. 10.639/2003, somente 35% a conhecia, sendo que o restante, ou seja, 65% (15) responderam que a desconheciam (CONCEIÇÃO, 2014). Para a autora, esses dados comprovam a perpetuação da educação acrítica, oriunda da cultura elitista. Já, quanto ao acesso ao ensino superior público, indagou-se se é monopólio de brancos, em que 78% (18) confirmaram que sim e, 22 % (5) disseram que não compreendem desta forma (CONCEIÇÃO, 2014, p.107).

Segundo Conceição (2014), os negros sofreram com a precarização do ensino, fato que adentrou as famílias de classe média que em vulnerabilidade econômica, buscaram a formação em instituições superiores privadas de baixa qualidade, dificultando sua entrada no mercado de trabalho.

Apreende-se que o mercado e o comércio interno/externo brasileiro se formou sob o prisma da “abolição”. Assim, emerge-se um capitalismo retrógrado que se fundiu a não resolutividade da condição subalterna e invisível do ex-escravizado. Então, compreende-se que a expressão da questão social no caso brasileiro, também oriunda da relação capital *versus* trabalho, devido ao volume de negros “libertos”, que foram entulhados, aquém a esta necessidade, fato apreendido em face dos traços fenotípicos, ou seja: a questão racial.

Todavia, em relação à questão racial nas instituições de ensino, especificamente na graduação em Serviço Social, apontou que apesar das manifestações do CFESS em 2010 (citado neste tópico) e da ABEPSS ter o grupo

de estudo “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça /Etnia, Geração, Sexualidades” (CONCEIÇÃO, 2014) as considera inexpressivas.

Assim, mediante a complexidade da temática, os dados expressos a partir de estudos recentes e relevantes, indaga-se: devemos ou não devemos introduzir o assistente social no âmbito desta pesquisa? Ele (o profissional) deve e/ou não deve se “intrometer” nesta questão? É seu dever profissional? O que fazer, então? É a assistente social e catedrática Elisabete Pinto (2003, p. 28), que nos responde:

Uma vez em que o racismo e o preconceito fazem parte das relações de dominação e exploração, é o assistente social – que tem como principal função trabalhar as relações sociais através de uma ação educativa, visando a consciência e à participação – um profissional indispensável para a eliminação das situações de discriminação em que vivemos.

Ao término desta longa exposição, em que procuramos destacar a importância do assistente social para a questão racial, alinhavamos a tais dados a operacionalização da política pública de Assistência Social. Desta forma, entre convergências e divergências, devemos intrometer sim neste assunto.

3.2 Perspectivas: a operacionalização da Política Pública de Assistência Social

Os assistentes sociais, apesar de pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente. (IAMAMOTO, 2004b, p.80).

Neste tópico em que se falará sobre as perspectivas da operacionalização da política pública de assistência social, procuraremos dar a conhecer os principais temas que redundam tal contexto, na intenção de demonstrar como decorre o atendimento ao usuário do Serviço Social brasileiro.

Ao darmos o pontapé inicial a este assunto, que consideramos extremamente relevante para a produção de conhecimento especificamente sobre os negros brasileiros, para tal, apontaremos o significado da palavra: “operacionalizar”, que para Borba (2004, p.993), significa: “[...] pôr em operação; tornar operacional; realizar [...]”. Partindo desta explicação, indagamos: Como colocar em prática a política pública de assistência social? Enfim, como torná-la e/ou como efetivá-la/implementá-la?

Conforme descrito no segundo capítulo desta tese, a assistência social adotou o teor de política pública a partir da Constituição Federal de 1988, quando naquela época, os brasileiros saíram às ruas em busca da garantia da tão sonhada seguridade social e, afins.

Em defesa do “sonho”: enfrentar ou esperar? Obedecer ou contrapor? Entre o teor, entre ter voz e poder transformar o mundo, emerge os movimentos e lutas sociais, que concretizou a formalização da Constituição Federal de 1988. Este documento veio com poder transcendente, irradiando ao povo as decisões que são emanadas no contexto político, econômico, cultural, educacional e social.

Contudo, infelizmente o mundo do trabalho sofreu nas décadas 1970 e 1980 uma grande reversão no modelo de produção, que é profundamente cooptado pelo modelo japonês, de acordo com o padrão tecnológico editado pela revolução da microeletrônica (BEHRING, 2001, p.109). A autora o decodifica, como: “[...] a chamada produção flexível, que altera o rígido e padronizado padrão fordista [...]” (2001, p. 109). Visando o barateamento e o lucro, as empresas passam a: “[...] terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes com perfil semi-artesanal e familiar.” (BEHRING, 2001, p.110).

Este fato junto à globalização da economia levou a proliferação da tecnologia e automação que “jorrou” pelos muros das fábricas um montante de funcionários que passaram a adensar o mercado industrial de reserva, gerando o desfalecimento de muitas conquistas do operariado europeu. Nesse cenário:

Essa inflexão responde pela recomposição do processo de acumulação - seja na esfera da economia, seja na da política - incidindo diretamente na reestruturação dos capitais, na organização dos processos de trabalho, na organização dos trabalhadores e no redirecionamento da intervenção estatal que, sob a batuta do capital financeiro e das ideias neoliberais, constrói novas estratégias de relacionamento entre o Estado, a sociedade e o mercado. (MOTA, 2006, p. 2).

Entretanto, a Carta Magna Federal chegou junto à globalização e ao neoliberalismo, que esfacelaram com os habitantes dos países periféricos, que passaram a ser reduzidos a uma massa humana desprezada e banida, segundo a crise do Estado providência vivenciada na Europa, que descaracterizou o Estado de Bem-Estar Social.

Nesse contexto, na década de 1990, profere-se que a economia neoliberal, enunciou transições na esfera produtiva, gerando tensões e balizamentos

na realidade social, na vida dos trabalhadores, que por força destas contradições sofrem com a dinastia enunciada pelo Consenso de Washington.

Isso explica que a idealização do neoliberalismo representou um sério entrave para a formalização dos direitos sociais no Brasil. Por quê? Lesbaupin (2000, p. 21) explica que o neoliberalismo se evidenciou durante a crise dos anos 1970, que fez regressar o “velho”, mas “novo” liberalismo. Ele chegou para derrocar com o Estado intervencionista. “Assim, Estado mínimo e mercado máximo se tornaram as palavras de ordem na política mundial [...]” (LESBAUPIN, 2000, p.21). Adotamos o apontamento de Lesbaupin (2000, p.20) para explicar o conceito de neoliberalismo, como:

[...] a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal (Estado mínimo), desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e redução da proteção social [...].

Assim, as palavras citadas acima, sendo: força de mercado, privatização, propriedade privada, fragilização/diminuição da proteção social passam a ser o lema dos capitalistas centrais, que procuravam frear com o desenvolvimento humano e social dos países periféricos, inclusive do Brasil. Neste âmbito, a carta constitucional torna-se algo quase impossível, pois se formou um confronto entre: imposição de direitos e instauração dos ideais neoliberais.

Logo, em tempos contemporâneos, em que se impera a economia em detrimento ao social, este fato adensa as sequelas deste drástico cenário devido ao aumento da camada populacional empobrecida, que “depende indistintamente da assistência social”, que mediante sua situação, tanto faz se assistencial e/ou na perspectiva do direito, que se firma na formalização da seguridade social.

Fizemos estes apontamentos para entendermos a crise econômica que se instaurava em nível mundial e nacional, no momento em que se aprovou a CF (1988). Deste modo, a partir desse conjunto de informações e acontecimentos contemporâneos, surgem dois apontamentos: como pensar na legitimação da garantia à seguridade social no Brasil? E, a política de assistência social?

Mota (2006, p. 2), responde que no caso brasileiro houve a necessidade de se adequar a crise, iniciada pela acumulação capitalista, através de:

[...] parcerias comunitárias e/ou com ONGs, a necessidade de focalizar a aplicação dos recursos nos mais pobres, os subsídios à demanda sem ampliação dos serviços públicos, o trabalho com a própria comunidade e a meta de dotar as iniciativas de auto sustentabilidade.

Transferindo para a fórmula capitalista de raciocinar e vislumbrar a sociedade, sempre encontraram “saídas” através da exploração e abnegação, e quem perde nesta “estratégia” é sempre aquele em miserabilidade. Conforme entendemos pelo estudo de Mota (2006), estas pessoas tornam-se unicamente usuários eleitos e mandatários dos programas de assistência social.

Outro imbróglio apontado por Behring (2011) é que o modelo econômico vigente prejudicou os movimentos sociais, fato advindo dos desempregos e subempregos, que provocaram certa inércia nas organizações sindicais. Para a autora, com as precarizações expostas, a consciência de classe⁷⁵ é estagnada, devido ao aumento da pressão econômica advinda do novo modelo de produção que gerou uma demanda acentuada de desempregos, enfim, pela sobrevivência, a disputa por uma vaga de emprego torna-se acirrada.

Todavia, ocorrem algumas incoerências, em decorrência do contexto histórico vivenciado, em que a Constituição de 1988 previa e prevê a descentralização das atribuições e discussões para as cidades, que não se encontram recebendo repasse de recursos suficientes para a manutenção das políticas locais, fato que se agravou com a Lei de Responsabilidade Fiscal (BEHRING, 2011).

Os discursos e justificativas do Estado são que existem recursos, porém o problema está no ingerenciamento dos programas sociais, que mediante o atual modelo econômico as políticas sociais em pauta são inferiorizadas, ocorrendo também a premente privatização das ações públicas relacionadas à seguridade (BEHRING, 2011).

Na assistência social, considerando o perfil dos usuários, este processo tem uma manifestação mais sutil: repasse de serviços para ONG's e

⁷⁵ “É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrarias, racionalistas, ‘desejadas’. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrarias’, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc.” (GRAMSCI, 1978 p. 62-3 apud BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 83). A partir desta citação, compreende-se que a consciência de classe está relacionada à ideologia que “direcionará” e/ou “propagará” entendimento aos outros homens, construindo a possibilidade da obtenção da consciência e, juntos (a massa) lutarem por algum interesse coletivo.

congêneres, acompanhado de subsídios fiscais e o incentivo ao voluntariado. (BEHRING, 2011, p.57).

À guisa dos estudos de Mota (2006) e Behring (2001 e 2011) entendemos a exemplo de outros contextos históricos, que a desvantagem econômica expeliu fragmentos que destruíram vidas e suas nuances. Deste modo, especificamente no caso brasileiro, a política de assistência passa a ser prestada pelo terceiro setor e/ou no âmbito dos CRAS e CREAS (estrutura física de operacionalização do SUAS). Afinal, nossa preocupação é com a qualidade dos serviços prestados nessas instituições, se contemplam um viés político que irradie ações que procurem emitir a transformação social aos usuários do serviço. Assim:

As instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade. (FALEIROS, 1993, p.31).

É nesta relação estabelecida no meandro das instituições, entre o Estado e a sociedade civil que o profissional irá estipular e fundamentar sua prática profissional. Neste contexto, surgem expectativas aos direitos mais elementares que se integram às políticas públicas de atendimento. Neste âmbito, articula-se o projeto da instituição aos usuários que na maioria das vezes prevê e/ou não prevê socializá-los e integrá-los à realidade social premente. Estes fatos estão atrelados a filosofia das gestões a nível federal, estadual e municipal que geram certas inquietações, como: - Discutem-se mudanças? É uma gestão que se fundamenta na filosofia democrática, que busca autonomia do usuário da política de assistência social?

Entretanto, explicita-se que (ela, a prática do assistente social) não deverá ser ilusória, mas visionária, podendo prever alternativas e garantia aos sujeitos históricos e políticos na perspectiva de reescrever outra história aos cidadãos. De que forma?

É nas instituições e/ou espaços sócio-ocupacionais que a operacionalização da política pública de assistência social será executada e implementada, porém precisa-se se pensar no norte, na diretiva e contexto em que se inserirá. Arraigada na velha hipocrisia e/ou na nova lógica e dinamização de política pública, em que todos estão inseridos, como portadores de direitos, como demanda e nos informa a LOAS (1993)?

Tal situação prende-se, em certos desafios, nos eminentes encontros e desencontros dos gestores que encabeçam a administração e enfim, a operacionalização da ação que ora expomos. Em suma, endossam e/ou obstruem com os direitos dos cidadãos brasileiros em situação clemente, os lesados dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais? “O formato burocrático e as fontes de financiamento dos programas sociais permitem conhecer a direção que o Estado dá ao gerenciamento das forças de trabalho.” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK, 2007, p.79).

Rosana Morgado (2011) considera, que é de suma importância qualificar-se os gestores e quadros técnicos para melhorar a implementação dos SUAS nos espaços sócio ocupacionais. Para conhecimento, a Munic (2009)⁷⁶, apontou que: “[...] entre os 41,1% gestores municipais que possuem nível superior, a maioria (29,6%) é assistente social, seguidos pelos/as pedagogos/as (21,7%) e outras profissões (22%) [...]” (BOSCHETTI et al., 2011, p. 2). Então:

A qualificação para o uso dos instrumentos de gestão apresenta-se como estratégico na superação do imprevisto e de conquistas políticas pontuais. Aprimorar o conhecimento sobre a realidade e subsidiar de modo qualificado as demandas identificadas no campo da assistência oferecem maiores chances para garantir a continuidade e a qualidade de projetos e programas sociais. (MORGADO, 2011, p.22).

Neste enfoque, os gestores deverão estabelecer uma linha de gerenciamento não se esquecendo de sua própria qualificação e do quadro de profissionais, tendo como meta a construção de uma política que atenda a demanda, segundo o caráter democrático e cidadão, emanado na CF (1988), que assim definiu a seguridade social brasileira, ou seja, em específico a assistência social.

A partir das leituras realizadas sobre o assunto, compreende-se que para não ocorrer desastres e desacordos na prestação dos serviços sócio assistenciais, será primaz ocorrer-se a fusão entre o quinteto: política de assistência social, profissional assistente social (trabalhadores do SUAS), gestão, financiamento e controle social. Todavia, os dados obtidos sobre a operacionalização do SUAS indicaram para esse entrosamento, que se inexistente, deságua ações ineficazes,

⁷⁶ “A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.” (IBGE, 2014).

desprezíveis para os cidadãos oprimidos pelo sistema vivenciado.

Observar, analisar, avaliar, discutir, coletivizar, sociedade civil, enfim: participação popular/controle social... Estes termos são obrigatórios, deste modo, os atendimentos não deverão ser metaforizados e, nem meteóricos, mas efetivos, universalizados, segundo a perspectiva das normativas que regulamenta a política.

Dentro do processo da política pública, a assistência social passa a ter claramente definidos seus objetivos, seu marco jurídico e seu campo de atuação. Também passa a explicitar seu planejamento e o modo de organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários à sua execução. (STUCHI, 2012, p. 178).

Um dos aspectos mais importantes para a realização de uma política pública é a forma de financiamento.⁷⁷ Ou seja, como serão providos, distribuídos e aplicados os recursos necessários para a sua e regiões abrangidas de forma equivalente, respeitando suas diversidades execução. É um processo que deve acontecer de maneira transparente – com prestação de contas à sociedade – e contemplando as [...]. (RIO DE JANEIRO, [2015]).

A política pública de assistência social, enquanto função social e política degenera-se, quando os itens contemplados se desintegram no desenrolar da operacionalização, implementação e execução das ações, que visam formalizar a

⁷⁷ O financiamento na política de assistência social tem gerado inúmeros debates e publicações, visto que na contemporaneidade, junto à crise que solapa com países periféricos, as vulnerabilidades sociais tornaram-se mais evidenciadas. Por este fato, apontaremos dados específicos sobre o assunto, como decorre esse repasse? Behring (2011, p.58) destaca que as fontes de Orçamento da Seguridade são: “Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL); Arrecadação Previdenciária Líquida; Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Outras receitas do INSS; Concurso de Prognóstico; Receita Própria do Ministério da Saúde; e Outras Contribuições Sociais”.

Para autora, mediante a legalidade, pouca coisa mudou na área da assistência social, porém em se tratando do financiamento, explicou que ela não está vinculada a contribuições e as entidades privadas que oferecem programas não podem obter lucros. Descreveu que houve inovações importantes, relacionadas a LOAS, através da descentralização, proposição dos conselhos, que são espaços de controle social, onde se pode discutir o direcionamento da política. “[...] Pelos conselhos são aprovadas as medidas substantivas da Assistência Social: os planos (a política, no caso nacional) e as propostas de orçamento para os fundos, bem como seu Plano de Aplicação e Prestação de Contas ou Planilha de Gastos.” (BEHRING, 2011, p. 62).

Observa-se que a política de Assistência Social ainda é vista sob o prisma clientelista da política partidária deste país. Muitos entraves financeiros rebatem no atendimento ao usuário. Partindo desta peculiaridade, a PNAS propõe: “[...] que o financiamento tenha como base os diagnósticos sócio-territoriais, apontados no SUASWeb, tendo em vista articular as necessidades às demandas; fixar valores per captas com base nas necessidades da população e capacidade instalada em serviços complementares e hierarquizados conforme seu nível de complexidade, estabelecendo pisos de atenção; ter maior articulação com o Legislativo no sentido de direcionar as emendas parlamentares para as necessidades da política; buscar a vinculação constitucional de recursos para a área; superar definitivamente o modelo convenial, adotando o repasse de recursos fundo a fundo, propondo para isso uma nova Norma Operacional Básica; acompanhamento do ciclo orçamentário nos vários níveis da federação para assegurar recursos a área.” (BEHRING, 2011, p. 64).

seguridade social aos brasileiros. No entanto, configura-se a importância da cadência e da hierarquia entre as normativas, que regem este contexto. Assim, o SUAS, deverá se respaldar nas preconizações da LOAS, que é uma reprodução da CF (1988) (especificamente no capítulo reservado a seguridade social). Endossa-se então, que a PNAS é a política que alicerça, nutre, legaliza e padroniza os direitos à política de assistência social. Todavia: como celebrá-la?

Em sintonia com os dados apreendidos não devemos esquecer-nos da rede de proteção social. O que somos sem ela? Seria como um automóvel sem o motor, que na ausência deste ficaria inerte e fixo ao local onde se encontra. Deste modo, o quinteto precisará de uma rede perene, construída com ética e responsabilidade ao outro, ao cidadão brasileiro. Segundo Morgado (2011, p.25) “Identifica-se, nesta proposta, um veio fecundo para o desempenho dos CRAS na construção e na consolidação de uma rede de proteção que transcenda o campo da assistência, tendo como referência principal as demandas municipais [...]”

Porém, a autora segue explicando que existem vários itens que prejudicam a realização da diretriz, sendo o número precarizado de trabalhadores, salários baixos, a ausência de vínculo com as famílias (o número não corresponde aos profissionais existentes), reduzidos instrumentos de informática e a necessidade dos técnicos coadjuvarem os programas sociais executados (MORGADO, 2011).

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2005), a celebração decorrerá no âmago dos territórios, sendo considerado que é nos contextos sócio espaciais municipais que os protagonismos acontecem. Neste cenário,

[...] a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através de políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (BRASIL, 2005, p.44).

Logicamente, que o impacto positivo que gere condições qualitativas de vida à população usuária do serviço, dependerá da horizontalidade da aplicabilidade dos recursos federais, estaduais e municipais. Todavia, destaca-se que a PNAS (2004) (BRASIL, 2005) é clara em apontar que a descentralização será fortalecida na prevalência e instituição da intersetorialidade. Este enunciado, nada mais é que a previsão da formalização de uma rede de serviços socioassistenciais mútuos e recíprocos nos recortes espaciais.

Ademais, ainda se expõe que a assistência social é operacionalizada a partir do “olhar” e regras do conselho e, consecutivamente do controle social, que é formado pelos interessados (sociedade civil e representantes das esferas executivas) na otimização dos recursos públicos, que nada mais são que resultantes dos impostos, que levam uma parcela considerável dos ganhos dos brasileiros.

Dito isto, precisa edificar-se um panorama de atendimento a partir de uma teia de compreensão, extremamente organizada, mediante uma rede de recursos de proteção social, humano e financeiros que alavanquem o desenvolvimento social, político e cultural dos habitantes do território, prevendo sua pertença e agregação aos demais contextos da cidade. Este registro congratula a vertente da operacionalização da política pública de assistência social.

Assim, a operacionalização da política de assistência em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (BRASIL, 2005, p.44-45).

A imposição da rede de atendimento nos territórios precisa romper com velhos paradigmas ditos acima, que existindo asseverações disparam para a deflagração de ações políticas que contraponham com tal informação. Não obstante, as instituições sociais ainda encontram-se impregnadas por gestores adeptos ao pensamento clientelista, assumidos através de políticos populistas. Isto torna um entrave, atravancando com o andamento da prática interventiva dos assistentes sociais, que tem como propósito profissional, a busca pela garantia dos direitos sociais aos usuários e que estes sejam compreendidos e entendidos nas suas peculiaridades, sejam: étnicas, culturais, filosóficas e educacionais.

Denise R. Arruda Colin (2012) nos ensina que a gestão e o financiamento da assistência social transitam entre o público e/ou privado; entre governamental e o não governamental; enfim entre o conservador e o contemporâneo, que compreende a perspectiva do atendimento universal, atrelado ao CNAS e seus intentos. No entanto, para a autora:

Observa-se, portanto, que nesse enredo há tensões. De um lado, as prerrogativas constitucionais da Política de Assistência Social, com primazia da responsabilidade do Estado e especificidade na atuação junto à população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, tendo por funções fornecer proteção social, por meio das provisões sócio assistenciais, assegurar direitos sócio assistenciais e promover a vigilância social. De outro lado, o entendimento tradicional, vinculado ao histórico da prática conservadora assistencial, calcada na filantropia, na benesse e no clientelismo que ainda permeiam tal política, tendo como parâmetro o imperativo neoliberal de Estado mínimo, que propõe a privatização das ações executadas pelas políticas sociais públicas e, no caso em tela, a refilantropização da assistência social que se mostram acopladas com a herança patrimonial. (COLIN, 2012, p.197).

Entende-se que a proposta imposta pela LOAS (1993) e, suas respectivas normativas se tornam efêmeras diante das preconizações entre o pensamento conservador e o contemporâneo. Deste modo, ainda se analisa e pensa a assistência social como algo paliativo e solidário, destinado como ajuda e favor. Neste âmbito, o público terceiriza e/ou privatiza o atendimento ao usuário, que se não operacionalizado adequadamente perde os objetivos e direitos preconizados na CF (1988), tornando-o uma mera “mercadoria”, como requer o “jogo neoliberal”.

Percebe-se com a leitura de Colin (2012), que a forma de conduzir a assistência social tem seu ranço no traço histórico conservador e patrimonialista e não no entendimento de esfera pública, conotando-se somente como um favor. Mediante isso, a ação é dissimulada para atender aqueles em extrema pobreza, perdendo a força de política pública. A política de assistência social continua a se estabelecer consoante o favoritismo político, que prevê somente a economia, a acumulação capitalista (COLIN, 2012).

A assistência social é pública, de notória competência em perpassar os serviços, como demanda a LOAS, signatária da CF (1988). Assim, a coordenação, operacionalização dos serviços sociais são oferecidos em âmbitos público e privado (nas ONGs, entidades filantrópicas), enfim pelo terceiro setor, sendo implantados e supervisionados, segundo o que prevê o SUAS.⁷⁸

Para Faleiros (1993) as instituições tanto a distância quanto em seu interior podem apresentar-se como mecanismos reguladores das crises do desenvolvimento capitalista. Longe pode compensar desequilíbrios e internamente vincula-se ao processo político global que rege a acumulação do capital.

⁷⁸ A operacionalização do SUAS ocorre no interior dos CRAS e CREAS, que são responsáveis pelas disseminações das articulações com a rede protetiva, seja em âmbito público ou privado (nas ONGs, entidades filantrópicas).

O modelo estabelecido pelas instituições sociais denota o caráter e os objetivos a serem atingidos, inclusive o de escamotear as vulnerabilidades, provocando a inércia temporária ou definitiva de seus atendidos. De acordo com (FALEIROS, 1993, p.32): “A face humanista esconde também o uso da violência, pela busca do consentimento, da aceitação, numa série de mediações organizadas para convencer, moldar, educar a compreensão e a vontade das classes dominadas.”

Deste modo, fundamenta-se na dupla funcionalidade, ou seja, para garantir direitos e/ou velá-los. Ainda mais, Faleiros destaca que as ações humanas e solidárias podem camuflar e/ou amputar a autonomia dos atendidos. Ademais, o profissional assistente social mediante o projeto ético-político que prevê a transformação social do usuário, irá se nortear na perspectiva da mudança, do desenho de outro quadro social destas famílias. De um quadro onde todos estejam inseridos em políticas sociais públicas que contemplem práticas que reconheçam a diversidade, pluralidade e igualdade de seus protagonistas.

A contento, a pintura deste quadro dependerá de materiais e de instrumentos altamente confiáveis e de qualidade. Como? A metáfora utilizada procurou expressar uma realidade social que depende do encadeamento dos recursos humanos existentes nas instituições públicas que oferecem serviços sociais, explicando que o profissional assistente social é adepto à prática fundamentada na perspectiva das dimensões: ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. Para lamamoto (2014, p.611): “O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [...]”

Nesta construção lógica, montando e (re)montando este quebra-cabeça que se formou, ao se concluir que o assistente social é um dos elementos centrais da operacionalização da política pública de assistência social, nos prenderemos na formação profissional. Espera-se, que ao final do curso de Serviço Social, o bacharel assumira um compromisso ético e crítico da realidade social, onde os usuários estão inseridos. Todavia, que se estabeleça um elo vigoroso entre: formação profissional, prática profissional, grade curricular/projeto pedagógico, supervisão acadêmica e supervisão de campo. Ou seja, a desarticulação e/ou desprendimento de qualquer uma dessas “argolas”, ao romper-se o elo, o resultado será uma formação precária,

sujeita a ser revista por aqueles que encabeçam as coordenações acadêmicas dos cursos regulares em Serviço Social.

Finalmente, no campo da formação profissional, no contexto do ensino de graduação, é possível observar dois centros de tensão que se vinculam à coexistência de duas orientações para o processo formativo, expressas na definição e nas inter-relações da supervisão de campo e de supervisão acadêmica. Quanto às orientações do processo formativo, o campo do debate e da capacitação para a dimensão técnico-operativa revela o confronto entre um projeto de formação profissional generalista e um projeto de formação especialista [...]. (MIOTO; LIMA, 2009, p.32).

Marilda Iamamoto (2004a) destaca que a formação profissional deverá estar conectada aos acontecimentos, aos fatos a nível mundial e nacional, visando à obtenção de uma prática centrada: “[...] que dispõe de particularidades na divisão social e técnica do trabalho coletivo - e requer fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética e a formação de habilidades densas de política [...]” (IAMAMOTO, 2004a, p.9)⁷⁹.

O atendimento, a intervenção em si, não deverá ser padronizado, desvinculado dos reais objetivos, normativas e projeto ético-político da profissão, levando-se em consideração suas bibliografias, legislação e instrumentais técnico-operativos. Assim, é impossível utilizar técnicas e pareceres similares, pois cada caso é um caso, e merece ser: entendido, compreendido, analisado distintamente. A seu modo, não se deve confundir a prática para o usuário na instituição, com a institucionalização da profissão⁸⁰ e/ou práticas institucionalizadas no cotidiano de trabalho, que possam torná-la banalizada. (MIOTO; LIMA, 2009).

Compactuando da importância da prática profissional para o bom andamento da operacionalização do SUAS, ao ler e reler sobre as mudanças ocorridas na sociedade que muito interferiram no cotidiano de trabalho do assistente social, dialogamos com o estudioso Paulo Netto (2006), para sabermos qual caminho seguir. Ele alertou para o fato de a prática estar amparada no Código de Ética, enfatizando que para tal existem duas cláusulas relevantes, sendo que a primeira destaca que os projetos profissionais vislumbrem somente a questão que envolve intrinsecamente valores éticos e o segundo, que os “[...] elementos éticos de

⁷⁹ Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário.

⁸⁰ A questão levantada em que a prática do assistente social pode tornar-se institucionalizada foi suscitada e descrita por Mito e Lima (2009, p.30).

um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais [...].” (PAULO NETTO, 2006, p.8).

Nessa linha de raciocínio, de que precisa existir na rotina de trabalho, no processo interventivo, a fusão entre a postura ética voltada aos valores morais e os valores políticos; como ensinado por Paulo Netto (2006) expõe que isto está relacionado à bagagem formativa. Como? A formação é um processo de construção de conhecimento. Ora, é este roteiro educacional que direcionará a prática vindoura, se na perspectiva da “libertação” e/ou da acomodação. Para tanto, discorre-se que se trata de uma construção de conhecimentos permanentes; construção que não se finda nas aulas de graduação, pós-graduação: *lato sensu* e *stricto sensu*. Ora, entende-se que estes são apenas norteadores, pois a aprendizagem é dinâmica/rotativa, devendo ser buscada a cada dúvida surgida. Além do mais, o usuário também é um transmissor de conhecimento que precisa ser valorizado em seu espaço territorial, mediante sua cultura e valores tradicionais *versus* contemporâneos.

A formação profissional, onde se adquire um dado conhecimento capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional. Somam-se a ela – ou a ela se contrapõem – as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação formal e informal, pelos meios de comunicação, pelas religiões, pelo senso comum. É o conjunto de tais manifestações culturais e conhecimentos que forma os hábitos e costumes que a educação formal pode consolidar ou não. (BARROCO, 2009, p.14).

Entretanto, de acordo com os dizeres de Barroco (2009) se oferecermos uma formação de qualidade, a bagagem cultural absorvida no cotidiano pela educação informal será determinante para o a ação interventiva, pautada num discurso político lógico e coerente, que respeite a diversidade e a pluralidade.

A prática para o usuário deverá ser postulada com base em um projeto profissional que o atenda, mediante a conjuntura histórica, política, cultural, econômica e social. Assim, não se deve institucionalizar a profissão, torná-la algo endógeno, sem criticidade, atendendo as desregulamentações aparecidas no contexto neoliberal, onde não se considera o sujeito, enquanto ser histórico e político, o singularizando, desprezando a avaliação macroestrutural, da coletividade. Para lamamoto (2004a, p.3):

A contrapartida tem sido a difusão da ideia liberal de que o 'bem-estar social' pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais.

São respostas que pretendemos destacar nas próximas linhas deste subitem. E adiantando-se, afirmamos que todas estas observações estão ligadas especificamente em estudar a condição do negro para a política pública de atendimento na área da assistência social. Nossa preocupação, em linha geral é desfazer “os nós” que se formam e se formaram, para depois, como um quebra-cabeças, montarmos e podermos oportunizar sugestões para se alinhar outra trama social para os sujeitos destacados.

Poder-se-ia dizer que, na América Latina, os assistentes sociais há muito acenaram a bandeira da esperança - essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota-, contradizendo a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia. E conseguiram manter viva a capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos das classes subalternas com os quais trabalhamos cotidianamente. (IAMAMOTO, 2004a, p.6).

Sim, o projeto ético-político profissional, oferece suporte para uma prática imbricada na “[...] capacidade de indignação, ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais [...]” (IAMAMOTO, 2004a, p.6) aos usuários. Ademais, se assim não o fizéssemos, seria uma forma desumana e rude, dotada de um critério inválido, rotulador, estigmatizador e preconceituoso de formalizarmos a intervenção, pela via da contravenção ética.

Em busca de uma prática imbricada na ruptura do conservadorismo, o Serviço Social atravessou décadas buscando, através de seus pesquisadores, produzir conhecimentos que se aproximaram de outras áreas, inclusive das Ciências Sociais (PAULO NETTO, 2006). Costurando este estudo que ora se desenlaça:

[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira [...]. (PAULO NETTO, 2006, p.13).

Sobre este fato, é interessante se considerar e (re) considerar, que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (PAULO NETTO, 2006, p.4).

Logo, ele (o assistente social) está apto a enfrentar as desigualdades e injustiças sociais por meio do SUAS, que prevê a universalidade do atendimento, porém vivencia-se as sequelas da introdução do novo modelo liberal na América Latina e, outros em situações similares. Marilda Iamamoto (2004a) ressalta que este contexto sócio histórico precisa receber uma nova forma de fazer política, devendo o assistente social embasar-se numa prática inovadora que estabeleça a construção de novos contatos entre o Estado e a sociedade civil.⁸¹

Um projeto democrático se constrói no jogo de poderes e contra poderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular. [...]. (IAMAMOTO, 2004a, p.5).

Mediante estes intensos paradigmas, a estudiosa reforça que é em meio a essas adversidades que os profissionais latino-americanos intervêm, através da prática socioeducativa, levando os sujeitos oprimidos a se reconhecerem portadores de direitos, cobrando das instituições o oferecimento de um atendimento de qualidade, expressando que este fato está atrelado ao investimento nas formações acadêmicas (IAMAMOTO, 2004a, p.6).

O que se pretende expor é que com neoliberalismo, os usuários do Serviço Social não podem ficar à mercê da infinita espera pelo atendimento, na perspectiva da consolidação dos propósitos democráticos, que sejam soldadas a cidadania plena de direitos. E, os negros? Como desconectá-los da conjuntura histórica, da forma em que foram inseridos seus antepassados?

A assistente social e pesquisadora Teresa Martins (2013) ao estudar a questão racial e Serviço Social, mencionou que ao se posicionar favorável a

⁸¹ Num Estado que se esbarre nos estudos de Gramsci, que considera o outro a partir de seu contexto histórico, educacional e cultural, levando-se em consideração o intelectual orgânico, como agente de “transformação social”. Para Brandão e Dias (2007, p.92) o Estado é o organismo “[...] destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo.” (GRAMSCI, 1980 p. 50).

construção de uma nova ordem social deu as costas para questões relacionadas à exploração e, consecutivamente à etnia e gênero (PAULO NETTO, 2006 apud MARTINS, T. C. S., 2013, p.15), adotando os direitos na contramão do preconceito. Assim, ela reforça que este posicionamento está explícito no Código de Ética Profissional.⁸²

A estudiosa também demonstrou a mesma inquietação já exposta anteriormente no primeiro subcapítulo deste capítulo, pelos autores: Pinto (2003), Silva Filho (2006) e Conceição (2014), ou seja, que a formação profissional não está ofertando aos alunos tais conhecimentos, emendando que existem esforços nestes sentidos, mas que ainda são poucos. “No entanto, eles ainda são pontuais e enfrentam uma série de ‘senões’ que inviabilizam uma reflexão efetiva, articulada e sistemática.” (MARTINS, T. C. S., 2013, p. 15). Desta forma, conclui-se que:

[...] o bacharel em Serviço Social deverá ser portador de conhecimentos sobre as políticas públicas existentes para a questão racial brasileira, pois ao concluir o curso e, posteriormente, na prática interventiva será o interlocutor das informações a serem perpassadas para a comunidade negra. Estas ações poderão legitimar ou embargar os direitos sociais, políticos e culturais apreendidos pela população em estudo [...]. (FOGARI, 2014b, p.240).

Teresa Martins (2013), a exemplo dos demais pesquisadores, continua defendendo em seu texto a reflexão e discussão teórica do tema nos ângulos dos cursos em Serviço Social, visando o:

[...] entrelaçamento/cruzamento entre questão étnico/racial e ‘questão social’. Esse parece ser um ponto de partida para construir uma compreensão acerca do porquê, na realidade brasileira, de os/as negros/as assumirem posição de destaque nas várias expressões da ‘questão social’ [...]. (MARTINS, T. C. S., 2013, p.16).

Compreende-se, a partir das reflexões expostas, que o assistente social é o agente principal da operacionalização da política de assistência social, decorrente no interior das instituições sociais, sejam públicas e/ou privadas, então é notório pensar que (ele) está amparado pelo projeto ético-político que prevê o atendimento no todo. É Martins (2012a apud MARTINS, T. C. S., 2013, p.16), que nos alerta para o fato de que “[...] não devemos esquecer que os/as usuários/as dos serviços sociais

⁸² O Código de Ética do Assistente Social é uma seta e uma das maiores ferramentas que os profissionais assistentes sociais possuem para garantir a justiça social aos usuários, sendo que esse instrumento normativo democrático visa oportunizar uma prática regimentada e normatizada.

nos quais os assistentes sociais desenvolvem suas atividades profissionais são fundamentalmente negros/as (pretos/as e pardos/as).”

Partindo deste notório propósito, apoiamos novamente em Iamamoto (2004a) que observa e instiga o profissional a (re)pensar e (re)afirmar suas intervenções, inclusive para a perspectiva da mudança, de ir além da burocracia, das rotinas institucionais que nos são impostas cotidianamente. Deste modo, a rotina profissional, que para (IAMAMOTO, 2004a, p.12), se prontifique a ir “[...] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.”

O compromisso e responsabilidade são enormes, porém, precisam ser potencializados a cada atendimento, em que se propõe encontrar possibilidades através de estratégias que sejam convenientes aos cidadãos em situação precária, muitas das vezes em risco pessoal e social. Espera-se que ao longo do tempo, se conceba conhecimentos que abarquem também outras redundâncias surgidas no desenrolar da história, onde não devemos desarticular o sujeito.

Para buscar compreender melhor tal essencialidade, demonstramos uma explicação⁸³ de Maria Batista Lima (2008), que se apoiou em Hall, no artigo: “Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica” que descreveu que “[...] ao discutir as identidade e mediações culturais da diáspora negra, atenta para o caráter de contraposição centrado numa essencialização desses elementos de base, que segundo o autor, descontextualiza.” (HALL, 2003 apud LIMA, 2008, p. 36). Ao descontextualizar, a pesquisadora, compreende que:

[...] des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante ‘negro’ é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. (LIMA, 2008, p. 36).

Observando a questão fundamentada no relativismo, da diferença entre o que é histórico e cultural, do que está relacionado ao meio biológico Fogari (2014a)

⁸³ Para melhor compreendermos a necessidade de se estabelecer uma mediação entre o Serviço Social e a questão da identidade, destacamos Lima (2008, p.36) que foi citada anteriormente no artigo: “Da violência contemporânea à banalização: suas implicações para os afro-brasileiros” (FOGARI, 2014a), que discutiu a violência em que os negros estão expostos no Brasil, século XXI.

descreveu que: “O autor alerta em seus dizeres para o não se apartar os negros de sua construção histórica, política e cultural, alertando assim, para o ‘não desenraizamento’ destes.”

Enfim, define-se que o Serviço Social não deve, nem deverá “fechar-se” em ideologias “prontas e acabadas” mas, estar de prontidão para a chegada de outros vieses e pontos de vistas, e quem sabe de partida? Não é? Sim, pois não podemos nos fechar em discursos extremamente unilaterais, descolados da concepção histórica, adjunto a realidade atual em que atuamos.

Para Hall (2003) quando o negro é desgarrado do seu contexto histórico, político e social e é introduzido a uma categoria biológica erigida, estaremos nesta contradição valorizando o cerne do racismo que atinávamos em desconstruir. Segue explicando, que “Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas [...]” (HALL, 2003, p. 345).

Por conta de tudo isso, entende-se que na verdade o problema é bem mais intenso e inerente ao modelo econômico que se desenrola, porém, mediante este cenário em que se ecoa a proposição de estratégias que visem contrapor a violação de direitos à igualdade racial, nós (profissionais assistentes sociais) não sejamos portadores da prática omissa, que naturalize as causas raciais. Ademais, não tornemos (principalmente as (os) trabalhadores do SUAS) os espaços sócio ocupacionais em muro das lamentações, mas “passo a passo”, entre divergências e convergências principalmente, oriundas da política partidária, adotemos práticas que rompam com esse ciclo de negações e aversões à causa. Negação? Nega-se, quando no seu âmbito de atendimento se pensa na universalidade e equidade dos direitos, inclusive aos negros (vítimas do contraste histórico apresentado até aqui) assumindo uma postura voltada para a ideologia da “democracia racial”, propagada por “Gilberto Freyre”, no século passado.

Com base em tais reflexões, diante de tanta polêmica que redundava a temática, vale ressaltar as palavras do pesquisador Dr. Vicente de Paula Faleiros, no livro: “Estratégias em Serviço Social”, que ao falar da questão da mediação escreve:

Urge que se aplique a lei orgânica da assistência baseada no critério do atendimento às necessidades sociais e o acesso ao Serviço Social como direito do cidadão. Pobre é estigmatizado como preguiçoso. Se for negro, é considerado perigoso. Se for mulher, é suspeita. A mudança do atendimento a estas camadas implica, pois, a luta conjunta e articulada por

novas políticas, por organizações de pressão, por recursos, por transformação da identidade social, com mediações também inovadoras exigidas pelas próprias forças que são desenvolvidas nos processos produtivos e por sua participação política [...]. (FALEIROS, 2011, p. 138).

Certamente, a citação de Faleiros (2011, p.138) ao encontro dos anseios e das propostas deste estudo que se preocupa com que a política pública de assistência social seja garantida, e/ou leve em consideração as ações afirmativas através das mediações que objetivem a participação política dos usuários do Serviço Social brasileiro.

3.3 Desafios: consolidação de direitos à política de igualdade racial

Durante muito tempo se pensou que o mero desenvolvimento econômico faria a desigualdade desaparecer. Não aconteceu. Agora se pensa que as políticas como o Bolsa Família vão acabar com a desigualdade. Não vão. O que vai diminuir são políticas de promoção da igualdade racial, a ação afirmativa no acesso às universidades, ao mercado de trabalho [...].(PAIXÃO, Marcelo apud LEAL; WERNECK, 2011).

Muitas foram às efetivações e conquistas alcançadas pela comunidade negra no Brasil, porém ainda existem preconceitos que interferem na realidade social, cultural e econômica destes cidadãos, transformando-se em desafios a serem superados pela política de igualdade racial. Para tal, percebe-se que é significativa a ampliação de “conhecimentos e competências” desta política pública, articulando-a a outras esferas interventivas.

Para tanto, buscar-se-á descrever se existe uma possibilidade de se eliminar ações, estigmas e situações de miséria humana destas minorias étnicas em situação de risco social e pessoal. Assim, nesta peleja cotidiana, em que desonerações oriundas dos traços fenotípicos são cada vez mais naturais e banalizadas, preocupa-se em mensurar formas, estratégias, que possam trazer alento tanto aos profissionais, quanto aos usuários do Serviço Social brasileiro.

Nesta labuta da vida, após a formalização da “Lei Áurea” acentuam-se as desigualdades sociais que como explicou Nabuco (2000) no primeiro capítulo desta tese, o negro entra num mundo em que até então não fazia parte. Assim, eles entram num mundo em que não foram convidados, nem contemplados, mas “depositados”.

Sobre este cenário social, Nívia Cristiane Pereira da Silva (2009, p.191) analisou estudos de Otavio Ianni que retrataram a desigualdade racial, a partir da sistematização da questão social, discriminação racial e do duo: classe social e preconceito, definindo que:

Seguindo essa trilha investigativa, evidenciamos que algumas produções consagradas do autor revelam uma preocupação excepcional em compreender o Brasil e seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural, considerando dois aspectos singulares, para ele indissociáveis: o preconceito de classe e o preconceito racial. (SILVA, N. C. P., 2009, p.192).

Relatou que para Ianni⁸⁴ a questão social, que floresceu das desigualdades culturais, econômicas e políticas, perpassou todo o percurso histórico brasileiro tendo como “pano de fundo” a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais. (SILVA, N. C. P., 2009). Ademais, são relações que imbricadas umas às outras, denotam o preconceito e exclusão em todos os sentidos. Pois, o escravizado não tinha nenhum direito e sofria cotidianamente os mais algezes afazeres e punições. Assim, vivenciaram várias expressões da questão social, sendo: violência, prostituição, drogadição, alcoolismo, abuso sexual, fome, miséria, habitação inadequada, analfabetismo, etc. Tudo começou, com:

O regime de trabalho escravo e o modo de exploração da força de trabalho dos negros expõem a questão social de modo aberto e transparente representando uma das épocas da formação social brasileira, e, assim, da própria história da questão social [...]. (SILVA, N. C. P., 2009, p.193).

E, continua ensinando que a questão social brasileira atravessou todo o período pós-abolição, destacando que se trata de uma especificidade conjuntural, em que Ianni sempre considerou a questão racial, a condição social dos negros, de exploração no mercado do trabalho, adjunto a discriminação (SILVA, N. C. P., 2009).

Contudo, entram numa sociedade altamente excludente, elitista e burguesa. Simultaneamente se juntam aos brancos, mestiços e nativos, formando os segregados sociais desta nação, fato que para o capital é de primaz importância. Diante disso, o capitalismo precisa de uma sociedade formada por exploradores x explorados; oprimidos x opressores. Ora, a análise segundo o enfoque racial sofre debates, reflexões, em que se divulga que a desigualdade entre os negros está

⁸⁴ A pesquisadora Nívia Cristiane Pereira da Silva fez um estudo em várias obras de Octávio Ianni, justamente por estar homenageando-o. Para melhor compreensão ver (SILVA, N.C.P., 2009).

consubstanciada a questão de classe e luta de classes. De acordo com Nívea Silva (2009, p.193): “[...] a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos”⁸⁵ (IANNI, 1991, p. 8), e o trabalho está no centro da questão social”. Para Conceição (2014) e Teresa Martins (2013) a questão racial está conjugada a questão social. Por quê? Elas explicaram que:

Na sociedade capitalista os direitos sociais estão associados ao trabalho, dessa forma, a questão racial exclui o negro das oportunidades de acesso a empregos que lhe garantam o mínimo de dignidade, posto que o trabalho é central na maneira como os homens se organizam para produzir e reproduzir socialmente. (CONCEIÇÃO, 2014, p.53).

Ora, em uma sociedade onde os trabalhadores só se reproduzem mediante a venda da sua força de trabalho, a destituição/interdição – operada pelo racismo – dessa condição de trabalhador capaz de integrar o conjunto dos trabalhadores assalariados se constitui em violação do direito ao trabalho e, conseqüentemente, do direito à vida [...]. (MARTINS, T. C. S., 2013, p.13).

A violação e a privação do acesso aos direitos sociais; sendo os direitos sociais inerentes a qualquer ser humano, as duas autoras derradeiras ligaram a questão social (resultante da contradição capital x trabalho) à questão racial. Assim, foi uma abolição que aboliu os ingênuos, negros libertos e recém-libertos da história, da identidade nacional e, enfim de tudo que estivesse e está ligado ao Estado e suas benfeitorias. Neste obséquio, os traços fenotípicos foram elementos centrais que junto à desqualificação laboral, recrudesceu os estigmas que bloquearam as vagas no mercado de trabalho para os negros libertos.

Também, compreende-se com base nas duas citações anteriores que estes cidadãos foram acometidos pela exclusão econômica que é resultado do preconceito étnico. Contudo, a exclusão racial fundiu-se à econômica, resultando em segregação social e afastamento do mercado de trabalho formal, formando uma “leva” de homens pretos em práticas laborativas informais, fato evidenciado na contemporaneidade.

É nestes apontamentos que traçaremos a urgência em se propor a política de igualdade racial e o atendimento pleno à comunidade negra em suas especificidades, emergências e prevenções. Todavia, fora do mercado de trabalho, os descendentes dos escravizados apoiam-se em alternativas de renda, oriundas de

⁸⁵ Está frase resgatada do texto de (SILVA, N. C.P, 2009, p.193) é do artigo de Ianni (1991, p.8), em que o autor explicou em nota de rodapé que se tratava de um pensamento de DORIA (1922, p.5-9).

trabalhos precarizados e/ou “bicos”, formando o exército industrial de reserva. Nesta simulação, distanciados do mercado de trabalho e com recursos financeiros efêmeros, ao serem subsidiados por programas sociais⁸⁶ irão potencializar os atendimentos nos espaços institucionais em que o assistente social está lotado.

Não desconsiderando o processo histórico brasileiro, em que os escravizados buscavam o direito a serem: “gente”, seres humanos negros, pertencerem à sociedade e terem a garantia de seus direitos plenos, Pinto (2003, p.45) diz que: “O negro, na condição de escravo, não recebia assistência nem do Estado, nem da Igreja e nem dos senhores de escravos [...]”

Em atenção às consequências de tais violações de direitos, buscando propor a igualdade para a população negra brasileira, oportuniza-se a discussão sobre as ações afirmativas⁸⁷, sendo estas apresentadas com a concepção de restituição “do pagamento” aos descendentes dos negros que edificaram esta nação, e por isso não receberam sequer um vintém. Estes fatos estão incrustados e apregoados a forma de filosofar sobre o tema, quando por séculos se desconsiderou a vida indigna e desarticulada dos direitos, em que foram “depositados”. Gomes (2003) introduziu que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2003, p.21).

Compreende-se segundo as lições de Gomes (2003) que ações afirmativas nada mais são que políticas públicas e/ou ações socioeducativas, com o forte teor para a proposição de ações pedagógicas e culturais que se evidenciam na sociedade, onde acontece tanto a agregação quanto a segregação dos oprimidos. Deste modo, propor, anexar e incorporar os direitos é “mexer em estigmas” e velhos controversos paradigmas, que por muito tempo foi mais acessível “fingir não vê-los”.

⁸⁶ Os dados extraídos de órgãos de pesquisa apreenderam que os negros são maioria nos atendimentos de programas de transferência de renda, pois ainda permanecem na zona de conflitos, que tem por base a hereditariedade étnica. Estes números serão expostos, logo abaixo.

⁸⁷ A política de ações afirmativas também foi abordada em (FOGARI, 2010, p.59-60), porém, com ênfase nas cotas para o ensino superior, em que refletimos sobre a efetividade/eficácia da mesma para os afro-brasileiros, que demonstraram rendimentos iguais aos não cotistas. Todavia, também elencou-se sumariamente sobre as ações afirmativas, políticas sociais, SEPPPIR, e conselhos municipais na perspectiva do direito em (FOGARI, 2010, p.141-144).

Mediante tais apreensões, no período em que emergia a CF (1988), e as inconteste lutas do movimento negro, introduziu-se no debate nacional a política de ação afirmativa. Sobre isso, Gomes (2003, p.17) nos ensina que este mecanismo se apresentou “[...] nos Estados Unidos sob a denominação de *affirmative action* (ação afirmativa) e na Europa, sob o nome de *discrimination positive* (discriminação positiva) e de *action positive* (ação positiva)”.

O primeiro sistema de cotas de ações afirmativas executado ocorreu na Índia na década de 1940, que se deu: “[...] em benefício de representantes de castas inferiores no parlamento; antes ocupado somente pelos considerados como pertencentes a castas superiores.” (MENEZES, 2001 apud FERREIRA; CHICANATO, 2008, p.2).

Na década de 1960, nos Estados Unidos da América, começa-se pelos negros marginalizados e, mais tarde dissemina-se para as mulheres, outras minorias étnicas e nacionais, os indígenas e portadores de deficiências físicas (GOMES, 2003).

Segundo ele, os EUA ignoravam quesitos como: sexo, origem nacional, raça e cor, porém ao adotar a prática das ações afirmativas passaram a considerar tais premências no ato da contratação de seus trabalhadores ou de regular contratação por outros e ao acesso à educação pública e/ou privada (GOMES, 2003). Descreveu que atualmente as ações afirmativas estadunidenses são:

[...] definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p.27).

Gomes (2003) explicou ainda, que os resultados das ações afirmativas seriam um ato a ser seguido pelas próximas gerações, classificando-a como um mecanismo institucional, em que poderia emergir a possibilidade de mobilidade social. Ora, seria como uma tradição que se traduziria em incentivo a educação dos jovens pertencentes às minorias.

Analisando a introdução dessas ações nos EUA, Inácio (2002) disse que elas pouco fizeram pelas famílias negras pobres, percebendo somente a funcionalidade para a classe média. “Portanto, a Ação Afirmativa quase nada ou

nada fez para diminuir o nível de pobreza das classes trabalhadoras. Beneficiou somente a classe média negra nos Estados Unidos [...]” (INÁCIO, 2002, p.73).

De modo “geral” concebe-se que as ações afirmativas foram e são instituídas com o objetivo de estreitar as discriminações instauradas em países colonizados com histórico de povos escravizados, porém enfatiza-se que resultaram de um processo de luta dos próprios negros, que já não suportavam o peso que o preconceito travava nas suas vidas e de descendentes. Conforme Inácio (2002, p.72) “A perspectiva dessas políticas é a de buscar uma sociedade mais igualitária em termos de raça, sexo e condição física, na tentativa de assegurar melhores condições de vida a esses grupos minoritários, articulando igualdade e diversidade.”

Cita-se como exemplo, o fato que desencadeou a premência das políticas de ações afirmativas, que para Gomes (2003) no Brasil, existem dois mecanismos de exclusão, o primeiro se constitui na escola, pois as privadas são subsidiadas na maioria das vezes por subvenções públicas que são abatidas no imposto de renda, já as públicas que deveriam ser de todos, geralmente são o único acesso aos que se encontram em subalternidade, sendo os negros protagonistas deste processo, todavia ao invés de universal e qualitativa, torna-se um espaço de segregação elitista e o segundo mecanismo decorre no vestibular, que exclui os marginalizados, que não tiveram acesso a uma boa educação nas séries iniciais (oferecidas nas instituições privadas), ficando as vagas das universidades públicas, de notória qualidade, oportunizada para poucos, ou seja, para a classe burguesa (GOMES, 2003).

Todavia, acaloradas discussões foram desencadeadas entre os cidadãos brasileiros para a proposição das ações afirmativas na esfera educacional. Pontua-se que muitos deles não aceitavam e nem aceitam tais políticas, declarando em suas falas verdadeiras desonerações e desrespeito ao passado e as condições insalubres em que vidas humanas foram deixadas/empurradas para um abismo, de difícil saída. Para tal, a única, fresta encontrada foi a proposição de cotas, para que os negros e pessoas de baixa renda pudessem acessar cursos antes preenchidos somente por aqueles que tiveram acesso ao ensino qualitativo, pertencentes às classes abastadas. Ademais, retoma-se que as formas de acesso aos direitos eram quase nulas, num mundo em que o negro era “deserdado” e asseverado pelo bloqueio imposto por volta da libertação e, período Republicano.

Como? Explica-se, que o contexto histórico revela que o Brasil foi conquistado pelos colonizadores que se apossaram de nossas terras e, assim transferiu através do labor forçado dos escravizados, os diplomas, enfim as carreiras/profissões que deram possibilidades aos seus herdeiros de se manterem nas rédeas, na condução desta nação. Deste modo, porque não, hoje os também descendentes receberem a possibilidade de capacitarem, tornarem-se e estarem nestes espaços em que seus antepassados foram destituídos?

Miriam de Oliveira Inácio (2002) problematiza mais essa questão, quando reporta ao fato de pertencermos a uma sociedade regida e orquestrada pela economia em vigência, a capitalista. As cenas protagonizadas pelos negros são resultantes da exploração capitalista que “fecha o cerco” para a população pobre, quiçá parece paradoxal, mas como esperar políticas qualitativas oriundas do pensamento e do poder hegemônico burguês no Brasil? E, responde-nos o seguinte:

A igualdade liberal – capitalista se constitui em mero aparato jurídico-político e moral que na prática não se viabiliza, se limitando à tese da igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, de forma a não contrariar a hegemonia e divisão do poder na ordem do capital. (INÁCIO, 2002, p.73).

Adotando o desafio de investigar com mais propriedade sobre este assunto, encontramos em Fonseca (2009b) que no livro: “Políticas públicas e ações afirmativas”, reservou um capítulo para discutir especificamente o assunto que tratamos, intitulando-o, como: “Apagando o fogo com gasolina – políticas sociais e ações afirmativas no Brasil”, dizendo:

Recorri a esse título provocativo e incisivo para refletir sobre o passado e o presente das políticas públicas construídas no Brasil, particularmente as dedicadas aos negros – que, antes escravizados, hoje sobrevivem em condições de marginalidade e vulnerabilidade social, segundo todos os dados e estatísticas sociais [...]. (FONSECA, 2009b, p.97).

O pesquisador justifica o título apontado como sendo um mecanismo que leve o leitor a refletir sobre as condições contemporâneas dos negros brasileiros. Ainda como mencionado por Fonseca, os afro-brasileiros são acometidos pelas mais intensas desigualdades e barbáries. O debate demonstrado em seu livro, Fonseca (2009b) interpôs o recorte temporal, entre os anos de 1994 e 2009, quando o compêndio foi publicado.

O quesito racial foi retirado do Censo/IBGE, regressando na década de 1980, ainda no período ditatorial (FONSECA, 2009b). Entretanto, enfatiza-se que este contexto histórico foi marcado pelos “fortes movimentos e lutas sociais”, que foram prodigiosos para a questão racial.

Para analisarmos, faremos um contraponto, entre os dados emitidos por Fonseca (2009b) para saber-se se houveram mudanças positivas na realidade atual dos afro-brasileiros. Para o catedrático, na década de 1980 apenas 1,1% terminou o segundo grau, sendo que 80% (39% pardos e 41% pretos) não possuíam instrução ou com menos de um ano de escolaridade (FONSECA, 2009b, p.98).

Oliveira, no artigo: “Educação e juventude negra: os gargalos a serem enfrentados em 2015”, publicado em 2014, analisou as condições atuais dos jovens brasileiros que ingressam no ensino superior, chegando à conclusão que em 2013, 16,5% de jovens de idades entre 18 e 24 anos ingressaram no ensino superior, destacando que aumentou o número de jovens negros nesta etapa de ensino, sendo que de 2003 a 2011, de 4%, passou para 19,8% (OLIVEIRA, 2014).

Isto porque o problema está no ensino médio. É no universo de jovens de 15 a 17 anos que se encontram os gargalos do sistema educacional. A taxa de evasão altíssima foi estudada pela Unesco que concluiu que mais de 50% dos jovens que evadem do ensino médio tem o seguinte perfil: negros, oriundos de famílias chefiadas por mulheres e com renda per capita inferior a 2 salários mínimos. Abandonam os estudos para se dedicar a ajuda no sustento da família. Não por coincidência, este é o mesmo perfil dos jovens vítimas de homicídios na periferia. E também, no caso das suas mães, é o perfil idêntico aos beneficiários dos programas de transferência de renda do governo (Cadastro Único e Bolsa Família). (OLIVEIRA, 2014).

Enuncia-se, de acordo com Aquino (2014) que o Movimento Todos pela Educação, discorreu que em 2013, 54,3% dos jovens brasileiros conseguiram terminar o ensino médio aos 19 anos. Em se tratando do quesito étnico-racial, os dados estatísticos, enunciaram que os:

[...] brancos que concluíram o ensino fundamental aos 16 anos são 81% e os que concluíram o ensino médio aos 19 anos são 65,2%. Em relação aos negros, esses percentuais são 60% e 45%, respectivamente. (AQUINO, 2014).

Fonseca (2009b, p.99), também destacou mediante o censo de 2000, que no início do século XXI, apenas 2,2% chegaram a preencher uma matrícula do

ensino superior brasileiro, ou seja, 16 milhões de jovens dos 80 milhões, enfatizando que o número triplicava para os brancos.

Ora, a SEPPIR⁸⁸ apresenta um número considerável de projetos de ações afirmativas na área educacional que visam garantir esse direito, considerado elementar e de excelência para a população negra. Isto prevê a contraposição às resignações e perversidades que o sistema capitalista expõe. O intuito é “imputar” a marginalidade e reprodução do círculo de pobreza, paralelos a programas de assistência a famílias e descendentes, pensando-se na ascensão dos membros familiares destes discentes. Assim, as responsabilidades sociais denotarão o princípio democrático de cidadania aos negros brasileiros.

Consta a Implementação das Leis n. 10.639/2003 (Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas Escolas) e n. 12.711/2012 (Lei de Cotas no Ensino Superior) Programa Bolsa Permanência; Programa de Desenvolvimento Acadêmico “Abdias Nascimento”; Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF); Programa de Extensão Universitária (PROEXT); Selo Educação para a Igualdade Racial; Projeto A Cor da Cultura; Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE); Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR); Arquivos e links sobre Educação das Relações Étnico-raciais; Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento; Programa Universidade para Todos (COSTA, C. C. L., 2015).

Resultados referentes à Lei de Cotas no Ensino Superior foram ressaltados que: “Entre 2013 e 2014, nas Universidades Federais, as vagas totais cresceram 10% e as vagas para cotistas cresceram 38%. Já nos Institutos Federais, no mesmo período, tanto o total das vagas quanto as vagas para cotistas cresceram 18%.” (COSTA, C. C. L., 2015).

Em relação ao mercado de trabalho, editou-se a Lei n. 12.990/14 (Lei de Cotas no Serviço Público), Empreendedorismo Negro (parceria com o SEBRAE), Agenda Nacional do Trabalho Decente, Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, Trabalho domésticos, Plano Setorial de Qualificação – Trabalho Doméstico

⁸⁸ Nogueira (2015, online) escreveu um artigo contestando a extinção da secretaria, ressaltando que a presidente Dilma havia decretado a “morte branca da SEPPIR”, rebaixando-a ao natimorto “Ministério da Cidadania”. Ele ressaltou que com esta ação política, os negros foram retirados de cena, enfim foram descartados como uma mobília velha que não tem mais utilidade. Para Nogueira (2015, online) o fato ocorrido foi um retrocesso, por isso seria viável “[...] redefinir as estratégias de luta e enfrentamento ao racismo e apostar na construção de um campo autônomo do movimento negro, independente de governos e partidos [...]” (NOGUEIRA, 2015).

Cidadão (Planseq-TDC), Plano Nacional de Comércio e Serviços para Profissionais Afrodescendentes (Planseq/Afrodescendente) (Parceiros: MTE e FENATRAD), Programa Trabalho Doméstico Cidadão (parceiro MTE) (SOUZA JÚNIOR, 2015).

O grande beco, termo utilizado por Oliveira (2014, online) é a necessidade de se refletir sobre as formas como as políticas públicas estão sendo implementadas/executadas. O autor reportou que são três pontos, sendo um deles, a ampliação de bolsas subsidiadas pela rede privada de ensino através do PROUNI, que incluem negros e negras no ensino superior, porém “enchem ainda mais os cofres dos empresários da educação”; o outro, é a evasão escolar no ensino médio, que é universal, mas no “meio do caminho”, por causa do racismo, os jovens o abandonam e; o último, está consubstanciado ao empresariado que, na maioria das vezes, não contrata estudantes, exigindo a disposição do candidato em tempo integral (OLIVEIRA, 2014). Para pensar um pouco mais...

Essas estatísticas se tornam ainda mais perversas se considerarmos que a maioria dos negros que concluiu o ensino superior no Brasil estudou em faculdades privadas com baixa credencial acadêmica, que não desenvolveram o tripé ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a maioria dos negros estuda no período noturno e demora mais tempo para se formar do que aqueles que estudam de manhã [...] (FONSECA, 2009b, p.99).

A preocupação perpassa na transmissão dos conhecimentos aos graduandos, se os cursos realmente trazem mudanças positivas na vida acadêmica e profissional dos afro-brasileiros. Assim, reitera-se que deveria acontecer a ampliação de vagas no ensino público, visando “acolher” estes educandos, que disputarão as vagas no mercado de trabalho contemporâneo. Encurralados e afugentados muitas vezes pelas segregações em que foram expostos, muitos deles acabam “perdendo” o prazer pelo espaço educacional. Estes fatos atrelam-se as inúmeras e sucessivas cenas preconceituosas em que (eles) figuram-se como atores principais. “Na esfera da intimidade e da vida privada, a identidade pode ser tanto formada como deformada a partir da relação que estabelecemos com nossos outros significantes [...]” (SILVA, 2005, p. 38).

Outra notícia interessante, que vale a pena ser grafada é que o ENEM deste ano recebeu um número expressivo de jovens negros, ou seja, 4,9 milhões de inscritos, totalizando 57, 81% negros (TOKARNIA, 2015). Uma ótima notícia. Segundo a mesma reportagem, os números de candidatos negros têm aumentado

nos últimos anos, sendo que em 2012, somou-se 53,1% e, em 2013, somou-se 55,4%. Neste ano, de 2015: “[...] os brancos representam 37,47%, os amarelos, 2,05% e os indígenas, a menor porcentagem, 0,59%. Outros 2,08% não declararam. Do total de candidatos 12,63% se disseram negros e 45,18%, pardos.” (TOKARNIA, 2015, p. 10).

Agrega-se a este fato a propagação dos ideais da Lei n. 10.639, que se tornou um marco histórico para as proposições de meios e formas durante o processo educativo, que eleve a autoestima da população negra, através do ensino de seus valores culturais ancestrais. Ao comparar com as ações afirmativas “insatisfatórias” estadunidense para os negros pobres Inácio (2002, p. 73) arriscou dizer que:

[...] no Brasil não há de ser diferente. A sua limitação deverá ser ainda maior, devido à ausência de demais políticas de educação e serviços sociais necessárias ao empoderamento da população afrodescendente e das mulheres.

Informa-se que um futuro “incerto” redundará, “vagueia sob o movimento negro brasileiro”, devido à extinção da SEPPIR, agora em 2015. É notório destacar, que a política de igualdade racial vinha sendo acometida por cortes de recursos, que representaram retrocesso aos afro-brasileiros. Contudo, mesmo diante dos “[...] enormes avanços na construção de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial na última década, o Governo cortou 56,3% dos recursos da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) [...]” (ZIGONI, 2015, p. 12).

Então, “constrói e se (des)constrói” uma possibilidade de se consolidar numa política de igualdade racial, quando a agregaram ao Ministério dos Direitos Humanos? Assim, além de dividirem outras problemáticas, com certeza reduzir-se-á o investimento de recursos humanos e financeiros para o segmento social que ora nos importamos. Outrossim, para Fonseca (2009b, p.102) “A criação de órgãos governamentais não dá conta da realidade social a ser transformada [...]. Além, do mais, a criação desses órgãos públicos não é obra de uma política de Estado, mas de um governo [...]” Todavia, existem outros percalços, permeados pela política partidária, poder/interesses, ausência de compromisso ético, adjunto ao discurso financeiro, que se fundamenta no orçamento, que:

[...] pode ser considerado um dos pilares da política pública. É por meio dos instrumentos de planejamento e orçamento que a política governamental se estrutura. Por conseguinte, seu acompanhamento permite estabelecer canais de controle social, com meios para intervenção mais qualificada de agentes públicos e privados na agenda governamental [...]. (SILVA; CARDOSO; SILVA, 2014, p.7).

É sobre a questão financeira que iremos, segundo (SILVA; CARDOSO; SILVA, 2014) avaliar como estruturou-se a política de igualdade racial PPA 2004-2007 e no PPA 2008-2011, porém ressaltaram que além da SEPPIR, a política está agregada a outras áreas devido a transversalidade. A exemplo do que preza o SUAS, que prevê a universalidade no atendimento: “[...] avalia-se que uma das alternativas possíveis seria o monitoramento das atividades com base em dados desagregados por cor e raça, a fim de identificar e combater desigualdades raciais no desenvolvimento das ações [...].” (SILVA, CARDOSO; SILVA, 2014, p.8). Para compreensão:

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública. Tem a mesma duração do mandato do chefe do Poder Executivo e, para evitar descontinuidade das políticas públicas, vigora até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Trata-se do principal instrumento de planejamento de médio prazo, uma vez que, além de conter ações para um horizonte plurianual, estabelece a diretriz que planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem seguir. (SILVA; CARDOSO; SILVA, 2014, p.10).

A LDO compreende, em conformidade com o PPA, as metas e prioridades da administração pública federal para o exercício financeiro subsequente, bem como a orientação para elaboração da Lei Orçamentária Anual. Como identifica as ações prioritárias para o exercício seguinte, atua como elo entre o PPA e a LOA. Esta última, por sua vez, estima a receita e fixa a programação das despesas para o exercício financeiro, devendo contemplar todas as receitas e despesas do governo. (SILVA; CARDOSO; SILVA, 2014, p.11).

Compreende-se a partir das explicitações acima, que estes instrumentos são auxiliares à gestão federal, para o governo como um todo e, anualmente, demonstrará através dos projetos e planejamentos de ações a serem desenvolvidas para a implementação da política pública, segundo o que preconiza a CF (1988).

Atentos as apreensões em que destacaram as condições para a efetivação da igualdade racial (não se esquecendo do enfraquecimento da SEPPIR e respectivo corte de recursos), não é prematuro pensar que a idealização da igualdade racial é uma “mera perspectiva”, visto que neste momento em que vivenciamos uma crise econômica de conjuntura mundial, as estimativas em relação aos negros brasileiros não são nada favoráveis. Segundo este ponto, a relatora da

ONU, Rita Izsákm concluiu que: “A ‘pobreza tem cor no Brasil’, e os negros são os mais ameaçados pela crise econômica do país [...]” (BACHEGA, 2015, p. 1).

A representante da ONU tanto elogiou quanto criticou o tratamento dado pelo Brasil aos seus negros, destacando principalmente a ausência destes em repartições públicas ou privadas, fato que segundo ela poderá vir a prejudicar as conquistas atuais (BACHEGA, 2015).

O que nos preocupa neste momento, é como esta população encontra-se na sua dinâmica diária, portanto não adianta ficarmos num “bê-a-bá” desenfreado, se não demonstrarmos numericamente as condições em que estes seres sociais estão, se massacrados em verdadeiros abismos e/ou ceifados por estratégias políticas regressas e às atuais que incorrem bem pouco em suas vidas. Quando questionada sobre a questão da cor e violência policial, respondeu:

É uma questão muito complicada. A guerra às drogas é uma fonte de violência contra brasileiros negros. A taxa de homicídios no Brasil é estimada em 56 mil pessoas por ano (O Brasil é o país com o maior número de homicídios do mundo em termos absolutos), e há estimativa que 75% das vítimas sejam negros. Trata-se de algo preocupante. Especialmente se considerarmos que negros são 75% da população carcerária. (BACHEGA, 2015, p. 1).

Portanto, retorna-se a expor que a questão racial deva ser assunto para o Serviço Social, adjunto a outras políticas de atendimento que precisam principalmente de um respaldo do SUAS, sendo o real interlocutor com outras esferas de atendimento. Ora, os dados atuais não são nada contemplativos.

O quesito gênero é elementar para entender-se esta questão, tornando-se um suplício maior se a mulher for negra. O Brasil, dentre os 83 países avaliados pela ONU, ficou com o 5º lugar no mapa da violência mundial contra mulheres, sendo que 4762 delas foram mortas violentamente (PORTAL BRASIL, 2015a).

O quadro foi ainda mais alarmante em relação às mulheres negras. A década 2003-2013 teve aumento de 54,2% no total de assassinatos desse grupo étnico, saltando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Aproximadamente mil mortes a mais em 10 anos. Em contraposição, houve recuo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que caiu de 1.747 para 1.576 entre os anos. (PORTAL BRASIL, 2015a).

Ainda em relação à violência, a estatística não é nada favorável, entre o período de 2004 a 2007, 194.000 brasileiros foram mortos, sendo que em 2012, de

56.000 assassinatos, 30.000 eram jovens, e 77% deles negros (PELLEGRINI, 2014). E, como não adianta ignorar estes dados e sim buscarmos achar alguma saída que emita uma possibilidade coerente, segundo Pellegrini (2014, p. 2):

O Mapa da Violência de 2014 da Unesco mostra que há uma queda de 32,3% no número de homicídios de jovens brancos, enquanto o percentual de homicídios de jovens negros cresceu na mesma proporção, com um aumento de 32,4% [...].

Quanto aos encarceramentos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou mediante dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) a estatística das pessoas encarceradas no Brasil entre 2005 e 2012 cresceu estrondosamente, ou seja, de 296.919, saltou para 515.482, sendo que deste segundo número 190.828 estão nos presídios paulistas. Outro dado relevante é em relação às mulheres, que em sete anos aumentou-se 146%, em face aos 70% para os homens. (BRASIL, 2015b, p. 25-29). Quanto à educação, destacou-se que a maioria não concluiu o ensino fundamental, e, em 2005, “[...] 53.599 tinham entre 18 e 24 anos e 42.689, entre 25 e 29 anos. Já em 2012, 143.501 tinham de 18 a 24 anos e 266.356 destes tinham entre 25 e 29 anos [...]” (BRASIL, 2015b, p.31). Agora os números em relação à questão racial, nosso interesse, é mais alarmante:

Diante dos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado, existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constata-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados [...]. (BRASIL, 2015b, p.33).

Oportuniza-se informar, segundo os dados estatísticos que mesmo com a proposição das ações afirmativas, elas, ainda são bem superficiais e desconhecidas. “Isso demonstra que as secretarias mencionadas e as ações afirmativas são fundamentalmente políticas de visibilidade social do governo e dos governantes [...]” (FONSECA, 2009b, p.104). Neste tocante, as políticas públicas precisam ter um caráter “acolhedor e transformador” cerzido a diretiva do Estado, que deverá reproduzir os plenos direitos dos cidadãos brasileiros, através de ações

governamentais democráticas. Mediante este ideal, levar-se em conta o quesito étnico-racial, compartilhando destes dados para a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento econômico, cultural, político e social deste país. Ou seja, o que será de um país que não respeita suas crianças, adolescentes e jovens em suas peculiaridades?

Coincidentemente, os registros numéricos sobre a questão racial entre os adolescentes, os jovens na última década, é algo que abala e destoa com suas vidas e de familiares. Assim:

E, em relação à cor/raça dos homicídios no Brasil, os dados do Mapa da violência apontam que morrem 73% mais negros do que brancos no país, assinalando assim desigualdade racial no número de mortos em decorrência dos homicídios. Segundo os dados do referido estudo, entre os brancos, assim como no conjunto da população, o número de vítimas diminui de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa queda de 24,8%. No mesmo período, entre os negros as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127: crescimento de 38,7%. No período analisado pelo Mapa da violência, a taxa de homicídio dos brancos era de 21,7 por 100 mil brancos, já a dos negros era de 37,5 por 100 mil negros. Assim, em 2002 morreram proporcionalmente 73% mais negros que brancos. Em 2012, esse índice subiu para 146,5. A vitimização negra, no período de 2002 a 2012, mais que duplicou: 100,7%. E quando se analisa apenas a população jovem, o quadro se agrava: o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, sobe para 168,6 em 2012: para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros. (BRASIL, 2015b, p.84).

Em contraposição a tais misérias humanas em que muitos jovens estão “infiltrados”, para Ana Lúcia de Souza (2005, p.103) a escola precisa repensar suas práticas educativas, por estarem distantes do universo sociocultural destes jovens negros, porém, em relação às políticas públicas há a evidência da violência física:

[...] marcam a necessidade de tomar a juventude não como um grupo homogêneo, caracterizado apenas pela faixa etária, mas de examinar também outras variáveis relativas às condições de vida e ao pertencimento racial. (SOUZA, A. L., 2005, p.104).

A razão da situação aniquiladora em que os jovens negros encontram-se expostos, em atenção à cobrança dos movimentos sociais, compôs-se em 2003, pela Câmara dos Deputados, a Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude e Grupo Interministerial de Juventude, oferecendo dados importantes para a Política Nacional de Juventude (IPEA, 2014, p.486). A partir de então, alguns encontros foram primazes para se estabelecer políticas públicas para os jovens, sendo: em 2007, I Encontro Nacional dos Jovens Negros (ENJUVE), 2008, a I

Conferência Nacional de Juventude, 2011, Fórum Direitos e Cidadania, na Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que após os debates, emergiu o primeiro esboço do Programa Juventude Viva (IPEA, 2014, p.487).

Ademais, o debate em torno do combate às altas taxas de homicídio contra jovens negros foi incorporado no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, sob a forma de programas no âmbito da Presidência da República, pela atuação da SNJ e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e do Ministério da Justiça (MJ) [...]. (IPEA, 2014, p.488).

O programa lançado em 2012, em Maceió, com vistas a ser implantado nos municípios com maior índice de criminalidade à juventude negra, prevê em seus quatro eixos temáticos:

1. Desconstrução da cultura de violência: Ações – Rede Juventude Viva, campanha de combate à banalização da violência contra jovens negros e Núcleo de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde.
2. Inclusão, emancipação e garantia de direitos: Ações – Programas como Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano), Vivajovem.com, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Edital Juventude, Prêmio Hip Hop, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Agentes Culturais Jovens.
3. Transformação de territórios: Ações – Usinas Culturais, Programa Mais Educação, Estação da Juventude, Núcleo Ecosol para Juventude, Programa Escola Aberta, Ensino Médio Inovador, Praças do Esporte e Cultura, Programa Segundo Tempo, Legados da Copa, Academias de Saúde e Consultórios de Rua.
4. Aperfeiçoamento institucional: Ações – Formação de agentes de segurança e agentes penitenciários, lançamento de novos procedimentos operacionais de abordagem policial, matriz curricular renovada das polícias, Projeto de Lei (PL) Auto de Resistência, criação do Disque Igualdade Racial, acesso à justiça, pactos com órgãos da justiça e defensorias para promoção do direito à justiça dos jovens negros. Este eixo está estruturado em seis grandes áreas: saúde, cultura, trabalho e emprego, justiça, educação e esporte. (IPEA, 2014, p.489-490).

Reforçamos que a situação da violência é bem degradante e predatória, quando se analisa as estatísticas sobre os atos infracionais praticados pelos adolescentes, que são condenados aos programas de medidas socioeducativas: Liberdade Assistida (LA) (meio aberto) e, em Internação (regime fechado) na Fundação Casa. À margem, em vidas totalmente precarizadas, desprovidas de elementares direitos e acesso, esses “meninos” são sucumbidos pela entrada na criminalidade.

Para melhor ilustrar e justificar o enunciado acima, destacamos que diante de tais informações tão relevantes, não dá para colocarmos estes menores mais

uma vez no “tronco e/ou no pelourinho”, que hoje está personificado em cada omissão deste Estado diante da questão racial. Compartilha-se que são retratos da vida social, que estão carregados de problemas sociais crônicos aos quais foram perpassados, dada uma situação cotidiana em que o capital, por meio do viés econômico, impõe seu modelo e regras. Condicionado ao assunto, somente para conhecimento de tamanha adversidade racial, destaca-se que no Estado do Pará:

Das 535 mil crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola 350 mil são negras; 60% dos estudantes que cursam faculdade são brancos e apenas 23% são negros; as crianças negras têm 50% mais chances de morrer na primeira infância do que as brancas. Dois terços, ou seja, 70% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são negros [...]. (PESSOA, 2014).

Adverte-se que prevendo a implantação do programa específico à juventude negra, a página da SEPPIR encontra-se uma “Chamada Pública” relacionada à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), para as entidades privadas interessadas na execução do Plano Juventude Viva, intencionadas a ofertar atividades esportivas e/ou cultural, capacitação de jovens para o mundo do trabalho para um público com idades estimadas entre 15 a 21 anos se inscreva no site do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).⁸⁹ (SEPPIR, 2015a).

O sinal está amarelo para a população afro-brasileira, que somente aguarda o que por certo virá, justificando os dados, que demonstraram que existe uma cisão entre o poder público e a questão racial. A violação dos direitos causa impactos redundantes na vida desta população, que relegada a um segundo plano pelos representantes no Congresso Nacional (senadores/deputados federais), que se limitam somente a planos e ações que lhes convêm.

Para entender-se a necessidade do recorte racial fazer parte das pastas dos governos das três esferas executivas deste país, iremos demonstrar o perfil das famílias atendidas nos programas sociais, gerenciados pelo MDS. Ora, primeiramente, contaremos o número populacional brasileiro, que segundo dados do IBGE, possui 204.353.919 milhões de habitantes, sendo que o Censo 2010 atestou

⁸⁹ “O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é a iniciativa do Governo Federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, no qual são registrados os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final.” (BRASIL, 2016).

que temos 43,1% (82 milhões de pessoas) pardas e 7,6 % ou seja, 15 milhões de negros (PORTAL BRASIL, 2012).

De um total de 214 mil famílias de quilombolas que existem no País, segundo estimativas oficiais, 108 mil fazem parte do Cadastro Único – que reúne informações sobre as famílias mais carentes. Desse total listado, 80% delas recebem recursos do Bolsa Família [...]. Do total de 1 milhão de cisternas entregues pelo Programa Água Para Todos, 80% têm responsáveis negros. Negros e pardos somam 80% das famílias do Cadastro Único atendidas pelo Luz Para Todos. 68% das matrículas contabilizadas nos cursos técnicos (PRONATEC) oferecidos para beneficiários do Bolsa Família. 70% das 724 mil famílias de baixa renda beneficiadas com unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida. (ARRUDA, 2014).

Neste páreo, para projetar e justificar o calvário a ser seguido na esfera da assistência social pelos afro-brasileiros apresentar-se-á que uma pesquisa realizada pelo IPEA (IPEA et al., 2011), demonstrou a fragilidade em que lares, declarando que em 2006, 70% eram chefiados por negros (as), formando a tríade: questão social, racial e assistencialismo. Assim:

Ou seja, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas. (IPEA et al., 2011, p.24).

Incorpora-se a estas estatísticas expressas pela SEPPIR, chamada: “Pobreza entre negros caiu 86% em 10 anos”. O artigo informa em sua íntegra que uma pesquisa realizada pelo MDS, segundo a metodologia do Banco Mundial, comprovaram que a pobreza entre os negros foi reduzida (SEPPIR, 2015b). Neste propósito: “Três entre quatro beneficiários do Bolsa Família são negros, que ainda são destaque na participação nos programas de inclusão produtiva, como PRONATEC, Microempreendedor Individual (MEI) e Fomento às Atividades Produtivas Rurais.” (SEPPIR, 2015b).

De acordo, com a matéria descrita acima, entre 2002 a 2013, a pobreza crônica entre os negros reduziu de 12,6% para 1,7% dos cidadãos. (SEPPIR, 2015b, online). Ainda informou que o programa federal Bolsa Família é majoritariamente formado por negros, sendo 10,3 milhões ou seja, 75% dos beneficiários; e o Brasil

Sem Miséria⁹⁰ abarcou 4,3 milhões de famílias chefiadas por negros, que adentraram ao programa de inclusão produtiva.⁹¹ (SEPPPIR, 2015b).

Ser negro num país periférico torna-se muitas vezes um suplício cotidiano, devido à ausência dos principais acolhimentos, que de acordo com o Estado democrático de direito decorreria da formalização das políticas públicas. Quando as formas e/ou portas de acesso estão cerradas, a única saída na maioria das vezes é buscar o cadastramento em programas de transferência de renda, sendo medidas somente acomodativas, inexpressivas, em relação à perspectiva de mudança através da construção do coletivo, da reflexão, da criticidade enfim, possibilidade de participar do sistema político, econômico, social e cultural. Neste ínterim, muitas vezes desconhecem as políticas públicas de ações afirmativas que se traduzem, em alguns casos específicos, na popular: cotas. “As políticas de atendimento universal precisam se apoiar em ações afirmativas, a exemplo das políticas de cotas, por um longo período de tempo, porque ambas são fundamentais para fazer do Brasil uma sociedade justa.” (IPEA, 2014, p. 547).

Em suma, conquistou-se também: o Estatuto da Igualdade Racial, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, os Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) - Estadual e Municipal, e as respectivas conferências.

Louve-se que existe uma peculiaridade que deverá ser oportunizada de acordo com os ensinamentos do jurista Gomes (2003), que empreendeu que cabe ao Estado tomar as rédeas, as diretivas a seguir, descrevendo que:

Ao Estado cabe, assim, a opção entre duas posturas distintas: manter – se firme na posição de neutralidade, e permitir a total subjugação dos grupos sociais desprovidos de voz, de força política, de meios de fazer valer os seus direitos; ou, ao contrário, atuar ativamente no sentido da mitigação das desigualdades sociais que, como é de todos sabido, têm como público alvo precisamente as minorias raciais, étnicas, sexuais e nacionais. (GOMES, 2003, p.24).

⁹⁰ “O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano (BRASIL, 2015c).

⁹¹ “A inclusão produtiva urbana articula ações e programas que favorecem a inserção no mercado de trabalho seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária. Reúne iniciativas de oferta de qualificação sócio profissional e intermediação de mão de obra, que visam à colocação dos beneficiários em postos de emprego com carteira de trabalho e previdência assinada, de apoio a microempreendedores e a cooperativas de economia solidária.” (INCLUSÃO..., 2015).

Porém, atenta-se e/ou alerta-se que entre riscos e vínculos, a resistência e persistência deverão ser a bússola dos ativistas e do movimento negro contemporâneo.

Ao finalizarmos, após vários dados que demonstraram que existem sérios boicotes e abdicação por parte do Estado - que não propõem políticas públicas que partilhem da garantia da igualdade racial aos brasileiros – observou-se que as ações a nível federal apreendidas são minúsculas, dadas as disparidades ainda existentes. Enfim, o dramático precisa ser repreendido, para que se aflorem propostas que triunfem em defesa deste segmento populacional, sendo coerente aos direitos preconizados na Constituição Federal de 1988, que se encontram pendentes.

CAPÍTULO 4 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL EM ÂMBITO MUNICIPAL: O CAMPO DE PESQUISA

4.1 Contextualização histórica do povo negro São-Carlense

CÁRCERE DAS ALMAS

Cruz e Sousa⁹²

Ah! Toda a alma num cárcere anda presa
 Soluçando nas trevas, entre as grades
 Do calabouço olhando imensidades,
 Mares, estrelas, tardes, natureza.
 Tudo se veste de uma igual grandeza
 Quando a alma entre grilhões as liberdades
 Sonha e, sonhando, as imortalidades
 Rasga no etéreo Espaço da Pureza.
 Ó almas presas, mudas e funéreas
 Nas prisões colossais e abandonadas,
 Da Dor no calabouço, atroz, funéreo!
 Nesses silêncios solitários, graves,
 Que chaveiro do Céu possui as chaves
 Para abrir-vos as portas do Mistério?!
 (LITERATURA INFANTIL, 2012).

Para melhor compreensão deste estudo, faremos um retrocesso ao passado para contar um pouco da história da cidade de São Carlos (SP) e do negro são-carlense, pois para nos apropriarmos do presente, precisamos compreender e entender o passado, a memória dos protagonistas deste estudo.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar, se ela acolher de outra época o alento [...]. (BOSI, 1994, p.82).

Assim, se “recordar é viver”, iremos “abrir as cortinas” da história para contarmos segundo os autores que dela escreveram, a história de São Carlos, que foi no passado a “São Carlos do Pinhal” e, agora no presente é também conhecida pelos seguintes pseudônimos: “Cidade Sorriso, Cidade do Clima, Atenas Paulista, Capital da Tecnologia e Capital do Conhecimento.” (MARTINS, S., 2010).

⁹² “[...] filho dos negros alforriados Guilherme da Cruz e Carolina Eva da Conceição. Desde pequeno recebeu a tutela e uma educação refinada de seu ex-senhor, o marechal Guilherme de Souza – de quem adotou o nome. A família não tinha filhos, então sua esposa passou a cuidar da educação de João, ele aprendeu francês, latim e grego [...]” (LITERATURA INFANTIL, 2012).

Não somente “Aracoara”⁹³ teve a presença marcante de indígenas. “Na época da abertura da estrada de ferro, ligando Rio Claro à São Carlos, foram encontradas urnas funerárias e outros utensílios indígenas próximos à estação Conde do Pinhal.” (TRUZZI, 2007, p.50). Ora, São Carlos não somente foi habitada por nativos, quanto teve suas terras divididas em tiras, as “sesmarias”, como em outro momento abrigou-se um “valongo”, como informado por Brandão (2008), sendo ainda o “ponto de chegada” e/ou de morada de muitos imigrantes africanos, italianos, espanhóis, alemães, portugueses, etc.

Dona de exuberante natureza, muitas águas, fontes e belezas naturais emolduraram o tempo em que ilustramos e a cotidianidade, em que Truzzi, (2007, p. 29) citou nela tem-se os Ribeirões “[...] do Feijão, Lobo, Onça, Pinhal, Quebra-Canela, Mello, Monjolinho, Chibarro, Mineirinho e Pacau [...]”, que deságuam no do Jacaré. Não se esquecendo daqueles, que recordam os atores principais deste estudo, que resistem e insistem nas cenas sociais protagonizadas no século XXI, sendo, os Ribeirões: “[...] das Águas Turvas, dos Negros e do Quilombo [...].” (TRUZZI, 2007, p. 29).

A priori eram somente três Sesmarias⁹⁴, que se chamaram: Quilombo, Monjolinho e Pinhal, que deram origem a comarca contemporânea: São Carlos (SP). (BRANDÃO, M. A. L., 2008). Certamente estes dados demográficos apresentam a existência do poderio monárquico, que “ofereciam” não somente as terras, na condição de posse e/ou dádiva. Enfim, não doavam somente o poder sobre a terra, ofereciam-se o título, a nobreza, que perniciosamente fortaleciam os latifundiários em todos os sentidos, que de barões a coronéis, foram considerados donos da vida e morte de seus “súditos”. Assim:

De 1857 a 1860, período em que Antonio Carlos de Arruda Botelho (Tte Coronel, 1863; Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, 1867; Ordem da Rosa, 1868; Barão, 1879; Visconde, 1883; Visconde Com Honras de Grandeza, 1885; Conde, 1887) é Presidente da Câmara Municipal da Vila (1832) de Araraquara [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.2).

⁹³ Palavra citada por Truzzi no livro: “Café e indústria São Carlos: 1850-1950”, em Araraquara um nome indígena, significa “[...] de ará, dia; e coará, toca ou morada).” (DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO apud TRUZZI, 2007, p. 30).

⁹⁴ “As cartas de doação eram concedidas mediante o compromisso de no futuro o proprietário providenciar certos melhoramentos como a demarcação das terras, a abertura de caminhos, a construção de pontes [...].” (TRUZZI, 2007, p. 32).

A Sesmaria do Pinhal surgiu de uma negociata entre Carlos Bartolomeu de Arruda, de Itu (SP) com um sargento-mor, sendo demarcada em 1831, porém recebeu os primeiros pés-de-café da região em 1840 (TRUZZI, 2007, p.32-33).

Conforme demonstrado, não diferindo de outras áreas, a priori a zona térrea são-carlense originou-se das fazendas que foram desbravadas pelos pioneiros, que construíram suas casas ao redor da igreja, demonstrando o predomínio do catolicismo. Cronologicamente, seus principais fatos sociais, políticos, religiosos e econômicos, aconteceram na seguinte disposição: em 1856 construiu-se a primeira capela; a fundação em 1857; em 1865 foi elevada à condição de vila; e, enfim recebeu os trilhos da ferrovia em 1884 (TRUZZI, 2007).

Trilhas dispostas em suas terras e matas deram “passagem” para sua rápida ascensão, dando-lhe destaque e renome em relação às demais, fato que a elevou como cidade, no ano de 1886. Observa-se nos grifos históricos que em apenas vinte e um anos o povoado encorpou-se, assim, metaforicamente adquiriu a maioria. Ocasão em que contou com 16.104 habitantes (TRUZZI, 2007).

Diga-se de passagem, que era um número significativo de habitantes, pois atualmente, no século XXI, é comum encontrar cidadezinhas brasileiras com este porte. Cita-se que este fato está ligado às plantações cafeeiras que emergiam em suas terras, destacando-se a Fazenda do Pinhal, que teve como aliada a consumação da exportação dos grãos de café, pelos trilhos da ferrovia.

A ferrovia consolidou a ideia de cidade; de uma cidade que estava em desenvolvimento. Ela trouxe também os imigrantes, que chegaram nestas mesmas linhas férreas que transportariam também os cafés colhidos e exportados, para alimentar a nova economia brasileira.

O nome de uma das ruas mais importantes a Avenida São Carlos, que se chamava Rua São Carlos, e a cidade em si, se deve a São Carlos Barromeu (patrono da cidade) e a tradição “Carlina (muitos membros com nome: Carlos)”, em que figurava a família Arruda Botelho (BRANDÃO, M. A. L., 2008, p.1).

Contudo, observa-se que encruzilhadas e disputas avizinharam a fundação da vila, porém ela apresentava uma população representada, por mestiços, nativos, imigrantes e um acentuado número de escravizados, vindos de cidades circunvizinhas ou da Bahia. Neste contexto: “[...] os negros encarnavam quase toda a possibilidade de produção das fazendas em meados do século XIX [...]” (TRUZZI, 2007, p.50).

O poder hegemônico da Igreja Católica está mensurado nos documentos arquivados na Cúria são-carlense, comprovando que os escravizados seguiam o mesmo credo de seus “proprietários” que lhes impunham as regras e normas sociais, políticas, culturais e religiosas. Convivendo nas dependências de seus proprietários, em masmorras descaradas, para usufruir de algumas regalias rendiam-se a certos costumes impostos. Daí, os africanos e descendentes, recebiam os rituais pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana, ou seja, o batismo, matrimônio, e tinham por volta de sua morte a alma encomendada por um pároco.

Segue-se o relato de um batismo:

Aos trinta de maio de mil oitocentos e quarenta e sete o Reverendo Jose Maria de Oliveira baptisou e pos os Santos Oleos a Manoel de deseseis dias filho legitimo de Alexandre e Isabel escravos de Carlos Jose Botelho. forão padrinhos Thomas e Maria escravos do mesmo todos desta. Justino Fer.ra da Roxa [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.3).

Do rito oficializado no sepultamento, tendo a alma recomendada, assim:

Aos quatro de novembro de mil oitocentos e oitenta e seis n'esta Parochia de São Carlos do Pinhal, em Santa Candida, falleceu de velhice Fernando d'Arruda Botelho, de oitenta annos, trabalhador e viuvo de Barbara, escravo de João Carlos de Arruda Botelho cujo cadaver foi no dia seguinte sepultado no cemiterio d'esta, sendo sua alma por mim recommendada. Para constar [...]o Coadjutor Jose Braz de Loureiro [...]. (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.3).

E, em relação aos matrimônios entre os escravizados, consta: “No 'Livro de Assento de Casamento de Escravos (ACD) verifica-se o enlace de Zacarias e Constancia, natural da Província do Ceará, sendo padrinhos Bento Carlos de Arruda Botelho e Manuel M. de Freitas.” (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p. 4).

Percebe-se a partir destas leituras, que São Carlos (SP) sofreu a forte influência das zonas agrárias e, assim vivenciou em suas entranhas a mão de obra escravizada, que influenciou o seu desenvolvimento urbano. Ademais, são estes homens pretos que também irão fazer parte da urbanização do município em voga.

Segundo (CAMARGO, 1952 apud TRUZZI, 2007, p.53)⁹⁵ a estatística relacionada à população escravizada, que ora apresentaremos trata-se dos anos de 1874 e 1886 e as referentes a 1883, 1884, 1885 e 1887 foram extraídos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Relatórios. Deste modo, em relação a

⁹⁵ Expõem-se que as pesquisadoras Silva e Apolinário (2004) também apresentaram a tabela extraída do livro de Truzzi (2007) sobre o número de escravizadas na região de Araraquara, enfatizando que nos detemos somente em São Carlos (SP).

São Carlos, destacou que em: 1874 (1.568), 1883 (3.465), 1884 (3.774), 1885 (3.773), 1886 (2.982) e 1887 (3.726).

Como em outras regiões brasileiras, São Carlos do Pinhal não foi diferente, com as leis que antecederam a “libertação” dos negros e formalização da Lei Áurea em 1888, os latifundiários substituíram vagarosamente os braços negroides pelo imigrante, que veio trabalhar na condição de colono.

Segundo Truzzi (2007, p. 66), os primeiros a chegar foram cem alemães, que vieram por iniciativa do Conde do Pinhal, sendo que:

Nesses dez primeiros anos (1876-1886) que se sucederam à vinda das famílias alemãs trazidas por Botelho, a importação de imigrantes generalizou-se enormemente, a ponto de, já em 1886, cerca de um oitavo (2.051 habitantes) da população total do município (16.104 habitantes) ser constituído por imigrantes estrangeiros [...].

Além do mais, considerando necessário mostrar-se a relação entre negros e senhores, como fato comprobatório, e a riqueza de detalhes históricos em que expressa a relação entre: escravizado e senhor, segue a famosa carta do escravizado Felício Botelho que, de próprio punho, escreveu em pormenores eventos de sua vida laborativa e do Conde do Pinhal.

Jahú, 11 de agôsto de 1917'Ilmo. Snr. Antonio Carlos Botelho. Segue, o Santo retrato de seu avô, que o snr me pediu para mandar. Nem o Snr (acha falta) que é neto não acha tanta falta de seu avô como eu. Eu entrei em companhia de seu avô quanto elle cazou-se com D. Francisca Tehodora Cohelho. Eu estimava esse casar como se fosse pae e mãe meu. Deus me perdoe algum erro delle e della que tenha sua alma no Glória. Eu mais duas rapariga sendo uma irmã minha e Raque e Caçemira seu avô cazou com sua avó estabeleceu em Piracicaba uma armazém de seccos e molhados. Eu de tanta atividade fui copero delle hia arrumar quarto delle encontrava Cinco mil reis aqui - dez acolá. Eu sempre dizia a elle eu tomo conta daqui acho guardo vem outro vai o carrega e eu fico comprometido. Despos elle acho tãî sufficiente a minha pessoa me poz para cacheiro de barco na loja. As couza miúda eu vendia mas quando era conta grande chamava elle na loja.

Eu quando era noite entregava a chave da loja a elle e chegava cedo eu abria a loja espanava e depois sentava na cadeira como um fidalgo a esper de quem viesse comprar. um anno levei esta vida assi depois elle abrio uma padaria eu com um preto que elle tinha. E ahi ajustou um mestre francez para nos ensinar a fazer pão dahi 8 mez seu tio defunto snr João Carlos foi la na caza do Conde para cazar-se com D. Mariquinha Coelho. Então elle formou uma viagem até Limeira e as onze horas da noite chegemos no Pinhal seu brisa avo falou o que elle faz do negócio. A que for molhado eu vendo e a loja muda na Araraquara. seu brisa avô respondeu ahi tropa e carro ahi tivemos dos dias e peguemos a tropa e carro e elle chegou la vendeu a padaria e o armazém e a fazenda infardemo e levamos para Araraquara. E seu tio ficou mal com elle um anno Os dous já morreu Deus que tenha sua alma na Gloria seu brisa avô tinha plantado cinco mil pé de

café e lidava com canna e algodão. Depois invernou a cannavia a jesuino de Arruda que era tropeiro. Eu quando tinha 14 annos elle achou sufficiente para ser feitor mas elle diss que escravo faz o que a senhoria manda dahi a cinco mez e comprou 6 escravo a 11 mez compro 16 escravo 12 dahi a doze mez 28 escravo sendo de rapariga Joaquina minha mulhe para ser criada de Sinhá. Elle foi no Rio comprar escravo foi deixou a boa e volta encontro-a morta. Su brisa avo quando entregou a fazenda a seu avô deixou no testamento as cocaio (para) se elle morrer para por a capela de snr são Carlos nos cocaio dahi a 6 mez elle morreu Ahi seu avô tratou logo disso fui eu elle mas trez rapazes chegemos lá na rua s. Carlos mandou pica fincou trez estaca e foi embora quanto foi 12 horas estava acabado a picada elle pareceu lá ai midimo deu dous alqueire de mata rocemos queimos destoqueamos. Eu fui companheiro de abrir a fazenda de seu pae fui companheiro de abrir a fazenda S. Antonio. fui companheiro de abrir o parmitar fui companheiro de abrir a fazenda serra fui companheiro de abrir a fazenda boa vista fui companheiro de ajudar criar 13 filhos Trabalhei muito com intelligência esperteza quen eu não esperava dessa ingratião que me fizerã dou graças a Deus Dr. Christiano me da um pedacinho de terra para esper que vocês socoran com alguma couza Eu quando enicei a com seu pae elle tinha So um, preto quanto quem que ajudou comprar quando deu liberdade elle estava com mas de quinhentos preto quem ajudou comprar. Aceite minhas lembranças minhas e de muitas lembranças a todos dahi Do preto velho amigo' Felício. (FUNDAÇÃO DE SÃO CARLOS DO PINHAL, 2015).⁹⁶

Após a leitura da carta acima, protagonizada pelo ex-escravo Felício, destaca-se que muito nos lembrou a docilidade apresentada pelo escritor Gilberto Freyre ao falar de sua ama de leite, das mucamas, e do tratamento dado aos negros da Casa Grande. Ou seja, Felício discorreu sobre lealdade e fidelidade aos ideais econômicos do Conde do Pinhal, porém ao final do documento ressalta o desprezo em que foi deixado, quando lhe emitiu a carta de alforria.

Porém, o conteúdo da carta do ex-escravo e feitor do Conde do Pinhal, chamado Felício, citou a polêmica sobre os fundadores de São Carlos, expressando dois líderes (coronéis?) que viviam conflitos políticos partidários, fatos comuns na época: Arruda Botelho e Jesuíno de Arruda. Diante disso, Brandão (2010a), discorre que o hino homenageia estes dois filhos ilustres:

'[...]Se do excelso Jesuíno és a glória
Do Botelho a maior emoção [...]' (Heitor de Carvalho e Vicente Keppe)
(BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.1).

⁹⁶ Está carta foi escrita em 1917, pelo ex-escravizado Felício, enviada ao neto do Conde do Pinhal, pertence a Fundação São Carlos do Pinhal. Ela está contemplada também no estudo de (BRANDÃO, M.A.L., 2010a), sendo de grande valia, pois conta detalhadamente o processo histórico da cidade de São Carlos (SP), nos quesitos econômicos, sociais e políticos.

Contudo, sem proselitismos apreende-se que nesse redemoinho histórico entre ondas e rumores presentes, São Carlos não é o território de uma lenda e/ou fábula, mas teve: barões, baronesas, condes, coronéis e um imperador, que a visitou, em 1886,

Visconde com Honras de Grandeza [em reconhecimento pela constituição da ferrovia Cia da Estrada de Ferro do Rio Claro, funda a seção local da 'Sociedade Promotora das Imigração' e o Imperador D. Pedro II (1825-1891) e comitiva que contou com luminares da escravocracia imperial visitam (05/06/nov) o Município. (BRANDÃO, M. A. L., 2010a, p.9).

O lendário ex-escravo centenário, reprodutor Pata Seca⁹⁷ que viveu 131 anos e teve mais de 200 filhos não foi o único figurante famoso dessa história, ainda tivemos os arquivos vivos apresentados por Aguiar (1998) sendo duas sócias fundadoras que participaram da criação do Clube Flor de Maio, as senhoras: Leontina Lopes e Anésia Cunha e, enfim o Felício, ex-escravizado e feitor do Conde do Pinhal, considerado seu anjo da guarda. Cada qual perpassou seus legados, consecutivamente, o primeiro enquanto reprodutor, deixou netos e bisnetos para contar oralmente as histórias vivenciadas pelos antepassados, já as duas mulheres falaram sobre a criação do clube e o terceiro deixou uma carta famosa (expressa na lauda acima), onde retratou sua vida ao lado do Conde do Pinhal, seu proprietário.

Ademais, ainda pela riqueza da oralidade, conhecemos um pouco dos ex-escravizados Natal e Dona Leonora (SILVA; APOLINÁRIO, 2005) que descreveram a vida em que levavam no cativeiro da Fazenda do Conde do Pinhal. Adjunto a isso, o idoso entremeou um fato, que nos fez recordar do “Bumba Meu Boi” do Nordeste, uma crendice popular, que se proliferou nas regiões brasileiras.

As pesquisadoras Silva e Appolinário (2005) discorreram de acordo com os relatos do Sr. Natal, o castigo decretado pelo Conde do Pinhal que resultou a morte na forca de seu padrinho Jurimão, que era muito “estimado” pelo fazendeiro. Tudo aconteceu devido ao fato de o Jurimão, uma pessoa de boa índole, ter matado um boi de propriedade de seu senhor, trazido da Europa, ação ilícita desencadeada após as falas persuasivas de um italiano que o induziram a isso, por inveja, lhe entregou logo em seguida. Devido a isso, que:

⁹⁷ Estivemos em Santa Eudóxia e conversamos com a neta do Sr. Roque Florêncio, o “Pata Seca”, a Sra. Madalena Florêncio, averiguando que infelizmente a memória e história sobre este senhor perdeu-se, o que existe foi publicado por Pereira ([2005]).

[...] uma jovem, dançarina de uma escola de samba (portanto, num outro tempo), que durante um baile havia dançado com um lindo rapaz, que se revelou ser o diabo, pois ao final do baile, ao retirar o chapéu, ficaram evidentes seus dois chifres. Em seguida, apareceu um touro bravo no clube de São Carlos. Seria esse o momento da vingança, em nível do imaginário do Jurimão, o padrinho honrado que ficou com fama de ladrão, porque foi traído pelo calabrês? Seria esse o momento da recusa das injustiças cometidas com os negros? Seria essa a explicação do aparecimento do boi bravo no clube da cidade onde fora enforcado Jurimão? (SILVA; APPOLINÁRIO, 2005, p.87).

Ora, conta-se na cultura popular brasileira que:

O bumba meu boi é um auto, onde o tema principal é a morte e a ressurreição de um boi. O enredo básico do bumba-meu-boi conta a história de um boi de estimação de um fazendeiro rico que é morto pelo empregado negro, Pai Francisco. Pai Francisco mata o boi para atender ao pedido de sua esposa, Catirina, que está grávida e sente desejo de comer a língua do animal. Descoberto como autor do crime, Pai Francisco confessa e é levado preso. Mas, por intermédio da magia praticada por um curandeiro indígena, o boi ressuscita, Pai Francisco é perdoado e tudo termina bem, dando motivo para os cantos, as danças e a alegria [...]. (MUSEU CASA DO PONTAL, 2015).

Foi ou não foi? Fica um mistério, que se resguarda na memória e escritos do período em que essas pessoas foram figurantes, em que a credence popular estampava a memória desse povo. “Quando morrem as vozes dos avós, sua época nos aparece como um caminho apagado na distância. Perdemos os guias que o percorreram e saberiam conduzir-nos em suas bifurcações e atalhos [...]” (BOSI, 1994, p.421). Deste modo, não profanemos o passado, pois ele delega as nossas ações contemporâneas. O que seríamos sem a memória? Memória, que nos mostra as principais dissonâncias e nuances?

Assim, buscando reencontrar fatos e contextos que denotem como estão os descendentes dos escravizados que por volta da alforria rumaram para as zonas urbanas, prosseguimos com nossa incansável busca... É narrar, visando eclodir com pactos e incoerências retrógradas, para romper com o pragmatismo que ousa em manter-se na sociedade contemporânea “O poder político exprime muito mais uma confluência da vontade da aristocracia que um arranjo ou acomodação da aristocracia com os demais grupos sociais.” (FERNANDES, 2007, p.291).

Entre um passado imerso em controvérsias, compartilharemos a seguir dos rastros e andanças que nos levaram ao encontro dos sujeitos deste estudo na contemporaneidade.

4.2 Metodologia da pesquisa: o “olhar” aos sujeitos inseridos na política pública municipal

HAITI

Caetano Veloso

Quando você for convidado pra subir no adro
 Da fundação casa de Jorge Amado
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
 Dando porrada na nuca de malandros pretos
 De ladrões mulatos e outros quase brancos
 Tratados como pretos
 Só pra mostrar aos outros quase pretos
 (E são quase todos pretos)
 E aos quase brancos pobres como pretos
 Como é que pretos, pobres e mulatos
 E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
 E não importa se os olhos do mundo inteiro
 Possam estar por um momento voltados para o largo
 Onde os escravos eram castigados [...]

Neste caminho, isto é, na pesquisa, no percurso metodológico trilhado, levamos em consideração as condições apresentadas pela política pública de assistência social no quesito étnico-racial, enfatizando a consolidação, ampliação da cidadania e emancipação democrática desses sujeitos, conforme a convivência e vivência da cultura em si.

Para a apropriação do conhecimento teórico que fomente a realidade contemporânea das zonas urbanas, no que tange às questões étnico-raciais, este estudo buscou apresentar dados que respondam aos questionamentos que interferem na vida cotidiana destes cidadãos, entendendo-se que:

A construção de uma pesquisa envolve a criteriosa observação de aspectos importantes, no que diz respeito ao rigor científico dos elementos fundamentais que a compõem, isto é, a delimitação do problema e do objeto de investigação, a definição dos objetivos, bem como a descrição do caminho metodológico a ser seguido. (FERREIRA; SILVA, 2012, p.608).

Conforme dito na citação acima, feita a seleção do objeto de estudo e suas especificidades procurou-se estreitar uma relação mais profícua com estudos que pudessem trazer conhecimentos que servissem como suporte, alicerce e ponto de partida da investigação que se faz.

O caminho ou, o percurso metodológico seguido se apropriou de mediações que foram trabalhadas na pesquisa a partir do problema, que se apoiou em referenciais teóricos, que deram suporte e aporte explicativo aos dados

coletados. Os sujeitos históricos selecionados para serem averiguados tornaram-se nossa meta que previu durante o desenrolar e término da pesquisa em: desfazer, fazer e refazer as condicionantes que seguem de tempos remotos a cotidianidade contemporânea dos afro-brasileiros. A partir disso, compreende-se que:

Em todas as etapas da pesquisa etnográfica, o referencial teórico e o exame de literatura do tópico pesquisado são fundamentos essenciais para que o pesquisador reflita sobre os dados observados e para que possa construir conceitos relevantes e que contribuam para uma ampliação do conhecimento e do debate sobre o tópico pesquisado [...]. (MAINARDES, 2009, p.105).

Os referenciais teóricos e o exame de literatura sobre o assunto, foram essenciais para a seleção dos sujeitos da pesquisa, que se deram através das atitudes subjetivas e concretas, destaca-se que de forma enfática puderam contribuir com o desvendar das situações observadas. A partir de tal conduta adjunta à formação e prática profissional em Serviço Social do pesquisador, que muito qualificou estes primeiros contatos, selecionamos os protagonistas do estudo, ou seja, os atores sociais, que formalizaram o universo da pesquisa⁹⁸. Os sujeitos sociais foram constituídos pelos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de São Carlos, e/ou no Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette dos Santos”.

A partir de então, assumimos como proposta investigativa pesquisar e observar como o órgão público estava estruturado e definido diante da Divisão de Igualdade Racial. Validamente, notou-se que: “Para o sucesso da pesquisa, é fundamental desenvolver boas relações com as pessoas envolvidas e observar da forma mais atenta e cuidadosa possível os aspectos relacionados às questões éticas [...]” (MAINARDES, 2009, p.107).

É necessário destacar que a formulação da secretaria municipal é algo diferente/inovador, visto que a própria política de assistência social não incorporou a questão dos negros urbanizados em sua normativa. Deste modo, pesquisamos para pensar na possibilidade de inserir-se o assistente social neste assunto, na intenção de promover-se o empoderamento e a cidadania dos afro-brasileiros. Pois:

⁹⁸ Em relação aos sujeitos entrevistados, informamos que alguns foram selecionados aleatoriamente, e outros indicados pelo profissional do equipamento público ligado ao órgão municipal e/ou pelo pesquisador (por ter optado por entrevistar somente negros).

Há um descompasso entre as pesquisas desenvolvidas na universidade e a realidade de milhões de brasileiros que são atingidos cotidianamente pelo racismo e pela discriminação racial e que se traduz na escassez de publicações – importantíssimas – destinadas ao profissional de Serviço Social (EURICO, 2011, p.104).

Apropriados destes conhecimentos e apreensões, a análise investigativa avaliou como decorre a introdução e operacionalização de políticas públicas de assistência social e o exercício dos profissionais assistentes sociais são-carlenses junto a Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por isso conversamos, discutimos e refletimos sobre a atual realidade da população atendida, prevendo consolidar a produção de conhecimento em Serviço Social. Nesse sentido:

O enraizamento científico da produção do conhecimento em Serviço Social, orientado pela direção social contra-hegemônica, confere um lócus de legitimidade à pesquisa em Serviço Social, embora o processo de legitimidade-legitimação seja contínuo em suas relações externas, interdisciplinares e institucionais. (SPOSATI, 2007, p.18).

Mediante o desafio de desvendar algo polêmico para a sociedade brasileira, prosseguimos, garimpamos dados na história pregressa e atuais para identificar-se o lugar em que o negro brasileiro encontra-se e, qual é o respaldo político perpassado pelo Serviço Social a esta demanda.

Neste aparato, buscamos aproximar ao máximo os dados bibliográficos da pesquisa investigativa. Deste modo, nesse arcabouço histórico-crítico, definiu-se a amostra pelos seguintes sujeitos: servidores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e da Divisão de Promoção da Igualdade Racial, a saber: quatro profissionais, dois servidores técnicos e cinco munícipes afro-brasileiros, os quais foram entrevistados.

É bom destacar que os sujeitos da pesquisa fazem parte do contexto de trabalho e de prestação de serviços aos usuários do Serviço Social municipal. “A observação de fatos, comportamentos e cenários é extremamente, valorizada pelas pesquisas qualitativas [...]” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDZNAJDER, 2002, p. 164).

Os critérios utilizados para a seleção dos profissionais decorreram dos atendimentos cotidianos formalizados pelo órgão público, porém os usuários negros foram selecionados aleatoriamente pelo pesquisador, e indicados pelos profissionais entrevistados, lotados nos equipamentos municipais: CREAS, dois CRAS de localidades distintas, Plantão Social e da Divisão de Igualdade Racial. Assim, a

escolha dos sujeitos da pesquisa foi intencional, com o intuito de avaliar se participam das propostas deste estudo. Neste sentido:

[...] a escolha do campo onde serão colhidos os dados, bem como dos participantes é proposital, isto é, o pesquisador os escolhe em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDZNAJDER, 2002, p.162).

Com base nas provisões teóricas e questionamentos sobre o assunto, conhecemos o campo de pesquisa⁹⁹ para definir e elaborar os critérios para determinar os sujeitos da pesquisa. Em termos gerais, a previsibilidade e definição destes itens colaboraram para o rigor e relevância deste estudo.

Tais propostas investigativas mostraram a realidade social, cultural, e política dos afro-brasileiros. Partindo dessa expressividade, apontamos como a política de assistência social poderá assegurar a efetivação da garantia de direitos aos descendentes dos escravizados, sendo estes relacionados a um legado histórico de negação e subjugação destes seres sociais. Em contrapartida, nos embasamos em argumentos, em dados estatísticos recentes de pesquisas em âmbito nacional, sendo prementes para dar-se credibilidade ao estudo.

No percurso metodológico, a pesquisadora atentou para os indicadores sobre o acesso a serviços sociais, de educação e outros, revelados em estudos contemporâneos que oportunizaram a indução de hipóteses e questionamentos sobre dados atuais, somados ao êxito da pesquisa.

Preestabelece-se o uso, na coleta de dados da pesquisa qualitativa, de entrevistas semiestruturadas na intenção de apropriar-se de conhecimentos relacionados aos atendimentos demandados pela política pública de assistência social e de igualdade racial, segundo as falas dos entrevistados. Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.27), a pesquisa qualitativa:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas [...].

⁹⁹ O maior obstáculo foi o tempo reduzido para a realização da pesquisa de campo, devido à morosidade dos trâmites burocráticos para o início da coleta de dados, que se findaram somente no segundo semestre de 2015.

No decorrer da coleta de dados, nos apropriamos inicialmente da observação, acessando dados históricos, através de bibliografias, principalmente artigos de pesquisas recentes de pesquisadores principalmente da UFSCar e USP, dos Jornais da Prefeitura Municipal de São Carlos, atuais e retrógrados, condizentes ao estudo em questão. Alves-Mazzotti e Gewandznajder (2002, p.168), consideram:

[...] como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc, podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem ser muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada [...].

As entrevistas foram acompanhadas das observações participantes, sendo essenciais para o entendimento do processo de trabalho elaborado para os principais sujeitos da pesquisa (os negros), que se fundiu a estudos considerados importantes para responder a alguma indagação surgida ao longo do estudo¹⁰⁰. As entrevistas foram formuladas em cima de reflexões emergidas durante o processo de pesquisa, que se configurou na labuta cotidiana dos membros pertencentes à comunidade negra e a possibilidade de se propor atendimentos, segundo a política de assistência social e o fazer profissional de os assistentes sociais.

Considerada de ímpar importância por Estrella (2006, p.121-122),

A entrevista é um dos instrumentos mais conhecidos e utilizados em estudos e investigações. Através dela suscitamos um canal de comunicação para obtermos as mais diversas informações: podemos reconstruir histórias, provocar a memória, refletir sobre o passado, sobre o presente e exercitar a mente para o futuro [...].

Em atenção à riqueza dos detalhes que se redundaram na qualidade e credibilidade da pesquisa usamos gravador e diário de campo¹⁰¹ para arquivarmos o maior número de dados possíveis. Em respeito à subjetividade e direitos

¹⁰⁰ Cita-se como exemplo, nossa passagem pelo subdistrito de Santa Eudóxia, onde procuramos conhecer e averiguar a existência de familiares do ex-escravizado Pata Seca e do quilombo, porém o que soubemos está publicado pelo historiador Pereira [(2005)], o popular “Mineiro”. Ora, retrata-se que um dos sujeitos entrevistados, mora numa casa simples (de fundos) que contém três cômodos, que contemplam móveis e eletrodomésticos em condições de uso. Enfim, vivem modestamente e são atendidos **pela unidade pública** de assistência social.

¹⁰¹ O diário de campo nos orientou durante a formalização da coleta de dados, inclusive algumas observações desse estudo, foram anotadas e transcritas para este capítulo, dedicado a contar os relatos das pesquisas realizadas nos equipamentos visitados.

resguardados dos entrevistados, segundo o que roga o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitamos o fato de alguns não terem aceitado a gravação da entrevista, formalizando-se por escrito suas respostas.

Os dados foram coletados segundo a experiência perpassada principalmente no cotidiano de trabalho por parte dos servidores técnico-administrativos da Secretaria Municipal de assistência social e Divisão de Política de Igualdade Racial, assistentes sociais e dos negros usuários das políticas de igualdade racial e da assistência social.

Logo ao acabar a coleta, os dados foram organizados, considerando os sujeitos pesquisados, as etapas da pesquisa e os dados extraídos através das observações no *lócus* da pesquisa e a coletânea de bibliografias e base teórica condizentes ao tema. Para Queiroz, (1992, p.19):

A proposição das questões a serem estudadas, a coleta e a análise dos dados, dependerão em grande parte do grau de assimilação crítica das teorias pelo pesquisador – entendendo-se por assimilação crítica a reflexão aprofundada do pesquisador sobre os conjuntos de abstrações que já encontra prontos ao iniciar o trabalho [...].

Ainda expressamos que o projeto de pesquisa relacionado a esta tese foi remetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus Franca (Unesp/Franca) com a aprovação datada em 6 de agosto de 2015, conforme cópia anexa às páginas 323 e 325 desse estudo.

A exposição final deste estudo, em que permeiam a coleta de dados e a interpretação deles segundo significantes referenciais teóricos relacionados ao assunto, segue nos próximos dois subcapítulos, este quarto e último capítulo.

4.3 Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e a estrutura organizacional

[...] apesar de tudo, é possível contribuir – e muito – para a melhoria das condições de vida das classes populares, dos setores marginalizados da sociedade, com a ação do governo municipal. (LESBAUPIN, 2000, p.39).

Por que São Carlos? O município foi selecionado para “observar-se” como produz e (re)produz-se a trama social dos negros, a partir da proposição da fusão,

elo da política de assistência social e igualdade racial. Assim, procurar-se-á analisar os contextos e (des)contextos do cenário social, em que se constrói e (re)constrói a vida concreta e subjetiva destes sujeitos sociais.

A escolha da cidade como lócus de pesquisa deste estudo se deve ao fato de ser a única cidade da Região Administrativa de Araraquara¹⁰² (SP) (Central) que comporta em sua gestão pública a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, contemplando segmentos que estão particularizados em divisões, sendo uma delas específica para tratar dos assuntos relacionados à política de igualdade racial municipal, ou seja: Divisão de Política de Igualdade Racial. Ora, fortalecendo a premência de se efetivar a pesquisa no município descrito, explica-se que existem três prefeituras¹⁰³ que possuem o quesito racial em secretarias de sua gestão pública, sendo denominadas: “cidadania”, porém somente a são-carlense é regida pela assistência social.

Mensura-se que o arquivo enviado pela Coordenadora de Política para a População Negra e Indígena do Estado de São Paulo¹⁰⁴ denotou o desempenho, atribuições, execuções, enfim metas que priorizam como finalidade a questão racial nas gestões públicas locais. Não causando estranhamento, soube-se que estas ações ainda estão no gargalo, nas arestas da sociedade capitalista, que não garante os direitos elementares aos negros.

Decodificando tal informação, incorporam-se a este estudo as três secretarias municipais que possuem este viés de atendimento. O capítulo dessa história precisa estar projetado por leis, acordos e/ou políticas públicas, segundo os

¹⁰² Estas foram as cidades que participaram da 3ª Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Araraquara, em 13 de julho de 2013, sendo: “[...] Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lucia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiju, Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro e São Carlos [...]” (ARARAQUARA..., 2013, grifo nosso).

¹⁰³ Estas preciosas informações foram enviadas através do e-mail: elisalucas2011@bol.com.br, datado em 12 de março de 2015, ou seja, pertencente à Profª. Coordenadora da Coordenadoria de Políticas para a População Negra e Indígena (CPPNI) da Secretaria da Justiça de São Paulo, Elisa Lucas Rodrigues. A representante estadual mandou informações sobre as Secretarias, Assessorias e Coordenadorias que contemplam o quesito étnico-racial, Conselhos Municipais e Estaduais de Assuntos da População Negra ou Indígenas e Convênio São Paulo Contra o Racismo. Consta no documento R. A. Ações Afirmativas, que o Estado de São Paulo está dividido em regiões administrativas, sendo: Região Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas, de Registro, de Bauru, de Marília, de Sorocaba, de Ribeirão Preto, de Araçatuba, de Franca, da Baixada Santista, de Barretos, de São José dos Campos, de São José do Rio Preto, de Presidente Prudente e de Araraquara (Central), sendo que o município pesquisado pertence a última descrita. (RODRIGUES, 2015).

¹⁰⁴ Idem.

ideais da municipalização. Neste ínterim, destacam-se o trio¹⁰⁵, sendo: Prefeitura Municipal de São Carlos, Araraquara e Taquaritinga.

A primeira, *locus* deste estudo é portadora da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, órgão público municipal responsável pela implantação, implementação, execução e operacionalização da política pública de assistência social. Segundo consta (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, [2013a]), está regulamentada/estruturada da seguinte maneira, em:

Departamento de Assistência Social
 Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 Divisão de Políticas e Atendimento à População em Situação de Rua
 Divisão de Políticas e Atendimento ao Idoso e às Pessoas Portadoras de Deficiência
 Divisão de Políticas para as Mulheres
 Divisão de Políticas para Diversidade Sexual
 Divisão de Proteção Social Básica
 Divisão de Proteção Social Especial
 Seção de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Risco
 Departamento de Planejamento Social e Gestão Orçamentária
 Divisão de Apoio aos Centros Comunitários e Centros de Referência de Assistência Social
 Divisão de Cadastro Único
 Seção de Apoio Administrativo e Financeiro.

Há, entretanto, em sua estrutura organizacional a Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que visa à superação das desigualdades do povo negro são-carlense, justificando o estudo em voga.

Já, na Prefeitura Municipal de Araraquara as políticas de assistência social e igualdade racial estão desarticuladas, representadas por secretarias distintas. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social atende através do: Cadastro Único; Conselho Tutelar; Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Subvenção do Transporte; Unidades Descentralizadas da Proteção Social Básica e Unidades Descentralizadas da Proteção Social Especial (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, [2015a]).

Por outro lado, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Participação Popular, tem um recorte ideológico resguardado pelas políticas com caráter transversal e inclusivo, sendo:

Coordenadoria da Participação Popular;

¹⁰⁵ Para a obtenção de dados sumários sobre a estrutura das três secretarias fizemos uma pesquisa em sites das prefeituras municipais, que dispõem desses detalhamentos em suas páginas.

Coordenadoria de Articulação;
 Assessoria de Políticas para a Juventude ;
 Gerente de Incentivo Digital;
 Coordenadoria Executiva de Políticas para Mulheres/Centro de referência da mulher;
 Coordenadoria Executiva de Gestão e Controle;
 Coordenadoria Executiva de Políticas Públicas para a promoção da igualdade Racial;
 Assessoria especial de políticas para diversidade sexual;
 Assessoria Especial para pessoas com deficiência;
 Gerência de Incentivo ao Acesso Digital – Telecentros (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, [2015c]).

E, por último destaca-se que a Prefeitura Municipal de Taquaritinga, apesar de conjugar a cidadania em seu nome, não elenca especificamente a política relacionada à temática em tela. Deste modo, possui as Secretarias ligadas a área social, sendo:

- Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania:

Departamento de Fomento Econômico e Desenvolvimento Empresarial;
 Divisão de apoio às Atividades Micro-Empresariais;
 Departamento de Trabalho e Emprego;
 Divisão de Amparo ao Cidadão Desempregado;
 Departamento de Apoio e Proteção às Relações de Consumo (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA, [2015a]).

- Secretaria de Promoção Social:

Departamento de Amparo e Proteção;
 Divisão de Amparo à Criança e à Família;
 Setor de Combate ao Trabalho Infantil;
 Setor de Assistência ao Idoso;
 Setor de Amparo a Doentes;
 Divisão de Promoção Social e Renda Cidadã;
 Setor de Cursos de Capacitação;
 Departamento de Assistência e Promoção Social;
 Divisão de Centros de Assistência e Promoção Social;
 Setor de Atividades de Referência Especializada;
 Setor de Bem-Estar Social;
 Setor de Apoio às Instituições (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA, [2015b]).

Com base nesta pesquisa inicial, realizada em sites das vinte e seis prefeituras, extraíndo estas primeiras, descreve-se que as demais conjugam de secretarias de assistência social, promoção social (ligadas à lógica do favoritismo, os populares Fundo Social de Solidariedade), percebendo que em alguns deles, nem sequer mencionavam o serviço referente à área social prestado na cidade.

O contexto que expomos, é permeado por várias práticas; práticas que discutem mudanças e/ou persistem na velha hipócrita política partidária brasileira,

que teima em continuar em cena. Em suma, a partir dessa premissa, nos fixaremos em dados coletados com o S.1 (sujeito 1)¹⁰⁶.

Em atenção ao nível acadêmico, à trajetória profissional, e se é funcionário contratado e há quanto tempo trabalha para o governo municipal de São Carlos, respondeu que:

Formação acadêmica – tenho curso superior em [...]. A minha trajetória na área política. Faço campanha há cerca de vinte e três anos, sempre dentro do PSDB. Fui assessor de vereador no mandato passado¹⁰⁷ [...] me formei em Santos, morei em Santos por algum tempo e depois aqui em São Carlos trabalhei em instituições e também tive [...] própria. (S.1)

Em tempo de transições que interferem significativamente na vida dos cidadãos, pensa-se que o gestor tem que ser mais que possuidor de um nível acadêmico, mas de uma construção histórica política, de luta, respeito e dedicação às causas sociais, à cidadania em si. Ademais, não ficar limitado somente ao gerenciamento, pois neste cenário contemporâneo é necessário que o profissional não se prenda a posturas clássicas, mas visualize a possibilidade da transformação social das pessoas para quem dirigirá sua prática profissional.

Segundo Gonçalves (2003, p.90 apud BORGATO; ALVES; OLIVEIRA, 2008, p.9):

O gestor necessita estar sempre em prontidão, capaz de pensar a crise no movimento da imbricação do econômico, do social e do político e promover a negociação de interesses com uma habilidade singular em tomar decisões fundamentadas, ter iniciativa, procurar a transparência [...].

Neste cenário urbano, recheado de novidades, que tanto são positivas quanto negativas, que desembocam na área social, entre eloquentes discursos o Recursos Humanos (RH) congregado para o atendimento do núcleo em questão, deverá ser versátil, com um olhar para o futuro, emitindo sempre possibilidades, intencionadas pela esperança e luta. Pensando no tónus, em que a política de assistência social representa para aqueles despossuídos de bens pelo sistema opressor, pedimos que explicasse um pouco sobre a dinâmica e a estrutura

¹⁰⁶ Explicamos que os sujeitos pesquisados serão reconhecidos pela letra S., que serão indicados por números, para resguardar a identidade de cada um.

¹⁰⁷ Procuramos resguardar a função em que o entrevistado exerce atualmente no governo municipal.

organizacional da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e, suas respectivas divisões.

Na verdade a Secretaria é bem extensa. Ela trabalha, ela fala de diversos assuntos; [...] a parte da assistência social está dividida em uma diretoria, depois [...] dessa diretoria nós temos as divisões, [...] a proteção básica e a proteção especial. E [...] algumas divisões... [...] a divisão da mulher, do idoso, do atendimento ao idoso e a pessoa com deficiência. Temos a pessoa em situação de rua [...]. O cadastro único, é uma divisão que cuida de todo o Cadastro Único [...] Então é assim, na proteção básica, a gente divide o município de que forma, a proteção básica é responsável pela prevenção. Dentro da proteção básica, nós temos cinco CRAS, seis Centros Comunitários, um Centro de Referência do Idoso [...] divididos nos territórios do município. E, temos o CREAS que atende a população vítima de violência. Dentro do CREAS, nós temos a Divisão de Políticas para Mulheres, do Atendimento ao Idoso e ao Deficiente e uma Seção que cuida da Criança e Adolescente vítima de violência, através do CREAS, [...]. Depois temos também o CREAS – moradores de rua, que é o Centro POP, que são as pessoas em situação de rua. Dentro dele a gente tem, além do espaço de atendimento, a equipe técnica, temos uma Casa de Passagem também acompanhada na Divisão. Na criança temos a Casa de Acolhimento Infantil. Hoje são duas casas, divididas por idades e depois disso temos as divisões diretamente ligadas ao gabinete, que seriam as Divisões relacionadas aos Direitos Humanos, que é a Igualdade Racial e a Diversidade Sexual. Daí, temos o Cadastro Único que fica dentro da sede, onde todas as pessoas que fazem o Cadastro Único [...] trazendo toda a documentação, tudo acompanhado pela sede. Estas são as divisões que a gente trabalha. (S.1).

Fazendo uma leitura panorâmica dos dados emitidos, pode-se dizer que o órgão público atende uma demanda diversificada impactadas pelas amplas mudanças na economia, que em tempos presentes é domada pelo neoliberalismo, que flagela com a vida dos miseráveis. Neste cenário nefasto Lespaupin (2000, p.34) concluiu que:

[...] a redução do Estado social e a liberação do mercado tende a criar uma grande massa de desempregados e de subempregados para os quais a sociedade nada oferece nem pretende oferecer: são 'os excluídos desnecessários' [...].

Ora, o município pesquisado não difere em nada de outras localidades brasileiras, portanto para atendê-las também é adepto ao SUAS, que possui um arcabouço de itens a serem seguidos. Deste modo, o interpelado destacou como decorre a dinâmica da Secretaria, que busca atender no tocante à prevenção, através da Proteção básica (CRAS), estendendo para a Proteção Social Especial – legitimada nos CREAS, sendo esta específica para as pessoas em que os vínculos estão rompidos, com viés emergencial e pontual. Ao final, citou que as divisões

relativas aos Direitos Humanos são ligadas ao gabinete do Prefeito, sendo: Divisão de Política para Diversidade Sexual e Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, porém o folder explicativo sobre a secretaria que nos foi entregue, as mantém adjuntas ao órgão público.

A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social¹⁰⁸, situada na Rua Conde do Pinhal, 2.228 – Centro, divide-se em:

Departamento de Assistência Social:

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): CRAS São Carlos 8 e Região, CRAS “Astholpho Luis do Prado” (Santa Felícia), CRAS Cidade Aracy, CRAS “Maria Bernadete R. Ferrari”, CRAS “Santa Eudóxia”¹⁰⁹ e Plantão Social (sede);

Centros Comunitários (C.C.): C.C. Água Vermelha, C.C. Parque Delta, C.C. “Castelo Branco”, C.C. “Maria Stella Fagá”, C.C. “Dom Constantino Amstalden”, Estação Gonzaga – Eco e Centro de Referência do idoso “Vera Lúcia Pilla”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2013b, [s.d.]).

Centro de Referência de Assistência Social (CREAS I): Divisão de Políticas de Atendimento ao Idoso e Pessoas com Deficiência; Divisão de Políticas para as Mulheres, Centro de Referência da Mulher; Seção de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, Núcleo de Atendimento Integrado (NAI); Centro POP, Casa de Passagem; duas Casas de Acolhimento Infantil e a Casa Abrigo da Mulher. E Divisão de Políticas para Diversidade Sexual e Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2013b [s.d.]).

Departamento de Planejamento Social e Gestão Orçamentária:

- Divisão de Apoio aos Centros Comunitários e Centros de Referência de Assistência Social, Divisão de Cadastro Único.

Ao definir o objetivo da secretaria, consta que é destinada a:

¹⁰⁸ Os dados acima são do encarte: Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (2013b).

¹⁰⁹ No dia da entrevista, (S.1) informou que o Centro Comunitário Santa Eudóxia passou a ser designado CRAS e também havia aumentado o número de equipamentos de atendimentos, que acrescentou: Casa de Passagem, duas Casas de Acolhimento Infantil e a Casa Abrigo da Mulher.

[...] realizar as políticas setoriais visando o combate à pobreza, a garantia dos mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências e a universalização dos direitos sociais, propiciar a participação da população, por intermédio de organizações representativas, na formulação das políticas sociais e no controle das ações, coordenar programas de amparo à família, às mulheres, ao idoso, às pessoas portadoras de deficiência, à população em situação de rua e às crianças e adolescentes em situação de risco, **coordenar as políticas de promoção da igualdade racial e de gênero, bem como, de combate a todas as formas de discriminação**; coordenar as atividades relativas ao Núcleo de Atendimento Integrado – (NAI) e gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2013b, grifo do autor).

Mediante o panorama apresentado em que destaca, detalhadamente, como ocorrem os atendimentos destinados aos usuários da política de assistência social municipal, prosseguimos com nossas inquietações arguindo sobre o papel da Divisão de Política de Igualdade Racial no município, e em quais locais os negros são-carlenses estão concentrados. Ora, falou que:

São Carlos não tem um local de grande concentração de negros. Eles estão misturados com toda a população [...]. Não tem um local discriminado, aqui tem negro, aqui tem branco... São Carlos é bem aberto a isso (não tem um bairro onde se concentra mais assim?) Não... Não... A gente pode se dizer bairros de vulnerabilidade. Não que tenha diferença racial. Isso não [...] Existia até, falam que a Vila Nery era um bairro dos negros, [...]. Hoje já não tão, porque já se espalhou, é difícil dizer. Então São Carlos, ele não tem um território que tá direcionado uma população negra ou japonesa, ou branca, amarela, nada... Tá bem misturada. Então, é difícil falar sobre isso. (S.1).

Compartilhou o interlocutor que não existe um local onde estejam segregados, pois em sua concepção esta questão tornou-se heterogênea na sociedade são-carlense. A isso, descreveu que existem sim bairros vulneráveis, reforçando que “falam” que a Vila Nery foi considerado um bairro de negros. Assim, observa-se que não acredita que vivam segregados, ou que existam guetos.

Investigando o passado, de acordo com a pesquisa de mestrado realizada pela arquiteta e urbanista Natália Costa no final do século XIX, os fazendeiros passaram a investir em imóveis localizados na cidade, tornando-se proprietários de comércios que eram locados, transferindo o poder e o prestígio social também para a zona urbana (COSTA, 2015).

Segundo a pesquisadora como medida higienista no final século XIX, ocorreu a demolição de vários cortiços construídos em São Carlos (COSTA, 2015). Esta foi uma forma encontrada para distanciar os pobres da área central, que não combinavam com os ares de modernização em que o país adotara, explicando que

alforriados os negros das fazendas juntaram-se aos brancos pobres nas vilas: Nery, Pureza e Isabel, sendo a última localizada próxima às zonas rurais.

Na Vila Pureza, havia um espaço chamado Bola Preta ou Cinzeiro, bastante conhecido pelos moradores da cidade como um reduto de ex-escravos, pois ali se concentrava grande número de negros que construíram suas casas e ocuparam o espaço. (COSTA, N. A., 2015, p. 83).

Nas fazendas, no lugar das senzalas, surgem as colônias (regime colonato). Pensa-se que a problemática racial em São Carlos foi diluída, devido à presença marcante da chegada dos imigrantes iniciada em 1880, sendo considerada uma das cidades mais procuradas deste estado, ora ela recebeu também migrantes nordestinos afugentados da seca (TRUZZI, 2007, p.66-68). Deste modo, desafia-se pensar que os imigrantes, segundo o ideal do branqueamento, mudaram a realidade social dos municípios, que foi tomado pela massa humana branca, oriunda de países ocidentais. O nó da questão é que existia uma discrepância entre as condições do ex-escravizado diante do homem europeu.

Os espaços urbanos que se transformaram em espaços de resistência e manifestações de costumes, da cultura, religião, de construção de identidade, que coletivizada, reforça a possibilidade de se formalizar as políticas públicas de ação afirmativa. Ali, formaram-se espaços segregados munidos pela “esperança, dor, alegria e enfrentamento”.

A formação destes bairros, podem ao longo dos anos ter se transformado em espaços apartados, que reproduzem o cotidiano da comunidade negra, porém estão desprovidos de um censo que aponte o número de negros no *locus* para onde vieram. A nosso ver, é interessante eles (os negros) estarem distribuídos no espaço sócio territorial, porém preocupa saber: Em quais circunstâncias? Recebem atendimentos que considere sua herança genética?

Preocupados com a vida cotidiana dos negros em São Carlos, ante a preciosidade de ter a possibilidade de se consolidar políticas públicas que levem em consideração os traços africanos, questionamos se existem projetos, programas e ações educativas proporcionadas pela divisão de política de igualdade racial, destacou que:

Ah... Cabe à Divisão da Igualdade, a promoção de políticas para a igualdade racial, tanto no que diz respeito à proteção básica, como também especial, [...]; e divididos em encaminhamentos. Por isso, que nós temos no Centro Afro um espaço aberto para os cursos de capacitação, de inclusão no emprego. Por que acho que isso é muito importante. Lá a gente tem um espaço ali da área cultural, então dança, exposições. [...] está diretamente aberto a políticas públicas mesmo, [...] para desenvolver políticas públicas. E também para o atendimento quando necessário, de alguma violência, podendo orientar os órgãos que atendem diretamente, por exemplo, encaminhar para o atendimento do CREAS, que atende a população vítima de violência. Então tudo depende de qual é o problema, [...]... Mas, na verdade, a ideia é essa... É... realmente trabalhar com políticas preventivas, inclusive estamos montando um curso, vamos abrir um PID – Programa de Inclusão Digital. Já tá quase pronto [...] Então estamos fazendo tudo pra iniciar o mais rápido possível. Tá faltando só um ar condicionado ali pra que a gente possa realizar [...] a inclusão digital. Sempre pensando nisso, capacitação x mercado de trabalho. (S.1).

De certa forma, se promovem ações que são emanadas do MDS, através da esfera federal, como é o caso dos cursos do PRONATEC, sendo uma medida elencada no “Brasil Sem Miséria”. Todavia, é premente que se poderia ter outros alinhavos com universidades e faculdades do município (através de parcerias/cursos de extensão). Cursos capacitacionais são de suma importância, porém, seria muito produtivo, introduzirem-se encontros socioeducativos¹¹⁰ em bairros vulneráveis para fortalecer-se a identidade dos afro-brasileiros, dinamizarem-se o oferecimento de cursinhos populares (para vestibulares e concursos públicos), almejando concorrerem às cotas em universidades e no mercado de trabalho. Ainda, cursos de culinária, saúde, cultura africana, etc., sempre deliberando a participação de figuras autodidatas e acadêmicas ligadas à questão racial.

Ademais, ainda seria viável o contato e mediações com negros tradicionais, que tenham habilidades nas expressões artísticas, cursos de graduação visando oferecer teatros, danças ambulantes, mas centralizados no Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette dos Santos”. Outros vieses através da imprensa comunitária, com destaque para ações voltadas ao assunto. Contudo, levar os negros a pensarem: Eu sou e pertencço. Todavia, otimizaria o referido centro cultural.

O isolamento espacial, cultural e social, em casos dessa natureza, constitui um produto dinâmico do tratamento dispensado às minorias raciais e étnicas, demonstrando a incapacidade da ordem social em evoluir na direção de padrões integrativos de reconstrução social [...]. (FERNANDES, 2007, p.58).

¹¹⁰ Sobre esta peculiaridade, ver Fogari (2015, p.159-166).

Em contraposição, analisa-se que seria viável existir-se uma rede de atendimentos para que os direitos sociais fossem contemplados no todo. Todavia, em relação à existência de parcerias entre a política de igualdade racial e assistência social, poderia se pensar bem mais que os repasses mínimos garantidos pelos PTRs que são altamente clientelistas e emergenciais. Seguindo outra linha de ação, respondeu:

Acho que já falei sobre isso agora, de uma forma geral. Lembrando que assistência social não tem cor, ela não tem raça, ela não tem nada. A assistência social trabalha pra toda a população que tiver em vulnerabilidade, necessidade seja ela em vulnerabilidade ou em risco, já. Então cabe à Secretaria de Cidadania e Assistência Social, trabalhar para toda esta população dentro dos territórios, como manda a assistência social, já está fazendo [...] através de seus grupos de convivência, de visitas e de todos os encaminhamentos necessários. Então sim existe um trabalho feito pela Assistência Social tipificada pelo MDS inclusive. (S.1).

Não esqueçamos: “O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutra lado, esse mundo também não ficou imune ao negro [...]” (FERNANDES, 2007, p. 33). Contudo, compreende-se que tudo se organizou e se fundamentou para que a aristocracia acumulasse tanto poder econômico, quanto prestígio social, cultural e político. Enfim, tudo começou desproporcionalmente.

Ora, o entrevistado mais uma vez, emitiu a análise de que a política de assistência social não tem cor, raça, que existe um trabalho para aqueles em vulnerabilidade. Consoante esta fala, crê-se que num país onde a maioria populacional vulnerável é negra (como delimitado no capítulo anterior), a assistência social deveria adotar em suas normativas de atendimento o quesito étnico-racial. Deste modo, o discurso que se dispõe ou trata-se do desconhecimento de causa ou é devoto da “democracia racial”, em que se prevê a igualdade entre toda população.

Como superar? Ângelo Roger de França Costa (2008) em seu trabalho monográfico teve as mesmas preocupações admitidas nesta tese, quando procurou desvendar a questão racial na política de assistência social. Deste modo, reforçou que a problemática retratada fica fora das ações públicas com caráter universal ou focalizadas (COSTA, A. R. F., 2008, p. 43), como demanda a CF (1988) e a LOAS. Como já afirmamos, inclusive nos capítulos anteriores, ele reforça que: “[...] é necessário ressaltar a ausência da especificidade relativa à problemática racial nos elementos normativos da política de assistência social [...]” (COSTA, A. R. F., 2008,

p. 48). E, assim continua a explicar que a questão racial deveria ser uma preocupação do programa PBF, enfatizando que o site do MDS ao menos traçou este quesito (COSTA, A. R. F., 2008).

Também de acordo com nossas premissas, destacou que a política de assistência social tem se preocupado com os remanescentes quilombolas, que passaram a ser considerados no PPA (de 2004-2007) público alvo de ações e programas desta área específica (COSTA, A. R. F., 2008). Assim, negligenciam-se os fatos quando não se admite que a universalidade é um discurso segregacionista, que não considera o fardo histórico que os negros urbanizados também carregam.

Diante de tais adversidades, premências e estatísticas que apontam para a reprodução de miséria ser atenuante para afro-brasileiros, esperando contar com o assistente social, como agente promovedor de ações socioeducativas¹¹¹ que reforcem a identidade dos negros, decidiu-se questionar se já se pensou em destinar um profissional assistente social para estudar e mediar ações sociais que considerem a igualdade racial no município. Na perspectiva do SUAS, ressaltou que:

No momento a gente não tem esse tipo de trabalho, inclusive porque não é um trabalho tipificado para a rede de assistência social. [...] a área de assistência social realmente está trabalhando dentro da tipificação através dos equipamentos que o MDS nos orienta, que o CRAS e o CREAS. A gente trabalha bem ligado, desta forma inclusive porque a nível de CRAS o que o MDS preconiza é que a gente esteja dentro do território mesmo. Não num espaço centralizado, diferenciado. Então o nosso atendimento é realizado dentro dos bairros, já com equipe técnica, com assistente social, com o psicólogo, alguns com TO. Depende do trabalho, né e pelo CREAS que é quando tem pessoas vítimas de violência. [...], independente de raça, de cor, de tudo, o trabalho é realizado, de forma igual, o trabalho é o mesmo pra toda a população. (S.1).

Nesta resposta, ficou explícito o dogmatismo às normativas propostas pelos equipamentos ligados ao MDS. Isso do ponto de vista legalista, é coerente, porém o que se torna incoerente é ter-se uma Divisão ligada à Secretaria de Cidadania e Assistência Social, sem ao menos ter uma prática e/ou uma ação interventiva elencada pelo Serviço Social, que prevê em seu Código de Ética, a liberdade como valor ético central; liberdade que precisa ser buscada em meios que deem esta oportunidade. Além desta premissa, como também citado, a normativa prevê o atendimento as diversidades e diferenças.

¹¹¹ Sobre esta peculiaridade, ver Fogari (2015, p.159-166).

Deste legado, oportuniza-se destacar que existe a possibilidade de atendimentos voltados a transversalidade ao menos, já que a política de assistência social ainda resiste em integrar o negro aos seus regimentos. Ademais, o assistente social, portador do duo: teoria x prática é o profissional mais indicado para trabalhar com a demanda que discutimos. “[...] é preciso fazer a articulação assistência social com outras políticas de ações afirmativas [...]” (RAMOS, CAPELETO; LEAL, 2012, p.5). Outrossim:

O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia [...]. (IAMAMOTO, 2009, p.25).

A grandeza deste assunto agita os meios acadêmicos e de implementação e/ou execução da política de assistência social, locais onde se pode e deve discutir o desenrolar omissões e recuos em face à questão racial. Munidos destas preocupações, consoante os infaustos decorridos, questionamos se existem ações e/ou políticas públicas de ações afirmativas articuladas às áreas da: saúde, educação, cultura, trabalho/renda e assistência social. Consecutivamente, informou:

Sim. Existe uma articulação nesse sentido, com as demais secretarias. E também existe uma articulação junto à Secretaria de Estado que já veio realizar algumas capacitações e deverá retornar, [...] a Dr^a Elisa. Já era pra ter acontecido no mês passado, mas devido a problemas de agenda nós não conseguimos. Ela vem fazer uma capacitação no município, tanto para a guarda municipal, como para as diretoras de escola. Lembrando que a educação de São Carlos foi a primeira cidade a implantar a Lei 10.639. Foi a primeira cidade, junto com o Centro Afro, fizeram uma parceria, cederam o espaço. Então é importante lembrar-se disso. (S.1).

Na objeção dos fatos, afirmou que existe a articulação com outras secretarias, inclusive com a Coordenadoria de políticas para a população negra e indígena do Estado de São Paulo, por isso aguardam agendamento para a capacitação de servidores, sendo que este órgão ligado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, teve sua gênese “[...] pelo Decreto Estadual n. 54.429/2009 promove a realização de estudos, pesquisas, conferências, campanhas e cursos, a formação e o treinamento de pessoal, especialmente para servidores e agentes públicos .” (SÃO PAULO, 2009, p. 3).

Do exposto, concebe-se que a articulação com a coordenadoria estadual, faz parte do programa de ações que preveem a promoção de igualdade racial no Estado de São Paulo. Ou seja, a capacitação a ser agendada trata-se de uma previsão propícia aos servidores públicos, como consta acima.

Avante com o desenrolar deste trâmite investigativo, em relação às proposições de ações educativas que visem contrapor as discriminações raciais, ainda presentes na realidade social em que os negros estão inseridos, mencionou:

Existem diversos eventos na cidade de São Carlos. Nós sempre fazemos atividades nas comemorações de datas, inclusive trazendo palestras de todo o Brasil. Já trouxemos diversos palestrantes [...]. E também no mês da Consciência Negra em novembro, a gente sempre faz diversas atividades, duas, três palestras, depende... [...]. Fazemos um evento final sempre na praça do mercado, onde disponibilizamos tendas pra todas as secretarias e pessoas, também que tem um trabalho na área da Africanidade. Para que elas façam suas exposições, nesse espaço da praça, do mercado. A gente primeiro faz uma caminhada contra a discriminação, acabamos no mercado municipal com algumas atividades de dança, música, realizadas por pessoas [...] e entidades ligadas a alguma entidade negra [...]. E também apresentando seus trabalhos no espaço para a promoção dos trabalhos. E aí, atividades esportivas, então nós damos um apoio a diversas atividades no mês de novembro, pensando no dia e no mês da Consciência Negra [...] (S.1).

A única certeza é que as ações difundidas são essenciais para combater o racismo institucionalizado na sociedade brasileira. Isso gera repercussão no município e, conseqüentemente gera debates e reflexões sobre as práticas vexatórias e o “linchamento ideológico cotidiano” dos negros urbanizados que foram bastante divulgados na mídia televisiva, redes sociais e impressa.¹¹² É significativo que não sejam oferecidas somente nas datas específicas, mas em outras ocasiões.

Contudo, é importante destacar que não somos (os assistentes sociais) possuidores de “fórmulas mágicas”, ora é elementar se pensar em práticas que lutem contra ações preconceituosas, ao sofrimento social em que os afro-brasileiros estão expostos no dia a dia. Neste ínterim, a partir da inserção de políticas públicas equitativas, sem controvérsias, existe a possibilidade de se usufruírem de uma vida imersa em bens sociais, políticos, culturais, educacionais, de assistência social, etc.

¹¹² Sobre estas adversidades na vida cotidiana, apontadas pela imprensa televisiva e jornalística escrevemos um artigo que foi publicado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) – 2014, intitulado “Da violência contemporânea à banalização: suas implicações para os afro-brasileiros”.

Dadas às estreitezas deste assunto, que gera grandes discursos, considerando de suma importância estes sujeitos históricos, perguntamos como acontece a organização das conferências de Igualdade Racial, se existe o Conselho Municipal de Igualdade Racial, como seus membros são selecionados, e se existe assistente social entre os conselheiros, verbalizou:

Bom. A Lei dos Conselhos não tem uma assistente social. A lei do conselho é anterior a esta gestão. Não tem assistente social. Ela é realizada através do governamental e de entidades que tem algum... [...] com a raça negra. Ela existe, o conselho existe. Agora estamos num processo eleitoral. Aconteceu a semana passada já o primeiro processo. Agora teremos a segunda parte pra escolha do presidente, etc. [...] As indicações das secretarias municipais também já aconteceram. Estamos aguardando, acho que só uma secretaria que falta fazer a indicação para que haja a publicação do novo Conselho da Igualdade Racial [...] E os membros são selecionados desta forma que eu falei. É feito um edital, sai no Diário Oficial e conforme a lei da criação do Conselho da Igualdade, [...] (S.1).

A preocupação com as conferências e conselho, relacionam-se por se tratar de um espaço de cidadania, em que pode se fazer a interlocução entre a sociedade civil e o poder público, enfatizando a importância do controle social. Neste intento, o profissional assistente social precisa flertar com a política de igualdade racial e, assim conquistar seu espaço nos conselhos e/ou conferências específicos para discutir assuntos relacionados ao segmento social em estudo. Para Souza Filho (2011, p.74-75):

[...] pensar em controle social e participação significa pensar a relação entre Estado e sociedade civil, compreendendo a centralidade do Estado, na figura do poder executivo, na e para estruturação e condução das políticas públicas sociais e, também, compreendendo que são na sociedade civil, prioritariamente, que se travam as lutas sociais que podem produzir a hegemonia/consenso em torno da necessidade de desenvolver políticas públicas universais.

Não dispersando do assunto, ainda avaliando a possível fusão entre as políticas de assistência social e igualdade racial, no sentido de prever-se a horizontalidade no atendimento a comunidade negra, prosseguimos com nossas inquietações, interpelando sobre os aspectos positivos e negativos da Divisão Política de Igualdade Racial, delimitando a articulação com a SEPPIR. Descreveu:

Lógico os aspectos são sempre positivos porque onde você abre um espaço para discussão é sempre interessante e positivo, [...]. A Secretaria através da Divisão de Igualdade de Políticas de Igualdade Racial não só articula,

como vem dando todo o apoio para que todos os eventos sejam eles informativos, sejam [...] de capacitação, aconteçam no município. Então sempre é um somatório e quanto a secretaria não temos nenhum problema. Já tivemos a equipe, que esteve lá em Brasília, discutindo, aprendendo, [...], conhecendo. A conferência, a última que teve foi há dois anos. Nós tivemos a municipal, participamos da regional, da estadual, fomos à federal [...]. Tivemos pessoas que estiveram na federal, e não teve ainda, porque ainda não foi chamada agora. Deve ser chamada no começo do ano. Então é a única conferência que ainda não aconteceu na Secretaria de Cidadania. Estamos aguardando um chamamento do governo federal para realizar a conferência. Então temos sim articulação junto a não só o governo federal, como também o estadual que nos encaminhou inclusive exposições, [...], para serem realizadas no espaço [...]. Estamos sempre abrindo espaços para essas novas discussões. (S.1).

Informou que o órgão público tem atendido as normativas quanto à conferência, emendando que estão sempre prontos para acolher e apoiar eventuais ações relacionadas à divisão delimitada. Transcreve-se que dadas as circunstâncias que moveram o interesse por este estudo, compartilha-se que existe um bloqueio entre a política de assistência social e questão racial que precisa ser desfeito, para que se possa reservar um espaço para o profissional assistente social intervenha na questão racial. É purgar o “velho” para a chegada do “novo”, com consenso, entendendo que o ponto central da área social é a busca do exercício pleno dos direitos do usuário. E, por que não dos afro-brasileiros, a partir da legislação que poderá permear a intervenção, ou seja, o Estatuto da Igualdade Racial?

Ao concluir-se este subitem deste capítulo, solicitamos que o indagado expressasse como estava acontecendo a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) nos municípios? É uma realidade, e/ou utopia? Num oportuno momento, no ano de 2013, durante o Encontro Nacional de prefeitos e prefeitas eleitas, provisionou-se SINAPIR.¹¹³ “A adesão dos municípios ao sistema facilitará a implementação de políticas públicas de igualdade racial e até mesmo o repasse de recursos pelo Governo Federal.” (SEPPPIR, 2014).

Então na verdade agora não temos aí uma discussão, não sabemos o que vai acontecer que é a diminuição das secretarias e dos ministérios. Ah! Existe alguma possibilidade de algumas políticas irem para a Secretaria de Direitos Humanos, nós ainda não sabemos o que irá acontecer. Então estamos aguardando, porque pelo que estive em Brasília há quinze dias atrás e a informação que me foi dada é que até o final deste mês a presidente deve apresentar as alterações possíveis. Elas serão analisadas. Então a gente não sabe de que forma vai ficar. Então estamos aguardando novas instruções pra que agente possa proceder. (S.1).

¹¹³ Os objetivos da SINAPIR estão contemplados em (FOGARI, 2015, p.166).

Diante do exposto, o que o entrevistado disse realmente aconteceu, pois, a SEPPIR tomou novo rumo, sendo agregada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, fato justificado pela necessidade de corte de gastos, devido à crise econômica. Causou estranhamento o fato do evento com a presidente ter decorrido em 2013 (FOGARI, 2015, p.166) mesmo tendo a divisão na estrutura governamental e a SEPPIR realizar chamamentos na sua página para que as prefeituras se inscrevessem e o ato não se formalizou.

Ademais, existia uma irregularidade, o município não contava com o conselho específico. Segundo consta no documento enviado pela CPPNI (Estado de São Paulo) no mês de março de 2015 das cidades que formam a Região Administrativa de Araraquara somente três possuíam o Conselho Municipal de Igualdade Racial em funcionamento, sendo: Matão, Taquaritinga e Araraquara (RODRIGUES, 2015, p. 2). Desta forma, São Carlos estava à parte deste suporte, em que poderia se contar com a sociedade civil, enquanto controle social. Enfim, essa discrepância, comprova que os movimentos sociais negros no município estão aquém ao contexto atual.

Ainda, o “Sinapir – Levantamentos de órgãos e Conselhos de Igualdade Racial para o Sinapir”, de maio de 2015 (SEPPIR, 2015c), comprovaram que somente dezessete cidades do Estado de São Paulo contemplavam conselhos municipais, sendo que quatro delas havia adotado o Sinapir. Contudo, São Carlos neste momento continuava não comportando este conselho em sua gestão, portanto em situação irregular para se inscrever no órgão (SEPPIR, 2015c).

Reforçamos, que será de primaz importância lutar pela implantação do SINAPIR nos municípios, signatários do Estatuto da Igualdade Racial, que se equipara a outras normativas utilizadas pelo assistente social como ferramenta de trabalho, sendo: ECA, Estatuto do Idoso, SUS, SUAS, etc.

Com o Sinapir, a política de promoção de igualdade racial deixa de ser uma política de governo e se consolida cada vez mais como uma política de estado em todas as esferas. O caráter transversal dessa política, que é executada por diversos órgãos da administração pública: saúde, educação, trabalho, cultura, assistência social, desenvolvimento agrário, justiça, entre outros, permite e demanda que o órgão de promoção da igualdade racial atue conjuntamente com os demais, no sentido de implementar e acompanhar as políticas públicas que atenderão de forma cidadã esta população. (SEPPIR, 2013).

Ao término deste subcapítulo, se expressa que a igualdade racial precisa ser cada vez mais colocada em discussão e evidência, principalmente com as perspectivas do Sinapir que adota vários segmentos, inclusive a política pública de assistência social. Resta somente, articular, qualificar e humanizar este atendimento.

4.4 Povo negro São-Carlense e a divisão de políticas de promoção de igualdade racial: a implementação e implantação da política no tecido social municipal

HAITI
Caetano Veloso

[...] E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos [...].

Para compreendermos e empreendermos o olhar de pesquisador sobre o objeto de estudo, faremos uma travessia entre as pesquisas acadêmicas, os referenciais bibliográficos existentes e o campo de pesquisa, que se tratará de locais, pessoas e profissões distintas. Num primeiro momento, advertiremos que estes dados coletados muito auxiliaram e auxiliarão os profissionais e ativistas do assunto. Em função disso, apontaremos nas próximas laudas, as transcrições referentes às entrevistas realizadas com os sujeitos (s): S.2, S.3, S.4, S.5, S.6, S.7., S.8, S.9, S.10 e S.11.

Um mar de ideias e inquietações redundou nosso olhar às inúmeras discriminações sociais, decorrentes das raciais, que os empurram a condições vulneráveis e insalubres, incoerentes com a contemporaneidade, em que deveria ser portadora de outra cultura; de uma cultura onde o negro estivesse sem precisar lutar para estar.

Em cima dessa ausência de valores, direitos e justiça social, logo ao iniciarmos, pensando na competência de articulação e dinâmica a rede de atendimento, que possam respaldar os direitos humanos e sociais aos negros são-carlenses, perguntamos ao entrevistado sobre sua formação acadêmica, trajetória profissional e política e se havia sido militante de movimentos sociais e/ou partidos políticos. Neste propósito, respondeu:

A minha formação é [...]. Sempre tive uma grande curiosidade nos movimentos negros, para saber como acontecia, como é que era? Mas, no começo não entrei, não tive assim aquele envolvimento. Tudo que eu tinha na época eram somente informações até que muito 'vagas', até no momento em que fui convidado a participar de um grupo de capoeira, comecei a jogar capoeira, quando comecei a me interessar um pouco mais pelas questões afro. Naquela época tinham pessoas que eram grandes ativistas, que tinham conhecimento das causas e sabiam como lutar pelas questões. E de lá para cá sempre me envolvi procurando entender o porquê de tudo isso aí, até que num dado momento, eu senti na pele o que é ser negro e a questão de a gente ser tratado como invisível/diferente das outras pessoas. Foi no momento em que na escola, na época do colégio um professor fez uma prova de aptidão profissional e nesta prova de aptidão profissional, eu obtive praticamente a mesma nota nos três quesitos (exatas, humanas e biológicas). Neste dia, ocorreu que na avaliação das provas todos os alunos que ali estavam foram questionados pelas opções que eles fizeram e quando chegou no meu momento, em que o professor perguntou, você tirou boas notas, e, em qualquer das três áreas que você procurar seguir você vai ser bem sucedido. Até este momento tudo bem... Mas, eu fiquei perplexo com o que veio após está fala. Ele chegou e simplesmente falou para mim vem cá você escolheu médico, advogado ou tenente coronel da aeronáutica, certo? Certo, justamente são as três coisas que sonho em minha vida. Então ele começou e falou medico, você pode esquecer, porque você conhece algum médico negro, eu falei não senhor, eu não conheço, e, ele falou que é somente a classe dominante e você é preto e pobre, esqueça isso aí, muda. Aquilo lá saiu o chão dos meus pés. Eu fiquei num misto 'de querer fazer as necessidades, mas com vergonha'. Foi mais ou menos assim que me senti. Aí mais uma vez ele implicou, tenente coronel da aeronáutica, você está assistindo muitos filmes americanos. Você conhece algum tenente coronel da aeronáutica brasileiro? Não conheço. Ele falou-me, [...] você tem que viver a realidade de sua vida, mais uma vez sofri um duro golpe. E na terceira opção, disse você até pode ser advogado, de porta de cadeia. Aquilo lá acabou para mim. Eu voltei para a escola muitos anos depois, na casa dos quarenta anos e a minha vida de lá para cá fez que eu repensasse. Voltei a estudar aos quarenta anos de idade, porque até então aquilo lá paulatinamente batia na minha cabeça. Eu não sabia como trabalhar, me tornei uma pessoa agressiva, violenta, até que novamente procurei me envolver dentro dos movimentos negros e entender o porquê de tudo aquilo e daí começaram a conhecer a aprender a trabalhar com essa questão. A [...] me ajudou bastante nessa questão de orientação, falar coisas, as maneiras como eu deveria adotar para trabalhar essa questão. De lá para cá foi indo na política sempre procurei estar focado na política, buscar o máximo de conhecimento possível para buscar ter uma resposta a altura. [...]. Assim, fui tocando minha vida, hoje procuro ater-me bastante às causas étnico-raciais. Buscando fazer o melhor de mim, fazer com que os negros de minha cidade, os negros locais, a minha família venham ter um pouco mais de unidade, por conta de projetos que nos quais a gente vem desenvolvendo com o intuito de trazer alguma coisa boa para esses e os que estão por vir. (S.2).

Observa-se na fala do interpelado, que ele também foi vítima do sistema opressor, sentindo na pele a discriminação. Por isso passou a buscar a compreensão sobre a invisibilidade dos seus através da cultura, ao agregar-se a um grupo de capoeira. Ora, estigmatizado por um professor no seio escolar, revoltado, buscou se graduar somente anos mais tarde, já membro do movimento negro. Ressaltou que hoje mediante a posição que ocupa é bastante atuante pela causa.

Sabe-se que as características físicas dos indivíduos funcionam como uma fonte tanto de falso como de autêntico reconhecimento. Isto significa que, além de manter-se à vista do próximo desde os primórdios de sua existência, atendendo ao instinto gregário, o ser humano procura aperfeiçoar essa propensão inata, trabalhando para ser distinguido positivamente em seu ambiente social. (SILVA, M. P., 2005, p.39).

Conseqüentemente, em relação ao atual trabalho em que realiza ações para a promoção da igualdade racial, que visem o fortalecimento da identidade racial de os negros são-carlenses, verbalizou:

Estou como servidor público, [...] há dois anos e meio. Antes eu desenvolvi trabalhos também na Câmara Municipal por sete anos, como assessor de vereador. Também na prefeitura num cargo de chefia, mas num outro setor, na área de transporte [...]. (S.2).

Quanto aos funcionários que atuam como gestores de políticas similares a propalada, nota-se que estes cargos deveriam ser postulados àqueles que possuem tanto formação acadêmica quanto envolvimento em movimentos sociais, ou seja, um histórico político que oportunize comprometimento com a proposição de estratégias voltadas para os valores emancipatórios. No entanto, que tenham um ponto de vista que se contraponha a todas as atitudes preconceituosas e opressões sociais, culturais, econômicas e raciais.

De acordo com os relatos acima, em que o entrevistado atua na esteira da política racial desenvolvida no município de São Carlos (SP), em relação ao funcionamento aos órgãos públicos em que está articulado, discorreu que:

A política de igualdade racial visa à transparência de maneira que o negro venha ter o mínimo; mínimo não, o máximo de dignidade possível, uma vez que nós entendemos que hoje estamos tomando ciência da verdadeira história no cenário étnico brasileiro. Nós vimos e assistimos a história do negro americano, vimos e assistimos a história do negro na Inglaterra e, em outros países. Mas, aqui nós estamos recriando a história do negro no Brasil. Uma vez que nós somos hoje 54% da população brasileira, chegou o momento de nós pararmos e recontar essa história que foi mal contada. Então a política de igualdade racial, ela busca isto retratar a verdade dando dignidade cabível a cada cidadão, fazendo com que ele venha viver com dignidade seus dias. É essa uma das grandes ênfases da política de igualdade racial. Buscando reprimir também todo ato discriminatório e de constrangimento onde possa desabonar o cidadão negro em qualquer circunstância, qualquer local, uma vez que nós vivemos numa sociedade democrática de direito. (S.2).

Mediante os desafios cotidianos enfrentados, presente que será necessário propor-se reivindicações pela causa, que sejam dinamizadas para que

busque o real espaço nas cidades. Com base nos dados acessados até então, digo que seria notório que as políticas para igualdade racial fossem de cima para baixo. Neste íterim, que o governo federal dispusesse de recursos (através do orçamento) para a população urbanizada. Todavia, percebe-se que as ações realizadas a nível local estão articuladas à política de assistência, num tônus universal, estando respaldadas no que reza o SUAS.

Para melhor compreensão do que falamos, seguem as atividades oferecidas¹¹⁴ na Divisão de Política de Igualdade Racial¹¹⁵, sendo:

- Projeto Dançar – é uma parceria com a Secretaria de Cultura, as aulas acontecem todos os dias, não têm critério seletivo (sendo oferecido para turmas distintas, uma vez por semana, sendo alunas entre 4 a 17 anos);

- Sala de Informática – possui dez computadores, com o mesmo número de alunos (ainda não está em funcionamento), será destinada para pessoas a partir de dezoito anos;

- Curso de Operador de Caixa – oferecem-se vinte vagas para candidatos acima de dezesseis anos, o curso tem duração de um mês (às quartas e sextas-feiras das 14h às 16h); é oferecido pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social (em parceria com Fundação Educacional de São Carlos (FESC));

- Curso Faça e Venda – Curso de costura artesanal, que comporta vinte vagas, destinado aos alunos com mais de dezoito anos de idade, ensina-se vários trabalhos artesanais (uma vez por semana, das 14h00min às 16h00min), também é uma parceira com a assistência social;

- Curso em Logística (iniciaria em 23 de setembro) – vinte vagas (duas vezes por semana), logo ao término, começaria de Recepcionista, em 13 de novembro de 2015.

¹¹⁴ Os dados sobre os cursos e as atividades desenvolvidas no cotidiano da Divisão de Igualdade Racial foram fornecidos segundo a orientação de (S.2) ao funcionário do Centro de Cultura Afro “Odette Santos,” que gentilmente nos explicou o funcionamento dos mesmos. É importante destacar que estas informações foram coletadas e grafadas no caderno de campo, e posteriormente transcritas nessa lauda, para melhor compreensão do funcionamento da política de igualdade racial no município de São Carlos (SP).

Contou também que o Centro Municipal de Cultura Afro-brasileira “Odette dos Santos”¹¹⁶, é aberto ao público em geral e alunos da rede escolar para visitação de suas exposições. Sobre o espaço referenciado,   notório comentar que foi inaugurado em 14 de novembro de 2006, por:

Uma parceria entre a Prefeitura e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) resultou na criação do Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira ‘Odette dos Santos’, um espaço dedicado à divulgação da cultura afro-brasileira. A inauguração contou com a presença do prefeito Newton Lima e da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O local oferece salas para dança, oficinas e vídeo, além de um espaço para exposição de objetos da cultura africana. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2006).

Em entrevista, o prefeito da época citou que em 2001, no in cio de sua gestão, criou-se a Seção de Combate ao Racismo¹¹⁷, na Secretaria de Cidadania, e a Assessoria  tnico-Racial, na Educação, quando em parceria com a UFSCar e governo federal estavam capacitando 150 docentes da rede de educação municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2006).

Agora,   notório contar que desde a gênese de uma política pública voltada a questão racial em São Carlos, ela sempre esteve vinculada à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, que na época, pautava-se em: “Atividades desenvolvidas: Ações afirmativas em distintas áreas (educação, cultura, saúde e comunicação), capacitação de profissionais, orientação e acompanhamento jurídico.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, [2015a]).

Deste modo, percebe-se que a política de assistência social nunca fez parte dos objetivos da seção municipal. Assim, estava vinculada somente à secretaria, que não reconheceu o valor e preciosidade dos assistentes sociais para a temática. Hoje:

¹¹⁶ Odette Santos foi uma mulher negra que nasceu em 27 de agosto de 1929, filha de um casal que se preocupou com a formação cristã e cultural de seus filhos, quando criaram o Gr mio Recreativo Familiar Flor de Maio; dotada de dons para a música, adotou-a como filosofia de vida, pois aos 4 anos já estava “brincando o carnaval”, e assim o fez durante todo o percurso de vida, sendo considerada uma das mais conhecidas carnavalescas de São Carlos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2006).

¹¹⁷ “A Seção de Combate ao Racismo e Discriminação foi criada em 2002 em parceria com a sociedade civil organizada e tem por objetivo elaborar políticas públicas que promovam a consciência étnico/racial resgatando, por meio de programas sociais, a cultura afro-brasileira, a luta contra a discriminação racial, a xenofobia, o racismo e outras formas de intolerância.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2006).

A Divisão de política de igualdade racial é vinculada à Secretaria de Cidadania e Assistência Social da cidade de São Carlos, onde juntamente com a Secretaria de Cidadania, buscamos alcançar uma forma de fazer com que o negro venha reconhecer seu espaço e, também, através das políticas afirmativas, trazer a sociedade uma forma onde as pessoas venham a viver com igualdade de direitos, sem considerar a cor da pele, ou coisa do tipo. (S.2).

Disse que parceria entre à Divisão de Política de Igualdade Racial e Secretaria de Cidadania e Assistência Social procura propiciar meios através de políticas afirmativas aos negros. Isso significa que oportuniza ações que buscam a igualdade racial. Ante o exposto, verifica-se que os eventos ligados à cultura afro ocorrem o ano todo, sendo comemorado em datas distintas, oferecendo ações que mostrem às famílias negras a possibilidade de ascender socialmente.

De acordo com este estudo, que poderá deliberar formas e meios de os profissionais assistentes sociais serem receptivos a essa causa, levando-se em consideração as legislações e o Código de Ética Profissional, interpelamos se oferecem ações educativas, se são dispostas cotidianamente e/ou em datas específicas em que se comemora a “emancipação” dos negros, enunciou que:

Nós costumamos aqui no Centro Afro, com as datas históricas como 13 de Maio e 20 de Novembro, que são os dias, datas que de fato são marcantes no ano, que são comemoradas a [...] Abolição e o aniversário de Zumbi dos Palmares. Nós costumamos sim lembrar todos os nossos irmãos de que este marco leva-nos à situação de nos comovermos com esses ativistas que deram a vida em prol de uma sociedade igualitária. Zumbi dos Palmares morreu buscando a liberdade de seu povo, 13 de maio, marca a liberdade do povo que até então eram tratados como escravos. Mas, através dessas políticas educativas do nosso contemporâneo, nós estamos buscando afirmar novas políticas onde o negro venha a ter visibilidade no mercado de trabalho e, em todos os locais onde ele possa premiar/colaborar com sua presença. Aqui no Centro cultural nós buscamos sempre trazer exposições das mais diversas, onde retrata a história do negro e sua trajetória de vida até o momento e também buscamos trabalhar através de parcerias e convênios, cursos que possam aprimorar o conhecimento e dar melhor condição de vida a nossa população, que até agora tem suado de maneira totalmente positiva para a comunidade. Nós temos a parceira com a Fundação SESC, SENAC, SEBRAE. E, o último foi o PRONATEC [...]. Todos eles são certificados, [...]. As pessoas saem daqui com diploma, pronta, apta para o mercado de trabalho. Isso daí, é uma das funções que [...] vem premiando o Centro Afro de São Carlos. Esses cursos todos vêm através da cidadania, que é grande parceira nessa questão. (S.2).

Comemoram-se o 13 de Maio e o 20 de Novembro por serem datas tradicionais para o povo negro por lembrarem as agruras, negação e possibilidades, de luta; luta e conhecimento que nos remete à transformação social, da verídica liberdade, tão propalada por Paulo Freire. Ele defendia a educação popular, como

ferramenta de mudança e emancipação dos aniquilados. Deste modo, ensinou que o homem em subalternidade trava uma luta, muitas vezes interna que transcende para o externo, para as cenas em que são protagonistas. Neste ínterim, encontram “dificuldades” em quebrar com tabus e paradigmas existentes em seu cotidiano.

Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não ao opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo. Este é o trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar. (FREIRE, 1987, p.19).

É notório expor que seguindo a linha de raciocínio de Freire, segundo a questão racial e as atenuantes em que homens e mulheres negras (os) carregam, será um curso capacitacional suficiente para estas pessoas “ganharem” uma vaga no disputadíssimo mercado de trabalho? Sim, eles podem emitir tais condições, porém outros itens precisam ser agregados a esta diretiva apontadas pelo entrevistado. Não esqueçamos o fator mais importante: discriminação e rejeição à tez negra. Por isso, é interessante oferecer aos negros urbanizados oficinas que reforcem a identidade racial, não a camuflando diante dos dilemas da vida, que em muitas circunstâncias promovem a alienação, que advêm da relação: opressor/oprimido.

Assumindo uma postura política que prime pelo homem negro para que faça parte desta “história oficial”, sem retaliações da política partidária, observando a importância de que a rede protetiva aconteça através das equipes multidisciplinares, em que assistentes sociais estejam inseridos. Ao perguntar se considera importante, falou:

É importante sim. Agora no momento, nós estamos passando por uma transição junto ao Conselho da Comunidade Negra, onde os projetos destinados a outros povos são multidisciplinar [...]. Está ai no stand by, estão quietinhos até que nós venhamos resolver está questão tão logo retomaremos; retomaremos essas ações. Nossa... Acho importante é lógico porque tudo isso ai vem para o aprendizado da gente, a gente só aprende com políticas, [...], multis. Quanto mais vier, é melhor...(S.2).

Para melhor ilustrar a preocupação do entrevistado com a formação de um conselho no município percebe-se que tem intenções de quebrar paradigmas

aderindo ao “novo” à chegada de políticas públicas em âmbito municipal, porém, para aderir a tais aplicativos, precisa-se adequar e ser adepto das normativas e prerrogativas expressas na tabela abaixo que foi extraída do site da SEPIR, tratando-se das diretrizes para a inclusão municipal na SINAPIR.

Quadro 1 - O passo a passo para a adesão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Requisito	Gestão Plena	Gestão Intermediária	Gestão Básica
Conselho voltado para a Promoção da Igualdade Racial	Instituído e em pleno funcionamento		
Órgão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Unidade gestora e orçamentária	Unidade orçamentária	Unidade administrativa
Instrumentos	Plano de Promoção da Igualdade Racial		Ações e/ou Projetos de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial
Pontuação adicional nos chamamentos públicos realizados pela SEPIR/PR			
Pontuação obtida de acordo com os critérios definidos em cada documento publicado.	Somatório da pontuação obtida, multiplicado por 3	Somatório da pontuação obtida, multiplicado por 2	Somatório da pontuação obtida, multiplicado por 1,5
<p>Unidade Gestora: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;</p> <p>Unidade Orçamentária: é a repartição da administração pública a quem o orçamento do ente federado consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho;</p> <p>Unidade Administrativa: segmento da administração pública ao qual a lei orçamentária anual não consigna recursos e que depende de destaques ou provisões para executar seus programas de trabalho.</p>			

Fonte: SEPIR (2015d, p.8).

Entre protagonismos e antagonismos avança-se com as interpelações para verificar-se qual o nível dos atendimentos prestados no município aos afro-brasileiros, optamos em saber se já houve alguma parceria com a política pública de assistência social?

Atualmente, nós somos parceiros junto a cidadania [...]. Constantemente a cidadania desenvolve projetos [...] conosco. Por exemplo: essas parcerias que temos provêm de convênio junto à Secretaria de Cidadania, voltado aqui para o Centro Municipal de Cultura Afro. (S.2).

Denota-se que o citado Centro Cultural, homenageia uma figura de suma expressividade popular, “Odete Santos”; que a seu modo colocou o negro são-carlense na cena cultural, no carnaval, seu predileto. Por que contamos isso? Por que as gestões locais precisam adotar posturas políticas que discordem das ações preconceituosas que ainda sobre caem nos “ombros” desses seres sociais. O espaço (estrutura) do museu, que é de excelência, poderá ser utilizado para avançar com discussões sobre as políticas públicas de ações afirmativas que corresponderão a tudo que a homenageada carnavalesca sonhou, o grito de liberdade de seu povo.

Na tentativa de chegar-se à política de igualdade racial, perguntei se acredita que seria importante ter-se um profissional assistente social para a elaboração de projetos e programas sociais para a Divisão de Igualdade Racial, respondendo que:

Sem dúvida. Sem dúvida... Seria muito interessante, uma vez que na cidadania, existem as assistentes sociais, que nossa! Elas têm um universo para cuidar, para zelar. Elas são responsáveis pelos CRAS/CREAS da cidade, o povo, a população de rua e uma série de outras coisas... Posso dizer que é (Centro POP!!!) e Secretaria de Juventude, enfim é a maior secretaria. É muita coisa para as assistentes resolverem. Se tivéssemos uma assistente específica para estas questões e juntamente desenvolver projetos para o Centro Afro, seria algo miraculoso, maravilhoso, algo ótimo. Mas, é aquilo! São poucos profissionais e muitas pessoas necessitadas. Neste momento, a administração não dispõe, mas mesmo assim, eles assistem às pessoas, as quais encaminhamos. (Perguntei-lhe, e, em termos de Estado e Brasil?¹¹⁸) – seria uma coisa incrível, seria muito bom demais seria muito bom demais... inclusive uma assistente assim, que ela atendesse a região, que tivesse assim, digamos um consórcio entre os municípios, onde uma assistente fizesse esse trabalho na região, implicaria num atendimento grandioso, que com certeza seria de um aproveitamento ímpar, para os centros, coordenadorias, enfim... todas as políticas voltadas para a população negra. Seria de grande importância. Um núcleo assistencial que viesse a atender às necessidades exclusivamente da comunidade negra. (S.2).

Observa que crê na importância de se ter um assistente social para tratar dos assuntos ligados ao seu setor, mas ressalta que são poucos profissionais dada à demanda existente.¹¹⁹ Acrescentou que se houvesse ao menos uma para atender a região seria muito interessante. Notamos que elencou dados positivos sobre a inserção de um assistente social na política de igualdade racial, desconhecendo o

¹¹⁸ A interpelação foi feita pelo pesquisador.

¹¹⁹ Este poderia ser solucionado através de leis específicas quem sabe em âmbito nacional? Ademais, compreende-se que sonhar é o princípio democrático da ação que será efetivado a partir de luta, de cobranças e, enfim de mostrar-se a efetividade do que buscamos.

leque de possibilidades que o profissional proporcionaria à causa, deste modo, brigamos para isso.

[...] o Serviço Social como profissão interventiva e investigativa apropria-se de instrumentos que compõem a prática do cotidiano de trabalho do assistente social, que foram utilizados no processo de trabalho, sendo estes o instrumental utilizado: as entrevistas com os usuários utilizando formulários e entrevistas dirigidas individuais e/ou grupais para conhecer as demandas enfrentadas criando alternativas de enfrentamento, visita domiciliar, avaliações do agir profissional praticada pelos usuários do trabalho e pelos elaboradores dos projetos. (CUNHA; LERSCH; OLIVEIRA, 2010, p. 141).

Avaliando criticamente a situação em que o negro brasileiro encontra-se, e se existem as reais possibilidades de sua emancipação, afirmamos que discordamos piamente de posturas movidas pela paixão e pelo senso comum, prostradas pelo viés que dilacera a possibilidade de adotarem-se políticas públicas para esta temática. Assumindo uma postura política, os assistentes sociais poderão endossar estratégias que podem defender os direitos destes seres sociais.

Alvos de nossa preocupação, até parece redundante, mas em atenção ao personagem principal deste estudo mediante a conjuntura atual da cidade, questionamos se existe a parceria entre a de política de igualdade racial e a SEPPIR. Informou que:

[...] nós temos a parceria com a SEPPIR, [...], e a gente busca [...] desenvolver os programas, [...] provindos da SEPPIR, com o intuito da gente estar sempre caminhando no mesmo sentido, considerando que ela [...] é o centro, é o cerne de todo o movimento, enquanto politicamente falando das questões afro. (Daí, perguntei sobre o papel da coordenadoria de São Paulo). Ah! Sim, a gente antes de falar, ou de fazer qualquer coisa com a SEPPIR, automaticamente nós nos retratamos [...] à coordenadoria de São Paulo, procuramos nos ater-se das questões. Lá eles nos orientam, e a gente busca trabalhar juntos nesse sentido. Porque com a SEPPIR, é mais [...] em época de conferência ou em ocasião de algum movimento muito forte, onde a SEPPIR [...] pede o envolvimento de todos, em uma ação, ou moção, para que a gente venha atingir o êxito da proposta dela. (S.2).

Ficou evidente na fala do entrevistado que a SEPPIR não vinha mantendo uma parceria cotidiana com as cidades, ou seja, oferecia enquanto órgão gestor o monitoramento das conferências. Ou seja, era uma representatividade federal somente, que não cobrava as devidas adequações para os municípios se ajustarem

ao órgão, pois se cobrassem não teriam ficado sem o conselho de igualdade racial, fator primordial para a inclusão do município no SINAPIR.

Em relação ao Estado de São Paulo, fizemos o mesmo apontamento, sobre a necessidade de regulamentação da cidade, que também não é portadora do “Convênio São Paulo Contra o Racismo”.

Restou-nos ao final da entrevista, perguntar se acredita que as ações afirmativas sejam uma utopia ou realmente podem mudar a vida dos negros brasileiros, que mensurou:

Olha... Eu não só acredito, eu não só acredito... ponto. Eu tenho plena e tal convicção que a única maneira que temos de atingir o nosso objetivo é através das políticas afirmativas no cenário televisivo, industrial, educacional, enfim, em todos os setores. É a única forma que temos para mostrar que somos vivos e atuantes e que também somos a maioria, essa é a verdadeira razão de tudo. A política afirmativa é o carro chefe nessa questão. E acredito que utopia é não acreditar nessa verdade... (S.2).

Ele mostrou-se confiante nas ações afirmativas, classificando-as como possibilidade de mostrar que o negro existe. As resistências e defesa dos direitos causaram e poderão causar impacto na vida destes seres sociais, por isso a meta de tais órgãos responsáveis pela igualdade racial deveria se firmar no oferecimento de cursos sobre os direitos conquistados e ações educativas tocadas pelo desejo de (re)ordenar sua história, que seus antepassados lhes deixaram como herança.

Com a grandeza e riqueza deste estudo para a categoria, entrevistamos profissionais lotados na Prefeitura Municipal de São Carlos, que foram identificados pelos seguintes pseudônimos: (S.3), (S.4), (S.5), (S.6).

Para pensarmos na questão dos afro-brasileiros na contemporaneidade, incorre-se que pesquisadores citados no terceiro capítulo demonstraram a urgência e brevidade do Serviço Social meter-se neste assunto, fato que nos levou a perguntar-lhes algumas peculiaridades sobre a vida pessoal, acadêmica e profissional, como: idade, onde mora há quanto tempo se graduou, se realizaram cursos de capacitação, emitindo em qual área e se cursou algum específico sobre questões étnico-raciais.

Trinta e nove anos. Moro em São Carlos. Sou formada desde 2000, me graduei na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Sim, tenho realizado cursos de capacitação. Sim, cursei a pós-graduação lato sensu pela UNESP, Planejamento e Gestão de Organizações Educacionais. Não cursei nada relacionado a questões étnico-raciais. (S.3).

Tenho quarenta e nove anos de idade. Sou formada há dezoito anos pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada, em Piracicaba. Os últimos cursos de capacitação foram realizados pela Prefeitura de São Carlos, sendo para trabalhar nos CRAS, em abordagem com as famílias. Sim, sou pós-graduada, o curso Família e Mediação Familiar. Não cursei. (S.4).

Trinta anos. Atualmente morando em São Carlos, há cinco anos e meio. Sou formada desde 2008. Me graduei em Piracicaba, nas Faculdades Integradas Maria Imaculada. Cursos de capacitação. Sim, tenho feito [...]. Não fiz ainda a pós-graduação. Estou pensando ainda em qual área farei. E sobre o curso específico em questão étnico racial, também não fiz nada, mas tenho conhecimento devido a secretaria ter a Divisão do Centro Afro. (S.5).

Trinta e quatro anos. Formada há sete anos, na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Sim, dentro da própria prefeitura com temas relacionados ao trabalho. Não. (S.6).

A princípio é bom destacar que as idades dos entrevistados variam entre trinta a quarenta e nove anos, todos moram em São Carlos, porém foram formados em faculdades distintas, apenas um é oriundo de universidade pública. Tal situação ainda diverge quanto à questão dos cursos capacitacionais, que são oferecidos para atender a demanda. Tem-se em suma, que dois deles são pós-graduados (lato sensu) em cursos divergentes entre si, sendo um voltado à educação e outro às famílias, sendo este foco do SUAS. Ora, oportuna destacar que nenhum dos quatro fizeram cursos de nenhuma monta sobre a questão racial.

Preocupada com o distanciamento do Serviço Social no quesito raça/etnia, Pinto (2003) propôs a introdução de um curso de extensão que abarcasse conteúdos que informassem tanto aos graduandos, quanto profissionais da área. “A memória afrodescendente, como todas as memórias coletivas, passou e passa por um constante processo de construção.” (PINTO, 2003, p. 92).

Para complementar o perfil do profissional que trabalha na Prefeitura de São Carlos, indagamos se funcionário público e/ou contratado. Responderam:

Sou funcionária pública desde 2009 na Prefeitura Municipal de São Carlos. (S.3).

Sou funcionária pública há dois anos. (S.4).

Sou contratada.[...]. Atuo no Centro Pop – Centro de Referência da população em situação de Rua – Centro Pop, o nome do serviço. Aqui antigamente era o CREAS II. (S.5).

Funcionária pública há cinco anos. (S.6).

Os quatro assistentes sociais são recém contratados pela prefeitura, sendo que três são concursados e um é cargo de confiança. Cada qual desempenha sua função mediante a demanda do equipamento social em que está lotado, somente explicita-se que aquele contratado, também presta atendimento como assistente social, sua profissão. Mediante isso, em relação aos trabalhadores do SUAS:

[...] muitos dos novos empregos caracterizam-se por trabalhos precários: os trabalhadores estatutários correspondem a apenas 38,34%; enquanto 25,04% não têm vínculo permanente, 19,56% possuem apenas cargo comissionados e 12,84% são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso significa que aproximadamente metade dos trabalhadores (44,6%) do SUAS não possuem vínculo permanente com a Política de Assistência Social, o que possibilita a alta rotatividade e descontinuidade dos serviços. (BOSCHETTI et al., 2011, p.2).

Mais que isso, sentiu-se a necessidade de saber-se a trajetória profissional de cada um, captando a significação de cada programa para os mesmos, segundo o ponto de vista social, disseram que:

Minha trajetória profissional começou em 2000, quando conclui a graduação em Serviço Social. Logo em 2001, tentei o mestrado, porém não consegui a aprovação. Daí, de setembro de 2002 a fevereiro de 2003 atuei com adolescentes infratores na ONG Reintegra Brasil, em Araraquara-SP. De maio de 2003 a fevereiro de 2009, trabalhei como assistente social no CEPA, uma ONG que trabalha com a Lei do Aprendiz, porém após aprovação em concurso em julho de 2009, onde estou até o momento, na Prefeitura Municipal de São Carlos. Aqui fui coordenadora do CRAS Aracy, depois atuei junto ao Centro de Referência da Mulher (CRM), no CRAS 5 e [...]. (S.3)

Assim que me formei fui trabalhar no Hospital Psiquiátrico 'Cesário Mota Jr.', como funcionária contratada, onde fiquei por cinco anos. Como o hospital fechou, fiquei desempregada, quando ingressei por seis/sete anos numa Fundação para pessoas portadoras de câncer. Desliguei-me desta entidade, para dedicar-me a um comércio alimentício, que não deu certo, por isso logo em seguida assumi por três anos a Fundação Casa de Piracicaba, depois fui para outra ONG, de Rio Claro, que prestava o mesmo atendimento. Deixei este emprego, quando fui nomeada para a Fundação Casa de São Paulo, através de concurso público, porém não me adaptei ao serviço, permanecendo por três meses. Daí, prestei o concurso público para esta prefeitura em 2010, sendo convocada em 2013. (S.4).

[...] em 2008 [...] logo que me formei eu trabalhei um pouco na Prefeitura de Capivari, onde já trabalhava, [...]. como voluntária durante oito meses no PETI, no antigo programa de Erradicação do Trabalho Infantil e dava aula de dança [...]. E, eu comecei a ter contato com as assistentes sociais. [...] fui contratada pelo programa que era uma ONG, e depois disso me passaram para o Bolsa Família, eu fazia cadastro Único. Nesta fase eu já estava começando a faculdade. [...] em 2007, [...] eu passei numa seleção para trabalhar na [...] antiga Usina COSAN, lá em Rafar, [...]. Daí eu fiquei lá até o final da faculdade. Eu gostaria de ter um pouco de experiência na área

privada. Trabalhava lá juntamente com os cortadores de cana, [...], os migrantes, que vinham ao trabalho. Após a minha formação, [...], voltei para a prefeitura de Capivari, fui fazer um trabalho de acessibilidade... Juntamente que frequentavam as escolas normais e aí fiquei lá por uns meses. Logo após, passei num processo seletivo em Elias Fausto, também era pra estar fazendo visita para as famílias do Bolsa Família, nos bairros. [...]. Após isso [...] vim [...] para São Carlos. Uns meses depois, [...] comecei a trabalhar na instituição do Cantinho Fraternal “Dona Maria Jacinta”, que é um abrigo de idosos hoje é uma Instituição de Longa Permanência Para Idosos (ILPI), fiquei lá três anos. E nesse período, [...] dois anos e pouquinho, [...] fazia seis horas lá no Cantinho e quatro horas na Casa de Passagem. [...] eu conciliei os dois trabalhos, durante sete pra oito meses. [...], como [...] vinha muito pra reuniões dos conselhos na Secretaria, [...] me convidou pra trabalhar aqui [...] Ai, estou aqui já há um ano e meio. [...] Como eu já tinha um conhecimento, um contato com os usuários da casa de passagem foi mais fácil a adaptação com eles e eles comigo [...]. Hoje nós não temos assistente social aqui. Nós tínhamos até o final do ano passado. Então eu basicamente faço o atendimento da assistente social e [...].

Atuei como Assistente Social contratada na Prefeitura de Araraquara por um período de oito meses no CRAS/Hortênsias. Após, fui convocada para o concurso de São Carlos em 09/2010 e, dentro dos campos de trabalho, passei pelo Centro de Referência da Mulher, CRAS Santa Felícia, CRAS Pacaembu e CRAS [...], onde atuo há três anos. (S.6).

Cruzando os dados explicitados pelos quatro profissionais, apreende-se que somente um deles, o formado na instituição pública, tentou o mestrado, porém reprovado, começou a desempenhar a prática interventiva em ONGs e depois de alguns anos a atuar como concursado. O segundo mencionou que passou pela saúde, numa entidade filantrópica, como concursado na Fundação Casa e agora nesta prefeitura. Já o terceiro, trabalhou por contrato na prefeitura, em outra cidade por processo seletivo, porém ao mudar para esta cidade ingressou numa ONG que atende idosos, conciliando com a Casa de Passagem, por este trabalho foi convidado a dirigir o CREAS e, o último, desempenhou a prática laborativa num CRAS, e seguidamente assumiu o cargo neste município após aprovação em concurso público.

Pelas declarações se percebe que não existe principalmente nesta região um atendimento específico dos assistentes sociais relacionados à temática racial.

O Serviço Social atende às diversas áreas sociais: habitação, saúde, educação, trabalho, reforma agrária e segmentos criança e adolescente, idoso e mulher. Para melhor perceber as especificidades negras nessas áreas, faz-se necessário inserir a temática étnico-racial nos programas das disciplinas já existentes, garantindo que os alunos de Serviço Social possam perceber o negro inserido na dinâmica social. (PINTO, 2003, p.166).

Estas lacunas propiciaram pensar em como intervir com nossos usuários negros que sofrem fortes reflexos das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais? Através das densas comprovações de que estes ainda são os mais estigmatizados, pensamos que a única saída está no atendimento através de um conjunto de políticas públicas, que visem atendê-los simultaneamente, para que situações cotidianas sejam minimizadas ou reprimidas.

A partir dos retratos da vida social destes segmentos, inquietos perguntamos aos assistentes sociais se conhecem o funcionamento da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, através das Divisões e como é oferecido o atendimento à população usuária do Serviço Social municipal. Compartilharam:

Sim, conheço a Secretaria de Cidadania e Assistência Social. (S.3).

Sim. Cada divisão tem um papel, sendo que no plantão identifico para onde encaminho o usuário. Ou seja, qual divisão se adequa ao problema. Depois dos atendimentos realizados nas divisões, o usuário volta a ser atendido no CRAS ou no plantão dos territórios. Aqui no plantão tudo é emergencial. Atendo os bairros mais próximos e outros territórios em que o usuário pertença. Ao identificar a problemática, se for algo grave é encaminhado para o território. As pessoas são atendidas de acordo com os bairros em que moram, sendo encaminhada aos CRAS pertencentes. (S.4).

Sim. Compreendo, estou [...] na secretaria... Então o nosso atendimento hoje está reduzido. Nossos usuários aqui, o espaço que eles mais abrangem é o Centro Pop, do Cadastro Único dentro da Secretaria. Esses trabalhos em conjuntos que é o que tem. A diversidade sexual que é dentro da secretaria. Os cursos em relação aos cursos do Pronatec [...]. [Tem a Divisão da Diversidade, tem Assistente Social¹²⁰]. Não aí tem a [...] que é a coordenadora. Na realidade ela fica dentro da secretaria, essa divisão, a Divisão de Diversidade Sexual, trabalha em conjunto, bem junto da secretaria. Não é um espaço fora como o meu. O cadastro único é na secretaria também [...]. Em relação a atendeu sim... todos os eventos a gente, [...] está sempre participando junto. [...]. Algumas coisas a gente acaba até levando eles, dependendo do tema. É que eles não gostam, [...] não conseguem ter a atenção, ficar muito focado. [...] (S.5).

Sim. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social está estruturada a partir da seguinte forma: Proteção Social Básica: cinco CRAS e sete Centros Comunitários. A Proteção Social Especial: Divisão do Idoso, (PNEs), Divisão da Mulher (CRM), Divisão da criança/adolescente e CREAS POP. (S.6).

Os entrevistados informaram unanimemente que conhecem o funcionamento da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, dois destacaram suas funções no órgão público e a última especificou somente sobre o atendimento voltado em relação à política de assistência social, excluindo duas divisões, a

¹²⁰ Questões da entrevistadora Maria Luisa Fogari, serão indicadas entre colchetes.

Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Divisão de Políticas para Diversidade Sexual. Ademais, percebe-se que como o SUAS não tem a questão racial em suas normativas, o atendimento em São Carlos também não a tem. É notório, uma falta de compreensão e de articulação. O que queremos alertar é que este município poderia mostrar para os demais a eficácia dessa fusão.

Sem nenhum estranhamento, passamos para a próxima pergunta que foi se conhecem a Divisão de Igualdade Racial, que está agregada a Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos e já foram convidados para a proposição de ações socioeducativas específicas para igualdade racial, e se acha importante?

Sim, conheço a Divisão de Política de Igualdade Racial. Não fui convidada. Não acho importante. (S.3).

Nunca tive a oportunidade, não conheço. Não. Eu acho importante. (S.4).

Sim. Não... ah...bem interessante. (S.5).

Sim. Não fui convidada. Sim, é importante. (S.6).

Foram unânimes em dizer que conhecem a Divisão de Igualdade Racial, porém nunca foram convidados para elaborar um projeto (por exemplo, através do SINCOV) em que visasse ações socioeducativas para esse público. O que consideramos mais relevante é que todos consideram importante esta junção (ou seja, de ambas as políticas). Mediante isso, nota-se que o Serviço Social é que está aquém, blindado a esta problemática social, mantendo-se distante do assunto.

O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia [...]. (IAMAMOTO, 2009, p.25).

Mediante o primoroso ensinamento de Iamamoto, pensando nos figurantes que permeiam as cenas cotidianas, interpelamos se em sua trajetória profissional, já presenciou alguma discriminação ao usuário negro e se acha interessante ou não a disposição de ao menos um profissional em cada município para a proposição de atendimentos, ações e projetos sociais aos cidadãos negros. Os profissionais disseram:

No cotidiano de trabalho nunca presenciei nenhuma discriminação ao usuário negro. Sim, seria interessante ter-se um profissional para o atendimento específico ao negro, pois iria abrir um olhar sobre está questão para o profissional e para o negro. (S.3).

Nunca presenciei. Eu não acho, porque eles não têm que ser tratados com diferença, por serem negros. E, sim trabalhar com todos de maneira geral ou com aqueles que têm preconceito. (S.4).

Não. É interessante, mas você acha que ainda existe muita discriminação? Existe [...]! a gente aqui, eu pelo menos no nosso serviço, não tem isso graças a Deus. Mas, se existe em outros... Com certeza é muito interessante este atendimento. Uma pessoa específica, no mesmo jeito que existe para os homossexuais. (S.4).

Não. Não concordo com a contratação específica de técnicos para atendimento exclusivo aos usuários negros, já que não há distinção de raça, cultura, religião etc, nos atendimentos da Proteção Básica e Especial. (S.4).

Então segundo as declarações dos profissionais, procuramos reordená-las desta forma: subentendemos que os quatro entrevistados mencionaram que nunca presenciaram atos discriminatórios no espaço de trabalho, local onde com certeza tem uma grande demanda de negros, pois os números de atendidos pelos programas sociais denunciam isso. Porém, é bom saber que não são discriminados.

Agora, quanto ao se elencar um profissional específico para tratar tal questão, dois disseram que seria interessante, outro apontou a necessidade de trabalhar a diferença, item elencado no Código de Ética Profissional (Lei nº 8.662/1993) e o último mostrou-se adepto convicto ao que normatiza o SUAS que prevê a universalidade do atendimento. Ora, este atendimento deverá oferecer meios e ações que levem a questionar a questão da igualdade no Brasil, que é um país plural.

Ampliando nossa perspectiva de conhecimento do Assistente Social em relação às conquistas dos afro-brasileiros, perguntamos se conhece a base legislativa que abarca os direitos dos negros e se acredita na efetividade e necessidade das ações afirmativas? Disseram:

Já li, porém, conheço superficialmente e acredito na efetividade e necessidade das ações afirmativas. (S.3).

Não conheço. Acho que não, que deverão ser tratados como os brancos, pois tem a mesma capacidade que os outros. (S.4).

Não, não muito... Então como não conheço não tem como dizer se..., mas acredito que tudo que vem para a melhoria, acaba sendo afirmativo. Muito bom e interessante. (S.5).

Não. Acredito na efetividade das ações afirmativas. (S.6).

Processou-se assim, o primeiro profissional mencionou que conhece superficialmente a base legislativa para a comunidade negra, os demais disseram desconhecerem-na. Deste modo, quando nosso projeto ético político demanda a busca da garantia dos direitos e, assim consecutivamente trabalhamos com instrumentais como: Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei Maria da Penha, leis específicas para os portadores de necessidades especiais, SUAS, SUS, etc. Por que deixamos de fora o Estatuto da Igualdade Racial e, demais signatários, como: SINAPIR?

Já em relação às ações afirmativas, três verbalizaram que acreditam na efetividade, somente um disse que não crê, pensando que devam ser tratados com igualdade. Para Fonseca (2009b, p.121) acontece que “Na realidade a sociedade não é igual, e tratar pessoas de fato desiguais como iguais só amplia a distância inicial entre elas, mascarando e justificando a perpetuação de iniquidades.”

Em se tratando das ações afirmativas, a autora Conceição ao questionar discentes do curso de Serviço Social da UnB, obteve que:

[...] 74% (17) dos alunos acreditam que as ações afirmativas sejam uma boa estratégia nesse sentido, enquanto que 13% (3) responderam negativamente à questão e outros 13% (3) disseram desconhecer sobre o assunto [...]. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 108).

Em atenção ao fato em questão, indagamos se em seu processo de formação profissional e estágio obrigatório¹²¹, teve contato com programas e ações específicas para a comunidade negra? Acha importante os graduandos terem acesso, mediante a introdução contemporânea de políticas públicas específicas para os afro-brasileiros? Suas declarações foram:

Não, pois na época do estágio, me especializei em políticas para mulheres. Acredito ser fundamental o acesso dos graduandos às políticas públicas específicas. (S.3).

Não tive acesso. Sim, acho importante. (S.4).

Não. Não lá, lá não tinha também. Sim. Bem interessante... (S.5).

Não. Julgo importante. (S.6).

¹²¹ Está pergunta foi embasada na realizada por Pinto (2003, p.166), que questionou seus entrevistados se a faculdade oferecia estágio relacionado à questão racial.

Sobre esta questão, não causando estranhamento todos mencionaram que não tiveram contato. Ou seja, não haveria como, pois, tanto o curso de Serviço Social, nem o SUAS adotaram tal temática, consecutivamente no âmbito de ensino e o outro do atendimento aos usuários da política de assistência social.

Em relação à importância do campo de estágio, Pinto (2003) ao indagar-se as discentes, 83,3% das profissionais destacaram sobre a inexistência deste *lôcus* em que possam ser inclusas, ressaltando que algumas das inquiridas não consideraram relevante ter-se esta especificidade (PINTO, 2003, p.165-166).

Quanto à visão do assistente social sobre a política social específica para o negro, alguns profissionais entrevistados por Pinto (2003), disseram que não deveria existir uma política social específica aos negros. Outrossim:

[...] na intenção de defender a igualdade social, negaram a importância de se trabalhar a questão, pois para eles, pensar em promover políticas sociais destinadas ao negro seria o mesmo que institucionalizar uma segregação racial [...]. (PINTO, 2003, p.195).

Entre discussões e inúmeros questionamentos, apontamentos e desfazimentos, passamos para outro intento, levando os entrevistados a responder se percebem no cotidiano profissional a existência de disparidade econômica e social entre negros e brancos no município de São Carlos? Sobre este quesito, falaram:

Sim, há inúmeras mulheres negras no cotidiano de atendimento no CRAS com vulnerabilidade econômica, etc. (S.3).

Não. Acho que é proporcional, pois já atendi pessoas negras bem esclarecidas. (S.4).

Então... [...] acho que a minha minoria é negra, no meu atendimento à população de rua. Então sem um número meio... mas, acho que na periferia, nos bairros mais vulneráveis ainda tem essa desigualdade, [...] que eles são mais dos bairros mais vulneráveis. Existem mais aqui mesmo no Centro Pop é bem mesclado, viu... [...] (S.5).

Não vejo a disparidade. (S.6).

Sobre as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos, somente o primeiro observou que no cotidiano de trabalho do CRAS há muitas mulheres negras, confirmando o duo: gênero/raça. “As desigualdades derivadas de cor, raça e gênero caminham de maneira entrelaçada e estruturam a exclusão na sociedade

brasileira [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 52). Vislumbra-se ainda, segundo a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que nos alertou tanto para a questão racial, quanto para a questão de gênero, quando elencou que 70% dos lares brasileiros, em 2006, eram chefiados por mulheres negras. (IPEA, 2011, p. 24).

Em relação ao segundo, parece que não entendeu a questão, o terceiro mencionou que no atendimento percebe que é uma minoria e o último, descreveu que não visualiza (causa estranhamento devido ao local ter abrigado um quilombo).

Doravante com este estudo, inquirimos aos entrevistados se ouviram falar da SEPPIR e seus objetivos, se participaram do Conselho da Comunidade Negra e das conferências municipais, eles mencionaram:

Sim, já ouvi falar, porém não participei de conselhos e conferências. (S.3).

Não, nunca. Não participei, nunca fui convidada para participar do conselho, e nem fui à conferência. (S.4).

Não. Então nessa conferência eu não fui. [...]. (S.5).

Não. Participei sim da conferência municipal. Não fui convidada para participar do Conselho. (S.6).

De forma esperada um falou que ouviu falar da SEPPIR, os outros três não conheceram a secretaria. Entretanto, quanto ao conselho nenhum participou, mas como foi explicado pelo (S.1), o assistente social não tem espaço no conselho, isso não ficou definido em suas normativas. Neste sentido precisa-se lutar para ser inserido e, quanto à conferência somente um entrevistado participou da municipal.

Preocupada em mostrar que este assunto ainda é ausente nos cursos de Serviço Social, entre o nosso olhar para o significativo e insignificante, nesta área, avaliamos¹²² as grades curriculares de quatro cursos de universidades públicas (uma do Estado de Minas Gerais, duas de São Paulo e uma de Brasília, capital federal), seguindo a linha de raciocínio apresentada, para sabermos se existem disciplinas específicas sobre a política de igualdade racial na contemporaneidade (na perspectiva dos direitos conquistados que possam servir de instrumentais de trabalho do assistente social).

¹²² Expomos que essa avaliação surgiu mediante as leituras realizadas e pesquisa de campo, momento em que percebemos que as profissionais desconheciam os direitos dos afro-brasileiros. Ademais, suas formações não lhes orientaram para as conquistas/direitos sociais dos negros contemporâneos. Por isso, fizemos uma análise nas grades curriculares que estão disponibilizadas nos sites dos programas das universidades públicas descritas.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) ressalta em sua grade a disciplina eletiva: Seminário Temáticos¹²³ – O mito da democracia racial no Brasil e suas implicações sociais, que foi oferecida neste ano (de 5/08/2015 a 10/12/2015), que teve como objetivo geral: “Examinar o discurso do mito da democracia racial no Brasil, procurando analisar a importância desta discussão para o exercício do trabalho profissional e para a implementação de políticas públicas de combate ao racismo.” (UNIFESP, [2011]).

Ementa: Temáticas emergentes e transversais no exercício profissional, que refletem as expressões da questão social contemporânea na sua relação com a realidade local, regional, nacional e internacional: um debate sobre (des)igualdade racial no Brasil - da permanência do preconceito, às lutas de movimentos sociais e implementação de políticas públicas de combate ao racismo.(UNIFESP, [2011]).

O segundo analisado foi a UNB – curso de Serviço Social, que está dividido em três núcleos, sendo: Núcleo de Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho.

A graduação tem disciplinas obrigatórias e optativas, sendo todas as disciplinas obrigatórias ofertadas pelo UnB SER.¹²⁴ Como Conceição (2014) havia informado em seu estudo, os Núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira e de Fundamentos do Trabalho Profissional, oferece-se a disciplina optativa: “Gênero, Raça/etnia e Política Social”.

Os conteúdos são indissociáveis, motivo pelo qual algumas disciplinas integram mais de um Núcleo. Os conteúdos curriculares respondem, em sua indissociabilidade e totalidade, à perspectiva de perfil profissional previsto no PPC. Sua diversificação e flexibilidade, já que os discentes têm um leque grande de disciplinas optativas, atende à interdisciplinaridade e pluralidade [...]. (UNB, [2011]).

A graduação em Serviço Social UNESP, campus de Franca, não oferece uma disciplina específica, porém contempla no rol das obrigatórias: Antropologia e a Serviço Social e Realidade Regional, sendo que esta segunda tem como ementa:

¹²³ Os dados foram colhidos do Conteúdo Programático da Unidade Curricular da UNIFESP- Curso de Serviço Social – vespertino da baixada santista.

¹²⁴ Trata-se do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

A profissão vem sendo marcada pelas profundas transformações que se processam no mundo da produção, na esfera pública e no campo da cultura. O agravamento da questão social manifesta-se nas diversas formas de expressão das desigualdades sociais. O deciframento dos processos sociais tanto nas suas determinações gerais quanto em suas expressões particulares exige a articulação entre a profissão e o conhecimento da realidade regional e local. Nesse sentido, firma-se o vínculo necessário da universidade e sociedade pela sua dimensão pública e pela representação intelectual científica e sociocultural na região e na formação profissional. (UNESP, 2013).

A última delas é a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) – o Curso de Serviço social elenca a disciplina: Temas/conteúdos para oferta das disciplinas optativa por Núcleo Temático (dividido em 3 tópicos, sendo: I - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social (Optativa I e II); II- Núcleo Temático Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, na (Optativa III e IV) possui sete disciplinas, dentre elas: “Gênero, Raça e Etnia” e o terceiro III - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (Optativa V, VI, VII). (UNIMONTES, 2011).

Cruzando os dados perpassados pelos profissionais assistentes sociais com as disciplinas oferecidas, denota-se que das quatro universidades analisadas, através de seus sites (grades curriculares) a que mais se aproxima da realidade em voga é a da UNIFESP, porém como (CONCEIÇÃO, 2014) relatara, que quando a disciplina não é obrigatória perde a eficácia e o caráter generalista, pois se pontua somente a um determinado número de discentes que a selecionaram.

Após longa jornada de estudo, realizada em 1986 por Pinto, que foi publicada em 2003, ela suspeitou, avaliou e analisou que é de suma importância travar uma reflexão que busque introduzir a temática em destaque na grade curricular dos cursos de Serviço Social. Após mais de duas décadas da efetivação desta pesquisa:

[...] pensar, teorizar, escrever sobre a realidade do negro no Brasil, é algo complexo para o Serviço Social, pois o não compromisso da profissão é decorrente de uma estrutura ideológica discriminatória, que afeta também a atitude dos profissionais, contribuindo para a quase inexistência de produção teórica no Brasil sobre o Serviço Social e a questão étnico-racial. (PINTO, 2003, p.171).

Averigua-se como se vigora as ações que estabelecem e reforçam os vínculos comunitários, segundo este propósito interpelou-se se há algum trabalho que considerem o quesito étnico-racial? Coincidentemente verbalizaram:

Não existem. (S.3).

Creio que tenha. Como atuo no [...], acabo não participando dos cursos, devido à necessidade do serviço (por ser [...] exige e necessita do profissional). (S.4).

Como não tenho muita essa questão, a gente não fortalece essa questão. Nossa eu nunca tive problema aqui [...]. Nem discriminação dos profissionais graças a Deus. Sexual, tive problema [...]. Na capacitação que foi em Brasília, quando eu falei que ainda servia o almoço aqui, os coordenadores da capacitação falaram que pela política não se deve porque eles devem sair para socialização para o contato com o pessoal. [...]. E o pessoal então acolheu legal eles. É super interessante. É sim um restaurante [...], que são de pessoas de classe média e baixa [...]. Aqui eles chegam de manhã, tem café da manhã novamente, porque eles tomam na Casa de Passagem. Eles podem estar lavando a roupa, tem atividades, tem passeios. Agora, com o horário reduzido está difícil fazer festa. Mas, eles tinham festa dos aniversariantes, passeio do mês [...] cinema. Tudo... Teve festinha no Museu da TAM pra eles. (S.5).

Existem os trabalhos desenvolvidos dentro da perspectiva do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para o público de zero a cinquenta e nove anos e idosos, porém, nada específico para as questões raciais. Dentre os temas trabalhados, existem trabalhos relacionados à cultura negra. (S.6).

Ficou explícito que não existem ações específicas para o fortalecimento comunitário e nesse caso identitário. Outrossim, como o derradeiro profissional destacou, os assuntos são agregados, se tratando, como sempre, da cultura negra.

Ao finalizar esta etapa investigativa que procurou demonstrar a importância do assistente social para a efetivação da política de igualdade racial, questionou-se: consta o critério etnia na ficha de atendimento ao usuário e, se mesmo que a assistência social seja destinada a quem dela necessitar, (com caráter universal, como demanda a LOAS) a questão racial é algo a ser pensado, por se tratar de um passado que ainda se enfatiza em várias áreas de atendimentos de políticas públicas brasileiras. Diante disso, fale o que entende, compreende e se considera necessária a especificidade do negro urbanizado no SUAS?

Sim, consta o critério na ficha de atendimento. Quando atendo o usuário, entendo o seu contexto dentro da questão social, porém preciso ampliar meu olhar para a questão racial, já que são inúmeros negros no atendimento do meu cotidiano profissional. (S.3).

Consta. Acho que deveria salientar isso sim, para as pessoas. Vejo que eles mesmos ou alguns se sentem discriminados, por isso acho que deveria enfatizar mais essa questão, para que se diminua a discriminação racial. (S.4).

A minha é um pouco diferente porque está em prontuário [...]. Essa ficha é do SUAS, [...]. Na minha ficha de recepção não tem [...]. Não... Eu acho que

tá dentro da política, tem que estar aderindo [...]. A gente pouco vê os quilombolas. Disse estar extinto isso. Será? Nós aqui no Estado de São Paulo é difícil ter. Então deveria ter um específico [...]. (S.5).

Sim. Dentro da perspectiva do SUAS, não entendo que haja a distinção em nenhum aspecto. Dentro da SMCAS de São Carlos, existem serviços destinados a este público, porém, dentro da Proteção Especial e Básica, os serviços são prestados de forma igualitária. (S.6).

Quanto ao quesito étnico-racial constar na ficha de atendimento, três deles falaram que consta, porém somente (S.5) destacou que este quesito está no prontuário. De acordo com os indagados, quanto à necessidade do SUAS delimitar a questão racial para os negros urbanizados, o primeiro assistente social disse que atende na perspectiva da questão social, porém precisa compreendê-los através do quesito étnico-racial. Sobre o conflito gerado:

A situação vivenciada hoje pelos brancos pobres e pelos negros pobres são resultado direto da contradição entre capital/trabalho que formam a questão social, em que a classe trabalhadora não possui propriedade privada e os meios de produção, restando-lhes apenas a venda de sua mão de obra. A formação e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em meio à ampliação das expressões da questão social absorvem o racismo como um mecanismo de manutenção das desigualdades sociais, produzindo e reproduzindo de certa forma essa expressão. (CONCEIÇÃO, 2014, p.117).

Em continuação a última pergunta, o segundo crê na necessidade de inserir a questão racial na política de assistência, o terceiro pensa igualmente, justificando que tem locais/estados que não existem tantos remanescentes quilombolas e, o último descreveu que na política do SUAS não faz distinções, tendo o atendimento universal, porém esta questão está agregada ao atendimento da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos (SP).

A seguir, traremos as contribuições dos usuários negros residentes em São Carlos (SP), que serão expressas da seguinte maneira, os usuários da política de assistência social: (S.7), (S.8), (S.9) e da igualdade racial, estão referenciados por: (S.10) e (S.11).

Em virtude de estarmos falando da realidade da comunidade negra são-carlense, descrevemos que a cidade segundo o censo 2010, contava com 221.950 mil habitantes e, estima-se que em 2015 esteja com 241.389 (IBGE, 2014). Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010 era 0,805. Em relação à etnia: brancos (72,34%); negros (5,28%); pardos (21,56%); amarelos (0,74%) e, indígenas (0,09%) (IBGE, 2010).

Em meio a um cotidiano surreal vivenciado pelos negros desta nação, passaremos a partir deste ponto, a nos deter nas condições daqueles moradores do município pesquisado. Para tal, interpelamos a idade, se trabalham, estudam e/ou se evadiram em que série, onde residem e se nasceram em São Carlos (SP). Os mesmos falaram:

Quarenta e três anos. Eu 'to' desempregado há um bom tempo viu... Mas, quando trabalhava; trabalhava na construção civil, era ajudante geral. Não. Estudei até a terceira série incompleta. Na época não tinha ninguém assim, que me puxasse... me doutrinasse a estar estudando, que me pegasse no meu pé, né... (onde mora?) – Estou em situação de rua. Nascido e criado (em São Carlos). (S.7).

Vinte e oito. Na Electrolux, operadora de máquina. Ensino Médio Completo. No Jardim Medeiros. Não, nasci em São José do Rio Preto. (S.8).

Cinquenta e cinco anos. Não trabalho. Já trabalhei na Decampis e como doméstica em casa de famílias. Mais nova trabalhei numa fábrica de costura e casa de família, era a que gostava mais. Não; Estudei até a quinta serie; Resido em Santa Eudóxia. Nasci em Santa Rita do Passa Quatro, na Usina Vassununga, nos tempos em que tinha a colônia. (S.9).

Vinte e sete; Não trabalho; Não; Ensino Médio Completo; Bairro Zavaglia; Não; Em Esperança do Sul. (S.10).

Trinta e três anos. Sou usuária do curso de artesanato aqui na Divisão de Política de Igualdade Racial. Sou manicure num salão próprio. [é estudante?]. No momento não. Segundo grau completo. Em São Carlos mesmo, no Jardim Paulistano, Jardim Icarí. Sou de Araraquara. (S.11).

Consternaram-me as declarações acima. Dos cinco entrevistados as idades giram entre vinte sete e cinquenta e cinco anos, um encontra-se em situação de rua, dois desempregados, uma com registro formalizado e outra na informalidade. Somente um deles nasceu em São Carlos, porém todos moram na municipalidade e, em relação à escolaridade, três concluíram o ensino médio e dois não terminaram o fundamental. Ou seja, enfatiza-se que nenhum dos cinco conseguiu graduar-se numa universidade.

Pelo fato de a Secretaria de Cidadania e Assistência Social contemplar a Divisão de Igualdade Racial, perguntamos se a conheciam e sabiam sua finalidade. Eles descreveram:

Já ouvi muito a falar. Já li algumas coisas sobre o gênero. Já. Ah... sei que dão muito com os assuntos raciais, discriminação, direitos e igualdade, temas assim que lá é abordado direto. (S.7).

Conheço. Conheço entre aspas, né! Não entendo tanto, não. (S.8).

Não; não sei qual é a finalidade. (S.9).

Conheço Sim... Aqui é pra ensinar, né, ensinar. Ensinar... Tem até bastante cursinho agora. Agora até que tem bastante. Tem bastante atividades. (S.10).

Sim. Atender o público, atividades voltadas ao público. (S.11).

Sobre os itens elencados, destaca-se que dois usuários dos serviços da política de assistência social conhecem o objetivo do Centro Afro “Odette Santos”, o morador de um subdistrito são-carlense desconhece e os dois últimos disseram que sim. Em relação aos objetivos da Divisão de Igualdade Racial, somente um falou que trata de assuntos ligados à questão racial, o outro mencionou que sabe sumariamente, sendo que o (S.9) nada soube dizer. Ademais, em relação aos usuários do citado Centro Cultural, um disse que é para ensinar e que há pouco tempo estão proporcionando atividades e o derradeiro mencionou que se oferecem atividades ao público.

Percebem-se divergências quanto ao objetivo da Divisão de Igualdade Racial, que apesar do discurso da promoção da “igualdade” deveria oferecer oficinas de identidade, atividades lúdicas, cursos específicos para politização dos negros (levando-os a se reconhecerem sujeitos de direitos: as cotas, o Estatuto da Igualdade Racial, etc). Como já dissemos, o espaço está oferecendo cursos que são disseminados em outros locais da cidade. Por isso, ter-se um assistente social na equipe seria de primaz notoriedade. Ana Lígia Gomes (2000 apud SANTOS et al., 2013, p.169):

O Assistente Social deve ser um socializador de informações, desvelando com competência técnico-política as questões, as propostas – suas potencialidades, suas armadilhas, seus objetivos. O conhecimento da legislação, o domínio da dinâmica orçamentária, da burocracia e dos processos da administração pública, sejam formais ou informais, são fundamentais para o exercício do controle social.

Ainda encarando a missão de identificar como decorre a trama, ou seja, a mobilização da comunidade negra, em relação às políticas de assistência social e igualdade racial, interrogamos se frequentam atividades culturais ou esportivas vinculadas à Secretaria de Cidadania e Assistência Social, através da Divisão de Política de Igualdade Racial?

Não... Não... Aqui, às vezes participo de alguns e de outros. [Você é atendido às vezes aqui no [...]?]. Isto... (S.7).

Não. (S.8).

Não frequento. (S.9).

Só ela (a menina?) Eu não. [Quantos anos ela tem] Seis. [Qual curso frequenta?] de dança. Agora não é mais balé, é uma mistura. Uma vez por semana. [é gratuito?] Gratuito... (S.10).

Só essa atividade aqui, de artesanato. [Tem filhos?]. Tenho uma filha que também faz aqui, balé, tem sete anos. (S.11).

De acordo com as falas pronunciadas, os três usuários da política de assistência social não frequentam atividades culturais oferecidas pela política de igualdade racial. Outrossim, observa-se sobre os usuários do Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette Santos”, que um estava acompanhando a filha de seis anos que cursa balé e o outro, que é aluno do artesanato disse que a menina também faz aula de dança.

Perante estas respostas me impressiona haver um local totalmente adequado para ministrar-se arte e expressividade afro-brasileira, e ser utilizado somente como museu e para cursos de artesanato que podem ser oferecido no interior de CRAS e Fundo Social de Solidariedade.

Sobre estas adversidades analisadas, conta-se que em 4 de setembro de 2015¹²⁵, entrevistado (S.2) mostrou-nos o espaço físico do Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette dos Santos”, que tem nove salas e um hall de entrada, onde consta o quadro de sua homenageada. Naquele momento estavam sendo expostas artes confeccionadas pelas crianças das Escolas Municipal de Educação Infantil (EMEI), pertencentes as creches e escolas de São Carlos. Na sala Odete Santos e Africanidades constam dados sobre a vida da sambista e pertences desta mulher que sempre comandou a bateria de sua escola, fato inusitado para a época. Ainda existe uma sala para que contem histórias sobre Africanidades (sala de Contar Histórias), constando nela bonecos negros. Comporta também um corredor com vários quadros que ilustram a história do negro são-carlense. Outro espaço é reservado para festividades e cursos, emendando o

¹²⁵ Os dados expressos sobre o Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira “Odette dos Santos” foram perpassados pelo (S.2), momento em que fizemos anotações no caderno de campo. Enfim, as observações e dados escritos foram fundamentais para dissertar-se sobre o local pesquisado e a importância da sambista homenageada para a cultura são-carlense.

entrevistado, que pretendem através Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos, criar capacitações profissionais para pessoas entrarem no mercado de trabalho. Também há uma sala que seria utilizada para exibição de filmes (cinema), que neste momento está sendo utilizada para o curso “Faça e Venda”. Ainda, existe um estúdio para gravação desativado, que estão pretendo adequá-lo para desenvolver pilotos (testes) na área musical, para ser utilizado principalmente pelos negros.

Para complementar esta conversa informal, mencionou que estavam organizando a eleição do Conselho Municipal da Comunidade Negra, e procurando seguir as normas para que fosse forte e ativo para trabalhar juntos, e conseguir efetivar os direitos.

Demonstrando compromisso social com a população negra, verbalizou que:

[...] pediu para o secretário, onde a divisão está vinculada para oferecer cursos de capacitação sobre políticas afirmativas, que deverão estar cientes que são representantes de uma comunidade/sociedade, que tem sido invisível aos olhos dos outros. (S.2)¹²⁶.

Em relação à cultura, disse que:

[...] o projeto está pronto, deste modo está trazendo a dança afro com a professora [...]. (S.2).

Infelizmente, durante a entrevista com as usuárias do museu percebemos certo “desconforto” de uma delas, fato certamente relacionado a cor da pele. O fato em questão me levou a questionar sobre a necessidade de fortalecer o ativismo negro de São Carlos, para que não sejam manipulados culturalmente pela mídia, que massifica e delega o jogo político, econômico e social. E, assim, levar estas pessoas e a sociedade em si, a conhecer sua cultura e expressões, através do jongo, umbigada, coco, tambor de crioula, o cururu, batuque, etc.

Ainda pensando na questão dos afro-brasileiros, fato tão premente na contemporaneidade brasileira, indagamos se lembravam de alguma ação desenvolvida pelo município que buscasse contrapor a discriminação racial e se acharam válidas? Sem repúdio, verbalizaram:

¹²⁶ Essa fala do entrevistado (S.2) também advém do caderno de anotações.

Teve alguns sim, mas eu não participei não, viu! Mas, já li sobre o tema, ou acompanhei algumas reportagens em revistas, eu mesmo não participei de nenhuma. [Acha válida?] Válido sim... Com certeza. (S.7).

Não, não tem. Que eu me conheço por gente, nunca vi uma coisa falando aí desses movimentos assim... (S.8).

Não (S.9).

Não. Comecei a vir aqui agora. Não conhecia antes [Não você não lembra de nenhum seminário, palestra para que diminuísse a discriminação, o preconceito?]: Não. (S.10).

Ah... Não lembro não viu. (S.11).

Entretanto, em meio aos propósitos o S.1 expressou em entrevista, que sempre fazem atividades e que no “20 de Novembro” procuram fazer palestras e passeata. Assim, denota-se que seria proveitoso disseminar tais ações para as periferias onde os negros se concentram. Ainda, considera-se que ações socioeducativas sejam uma premissa nesta temática.

A partir dessas descrições apresenta-se o registro, que: “A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social realizou mais uma atividade no mês da Consciência Negra [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2015b). A programação se definiu da seguinte maneira, em 23 de novembro a palestra: “As leis afirmativas n. 10.639, n. 22.645 e o resgate da cidadania coletiva”, com a socióloga e doutoranda Roseli Oliveira; no dia 28, realizou-se a Marcha pela Igualdade e Combate ao Racismo; e, dia 30, Campanha de doação de sangue: “Negro Sangue Bom”, no Centro Cultural “Odette Santos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2015b).

Como estes dois itens abrem possibilidades para a participação popular, através do controle social, percebendo a importância de o próprio sujeito oprimido envolver-se nos espaços democráticos que podem abrir precedentes para que se formalizem as políticas públicas. Os questionamentos abaixo foram embasados no trabalho da pesquisadora Elisabete Pinto (2003, p. 184) sobre o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra¹²⁷. Segundo o intento político, procuramos saber se havia participado de conferências, conselhos municipais e/ou foram militantes nos movimentos negros, os usuários definiram:

¹²⁷ É importante destacar que também fizemos essa arguição em (FOGARI, 2010, p.233), quando perguntamos se haviam participado do Conselho Municipal de Igualdade Racial.

Já participei pela questão de rua, [...]. Dos movimentos de moradores de rua, em Brasília. Fui junto com o CREAS mesmo. Junto com o CREAS (Quando vocês foram?). Há uns quatro anos atrás, acho... [Você é atendido há tempo aqui? Mais ou menos]. Sou atendido há cinco, seis anos. (S.7).

Não. Já fui convidada. Na cultura afro. Não é que não quis. É o que estava explicando é por causa dos meus filhos e do meu trabalho. O meu trabalho também... Não bate. [Quantos filhos você tem?] Quatro. [sua mãe ajuda?] Eu, e Deus. [e seu marido?]. Ajuda. Eles são pequenos, o mais velho tem nove anos, oito anos, não tem como... [Eles ficam na escola?] O dia todo, em período integral. (S.8).

Não. (S.9).

Não. Nada... (S.10).

Não. (S.11).

Na arena dos muitos debates que se realizam sobre este assunto, que é tão polêmico, percebe-se que a maioria dos afro-brasileiros ainda encontra-se na plateia como ouvintes.

Dilatando nosso “olhar” para a ocorrência de violações e riscos pessoais e/ou sociais perguntamos se passaram por situações discriminatórias e como foi. As respostas foram:

Já passei por várias, em supermercados, em lanchonetes, restaurantes, até mesmo na praça, ou nas ruas. Na escola não. Também estudei pouco, né! (Você nunca ligou para a polícia ou denunciou?) Não. Não nunca acionei nada, nunca denunciei na verdade, achava que não valeria à pena, que ia ser só mais uma denúncia e nada mais “estaria” acontecendo. (S.7).

Muitas vezes... Muitas pelo fato do cabelo, a cor mesmo... Nem tanto a discriminação pela raça, mas pela quantidade de filhos. Na questão de trabalho mesmo. Eu tenho curso técnico de administração (fez o técnico?). Fiz quando era menor de idade, fiz pela CEFAM vinculado ao banco do Brasil e quando de maior, pelo sindicato dos metalúrgicos. E aí, quando fui fazer a entrevista final, que é a entrevista final para conhecer a pessoa (precisava da vaga?). Necessitava... (tinha a vaga?) Não na empresa que estou, em outra. Em outra. Quando fui passar pelo processo para conhecer a pessoa, quando falei que tinha quatro filhos, aí a pessoa falou para mim. Olha você preenche todos os requisitos, mas a quantidade de filhos. Já não te favorece [...]. Escola muito... Acho que na escola é mais, porque ela sempre tinha apelidos. Às vezes juntava aquele grupinho que não queria ficar pelo fato de eu ser negra, entendeu? Aí eu não tenho. Era um padrão, né! Eu não tenho cabelo liso, eu não posso ficar ali junto. Eu sou diferente de todas. Um padrão... [...] te excluía, mas eu sempre fui aquele tipo de pessoa assim que eu nunca me abalei por essas coisas. Nem na questão da família mesmo... Porque meu marido é italiano. A família dele não gosta de mim. [...] Ele é neto de italiano. Minha sogra mesmo... Minha sogra me odeia né! [...]. A família dele não!!! Pelo fato de eu ser negra [...]. Mas, acho que ela deu graças a Deus. Mas é que eu não demonstro. Lembro quando meu primeiro filho nasceu, e ele saiu pardo, saiu mais moreninho, um pouquinho mais claro e meu sogro falava: - Ai meu neto não pode nascer

preto... Nascer preto... Eu falei assim pra ele: - não adianta... Quando nascer, quão branco for, pode nascer de olho azul, mas só que o sangue que vai correr nele, é o sangue de negro. Eu acho que mais triste é o preconceito sair da família. Eu acho... (S.8).

É teve uma vez, uma que me chamou de negra. Eu a ameacei com uma faca; foi dentro do trabalho. Mas, ela também era negra. Era um pouco mais clara, porque o pai era escuro e a mãe branca. Era mais clara que eu, alisa o cabelo, então ela se achava branca. Ai eu falei: Você também é negra... Porque você 'ta' me chamando de negra? Tudo bem! Mas, ela não chamou na 'boa', né! Ela me ofendeu... (S.9).

Não... Nenhuma. (S.10).

Sim. Na época de escola, a gente é bem discriminado. Mas, de uma certa forma, como era CDF não era tanto. Dava uma aliviada. Mas meu marido é branco e eu sinto muito quando estou com ele e a gente vai a alguns lugares. Quando ganhei minha filha, as pessoas perguntavam é sua filha? Tem certeza? E que não sei o quê! Eu sentia bastante... (S.11).

Analisando as respostas dadas pelos afro-brasileiros, descreve-se que são distintas e convergentes ao mesmo tempo. O entrevistado (S.7) mencionou que passou por várias discriminações, mas nunca denunciou devido a sua condição. O outro, disse que “às vezes” as negatórias decorrem devido aos traços negroides, porém, observa que existem entre os entrevistados outros fatores mais agravantes, como número de filhos, enfatizando que sofreu bastante estigmas no período escolar. Ao se casar passou a ser discriminado pelos parentes do marido que por serem descendentes de italiano não aceitavam negros. Em relação ao terceiro interpelado, relatou que sofreu preconceito de uma parda, que por ter pele mais clara e cabelo alisado, se sentia branca, chamando-o de negro. O quarto, disse que nunca sofreu (me pareceu não gostar que toque no assunto/traços fenótipos) e o quinto mencionou que na época de escola e agora por ter se casado com branco.

Segundo Pinto (2003) uma análise das entrevistas demonstrou as condições insalubres em que os homens pretos vivenciavam nas favelas e a consciência que alguns deles tinham sobre o preconceito racial, fato atrelado à discriminação, que oriunda dos brancos pobres, que se sentem superiores aos negros. “Para ter valor como pessoa é preciso que ela tenha assumido a conduta determinada pelo branco, ou alguma coisa do branco, ainda que seja alma.” (PINTO, 2003, p. 141).

“Alma branca” que muitas vezes precisou ser assumida em atenção à condição imposta pelo território e/ou por questões culturais, que se fundiram às econômicas. Assim, para viver e sobreviver: “era caso de vida ou morte!”

Sobre isso, quando a estudiosa Conceição (2014) questionou em sua pesquisa se os alunos haviam sofrido preconceito, ela concluiu que ainda existe a padronização da beleza branca, que abre precedente para a negação das características do negro.

Nesta outra pergunta¹²⁸ indagamos se foram atendidos por profissionais assistentes sociais e se sofreu discriminação? Eles declararam:

Sou atendido aqui pelo CREAS e pela prefeitura. Não, nunca... Sempre me deram total apoio e ajuda. (S.7).

Já. Sim... Fui muito bem atendida. (S.8).

Atenderam normal. Não (S.9).

Já... Em Boa Esperança. Não. (S.10).

Não. Nunca. (S.11).

Dos cinco somente um nunca passou em atendimento no Serviço Social, o primeiro disse que sempre recebeu apoio e ajuda; ajuda lembra bem-estar, precisa-se quebrar este paradigma, pois hoje trabalhamos com uma política pública de direito. Os outros três disseram que não foram discriminados. Sobre as últimas análises, conclui-se que o profissional assistente social ao graduar-se está apto, recebeu uma bagagem formativa em que suas ações interventivas sejam isentas de preconceito. O grande imbróglio perpassa na questão da política de igualdade de direito e na necessidade de se possuir uma leitura de que, na realidade, o usuário sofre com o mito da igualdade racial.

Quanto ao atendimento dispensado aos usuários negros pelos assistentes sociais Pinto (2003), revelou-se que: “Para a maioria dos usuários, o relacionamento é considerado satisfatório quando o assistente social é educado, isto é, quando o profissional cumpre suas obrigações e respeita a humanidade do outro tratando-o cordialmente.” (PINTO, 2003, p.157).

O usuário avaliou o profissional com base no que lhe foi oferecido, a isso, o classificam como bom e/ou ruim, dotado da prática funcionalista. A pesquisadora (2003) acrescentou também que lhe mencionaram sobre os trejeitos (subjetividades) em que os pretos adotam no ato do atendimento, esperando ser compreendidos e

¹²⁸ Explica-se que esta pergunta foi realizada intencionalmente para confortarmos com a mesma pesquisa realizada por Pinto (2003) no final da década de 1980.

atendidos em suas emergencialidades, sendo: “[...] humildade, simpatia e poucos questionamentos.” (PINTO, 2003, p.157). Comportamento inadmissível para o Serviço Social contemporâneo, que requer que ambas as partes, usuários e profissionais sejam possuidores de senso crítico da realidade social em que estejam inseridos.

Em sua trajetória de vida, já presenciou alguma atrocidade e/ou violência a outros negros (vizinhos/parentes)? Descreva.

Já, já... Seguranças batendo porque estavam pedindo um prato de comida na porta de um restaurante. A própria polícia agredindo porque a preta estava sentada na porta de um comércio qualquer. Na verdade, isso é a coisa que mais se vê por aí, é isso... A própria polícia, você está sentado na porta de uma casa ou na porta de um comércio qualquer. [e, em shopping?] Ah! Não frequento, sabe, porque não gosto, porque minha situação não ajuda... Sei que lá é só discriminação que vai passar... (S.7).

Não. Vejo pela TV. Virou moda! (S.8).

Não. Só dentro da minha casa mesmo. Meu pai era muito violento. Ele batia na gente, com chute, muro. Uma vez pegou meu irmão, deu uma surra nele, tirou sangue. Ele ficou até meio ‘bobo’. Depois disso aí, ele bebeu tanto, tanto... que acabou morrendo. Depois dessa surra, ele bebeu muito mais ainda, morreu com trinta e um anos. Bateu, tirou sangue do nariz. Minha irmã falou, pois eu tava trabalhando, tirou muito sangue do nariz dele e batia muito na cabeça dele. (S.9).

Não... Não... Só na televisão. (S.10).

Não... Não... (S.11).

O primeiro entrevistado descreveu que presenciou agressões a outras pessoas em situação de rua, que geralmente decorriam por estarem pedindo alimentos. Já outras duas viram na televisão, pois nos últimos anos tem se tornado algo corriqueiro. Outra mencionou que a violência foi desencadeada pelo próprio pai que era muito violento e um único negou ter visto.

As cenas de marginalização a essa minoria são cada vez mais divulgadas, nas redes sociais, imprensa e televisiva, fazendo com que aqueles que estejam à frente da política de igualdade racial a tratem com confiança, respeito e esmero, tendo como meta somente: desfazer, (re)fazer e fazer as ações e/ou estratégias que permeiam a questão étnico-racial no Brasil. Certamente, estes vácuos que permeiam o atendimento, nos levaram a formular este questionamento, se seria interessante a proposição de ao menos um profissional que se voltasse especificamente para o atendimento da população negra nos municípios.

Acho que sim, é necessário ter uma pessoa engajada neste atendimento, neste trabalho. (S.7).

Sim. Eu acho que facilitaria muito, pois tem gente que querendo ou não camuflam o preconceito, [...]. Eles na frente falam que não têm, mas só que fala que vai ajudar, mas esquece... (S.8).

É, porque existem lugares que eles não atendem bem. Aqui e, em São Carlos elas atendem muito bem. Mas, tem gente que dá até 'dó'. (S.9).

Ah... Pode ser... É... (S.10).

Sim. Acho necessário. (S.11).

Apreende-se, segundo as respostas dos indagados que todos creem na efetividade de se ter uma assistente social que atenda esta demanda. Resumidamente, o primeiro reconhece que é preciso ser alguém preparado para o atendimento. O segundo aduziu que existe o racismo velado, porém ao término falou das promessas, da ajuda, termo considerado arcaico para o Serviço Social. O terceiro, sinalizou para o fato de nem todos serem iguais, por isso as derradeiras, também concordaram com os demais.

Sendo algo que gera analogias e interferências, nos apoiamos em lamamoto (2009, p.25) que está de acordo com a necessidade de inovar, buscar conhecimentos sobre as construções históricas e culturais de nossa demanda, quando exprime que: “[...] é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho e correspondentes expressões culturais - dos segmentos populacionais atendidos [...].”

Na ocorrência da exposição de atos discriminatórios, os entrevistados por Pinto (2003, p.154) disseram que orientam o usuário a delatá-lo ensejando a amenização de sua ansiedade. Por outro lado, outros, dos quais concordamos em parte com sua postura profissional, “[...] estimulam em seus usuários negros discriminados a reflexão sobre o assunto. Assim, orientam as pessoas negras a se organizarem politicamente [...].” (PINTO, 2003, p.154).

Ademais, é atribuição do profissional se engajar nos movimentos sociais daqueles em subalternidade. Contrariamente, a autora definiu que os profissionais citados acima: “[...] não propõem para essa organização a participação do Serviço Social.” (PINTO, 2003, p.154).

De forma análoga, pensando nas formas e possibilidades de acesso, contrapondo ações muitas vezes impostas e ou ditadas de cima para baixo,

argumentamos se sentem inseridos na sociedade local e o que acha que deve ser alterado, os cinco usuários verbalizaram:

Às vezes sim, às vezes não... Eu acho que primeiramente, o modo das pessoas pensarem, criar uma nova cultura, realmente fazer a igualdade. Hoje se prega muito, mas se faz pouco... (S.7).

Não tanto... Não tenho ideias do que poderia ser. Eu acho assim que deveria ter mais coisas voltadas para cultura negra, reuniões. Tem pessoal que faz a confraternização e tudo... Mas é só um dia, se reúnem só um dia. Daí no resto do ano não faz mais nada. Deveria ter, ah... Mais acessibilidade entendeu? Mais projetos voltados... Nem todos, aceitam a nossa cultura, o jeito é ter mais projeto. Não 'tô' falando tanto em festas, essas coisas assim não... Mas, projetos que eu falo assim, mexer com cabelos. Ah! Tantas coisas, outras podem ser feitas, na capoeira, projetos para as crianças. Não tem muita coisa voltada. Eu fiz um curso (para cabelo) há uns quatro, cinco anos, de trança, né?, que só foi duas semanas. Mas, depois nunca mais ouvi falar. Nunca mais fizeram [...]. Depois nunca mais fizeram mais nada... Porque a gente tem... É difícil de lidar com o nosso cabelo. É difícil, é coisa complicada, pois o cabelo liso todo mundo sabe mexer [...]. (S.8).

Sim. Não tem. A gente vai pra São Carlos, aqui tem um banco dois dias na semana. Então a gente prefere ir lá. Tem ônibus... (demora) uma hora. (S.9).

*Sim. Pelo menos não vi nada assim... Eu acho que não. (S.10).
Mais ou menos... Ah! Acho que assim, de conduta entre as pessoas mesmo sabe... Acho que falta um pouco não, bastante ainda. A gente ainda é muito discriminado, sabe! (S.11).*

Pensando que a questão das formas e possibilidades de acessibilidade social precisa urgentemente ser debatida entre os próprios atores sociais, através de estratégias coletivas, que denotem “valores emancipatórios”, passaremos a analisar as respostas emitidas pelos sujeitos entrevistados. O primeiro disse que tem dúvidas se realmente está inserido, enfatizando que precisa mudar a cultura da igualdade, “que isso aconteça de fato”. O segundo expressou que sente a falta de atividades voltadas para a cultura negra, e que ocorram o ano todo, não somente numa data específica. Ressaltou que espera que se façam projetos, citando como exemplo, curso de cabelos. Já o último falou que observa que precisa existir bastante ações para diminuir a discriminação.

Na missão de propor, oportuno dizer que a dimensão sociocultural será o meio mais tênue para buscar garantir os princípios democráticos aos protagonistas deste estudo, podendo gerar programas “paralelos e estratégicos de politização” a essas famílias. Sobre a cultura, o intelectual, segundo Gramsci:

A cultura é, pois, um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, criam-se possibilidades de tomada de consciência em relação a problemas e situações comuns vividas pelos diferentes sujeitos sociais. (SIMIONATTO, 2004, p.29).

Desta forma, entende-se que o estudioso está preocupado com a subalternidade intelectual apresentada pela classe trabalhadora, necessitando assim de um novo projeto cultural, visando a emancipação política, livre do domínio ideológico da classe burguesa.

Para finalizar este tópico, fizemos algumas interpelações, se já ouviram falar em ações afirmativas, Estatuto da Igualdade Racial, SEPPIR e o Conselho Municipal da Comunidade Negra¹²⁹. Mediante o exposto, gostariam de conhecer? Acreditam em mudança? Expuseram em suas falas:

Já ouvi falar, mas não tenho, nunca tive um conhecimento mais profundo sobre esses movimentos. Seria interessante, todo o conhecimento neste aspecto, acho que é bem-vindo. Na verdade, o povo precisa um pouco mais de informação sobre todo esse movimento, porque muitas vezes eles acontecem e a gente nem fica sabendo. O povo em geral, para participar mais, ter maiores consciências e poder interagir, não sei... Nesta... A gente acredita e espera que realmente um dia aconteça (a mudança). (S.7).

Não. Algumas coisas. É porque como falo para você me convidam para participar dessas coisas, mas não tem como eu ir. Mas, não tem como ir, me inteirar do assunto, entendeu? Se eu pudesse, se tivesse como, iria com o maior prazer, sem pensar duas vezes. Já ouvi falar. Sim, muito. [...]. Se eu pudesse contribuir para isso né, participando seria ótimo, mas meus filhos... É ruim você ir num lugar assim, você quer prestar a atenção, mas não tem como você prestar atenção no que está falando com um monte de crianças. Querendo ou não, atrapalha... Vão ficar te chamando. Ô mãe... A minha filha menor tem um ano e quatro meses. São bebês ainda, não tem como...eu acredito em mudanças, mas basta ter alguém para pensar, tentar fazer... Não basta acreditar sem ação. (S.8).

Não. Já ouvi sim. Ouço pelo rádio, mas nunca participei. Se sobre direitos é bom "né". Acredito que sim! (S.9).

Não... Não... Não... Ah... Não sei, acho que não... Não... Não... Se tivesse que mudar já tinha mudado! (S.10).

Não...Não. Não também. Também não [...]. Até que sim, seria interessante. Sim, seria viável. (S.11).

Para concluir este capítulo, no qual expusemos toda a pesquisa de campo, optamos por perguntar-lhes sobre os canais, ou seja, os meios que propiciam a

¹²⁹ Perguntas essas também realizadas em (FOGARI, 2010, p.231-234), sendo que os usuários negros na época também desconheciam sobre tais aportes legislativos e canais democráticos de direitos. Como vimos, seis anos se passaram e pouca coisa e/ou nada mudou...

efetivação da democracia, que são as legislações e equipamentos de direitos (conselhos e conferências). O primeiro disse que conhece sumariamente, porém pediu para que se tenha mais informação, que seja mais divulgado, deixando a mensagem de que acredita em mudança (lembre-se, ele encontra-se em situação de rua). O segundo entrevistado falou que conhece somente alguns itens, tem desejo de se envolver com movimentos sociais, mas os quatro filhos pequenos lhe deixam bastante atarefada (sugestão: no Espaço Cultural “Odette Santos”, existe espaço e brinquedos suficientes para articular a atividade política com a presença das crianças, através de educadores/pedagogos). Em relação aos outros três, comentaram que desconhecem o que foi perguntado, sendo que aquele em que reparei, que sofre com os estigmas, procurando se esquivar do assunto, apresentou uma fala de desesperança, citando: “[...] se tivesse que mudar, já teria mudado [...]”, já as duas últimas mostraram-se mais crentes em reviravoltas.

Entre “rever e ver” as possibilidades e necessidades, sem vãos pensamentos, vejamos a indagação de Matilde Ribeiro (2012, p. 54), que muito nos inquietou: “No campo da igualdade racial existem debates teóricos, mas são acima de tudo políticos – ‘no Brasil devemos trabalhar por igualdade racial ou igualdade social?’.”

Presos a reflexão de Matilde Ribeiro (2012), apressamos em acrescentar, após os apontamentos teóricos e dados coletados na pesquisa de campo, mediante a realidade brasileira contemporânea, como levar está indagação para a política de assistência social e o Serviço Social?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre-nos dizer que chegamos ao fim... e/ou ao começo de tamanha discussão... Coube-nos instigante e importante tarefa; tarefa de desvendar a sina e mostrar estratégias, meios, que contraponham os reflexos desse passado, que ainda repercute negativamente entre a maioria dos usuários negros do Serviço Social brasileiro.

Para as considerações finais, começar-se-á pelo “13 de Maio de 1888”, a popular “Lei Áurea” que a nosso ver não significou o fim de um tempo de rudeza e luta, mas apenas o começo...

Foi notório entre os dados pesquisados que se precisa (des)construir histórias, contextos e falácias perpassados pela classe dominante deste país, que foi, está e continua engajada nos pleitos políticos dessa terra. O foco é ter-se ética e respeito sempre, pois a desigualdade para os negros continua a persistir nos mais elementares direitos.

O percurso histórico enfatizou os horrores que se consolidou no Brasil, a partir da escravização de gente, de ordenamentos para que se cruzassem as raças, para corrigir os erros de um passado forjado e construído à luz de interesses das mais vis ordens e poderes, que tempos depois, do nada resolveram apagar o inapagável; apagar a identidade do povo brasileiro!

Todavia, nota-se que o lodo histórico ainda está impregnado no trato cotidiano aos afro-brasileiros, que se perfaz nos redutos sociais, culturais, econômicos e políticos deste país. O grande “nó” será transformar a realidade de famílias negras pobres, desprovidas não somente de direitos básicos, elementares, mas da sobrevivência cotidiana, levando-se em consideração uma coletânea de políticas públicas de direito, entre elas: a política de assistência social.

Esse gregário e lendário assunto é acometido por promessas e mais promessas... Deste modo, é importante tirar e (re)tirar os entraves que obstaculizam a prática democrática, voltada aos direitos dessa camada populacional segregada.

O gargalo político, social e econômico coleciona inertes manipulações, esquecimentos e enrijecimentos do poder, sendo que os reflexos estão sendo sentidos a ponto de os negros serem vítimas de verdadeiros atentados políticos.

Uma lacuna: percebe-se que muitas vezes as pesquisas se preocupam muito com o preconceito em si, deixando de lado questionamentos da vida diária

desse sujeito, que vive num grupo social e precisa de uma rede protetiva de atendimento que transcenda a questão universal, generalista para a especificidade étnica. Como?

Em sintonia com o tempo presente, precisamos respeitar os direitos conquistados, a partir da (re)construção e desconstrução dos mitos consolidados sobre a temática em voga. E o mito da igualdade racial? Destaca-se que:

[...] o mito da democracia racial não só implicou numa reconstituição idílica do passado e a persistência do clientelismo, como foi também sustentado pelas realidades sociais do período republicano inicial – a falta de discriminação legal, a presença de alguns não-brancos dentro da elite e a ausência do conflito racial declarado [...]. (HASENBALG, 2005, p.251).

Mito? Igualdade? Universalidade? Os negros precisam saber e se apropriar dos direitos adquiridos, inclusive a vagas em concursos públicos e em universidades, que são as cotas afirmativas. Assim, os espaços, como o chamado Centro Cultural Afro “Odette Santos” deveriam centralizar e descentralizar tais ações.

Outro dado interessante, é a pouca expressividade de grupos de estudo e de extensão para a temática elencados em parcerias entre poder público local e universidades/instituições de ensino de graduação e pós-graduação, tornando uma nódoa democratizar-se esta temática para aqueles que serão formados para trabalharem e/ou trabalham com as pessoas afro-brasileiras. Assim é eficaz tirar-se a África do tronco e do pelourinho urbano para introduzi-la nas pesquisas acadêmicas, traduzindo-se em valorização da identidade de seus descendentes.

Percebemos que os entrevistados, principalmente os usuários negros e assistentes sociais pouco conhecem sobre os espaços de controle social, fato sério que precisa ser revisto, pois se traduz em perda de espaços decisórios e deliberativos, por exemplo, da temática racial fundir-se à questão de gênero e direitos humanos.

Na tribuna dos fatos, os negros ainda disputam a capacitação, a obtenção de uma profissão para lutar por uma vaga no mercado formal de trabalho, que para eles, quando se funde a questão de gênero e traços fenotípicos, torna-se ainda mais intenso. Mediante isso, é inconcebível pensar-se somente em oferecer cursos do Pronatec, como foi dito pelos sujeitos (S.1) e (S.2). Além de tudo, o Pronatec está inserido no programa promovido pelo MDS: Brasil Sem Miséria, que

parece o Brasil dos miseráveis. Sobre isso, crê-se que o trabalho de demonstração de teorias sobre o preconceito racial aos empresários também seja algo necessário. Assim: pensa-se na proximidade entre as diversas raças, na questão identitária em si.

Os cursos capacitacionais destacados, que muitas vezes lembram o retrógrado Fundo Social de Solidariedade, são regidos sob a filosofia do apadrinhamento e favor, perpassado pelas gestões das primeiras-damas.¹³⁰ Assim, estão na contramão da história, da conquista de direitos, emanadas na Constituição Federal de 1988.

Como vimos, a autoafirmação da identidade cultural, social, econômica e política faz-se necessária entre os entrevistados. Outrossim, cursos de aprendizagem que retratem tais questões, inclusive de inserção política, mas política que os libertem dos grilhões do capital, do preconceito...

Também se destacou entre as falas dos usuários a necessidade de contar e emitir-lhes outros propósitos e histórias. Entretanto, oferecer-se cursinhos populares para essa população, que muitas vezes encontram-se em miséria extrema para buscarem espaço nas universidades públicas, também é uma oportunidade de conquistarem o disputadíssimo mercado de trabalho.

É um contrassenso o próprio negro estar dependendo do Programa Federal Bolsa Família e, deslocado crendo na efetividade deste. Enquanto crescem as cotas nas universidades e serviços públicos. Cabe-nos indagar: estamos dando a “ajuda” o benefício apenas? Ou, principalmente, devemos ensinar, instruir, capacitar, politizar...? Ademais, ou aplaudimos e/ou não aplaudimos, é um tropeço! Todavia, precisa-se colocar o Estado em cena, deste modo, não perpassando a responsabilidade civil e social, que se traduz em voluntariado, ajuda/favor e benesse...

Recusamos a recusarmo-nos a pensar que a política de assistência social não reconhece o Brasil como um país de maioria negra, que precisa consoante os ensinamentos deste estudo ser pensado diferentemente, levando-se em consideração as negatórias expressas a estes seres sociais em tempos remotos.

É mister apontar a ausência de avaliações a nível federal que levem em consideração os dados estatísticos sobre quesito étnico-racial nos Programas de

¹³⁰ Para melhor compreensão, ver (FOGARI, 2011b).

Transferência de Renda e nos territórios urbanos, inclusive para se empreender projetos e ações sociais para os protagonistas desta tese.

Ainda em relação ao sentimento de pertença, de identidade, seria eficaz obterem-se dados estatísticos nos territórios sobre a quantidade de negros em cada município/vila, que é atendida pelos CRAS/CREAS, levando-se em consideração tal quesito.

É extremamente humano e enriquecedor desentranhar o caráter assistencial das políticas públicas de ações afirmativas, principalmente na esfera de assistência social, dos populares PTRs, que se voltam para o mito da igualdade racial, quando trata a desigualdade a partir da universalidade, não levando em consideração tal problemática. Os programas de transferência de renda perpassam transversalmente pela temática, ora não tocam no problema crucial que seria considerar-se o recorte racial na política de assistência.

As ações governamentais estão desnorteadas, desconexas da verídica realidade dos negros, alertando que as roupagens vão mudando, porém, a significância acaba sendo a mesma, padronizada e arcaica. Deste modo, o olhar libertador perde a valia.

Como dito pelo sujeito (S.1), a questão racial em São Carlos (SP) não é concentrada num território. Deste modo, precisam-se usar todos os territórios, criando-se estratégias para aproximar os negros de seus direitos. Com base na coleta de dados, destaca-se que seria premente oferecerem-se oficinas/ações socioeducativas (FOGARI, 2015, p.166-167) que objetivem levar esta demanda a ser politizada, para tal será necessário o oferecimento e a descentralização de cursos monitorados nos territórios, pensando-se na questão da “diferença”.

Poder-se-ia pensar em oficinas que desdenhem a construção da identidade e memória dos negros a nível local. Como? Contando as histórias das celebridades negras locais, e/ou de cada município.

É relevante oportunizar que a implantação do projeto específico chamado “Juventude Viva” declara e reforça a ideia de que a transversalidade, o oferecimento de ações e programas aos negros na visão universal na área da Infância e Juventude não surtiu efeito, visto que estavam buscando entidades¹³¹ para a implantação de atividades para o segmento descrito.

¹³¹ Para melhor conhecimento, acessar o site do SEPPIR-PR.

Não observamos o viés/papel político dos gestores das políticas de assistência e igualdade racial, a que sugerimos que seja este um referencial nosso, da academia, dos pesquisadores da área. Como se trata de duas políticas altamente estigmatizadas, uma considerada somente “favor” e a outra pelos traços fenotípicos, pelo viés da igualdade. Porém, ambas se fundem em sua necessidade e preponderância. Uma dica importante: é necessário desentranhar a pobreza da questão racial!!!

Romper paradigmas, desconstruir estereótipos e preconceitos dos próprios profissionais que lidam com a esfera social. A partir desse “olhar” imprimir nos novos espaços ocupacionais “velhas demandas” que são caracterizadas pelas “novas demandas”, principalmente nas principais normativas da política de assistência social.

Muito instiga! Desagregar ou agregar a política de assistência social e igualdade racial? Este é um questionamento que deve ser uma premissa para os elaboradores e executores da política. O que fazer?

A política de assistência social tipificou-se se esquecendo que temos um território imenso, onde existem várias raças e culturas, inclusive pelo fato destes terem “sido escravizados”, e, assim como coisa, ficaram por três séculos e meio. Ora, neste modelo a mesma política que regimentava este país, continua orquestrando a vida destes afro-brasileiros. Para garantir-se a efetividade de tal assunto teria que ser retirado o mito da igualdade racial da política de assistência, que em suas nuances adotaram este discurso, ou seja, a universalidade como lema e tema quando se voltam à causa.

A política de assistência social é branqueada, arqueada à ideologia do branqueamento, que se populariza entre os executores adjuntos à visão endógena do mito da democracia racial.

Com as leituras e coleta de dados, congrega-se que deverá ser tratada como enfoque central, a capacitação aos gestores nos três níveis de governo e/ou capacitação dos gestores de assistência social e daqueles que encabeçam setores específicos com vias de garantir-se a igualdade racial nas zonas urbanas.

A previsão é que antes do profissional assistente social, o Serviço Social precisa aceitar a igualdade racial como integrante das análises conjunturais brasileiras, por sermos um país multirracial e nossos usuários serem número expressivo neste contexto contemporâneo.

Se de modo geral, constatou-se que nem os conselhos existem, e/ou nem a política de igualdade racial, carece de o Serviço Social adotá-la como uma prática de trabalho. Assim, a profissão do assistente social não tem o objetivo de dispersar, mas de agregar conhecimentos, valores, por isso o elencamos como perspicaz neste assunto, para este segmento populacional.

Ademais, em relação a este estudo os assistentes sociais estavam perdidos, não os apontemos, pois ao menos receberam uma formação mais sólida para a temática.

A razão de tudo isso, comporta-se que a formação profissional deverá partir da consciência política e ideológica, buscando encadear um vendaval de ideias e conhecimentos que primem e norteiem os futuros assistentes sociais a uma prática voltada para a diversidade étnica brasileira. Os conteúdos programáticos dos cursos de graduação deverão primar pela construção da concepção de valorização e idealização da igualdade e reparação racial. A este despeito, que sejam intimados a se debruçarem em bibliografias condizentes a formação brasileira, e a introdução e manutenção dos africanos e descendentes neste contexto histórico. Assim, espionem e não poupem revisões e análises sobre o assunto em voga.

No tocante a população negra, o Serviço Social nada fez. O assistente social, de quem se fala, não tem muito claras as dimensões histórico-político-sociais da questão étnico-racial e, em termos práticos, atua de forma indevida, co-participando de um sistema de exploração e discriminação. (PINTO, 2003, p.97).

Assim, não é incômodo demonstrar e/ou retratar que mesmo que o município de São Carlos (SP) não tenha um profissional assistente social lotado na política de igualdade racial, a sua experiência poderá ser aproveitada e (re)aproveitada na área da assistência social e igualdade racial.

Espera-se que este estudo sirva de alento e possibilidade de se construir e (re)construir estratégias que formalizem a política de igualdade racial, a partir do projeto ético-político do profissional assistente social, que abarcará a possibilidade da construção de outro “olhar” aos negros urbanizados.

Ensina-se que, como garante o Código de Ética Profissional, o assistente social, além de militante poderá lutar pela causa e, enfim injustiças sociais, raciais e culturais. Ou seja, nós assistentes sociais afirmamos e (re)afirmamos

cotidianamente nos espaços institucionais o mito da igualdade racial, quando ao menos a levamos em consideração.

Diante disso, assinamos o retrógrado atestado de pobreza, de impotência ao negro quando os negamos nas demandas diárias de atendimento às práticas educativas. Outrossim, enquanto profissionais não devemos sobrecarregar o usuário da assistência social com assuntos superficiais, falas normatizadoras e punitivas.

Em circunstâncias inóspitas, São Carlos (SP) se formou a partir de uma babel étnica, a exemplo das demais regiões brasileiras, desempenhamos nossa prática interventiva para esta demanda. Neste ínterim, os profissionais são-carlenses lidam com os resquícios da escravização, pois segundo consta nos laudos históricos um grande número de negros foram traficados e migraram para estas terras.

Almejamos alento, garantia de dignidade e justiça social aos negros urbanizados imersos neste contexto nacional. Entretanto, contempla-se que os apontamentos desta tese se juntem a outros estudos e somem-se aos objetivos e determinantes do Serviço Social.

Quebrar os paradigmas que redundam esta causa! Eis, o enigma! Desta forma, confia-se que com a conclusão desta tese acadêmica possa proporcionar subsídios que estabeleçam a determinação de ações políticas que deem autonomia aos sujeitos investigados. Assim, Bourguignon (2007) discorreu que existe a preocupação com o retorno das produções acadêmicas em Serviço Social, refletindo sobre a necessidade do rompimento com os muros da academia e do próprio Serviço Social. Partindo dessa premissa, cremos que a quebra de paradigmas e do muro burocrático da academia, que nos separa dos sujeitos da pesquisa, decorrerá nos espaços institucionais, através das capacitações, de fóruns expositivos sobre o tema, do envolvimento nos movimentos sociais, da interlocução dos assistentes sociais, de incentivos a pesquisas acadêmicas, enfim, que estejam embasados nos conhecimentos teórico e prático, diante do projeto ético-político do Serviço Social.

Resta-nos apontar que os assistentes sociais não profanem, mas auxiliem os municípios a se munirem de conhecimentos, estratégias e/ou de políticas públicas que construam “novos” paradigmas, diante do cenário vulnerável em que os negros urbanizados encontram-se. Ou, seja: Como retirá-los dos guetos contemporâneos?

O embate maior é extirpar do inconsciente coletivo o julgamento dos seres humanos pela cor da pele. É fundamental introjetar nas construções mentais da população brasileira a ideia de que os anjos são brilhantes ou

policromáticos e que o Diabo é preto porque assim o 'pintaram'. Estas são invenções e não realidades. (SILVA FILHO, 2006, p.118).

Ao final, declaramos que a produção e (re)produção da trama social dos negros urbanizados, ocorrerá a partir do instante em que este assunto, ou seja, a política de igualdade racial saía dos muros acadêmicos e seja introduzida no cotidiano das cidades. Como? Através das relações mútuas entre as universidades, sociedade civil e os responsáveis pela implantação e execução dos direitos sociais, e, segundo o que se preocupa e se prevê neste estudo: a introdução desta problemática na política de assistência social brasileira.

REFERÊNCIAS

ACERVO SANTA EUDÓXIA. **Um pouquinho de Santa Eudóxia**. 2012. Disponível em: <<http://acervosantaeudoxia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

AGUIAR, Márcio Macedula. **As organizações negras em São Carlos: política e identidade cultural**. 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** Tradução de Balkys Villalobos de Netto. São Paulo: Cortez, 1992.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnin, 2002.

AQUINO, Yara. Apenas 54,3% dos jovens concluíram ensino médio até os 19 anos em 2013. **EBC Agência Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-12/apenas-543-dos-jovens-concluíram-ensino-medio-ate-os-19-anos-em-2013>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

ARARAQUARA sediou a 3ª Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial. **Descalvado News**, Descalvado, 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.descalvadonews.com.br/noticias/2013/julho/14igualdaderacial.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

ARRUDA, Roldão. População negra é maior beneficiária dos programas sociais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/populacao-negra-e-maior-beneficiaria-dos-programas-sociais/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ASSUMPÇÃO, Itamar. **Cabelo duro**. Disponível em: <<https://letras.mus.br/itamar-assumpcao/#/itamar-assumpcao/272413/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

AZEVEDO, Aluísio de. **O mulato**. São Paulo: Escala, [2005?].

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996.

BACHEGA, Hugo. Negros são os mais ameaçados por crise econômica no Brasil, diz relatora da ONU. **BBC BRASIL**, Brasília, DF, 26 set. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150926_onu_minorias_negros_hb>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009.

BATTINI, Odária. A pesquisa em ciências sociais: desafios e perspectivas. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 9-23, 2003.

BAYON, Anunciacion Soto; FARIA, Maria Neuza de; TENDERINI, Djanira. **Serviço Social e participação popular**. São Paulo: Loyola, 1983.

BEHRING, Elaine R. O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, Rose (Org.). **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001.

_____. Notas sobre o financiamento da assistência social no âmbito da seguridade. In: SOUZA, Nádia Regina Oliveira Q. de. (Org.) **Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Comaer, 2011.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOCAYUVA, Helena. **Erotismo à brasileira o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BONIN, Silvana. **Planejamento e Serviço Social**. 2014. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BORGATO, Cássia Takazono; ALVES, Dolores D.; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. A gestão social na perspectiva democrática: o profissional de Serviço Social como gestor. **Seminário Integrado**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; MOREIRA, Marinete Cordeiro; CAMPOS, Edval B. et al. **Trabalhar na assistência social em defesa dos direitos da seguridade social**. Brasília, DF: CFESS, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURGUIGNON, Jussara A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007.

BOTELHO, Antonio Carlos de Arruda. **Naninha, aceitai as minhas saudades; cartas do Conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa**. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

BRANDÃO, Marco Antonio Leite. A carta do ex-escravo Felício & história de São Carlos (SP). 2010a. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-carta-do-ex-escravo-Fel%C3%ADcio-Hist%C3%B3ria-de-S%C3%A3o-Carlos.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

_____. **Abolição da escravidão nos ‘campos de Araraquara (SP)’**: notas de pesquisa. 2010b. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/leitor/artigoabolicao.pdf>> Acesso em: 30 de nov. de 2015.

_____. **São Carlos nos tempos da casa grande & senzala**. São Carlos: Fundação Cultural Palmares, 2010c. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/S%C3%A3o-Carlos-nos-tempos-da-Casa-Grande-e-Senzala.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. **São Carlos do Pinhal nos tempos da casa grande & senzala**. São Carlos: Guillen & Andrioli, 2008.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p. 81-98, jul./dez. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1888. Pte 1. T.35. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 9 mar. 2015.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 6 nov. 2015.

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 6 nov. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm>. Acesso em: 6 nov. 2015.

_____. Lei. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 6 nov. 2015.

_____. Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 10 jun.2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm> Acesso em: 6 nov. 2015.

_____. _____. **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI**. Brasília, DF, [2014b]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-media-complexidade/servico-de-protecao-e-atendimento-especial-paefi#wrapper>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. _____. **SUAS – Rede SUAS**. Brasília, DF, [2014c]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/suas-sistema-unico-assistencia-social/suas-rede-suas>>. Acesso em: 7 set. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 3 ago. 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif#wrapper>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretária-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. (Série Juventude Viva).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria. **Apresentação**. 2015c. Disponível em<<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____; _____. Política Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 207, de 16 de dezembro de 1998**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília-DF, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, 2006.

_____. _____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**: Construindo bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

_____. _____. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004**: norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005.

_____. _____. Resolução n. 207, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica da Assistência Social-NOB2. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 1998.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/1998/Resolucao%20CNAS%20no%20207%20de%2016%20de%20dezembro%20de%201998.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portal de Convênios**: o SINCOV. Disponível em: <<https://portal.convencios.gov.br/sobre-o-portal>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

BRAVO, Maria Inês Souza. As políticas brasileiras de seguridade social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: política social. mod. 3. Brasília, DF: Ed. UnB: CEAD, 2000.

BURLANDY, Lucieni; SALLES-COSTA, Rosana; PAIXÃO, Marcelo. Assistência social e segurança alimentar e nutricional. In: PAIXÃO, Marcelo et. al. (Org.) **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

CABRAL, Frederico Matos Alves. Cooperação acadêmica Brasil-África: os estudantes africanos do programa de estudantes convênio de graduação (PEC-G). In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2012, Porto Alegre. **Resumo....** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Ambrozina escrava menina- retrato escrito da pedagogia da escravidão: memórias extraídas de um processo judicial (Palmas/PR, 1852). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CNPq, 2007. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/maria%20regina%20clivati.pdf>> Acesso em: 9 abr. 2014.

_____. Pedagogia da escravidão: memórias extraídas de um processo judicial. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 1 n. 17, p. 69-91, 2006.

CARLOS, Erasmo; CARLOS, Roberto. **Um homem pra chamar de seu**. [interprete] Erasmo Carlos. Disponível em: <<http://letras.mus.br/erasmo-carlos/45776/>> Acesso em: 2 abr. 2015.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. O plano plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 58, n. 2, p. 129-150, abr./jun. 2007.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. **2º dia de Encontro debate formação profissional e políticas de ação afirmativa**. Brasília, DF, 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/470>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Com racismo não há liberdade**. Brasília, 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/876>> Acesso em: 6 abr. 2015.

_____. **CFESS Manifesta Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em: 2015.

CFESS MANIFESTA. **Dia nacional da consciência negra: gestão atitude crítica para avançar na luta**. Brasília, DF: CFESS, 20 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/novo-site/arquivos/2010.11.20_CFESSManifesta_ConscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2010.

_____. Dia nacional da consciência negra: zumbis e dandaras contra a desigualdade racial. Brasília, DF: CFESS, 20 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_consciencia_negra_SITE.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2015.

_____. Dia nacional da consciência negra: a violência tem classe e cor. Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_consciencianegra.pdf#pdfjs.action=download>. Acesso em: 6 abr. 2015.

_____. Dia nacional da consciência negra: o longo caminho da desigualdade. Brasília-DF, 20 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2014cfessmanifesta-consciencianegra.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

CÉSAR, Chico. **Mama África**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/chico-cesar/#/chico-cesar/45197/>>. Acesso em 10 maio 2016.

COLIN, Denise Ratmann A. A gestão e o financiamento da assistência social transitando entre a filantropia e a política pública. In: STUCHI, Carolina Gabas;

PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosangela Dias de Oliveira da. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012.

CONCEIÇÃO, Renata Maria da. **A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o Serviço Social**. Duque de Caxias: Ed. Monique Dias Rangel Dutra, 2014.

CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850/1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

CORDEIRO, Renato. **Gênese do assistencialismo**. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1986.

COSTA, Ângelo Roger de França. **A problemática racial na política de assistência social no Brasil: o desafio da especificidade negra**. 2008. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

COSTA, Carmen Cira Lustosa da. **Educação**. Brasília, DF, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldaignaldade.gov.br/assuntos/educacao>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

COSTA, Natália Alexandre. **Espaços Negros na cidade do pós-abolição: São Carlos um estudo de caso**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação quase possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; YASBEK, Maria C.; RAICHELIS, Raquel. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In:

_____.; _____.; _____. et al. (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESS-SP-9ª REGIÃO. **Dia Nacional da Consciência Negra**. São Paulo: CRESS, [2013].

CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cintia Saldanha. OLIVEIRA, Simone Barros de. **A diversidade de atuação do serviço social: desvelando o processo de trabalho**. Porto Alegre: Faith, 2010.

DATRINO, Renata Martinês. **São Carlos nos jornais: representações e cotidiano 1889-1901**. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade

Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v6n2/04.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

DOMINGUES, Petrônio José. Pan-africanismo: um grito pela emancipação do negro. **Ethnos Brasil**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 105-113, mar. 2003.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. **A questão social**. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato & C., 1922.

ENGELS, Friedrich, **A situação da classe operária na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. Edição revisada. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é serviço social**. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Primeiros passos).

ESTRELLA, Andréia Carvalho. Entre imagens e palavras: um exercício metodológico multidimensional. In: RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Org.). **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2006.

EURICO, Márcia Campos. **Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: história do Brasil sobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. São Paulo: Edusp: 1996.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Daniela Sanchez Ita; CHICANATO, Dionisio de Jesus. Ações afirmativas e a política de cotas raciais dentro do sistema educacional brasileiro. **Revista @reópago Jurídico**, Mirassol, ano 1, n. 4, p. 13-20, out./dez. 2008.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana Maul; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. v. 2.

FOGARI, Maria Luisa da Costa. **Serviço Social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes**. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

_____. **As políticas sociais e a prática do assistente social no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social**. 2011. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão das Políticas Sociais)- Universidade Paulista, São Paulo, 2011a.

_____. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS: fundo social de solidariedade contemporâneo? In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5; 2011, Cascavel - PR. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2011b.

_____. Política pública de assistência social e a política de igualdade racial: desafios, avanços e perspectivas a serem enfrentados no tecido social municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ABEPPS, 2012.

_____. **A família no contexto da política de assistência social**. 2013. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Famílias e Políticas Públicas)- Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé, Guaxupé, 2013.

_____. Da violência contemporânea a banalização: suas implicações para os afro-brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014. Natal. **Anais...** Natal: ABEPPS/UFRN, 2014a.

_____. Formação profissional do assistente social e a comunidade negra: uma revisão bibliográfica. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 1., 2014, Santiago/Chile. **Anais...** Santiago: ILPES: CEPAL, 2014b. v. 1.

_____. Serviço Social e ações sócio educativas: práticas emancipatórias para comunidades negras. In: GIAQUETO, Adriana (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FONSECA, Dagoberto José. Cultura e sociedade. Resenha de: CHAVES, Rita; SECCO, Carmen; MACÊDO, Tânia. Brasil/África: como se o mar fosse mentira. **Ethnos Brasil**, São Paulo, ano 5, n. 5, p. 29-89 dez. 2006a.

_____. Relação Brasil x África: interpretações sobre a construção de uma identidade Afro-Brasileira e Africana. **Ethnos Brasil**, ano 5, n. 5, p. 18-30, dez. 2006b.

_____. Qual África? Apontamentos, indagações e reflexões. **Ethnos Brasil**, São Paulo, ano 6, n.1, p. 3-8, 2007.

_____.et al. II Concladin-2009: ousadia, inovação e compromisso com o ensino, a pesquisa, extensão. **Ethnos Brasil**, São Paulo, ano 7, n. 1, p. 109-119, dez. 2009a.

_____. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009b.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p.40-64, 2010.

FRANÇA, Cláudio. Entrevista. Entrevistador: Ethnos Brasil. **Ethnos Brasil**, São Paulo, ano 5, n. 5, p, 6-10, dez. 2006.

FRAZÃO, Márcia. **Maria e o tinhoso**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://marciarfrazao.blogspot.com.br/2008/04/maria-e-o-tinhoso.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

FUNDAÇÃO DE SÃO CARLOS DO PINHAL. **Depoimento n. 1: memórias do velho escravo Felício**. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.emn.ufscar.br/materias/felicio.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. **Haiti**. [interprete] Caetano Veloso. Disponível em: <<http://letras.mus.br/caetano-veloso/44730/>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOMES, Ana Beatriz Sousa; CUNHA JÚNIOR, Henrique. A prática pedagógica do movimento negro. **Ethnos Brasil**, Bauru, ano 6, n.1, p. 35-46, jun. 2008.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima. (Org.). **Ações afirmativas políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONZAGUINHA. **Pobreza por pobreza**. Interprete: Luiz Gonzaga. 1968. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/pobreza-por-pobreza.html>> Acesso em: 12 jan. 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Ed. UNESCO, 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal; Belo Horizonte: Ed. UFMG; Ed. IUPERJ; Ed. UCAM, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOLINA MOLINA, María Lorena (Org.). **La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. San José: ALAETS: Espacio: Escuela de Trabajo Social, 2004 a.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. (Org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf> Acesso em: 7 maio 2016.

IBGE. **@Cidades**: São Paulo: São Carlos. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354890>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. **Você sabia?** Curiosidades: municípios novos. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/municipios-novos>> Acesso em: 2 jun. 2014.

INÁCIO, Miriam Oliveira. A discussão ética das ações afirmativas: problematizando o princípio da igualdade. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 71-80, jan./jun. 2002.

INCLUSÃO PRODUTIVA. **Inclusão produtiva**. Disponível em: <<http://inclusaoprodutiva.org/inclusao-produtiva-urbana/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

IPEA et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF: SEPPIR, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 2015.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF, 2014. v. 22.

JACCOUD, Luciana. Política pública e oferta privada: um desafio para a consolidação da política nacional de assistência social. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias de Oliveira da. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique de. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 79-96, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a03.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAVINAS, Lena. Prefácio. In: SILVA, Maria Ozanira da; LIMA, Valéria Ferreira Santos de A. **Avaliando a bolsa família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEAL, Luciana Nunes; WERNECK, Felipe. Ricos tem renda 39 vezes maior que a dos mais pobres. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ricos-tem-renda-39-vezes-maior-que-a-dos-mais-pobres-imp-,799345>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LÉPINE, Claude. Caminhos da construção de uma consciência negra. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DAS CULTURAS E LÍNGUAS AFRICANAS E DA DIÁSPORA NEGRA, 1., 2007, Araraquara. **Anais...** Araraquara: Ed. UNESP/FCLAr: MEC, 2007. v. 1. p. 13-18.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. **Revista Fórum Identidades**, Alagoas, ano 2, v. 3, p. 33-46, jan./jun. 2008.

LITERATURA ESTUDANTIL. **Simbolismo (Cruz e Souza)**. [S.l.], 21 out. 2012. Disponível em: <http://literaturaestudantil2m1imh.blogspot.com.br/2012/10/simbolismo-cruz-e-souza_21.html>. Acesso em: 4 jul. 2015.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MAIA, Tim. **África mãe**. 1998. Disponível em: <<http://letras.mus.br/tim-maia/1194413/>> Acesso em: 2abr. 2015.

MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos sociais. In: BOURGUIGNON, Jussara (Org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 58-74, jan./mar. 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Stela. Cidade do Clima, Athenas Paulista, Cidade Sorriso, Capital da Tecnologia, Capital do Conhecimento...**São Carlos Agora**, São Carlos, 4 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2010/11/04/13177/cidade-do-clima-athenas-paulista-cidade-sorriso-capital-da-tecnologia-capital-do-conhecimento/>> Acesso em: 9 jul. 2015.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, n. 14, ano 10, p. 11-17, dez. 2013.

_____. O racismo brasileiro e suas repercussões: uma lacuna na formação profissional do Assistente Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012a.

MAZUTTI, Silvia Maria. **Italianos em formação (1882-1914)**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercossul>> Acesso em: 30 de mar. de 2015.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A intricada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosângela Dias de Oliveira da. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

MONSMA, Karl; FERREIRA, Lania Stefanoni; SILVA, Virginia Ferreira da. Imigração e violência racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914. **Impulso**, Piracicaba, v. 15, n. 37, p. 49-60, 2004.

_____. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no oeste paulista, 1887-1914. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 103 - 149, jan./dez. 2005.

_____. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a01v53n3.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

MORGADO, Rosana. Assistência social: novos e velhos desafios. In: SOUZA, Nádya Regina Oliveira Q. de. (Org.). **Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Comaer, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

_____. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUSEU CASA DO PONTAL. **Bumba-meu-boi**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.museucasadopontal.com.br/temas/bumba-meu-boi>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NASCIMENTO, Milton. **Morro velho**. 1967. Disponível em: <<http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/milton-nascimento/morro-velho/1094948>>. Acesso em: 13 set. 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NOGUEIRA, Fábio. A morte “branca” da SEPPIR. **Carta Capital**, São Paulo, 29 set. 2015. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/a-morte-branca-da-seppir/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

NUNES, Neuza Maria dos Santos. **Inserção produtiva e assistência social: caminhos para a inclusão?** 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NYISZLI, Miklos. **Auschwitz: o testemunho de um médico**. Tradução de: Roberto Goldkorn. Rio de Janeiro: Record, 1974.

OLIVEIRA, Dennis de. **Educação e juventude negra: os gargalos a serem enfrentados em 2015**. São Paulo, 31 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2014/12/31/educacao-e-juventude-negra-os-gargalos-serem-enfrentados-em-2015/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, Joana D’arc de; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. Liberdade “sob condição”: as cartas de alforria em São Carlos do Pinhal às vésperas da abolição. 2013. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. Natal. **Anais...** Natal-RN: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364917183_ARQUIVO_Liberda desobcondicao.pdf> Acesso em: 9 ago. 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Cooperação técnica brasileira: zona de paz e cooperação do Atlântico Sul**. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

PELLEGRINI, Marcelo. Violência: Brasil mata 82 jovens por dia. 2014. **Carta Capital**, São Paulo, 4 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PEREIRA, José Augusto. **Quilombo de Santa Eudóxia 1726-1888**: resumo do mural "Rainha do Quilombo e do Café". [São Paulo, 2005]. Disponível em: <http://www.stiesporte.com.br/notic_con.asp?arquivo=1805051401.htm> Acesso em: 12 set. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Política de assistência social no Brasil: avanços e retrocessos. **Cadernos CEAM**, Brasília, DF, ano 3, n. 11, p. 63-80, out. 2002.

_____. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PESSOA, Nara. **Racismo e juventude é tema de seminário**: debate aponta disparidades que envolvem questão racial. Belém, 18 set. 2014. Portal de notícias. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1741-Racismo-e-Juventude-sao-tema-de-seminario.xhtml>>. Acesso em 15 nov. 2015.

PINTO, Elizabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PIRES, Célia. OAB realiza primeira pesquisa de campo sobre a Comissão da Verdade da Escravidão Negra. **O Imparcial**, Araraquara, 1 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaloimparcial.com.br/v2/?menu=&tpconteudo=artigo&id=8442&idc=3>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PORTAL BRASIL. Censo 2010 mostra as características da população brasileira. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>> Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Noventa e uma cidades podem receber recursos para construir Centros de Assistência Social. **Portal Brasil**, Brasília, DF, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/noventa-e-uma-cidades-podem-receber-recursos-para-construir-centros-de-assistencia-social>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Negras são maiores vítimas de homicídio de mulheres no País. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2015a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/11/mulheres-negras-sao-mais-assassinadas-com-violencia-no-brasil>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. Bolsa Família beneficia mais de 13 milhões famílias de baixa renda. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 10 abr. 2015b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-mi-familias-de-baixa-renda>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joselyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA. **Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania:** competências. Taquaritinga, [2015a]. Disponível em: <http://www.taquaritinga.sp.gov.br/desenvolvimento_cidadania.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Secretaria de Promoção Social:** competências. Taquaritinga, [2015b]. Disponível em: <http://www.taquaritinga.sp.gov.br/promocao_social.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Assistência e desenvolvimento social.** Araraquara, [2015a]. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=3048>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Araraquara:** a morada do sol. Araraquara, [2015b]. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/pagina/Default.aspx?IDPagina=2996>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Participação Popular.** Araraquara, [2015c]. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=3387>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Seção de combate ao racismo.** São Carlos, [2015a]. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/cidadania-social/154028-secao-de-combate-ao-racismo.html>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

_____. **Socióloga fala sobre leis afirmativas e o resgate da cidadania no mês da consciência negra.** São Carlos, [2015b]. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2015/169477-sociologa-fala-sobre-leis-afirmativas-e-o-resgate-da-cidadania-no-mes-da-consciencia-negra.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. **História de São Carlos.** São Carlos, [2014]. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

_____. **Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social:** o que fazemos. São Carlos, [2013a]. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/115251-secretaria-municipal-de-cidadania-e-assistencia-social.html>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Encarte sobre os programas sociais.** São Carlos, [2013b].

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Cultura Afro-brasileira**. São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2006/149483-cultura-afro-brasileira.html>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

_____. **Departamento de Planejamento Social e Gestão Orçamentária: o que fazemos**. São Carlos, [2015]. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/planejamento-e-gestao.html>> Acesso em: 9 jan. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões**. São Paulo: CERU, 1992. (Textos, série 2, n. 3).

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)**. São Paulo: Annablume, 2002.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, 2010.

RAMOS, Marília C.; CAPELETO, Caroline; LEAL, Francine Ziegler et al. A questão racial na contemporaneidade e o assistente social neste contexto. In: SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 26., 2012. Santa Maria-RS. **Anais...** Santa Maria: UNIFRA, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6660.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Matilde. Reflexões sobre a transversalidade de raça e gênero nas políticas públicas. In: _____. (Org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Assistência social e direitos humanos: gestão do sistema único na assistência social**. Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/SEASDH/exibeConteudo?article-id=1034579>> Acesso em: 30 set. 2015.

RODRIGUES, Elisa Lucas. **Regiões administrativas – ações afirmativas étnico-racial**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luisafogari@terra.com.br>; <dagobertojose@gmail.com>. em 15 mar. 2015.

RODRIGUES, Vânia Melo. **A evolução de uma organização sem fins lucrativos: a história do Instituto Ana Rosa**. (Relatório PIBIC). São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/pibic/evolucao-de-uma-organizacao-sem-fins-lucrativos-historia-do-instituto-ana-rosa>> Acesso em: 9 mar. 2014.

SAMPAIO, Maria Regina Maneschi Faria. A universidade e a escola tardia no Brasil: o período colonial. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, v. 13, p. 107-138, jan. 2002.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 1095-1098, 2003.

SANTOS, Fernanda Enedina Silva; SANTOS, Jéssica M. Dias; RESENDE, Luciene A. et. al. Os novos espaços sócio ocupacionais do assistente social na realidade Sergipana. **Cadernos de Graduação- Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 17, p. 157-174, out. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Ações do governo do Estado de São Paulo para a promoção da igualdade racial**. São Paulo, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SEPPIR. **Sinapir é a chave para efetivação das políticas de promoção da igualdade racial**. Brasília, DF, 3 set. 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2013/09/sinapir-e-a-chave-para-efetivacao-das-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Governo abre consulta pública sobre Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, DF, 27 ago. 2014. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/02/governo-abre-consulta-publica-sobre-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial> Acesso em 10 dez. 2013.

_____. **SNJ seleciona instituições para desenvolverem projetos voltados à juventude negra**. Brasília, DF, 1 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/central-de-conteudos/noticias/outubro/snj-seleciona-instituicoes-para-desenvolverem-projetos-voltados-a-juventude-negra>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Pobreza entre negros caiu 86% em 10 anos**. Brasília, DF, 26 maio 2015b. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2015/05/pobreza-entre-negros-caiu-86-em-10-anos/?searchterm=população negros> . Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. **Levantamento de órgãos e conselhos de igualdade racial para o Sinapir**. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/arquivos/sinapir7.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. **O passo a passo para a adesão do sistema nacional de promoção da igualdade racial**. Brasília, DF, 2015d. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/portal-antigo/sinapir/arquivos-para-downlad/passo-a-passo-sinapir>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFRGS, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, p. 2-11, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SILVA, André Luís Reis da. A identidade africana no discurso diplomático brasileiro: avanços e recuos nas relações Brasil-África (1930-2007). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0182.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

SILVA, Heliana Marinho da. **A política pública de saúde no Brasil: dilemas e desafios para a institucionalização do SUS**. 1996. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Palmira da. Identidade racial brasileira. In: _____; SANTOS, Gevanilda (Orgs.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Nívea Cristiane Pereira. Questão social e questão racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n.23, p. 191-202, jul. 2009.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; APPOLINÁRIO, Andreia Peres. Memória silenciada. **Cadernos CERU**, São Paulo, Série n. 2, v. 16, p. 69-92, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75342/78882>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____.; DIAS, Janaína. Nas fendas da escravidão: crime e suicídio em São Carlos do Pinhal (1869-1888). **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 212-226, jul./dez. 2002.

SILVA, Josenilton Marques da; CARDOSO, Maria do Rosário de Holanda Cunha; SILVA, Tatiana Dias. **Planejamento, orçamento e a promoção da igualdade racial reflexões sobre os planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011: relatório de pesquisa**. Brasília-DF: IPEA, 2014.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva. 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Os sentidos da prática de lazer da juventude negra. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da (Org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Desia Senhorinha Cabral de. **O mito Getúlio Vargas: o enfoque do jornal Tribuna da Imprensa**. 2005. 112 f. Monografia de Conclusão de Curso (Disciplina Projeto Experimental II)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/DSouza1.pdf>> Acesso em: 1 maio 2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Controle social: a participação na perspectiva da democratização da política social. In: SOUZA, Nádia Regina Oliveira Q. de. (Org.). **Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Comaer, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Assul de. Trabalho. **Política de Promoção da Igualdade Racial: ações afirmativas**. Brasília, DF, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldaignaldade.gov.br/assuntos/trabalho>> Acesso em: 16 nov. 2015.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Desafios do sistema de proteção social. In: STUCHI, Carolina Gabas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosangela Dias de Oliveira da. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012.

_____. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007.

STUCHI, Carolina Gabas. A concretização constitucional da assistência social e sua afirmação como direito e política pública. In: _____.; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosangela Dias de Oliveira da. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012.

TOKARNIA, Mariana. Quase 58% dos inscritos no Enem são estudantes negros. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 9 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/06/quase-58-dos-inscritos-no-enem-sao-estudantes-negros>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria: São Carlos: 1850–1950**. 3. ed. São Carlos: EDUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

_____.; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. **Revista Brasileira de Estudos de**

População, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 197-218, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/04.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

UNB. Departamento de Serviço Social. **Organização curricular**. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <http://www.ser.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=37>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UNESP. **Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**: graduação em Serviço Social: Plano de ensino. Franca, 2013. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/servico-social-e-realidade-regional.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. **Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**: graduação em Serviço Social: STG–Serviço Social Grade Curricular. Franca, 2015. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/#!/graduacao/cursos-teste/servico-social/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

UNIFESP. Pró-Reitoria de Graduação. **Consulta matriz curricular do curso**: Serviço Social vespertino. Santos, [2011]. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/1042>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UNIMONTES. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Serviço Social. **Estrutura Curricular do curso Serviço Social**. Montes Claros, 2011. Disponível em: <http://unimontes.br/images/stories/ensino/Estruturas_Curriculares/CCSA/Estrutura_Curricular_Servico_Social.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

UNITINS. **Cerimonial para colação de grau em separado**. Disponível em: <http://www.unitins.br/formatura/app_files/Cerimonial_para_colacao_de_grau_em_separado_SERVICO_SOCIAL.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 502-516, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/07.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 29 de mar. de 2015.

WACQUANT, Loic: **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete S. P.; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

ZIGONI, Carmela. **Quanto vale a igualdade racial?** Brasília, DF, 15 jul. 2015.
Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/artigo-quanto-vale-a-igualdade-racial>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para pesquisa de campo

Roteiro 1:

- 1 Qual é sua formação acadêmica? Relate um pouco da sua trajetória profissional?
- 2 É funcionária público e/ou contratado? Há quanto tempo está no comando da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos?
- 3 Fale um pouco sobre a dinâmica/estrutura organizacional da secretaria e, suas respectivas divisões.
- 4 Qual é o papel da divisão de política de igualdade racial no município? Onde estão concentrados os negros são-carlenses?
- 5 Existem projetos, programas e ações educativas elencadas na divisão de política de igualdade racial? Quais?
- 6 Existem parcerias entre a política de igualdade racial e de assistência social?
- 7 A partir de tais apreensões, já se pensou em destinar um profissional assistente social para estudar e mediar ações sociais que considerem a igualdade racial no município?
- 8 Existem ações e/ou políticas públicas de ações afirmativas articuladas às áreas da: saúde, educação, cultura, trabalho/renda e assistência social?
- 9 Como acontecem as proposições de ações educativas que visem contrapor com as discriminações raciais ainda prementes na realidade social em que os negros estão inseridos? Quais? Como? Quando?
- 10 Como decorre a organização das conferências de Igualdade Racial? No município existe o Conselho Municipal de Igualdade Racial? Como seus membros são selecionados? Entre os conselheiros existe algum profissional assistente social?
- 11 Elenque os aspectos positivos e negativos da divisão política de igualdade racial, delimitando se existe articulação com a SEPPIR? Como?
- 12 Para finalizar, expresse como vem decorrendo a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) nos municípios? É uma realidade, e/ou utopia?

Roteiro 2:

- 1- Qual é sua formação acadêmica? Conte um pouco da sua trajetória profissional e política? Foi militante de movimentos sociais e/ou partidos políticos?
- 2- É funcionário público e/ou contratado? Há quanto tempo está no comando da Divisão da Política de Igualdade Racial?
- 3- Conte um pouco do funcionamento da Divisão de Política de Igualdade Racial, ou seja, a quais órgãos públicos está articulada?
- 4- Quais são os objetivos da Divisão de Política de Igualdade Racial?
- 5- Quais são as ações educativas estipuladas? Elas são dispostas cotidianamente e/ou em datas específicas em que se lembra/comemora a “emancipação” dos negros?
- 6- Trabalha-se com equipes multidisciplinares, com outras áreas específicas de atendimento? Se, sim. Acha importante?
- 7- Já houve alguma parceria com a política pública de assistência social?
- 8- Acredita que seria importante ter-se um profissional assistente social para a confecção de projetos e programas sociais para a divisão de igualdade racial?
- 9- Existe a parceria entre a divisão de política de igualdade racial e a SEPPIR – Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial? Se sim, em qual momento? Como?
- 10- Você acredita que as ações afirmativas sejam uma utopia ou realmente podem mudar a vida dos negros brasileiros? Explique.
- 11- É membro do Conselho Municipal da Comunidade Negra de São Carlos? Fale de conquistas, que julgue necessárias.

Roteiro 3:

- 1- Qual é sua idade? Onde trabalha? É estudante? Estudou até que série? Onde reside? Nasceu em São Carlos-SP?
- 2- Você conhece a Divisão de Igualdade Racial? Sabe qual é sua finalidade?
- 3- Frequenta atividades culturais ou esportivas vinculadas à secretaria de cidadania, através da Divisão de Política de Igualdade Racial?

- 4- Lembra-se de alguma ação desenvolvida pelo município que buscasse contrapor a discriminação racial? Achou válida?
- 5- Já participou de conferências, conselhos municipais ou foi militante nos movimentos negros?
- 6- Em sua vida, lembra-se de ter passado por situações discriminatórias? Conte.
- 7- Já foi atendido por profissionais assistentes sociais? Sofreu discriminação?
- 8- Em sua trajetória de vida, já presenciou alguma atrocidade e/ou violência a outros negros (vizinhos/parentes)? Descreva.
- 9- Acha que seria interessante a proposição de ao menos um profissional que se voltasse especificamente para o atendimento da população negra nos municípios.
- 10- Sente-se inserido na sociedade local. O que acha que deve ser alterado?
- 11- Já ouviu falar em ações afirmativas? Conhece o Estatuto da Igualdade Racial, a SEPPIR, o Conselho Municipal da Comunidade Negra? Gostaria de conhecer? Acredita em mudança?

Roteiro 4:

- 1 – Idade? Onde mora? Há quanto tempo é formada (o) e, onde se graduou? Tem realizado cursos de capacitação? É pós-graduado (a)? Em qual área? Cursos algum específico sobre questões étnico-raciais?
- 2- É funcionário público e/ou contratado? Há quanto tempo trabalha na prefeitura municipal de São Carlos?
- 3- Conte um pouco da sua trajetória profissional.
- 4- Compreende o funcionamento da Secretaria de Cidadania e Assistência Social? Detalhe um pouco do atendimento (através das divisões) à população usuária do Serviço Social municipal.
- 5 – Conhece a Divisão de Igualdade Racial, que está consubstanciada a Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos? Já foi convidada para a proposição de ações socioeducativas específicas para igualdade racial? Acha importante?
- 6 – Em sua trajetória profissional, já presenciou alguma discriminação ao usuário negro? Acredita que seria interessante ou não a disposição de ao

menos um profissional em cada município para a confecção de atendimentos, ações e projetos sociais aos negros? Justifique.

7- Conhece a base legislativa que abarca os direitos aos negros brasileiros? Acredita na efetividade e necessidade das ações afirmativas?

8- Em seu processo de formação profissional e estágio obrigatório, teve contato com programas e ações específicas para a comunidade negra? Acha importante os graduandos terem acesso, mediante a introdução contemporânea de políticas públicas específicas para os afro-brasileiros?

9- No atendimento cotidiano, você percebe que existe disparidade econômica e social entre negros e brancos no município de São Carlos?

10- Já ouviu falar na SEPPIR e nos seus objetivos? Participou do Conselho da Comunidade Negra e das conferências municipais?

11- Existe algum trabalho para o fortalecimento dos vínculos comunitários que considerem o quesito étnico racial?

12- Consta o critério etnia na ficha de atendimento ao usuário?

Mesmo que a assistência social seja destinada a quem dela necessitar, (com caráter universal, como demanda a LOAS) a questão racial é algo a ser pensado, por se tratar de um passado que ainda se enfatiza em várias áreas de atendimentos de políticas públicas brasileiras. Fale um pouco o que entende, compreende e acha necessário sobre a especificidade do negro urbanizado no SUAS?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial: produção e (re) produção da trama social dos negros. O projeto de pesquisa será conduzido por MARIA LUISA DA COSTA FOGARI, do Programa de Pós-Graduação em Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca, orientado pelo Prof (a). Dr(a) Prof. Dr. José Walter Canoas, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A proposta deste estudo será analisar, pesquisar e observar, através dos referenciais teóricos, documentos e da pesquisa de campo, as ações executadas pela política de assistência social, com vistas à prestação e garantia de direitos para a população negra das zonas urbanas. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____

Assinatura do participante

Maria Luisa da Costa Fogari

Pesquisador Responsável
 Nome: MARIA LUISA DA COSTA FOGARI
 Endereço: Rua: Lourenço Marchi, 77 – Jardim Primavera, Santa Rita do Passa Quatro - SP
 Tel: (19) 3582 1012
 E-mail: luisafogari@terra.com.br

Cirlene Oliveira
 Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) CIRLENE APARECIDA HILÁRIO SILVA DE OLIVEIRA
 Endereço: Av. Eufrásia Petraglia, 900 – Jd. Dr. Antonio Petraglia, Franca - SP
 Tel: (16) 3706 - 8792
 E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br

ANEXO

ANEXO A - Aprovação pelo Comitê de Ética

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP
- CAMPUS DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transitando entre as políticas de assistência social e igualdade racial: produção e (re) produção da trama social dos negros

Pesquisador: MARIA LUISA DA COSTA FOGARI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46705215.9.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.173.113

Data da Relatoria: 29/07/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo sobre a interface entre as políticas de igualdade racial e as ações de assistentes ligados à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos que visem a garantia de direitos da população negra da área urbana do município.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar projetos e ações da Secretaria e verificar se os direitos da comunidade negra estão sendo garantidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos. Quanto aos benefícios, a pesquisa pode contribuir para a formulação de políticas públicas de garantias de direitos, bem como para o aperfeiçoamento daquelas já existentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As questões ligadas ao preconceito e a sua herança histórica constituem ainda hoje, infelizmente, um complexo de problemas não solucionado e que exige um enfrentamento constante. A pesquisa proposta fornece uma contribuição importante neste sentido, na medida em que procura avaliar as políticas existentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com a Resolução 196/96.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP 
- CAMPUS DE FRANCA

Continuação do Parecer: 1.173.113

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator

FRANCA, 06 de Agosto de 2015

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br